

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Estratégias e identidades: relações entre governo  
estadual, patrões e trabalhadores nas grandes greves  
da Primeira República em Porto Alegre (1917/1919)**

---

César Augusto Bubolz Queirós

PORTO ALEGRE  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ QUEIRÓS

Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões  
e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em  
Porto Alegre (1917/1919)

PORTO ALEGRE  
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÉSAR AUGUSTO BUBOLZ QUEIRÓS

Estratégias e identidades: relações entre governo estadual, patrões  
e trabalhadores nas grandes greves da Primeira República em  
Porto Alegre (1917/1919)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial e último para a obtenção  
do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

PORTO ALEGRE  
2012

Para Sophia

## AGRADECIMENTOS

A etapa de conclusão de um trabalho como este é sempre gratificante. O fim de mais uma fase e a perspectiva de novos desafios. Contudo, esta caminhada teria sido muito mais difícil sem o auxílio e a compreensão de algumas pessoas às quais eu gostaria de agradecer.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente a meu orientador, Benito Schmidt, por todo o apoio recebido. Houve momentos em que julgava não ser possível concluir esta tese, momentos de tristeza e desesperança. Mas sempre tive sua palavra amiga e animadora para me fortalecer e me fazer seguir adiante. Suas observações, sempre pertinentes, ajudaram-me a ter um texto mais fluido e uma tese melhor.

Agradeço ao PPG em História da UFRGS pelo acolhimento e pela compreensão em virtude do tempo estendido para a conclusão deste trabalho.

À professora Sílvia Regina Ferraz Petersen, minha orientadora no Mestrado e sempre uma referência intelectual para todos aqueles que transitam nos estudos sobre o mundo do trabalho, pelas sugestões no momento de minha Qualificação. Do mesmo modo, ao professor Alexandre Fortes que muito contribuiu para este trabalho com suas considerações na mesma ocasião.

Agradeço à Banca Examinadora, composta pelas professoras Beatriz Loner, Evangelia Aravanis, Isabel Bilhão e Sílvia Petersen. Praticamente uma seleção!

Aos funcionários dos institutos de preservação da memória em que pesquisei, em especial à ex-diretora do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Rosane Goretti Feron.

À minha família, por ter me dado força e tolerado minhas ausências e impossibilidades.

À minha companheira, Caroline, pelo apoio nas horas difíceis.

E à minha amada filha, Sophia Bubolz de Queirós, que deve estar mais feliz do que eu pelo término desta fase conturbada e atarefada do pai dela.

## RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar as relações entre o governo estadual, o patronato e o operariado no decorrer das principais greves ocorridas em Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919. Buscou-se compreender as estratégias e identidades construídas e utilizadas por esses diferentes agentes em tais ocasiões.

No primeiro capítulo, foram averiguadas as greves deflagradas na cidade durante os “anos vermelhos” – 1917 a 1919 –, um período de particular importância para os estudos relativos ao mundo do trabalho. Procurou-se enfatizar, especialmente, as greves de 1918 e 1919 em virtude da escassez de trabalhos acadêmicos dedicados a seu estudo. Pretendeu-se descrever os eventos ocorridos nos anos citados a fim de proporcionar uma visão abrangente dos referidos movimentos paredistas.

O segundo capítulo buscou avaliar as estratégias adotadas e as identidades construídas pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), instituído em governo no Rio Grande do Sul, durante estes movimentos. Observou-se a postura do governo deste estado em cada um dos movimentos estudados, problematizando-se a questão do chamado “paternalismo borgista” (referência ao governador do estado, Borges de Medeiros). Foram analisadas, ainda, as identidades construídas pelo e para o Estado através do jornal *A Federação* bem como de outros periódicos, operários ou não.

No terceiro capítulo, as estratégias utilizadas pelos operários em suas lutas sindicais foram o objeto de análise. Portanto, foram abordadas as ações desenvolvidas por esses agentes com o intuito de obter o atendimento de suas reivindicações frente ao patronato e ao Estado, enfatizando-se, ainda, as relações dos operários grevistas com os trabalhadores que não aderiam aos movimentos. Do mesmo modo, foram enfocadas as identidades construídas e veiculadas pela imprensa operária para instrumentalizar os trabalhadores na disputa simbólica envolvida nas mobilizações paredistas, assim como as representações divulgadas pela grande imprensa sobre os operários grevistas.

No último capítulo, foram estudadas as estratégias adotadas pelo patronato da capital com o intuito de confrontar o movimento operário organizado e suas associações. Tratava-se de uma disputa entre interesses evidentemente antagônicos, durante a qual os patrões foram, gradativamente, estruturando-se como classe a fim de enfrentarem o repertório de ações coletivas do operariado informado por uma longa tradição militante. Foram analisadas, ainda, as representações construídas pela imprensa – tanto a operária quanto a burguesa – sobre os patrões e sua relação com as greves.

## ABSTRACT

This thesis aims at analysing the relations among state government, patronage and workers during the strikes in Porto Alegre from 1917 to 1919. The objective is to understand the strategies and identities built and used by these different agents in such occasions.

In the first chapter, the strikes which occurred in the city of Porto Alegre during the “red years” – 1917 to 1919 – were analysed, a period of particular importance to the studies on the world of work. This work will try to emphasize, especially, the strikes of 1918 and 1919 due to the already mentioned lack of academic work dedicated to their study up to the moment. The events that happened in the mentioned years were described in order to present a comprehensive view of the reported striking movements.

The second chapter tried to analyse the adopted strategies and the identities built by the Partido Republicano Rio-Grandense (Rio-Grandense Republican Party – PRR) constituted in government in Rio Grande do Sul state during these movements. The state government posture in each of the studied movements was analysed, putting in doubt the “borgista paternalism” matter. The identities built by and for the State through the newspaper *A Federação* (The Federation) as well as other periodicals were also analysed.

In the third chapter, the strategies used by the workers in their union fights were the focus of the analysis. Therefore the actions developed by these agents aiming at having their claims fulfilled in relation to the patronage and the State were discussed, emphasizing, yet, the relationship between the workers on strike and the ones who did not follow the movements. In the same way, the identities built and transmitted by the labour press to enable the workers in the symbolic dispute involved in the striking mobilizations were focused, as well as the representations published by the large press about the workers on strike.

In the last chapter, the strategies adopted by the patronage of the state capital in order to face the organized working movement and its associations were analysed. It was a matter of dispute between evidently opposite interests, along which the employers organized themselves as a class gradually, in order to be able to face the number of the workers’ collective lawsuits, being the workers informed by a long militant tradition. The representations built by the press – both the working one and the bourgeois one – about the employers and their relation with the strikes were also analysed.

## **ACERVOS PESQUISADOS**

Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV)

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHERS)

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Biblioteca Central da PUC-RS (BC/PUC-RS)

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (BIFCH)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPERS)

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)

Núcleo de Pesquisa Histórica da UFRGS (NPH)

Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre Jornalista Alberto André (BJAA)

Solar dos Câmara da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (SCAL)



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 UMA APRESENTAÇÃO GERAL DOS GRANDES MOVIMENTOS PAREDISTAS OCORRIDOS NA DÉCADA DE 10 EM PORTO ALEGRE: as greves e seus “fins nocivos ao bem público”</b> .....	<b>37</b>
1.1 Um retrato da cidade: as pessoas, os lugares e as motivações das greves .....	38
1.2 Greve Geral de 1917: o operariado incorporado .....	45
1.3 A Greve Geral de 1918 e as disputas pela hegemonia política nas associações operárias.....	50
1.4 A Greve Generalizada de 1919: a Rua da Praia torna-se uma praça de guerra	59
1.4.1 Cenas de “canibalismo”: a greve de maio em Rio Grande.....	60
1.4.2 As agitações de maio em Porto Alegre.....	67
1.4.3 Os “cérebros de lama” não acedem: a greve de agosto e a intransigência patronal	69
<b>2 O ESTADO: a “Rússia Rio-Grandense e seu Czaresco”</b> .....	<b>91</b>
2.1 O Positivismo, o Borgismo e a “Questão Social” no Rio Grande do Sul.....	91
2.2 Estratégias Governamentais.....	97
2.2.1 A greve de 1917: a tentativa de “incorporação do operariado” .....	98
2.2.2 A greve de 1918: os operários em seu lugar.....	107
2.2.3 A greve de 1919: o “desvario anarquista” .....	114
2.3 Identidades do governo em disputa .....	120
2.3.1 – O “regime da rolha campeia” fazendo capacho da Constituição: a visão da imprensa operária sobre o governo do Estado .....	121
2.3.2 A Harmonia Social e o “regime pacífico-industrial”: a visão da imprensa diária sobre as greves e o governo do Estado .....	127
<b>3 O OPERARIADO: “Carneiros” e Paredistas</b> .....	<b>134</b>
3.1 Rumos e fissuras do movimento operário porto-alegrense.....	134
3.2 Estratégias Operárias .....	139
3.2.1 As greves, os fura-greves e o repertório de ações operárias.....	140
3.2.2 Quando a violência se torna uma estratégia (deliberada ou não) .....	148
3.3 Identidades operárias em disputa.....	169
3.3.1 A visão da imprensa operária sobre os “crumiros” .....	170
3.3.2 A visão da imprensa operária sobre os grevistas.....	180
3.3.3 A visão da imprensa diária sobre os “grevicultores” (e o contraponto da imprensa operária) .....	187
<b>4 O PATRONATO: o “fazer-se” da classe patronal em Porto Alegre</b> .....	<b>194</b>
4.1 O patronato em Porto Alegre: breve caracterização .....	194
4.2 Estratégias patronais .....	208
4.2.1 Vitórias operárias, demissões, participação política e <i>lockouts</i> .....	211

4.2.2	A organização patronal e suas ações conjuntas .....	220
4.3	Identidades patronais em disputa .....	228
4.3.1	Os patrões sob a ótica da imprensa operária.....	229
4.3.2	Os patrões na ótica da grande imprensa .....	235
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	241
	FONTES CONSULTADAS .....	246
	Periódicos: .....	246
	Processos: .....	246
	Boletins Operários: .....	246
	Mensagens, ofícios e relatórios .....	247
	BIBLIOGRAFIA .....	249

## INTRODUÇÃO

Um conflito bélico de escala mundial, uma revolução (na realidade duas) que criou o primeiro Estado socialista da história, intensas agitações sociais, greves, revoluções fracassadas no Velho Continente, ataques imperialistas contra a Rússia, crescimento eleitoral dos partidos de esquerda, grande elevação da atividade sindical, enfim, os anos entre 1917 e 1919 não foram em nada monótonos, pelo contrário, constituíram um período de agudização dos conflitos entre capital e trabalho que levaram a uma profunda contestação da ordem vigente. Foram realmente, parodiando a expressão de Moniz Bandeira, “anos vermelhos”<sup>1</sup>.

Neste período, o Brasil – e a América Latina de modo geral – foi sacudido por uma sequência de greves ocorrida em seus principais centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Porto Alegre, entre outras cidades, tiveram o seu cotidiano alterado por paralisações laborais de diversas categorias e setores. O que estas greves significavam na vida dos operários? Quais eram as estratégias utilizadas pelos diferentes agentes sociais envolvidos nestes movimentos? De que forma se estabeleciam relações – de rivalidade, antagonismo, solidariedade e dominação – entre estes atores sociais? Como eles se viam e como se faziam ver? Como viam seus contendores? Estes foram alguns dos questionamentos que deram início à presente tese que tem por objetivo analisar as relações entre os principais agentes envolvidos nas grandes greves ocorridas em Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919.

Esta conjuntura foi escolhida por se tratar de um momento de radicalização social, no qual os operários gaúchos “traziam atrás de si duas décadas de experiência em organização de greves”<sup>2</sup>. Ademais, trata-se de um período especificamente conturbado dado o contexto internacional marcado pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa.

No plano nacional, os constantes empréstimos externos com o objetivo de promover o plantio, a estocagem e a exportação do café; a política de desvalorização da libra esterlina visando facilitar as exportações (e que reduzia o poder de compra da moeda nacional) e o fato do Brasil passar a abastecer os países envolvidos na Guerra

---

<sup>1</sup> BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. O autor usa a expressão para designar o ano de 1917, em função da eclosão da Revolução Russa, mas a considero apropriada para caracterizar toda a conjuntura em tela devido à intensa onda de agitação social que percorreu o mundo nesse período.

<sup>2</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: economia e política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 326.

com gêneros alimentícios motivaram a pauperização do proletariado e o acirramento das tensões sociais.

Para tornar esta situação ainda mais complexa, vale lembrar que o Rio Grande do Sul, desde 1889, com exceção de alguns poucos intervalos no final do século XIX, era governado por um partido ideologicamente distinto daqueles que assumiram o poder nos demais Estados da Federação após o fim do Império: o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Este apresentava características ideológicas e programáticas nitidamente influenciadas pelo ideário positivista, marcado por uma concepção tecnicista do Estado que postulava o governo dos “mais capazes”. Tal orientação doutrinária também influía no tratamento dispensado pelo governo sul-rio-grandense à questão social<sup>3</sup>.

Então, cabe, perguntar: qual o papel das greves? E que agentes seriam esses?

A greve – cenário das batalhas aqui estudadas – é uma das formas mais destacadas de militância operária e um dos meios mais difundidos de expressão do conflito entre capital e trabalho. Mas o que é uma greve? De acordo com as fontes examinadas, para os operários, “uma greve representa o grito de agonia em que se debate a classe operária”, uma vez que “nenhuma coletividade obreira” declarou “em algum tempo greve para luxo”<sup>4</sup>. Já para o governo, esta seria resultado da “influência maléfica dos ‘sem pátria’, dos que se insinuam em seu seio [do operariado] para explorar-lhe o espírito de classe”<sup>5</sup>. Todavia, indo além dos posicionamentos desses agentes que estavam submersos em tais conflitos, a greve consiste, de modo geral, na abstenção organizada ao trabalho de um grupo mais ou menos extenso de trabalhadores. Ou seja, ela é sempre coletiva: a abstenção individual ao trabalho pode ser considerada absenteísmo ou desafeição ao ofício, forma de rebeldia talvez, mas nunca greve. A greve pode também ser acompanhada por outras formas de luta – como *meetings*, passeatas, boicotes.

Tal manifestação representa “a cessação coletiva, combinada e voluntária do trabalho, por iniciativa dos trabalhadores, rompendo a relação funcional habitual entre

---

<sup>3</sup> Sobre a postura do governo do Estado do Rio Grande do Sul diante das greves e da questão social, ver minha dissertação de mestrado, publicada como: QUEIRÓS, César Augusto. *O Positivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. Guarapari: Editora Ex Libris, 2006.

<sup>4</sup> A VOZ DA RAZÃO – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>5</sup> MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO NACIONAL NA ABERTURA DA 3ª SESSÃO DA 10ª LEGISLATURA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EPITÁCIO PESSOA. Rio de Janeiro, 1920, p. 101-103.

patrão e empregado, com o objetivo de terem atendidas reivindicações não satisfeitas”<sup>6</sup>, portanto, é um instrumento de luta e pressão dos primeiros sobre o patronato, tanto no sentido de verem satisfeitos alguns anseios específicos, quanto, por vezes, no de promoverem transformações estruturais na sociedade. Lênin já identificara que a greve seria um momento no qual “o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra os patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provocações”<sup>7</sup>. Apesar do caráter panfletário desta manifestação, as palavras do revolucionário russo revelam como tal tipo de movimento era visto por muitas lideranças políticas destacadas da classe operária.

Além de ser estratégia empregada pelos trabalhadores com o objetivo de conseguir o atendimento de determinadas aspirações de caráter econômico, político ou de outra natureza, a greve é importante fator de identidade, elemento que permite ao grupo de indivíduos dela participante o reconhecimento como um coletivo e em oposição a outro coletivo. A participação no movimento grevista possui valor simbólico, portanto, possibilita a identificação daqueles que nele se engajam e o reconhecimento de determinados “inimigos” comuns. Esse sentimento de pertencimento deriva da experiência compartilhada, constitui retribuição imaterial da ação coletiva e é uma espécie de confirmação da identidade operária. Segundo Pizzorno, “a participação nessa ação [no caso, a greve], e não o resultado dela, é necessária para confirmar sua [dos trabalhadores grevistas] identidade coletiva e a renovada eficácia do círculo de pessoas no âmbito do qual você pode continuar a agir, assim como continuar a ser visto como a mesma pessoa”<sup>8</sup>. Porém, deve-se considerar que a “identidade grevista” é tão somente uma das diversas que constituem o indivíduo participante deste tipo de movimento, de modo que as identidades étnicas, raciais, nacionais e de gênero, entre outras, neste momento, são minimizadas para que a identidade classista assuma posição de identidade em destaque (*detached identities*)<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> CASTRO, Pedro. *Greve: fatos e significados*. São Paulo: Ática, 1986, p. 13.

<sup>7</sup> LENIN, Vladimir. Sobre as Greves. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, p. 132.

<sup>8</sup> PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O’DONNELL, G. (Org.). *Desenvolvimento, Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice/Editora da Revista dos Tribunais, 1988, p. 373.

<sup>9</sup> TILLY, Charles. *Social Movements (1768-2004)*. London: Paradigm Publishers, 2004, p. 263.

Perrot atenta para o fato de que a greve não pode ser vista simplesmente como interrupção coletiva do trabalho, um “baque” na linha contínua da produção. Cada greve é constituída por um conjunto complexo de elementos que precisam ser detidamente considerados e analisados: “nascimento, vida e morte da greve: peça clássica do teatro urbano, cenário vazio sem os atores”<sup>10</sup>. Neste sentido, a greve expressa, ao mesmo tempo, tanto a história dos operários, quanto das resistências patronais e do Estado<sup>11</sup>. Quando tratamos da expressão “resistência”, estamos nos referindo, normalmente, às resistências operárias. Contudo, durante as greves, a posição ofensiva frequentemente adotada pelos trabalhadores coloca os patrões em situação defensiva, de resistência.

Cabe, ainda, fazer uma breve diferenciação no que concerne à abrangência destes movimentos: as greves podem abarcar desde os operários de uma única fábrica, passando pelas fábricas de um mesmo ramo, e, até mesmo, afetar todas as categorias de uma cidade, estado ou país. No caso de uma greve que abarca uma maior diversidade de categorias profissionais – como as que estudamos nesta tese –, a maneira como ocorre sua deflagração determina se a mesma é uma *greve geral* (quando várias categorias profissionais conjuntamente se declaram em greve, com uma pauta de reivindicações – ou pelo menos seu núcleo – comum) ou uma *greve generalizada* (quando a irrupção de vários movimentos grevistas de diferentes categorias ocorre sem que haja uma coordenação ou articulação na organização destes movimentos)<sup>12</sup>.

Qual era, então, a natureza das relações entre governo estadual, patronato e operários nas ocasiões de quebra da normalidade laboral? Para abordar tal questão, parece ser útil a observação de Tilly que insistiu na necessidade de se levar em conta o “sistema de agentes em luta”<sup>13</sup> em seu conjunto. Nesta perspectiva, o problema da relação do operariado com as outras classes consiste em um elemento relevante para se compreender a ambivalência de certas frações da classe operária perante o governo e os patrões.

Como este trabalho tem por objetivo analisar as relações entre governo estadual, patronato e operários no decorrer de conflitos laborais, procurando enfatizar as estratégias e identidades construídas e utilizadas por esses diferentes agentes em tais

---

<sup>10</sup> PERROT, Michele. *Jeunesse de la Grève*. Paris: Seuil, 1984, p. 35.

<sup>11</sup> LEQUIN, Yves. Huelga. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Diccionario Akal de Ciências Históricas*. Madrid: Akal, 1991, p. 346.

<sup>12</sup> Tal diferenciação será aprofundada no capítulo III, que aborda os repertórios e estratégias de ação dos agentes envolvidos nos conflitos estudados.

<sup>13</sup> TILLY apud BOURDIEU, Pierre. A Greve e a Ação Política. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 197.

ocasiões, convém salientar que estas duas variáveis – estratégias e identidades – estão intimamente inter-relacionadas, sendo, ao mesmo tempo, estruturadas e estruturantes. Desta forma, a construção de identidades no plano simbólico, *das representações*, do mesmo modo que é estruturada pelos conflitos sociais existentes e pelas tomadas de posição diante do real, estrutura a visão de mundo dos agentes, sendo importante elemento conformador das decisões e escolhas individuais e coletivas. De outro lado, as estratégias adotadas no plano concreto, *das práticas sociais*, são, de certo modo, condicionadas por estas representações estruturadas sobre a sociedade e os indivíduos. Enfim, construções de identidades são práticas, assim como estratégias de ação são permeadas por representações; a luta que ocorre nos campos econômico e social, das greves, boicotes e *meetings*, tem seu equivalente no campo simbólico, em que os diferentes agentes sociais estabelecem lutas de classificações sobre o real, procurando fazer valer seus interesses. A construção de identidades, portanto, mesmo que inconscientemente, é uma estratégia de luta, de coesão de grupo, de mobilização dos agentes sociais, de convencimento; e as estratégias adotadas no campo da ação estão imbricadas por estas representações.

Mas o que seriam as estratégias? Entendemos a noção de estratégia como associada à ideia de “senso prático” ou de “sentido do jogo”<sup>14</sup>, ou seja, “o domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo, que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso”. Senso prático é o resultado de “esquemas práticos, isto é ‘princípios que impõe a ordem na ação’ por *esquemas informacionais*. Trata-se de princípios de classificação, hierarquização, de divisão que são também princípios de visão, em suma, tudo o que permite a cada um de nós distinguir coisas que os outros confundem”<sup>15</sup>.

Tais esquemas auxiliam na adoção de estratégias, definidas não como produtos de um programa inconsciente (como as compreendiam os estruturalistas), nem como resultados de cálculos conscientes e racionais, mas como manifestações do senso prático decorrente da internalização de disposições sociais estabelecidas por intermédio do *habitus*, como “sentido do jogo”, “jogo social incorporado”<sup>16</sup>. Sistema de disposições para a prática, que faz com que as condutas não tenham “a bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo: o *habitus* está intimamente ligado com

---

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. Da Regra às Estratégias. \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79.

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. A Codificação. \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 99.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. Da Regra às Estratégias, Op. Cit., 2004, p. 83.

o fluido e o vago. [...] Ele obedece uma lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo”<sup>17</sup>. Assim, ao lado do cálculo racional, da norma estabelecida e da escolha consciente por uma determinada estratégia, “existem outros princípios geradores de práticas”<sup>18</sup>. Bourdieu, nessa linha, destaca que, ao se apropriar do conceito de estratégia, deve-se atentar para o perigo de se cair no objetivismo, na visão reducionista de que as estratégias derivam de cálculos racionais que se destinam à busca de um fim orientado.

A construção de identidades, como estratégia de coerção e mobilização para a adesão às greves, por exemplo, insere-se nesta lógica: um meio não necessariamente racional de atingir objetivos específicos, mas algo condicionado pela pertença ao “sentido do jogo”. Da mesma forma, a utilização de atos de violência pelos operários pode ser considerada uma estratégia destes agentes para alcançar determinados objetivos. Todavia, não penso aqui, somente, em termos de uma estratégia racional, apontando para uma “mobilização de recursos”, pois esta interpretação estaria “ainda muito presa ao modelo de racionalidade instrumental”<sup>19</sup>. Segundo Tilly, a violência significa uma conduta que nada mais é do que um recurso mobilizado por atores como meio para atingir seus fins. Essa ideia serve para explicar como agentes excluídos do campo político utilizam a violência para aí penetrarem e se manterem.

Tal visão apresenta a vantagem de não mais reduzir a violência à imagem de uma conduta de crise, reativa; ela faz do ator violento um personagem consciente do que está em jogo em sua ação, a qual, ela mesma, faz sentido. Tilly defende igualmente que, na análise, não se separe a violência do conflito mais geral no qual ela eventualmente surge: greve operária ou manifestação camponesa, por exemplo<sup>20</sup>. Entretanto, apesar deste caráter instrumental, deliberado, muitas vezes assumido pelas ações violentas durante as greves, não se pode esquecer de que muitos outros atos acontecem sem uma maior previsibilidade e se inserem na lógica do emotivo, do espontâneo, mas que, ao mesmo tempo, indicam uma interiorização do sentido do jogo; mesmo que inconscientemente, tais atos surgem a partir da internalização, da incorporação de disposições que facilitam estas atitudes.

---

<sup>17</sup> BOURDIEU, Pierre. A Codificação, Op. Cit., 2004, p. 98.

<sup>18</sup> BOURDIEU, Pierre. A Codificação, Op. Cit., 2004, p. 97.

<sup>19</sup> GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 113.

<sup>20</sup> TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 1890-1992*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 41-42.



Essas condutas são “objetivamente orientadas em referência a um fim, sem serem necessariamente produto nem de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica. Os agentes de algum modo caem na própria prática mais do que a escolhem de acordo com um livre projeto, ou do que são empurrados para ela por coação econômica”<sup>21</sup>. A maior parte das ações é o “produto do encontro entre um *habitus* e um campo, ou seja, entre duas histórias mais ou menos ajustadas integralmente”<sup>22</sup>.

As estratégias são adotadas visando um interesse, sendo que este é o “produto de uma determinada categoria de condições sociais: construção histórica, ele só pode ser conhecido mediante o conhecimento histórico, *ex post*, empiricamente, e não traduzido *a priori* de uma natureza trans-histórica”<sup>23</sup>. Neste sentido, todo campo gera o interesse que é a condição fundamental de seu funcionamento. Contudo, do mesmo modo, deve gerar a crença na validade, no valor deste interesse. Isto é apropriado, também, para o campo econômico que, como espaço relativamente autônomo, “produz uma forma particular de interesse”<sup>24</sup>. Assim, “a disposição para jogar o jogo econômico, para investir no jogo econômico que é produto de certo jogo econômico, está na própria base da existência do jogo”, no sentido de que a “produção econômica só funciona na medida em que produz em primeiro lugar a crença no valor de seus produtos”<sup>25</sup>. Os interesses expressos nos momentos de emergência de greves são dados a partir da crença neste valor, da incorporação deste “sentido do jogo”, que faz sentido para os agentes em disputa.

As práticas, vistas como estratégias, isto é, como ações refletidas, orientam-se como *estratégias de conservação/sucessão* ou como *estratégias de subversão*. Isto depende das posições ocupadas pelos agentes no campo. Os que se encontram no polo dominado procuram manifestar seu inconformismo através das estratégias de “subversão”, que implicam um confronto permanente. Tais estratégias dependem, ainda, da estrutura de forças alocadas no campo em questão, de modo que a escolha por uma ou outra se dá mediante uma avaliação da força dos antagonistas que se defrontam. No caso dos trabalhadores, a greve “é o instrumento principal de luta porque uma das

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, Pierre. O Interesse do Sociólogo. \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 130.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> *Ibidem*.

únicas formas de que dispõem é justamente a paralisação do trabalho”<sup>26</sup>. Para Bourdieu, o específico das estratégias dos trabalhadores é que essas “só são eficazes se são coletivas”<sup>27</sup>. Em face disto, a afirmação de uma lógica da solidariedade e de disposições coletivistas seria favorecida pela inexistência de uma ideia de carreira e de estratégias individuais de ascensão social, de modo que “a força dos vendedores da força de trabalho depende fundamentalmente da mobilização e da organização do grupo mobilizado”<sup>28</sup>.

As estratégias dominantes, ao contrário, partem sempre do princípio de que não há a formação de um grupo constituído coletivamente, mas sim a adição de indivíduos (1 + 1 + 1) que compõem um “grupo aditivo ou recorrente”<sup>29</sup>. Por conseguinte, a classe dominante tende incessantemente a desqualificar estas ações coletivas e a “produzir e impor modelos de percepção desmobilizadores”<sup>30</sup>.

Através da experiência, Estado, patronato e operários vão constituindo seus “repertórios de ações coletivas”, os quais serão aplicados no confronto com os demais grupos. A constituição de tais repertórios, conforme Tilly, acompanha o desenvolvimento do capitalismo e do Estado nacional no Ocidente. Antes da industrialização, as formas de contestação seriam mais locais e menos organizadas, porém, a partir do século XIX, expandiram-se para um âmbito mais nacional. A resposta do Estado e das elites nacionais tornou-se também mais centralizada, quer quando reprimiu estes movimentos com eficácia, quer quando com eles negociou franquias e direitos políticos, estabelecendo novos canais de ação coletiva e instituições responsáveis por novas formas de contestação não violentas, como a legalização de partidos de esquerda, por exemplo<sup>31</sup>. A estes dois repertórios de ação coletiva – local e nacional –, o autor adicionou um terceiro, que corresponde aos movimentos transnacionais, simultaneamente de alcance mundial e deslocalizados. Para Tilly:

repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta. [...]. Repertórios de ação coletiva designam não *performances* individuais, mas meios de interação entre pares ou grandes conjuntos de atores. [...] um conjunto

---

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. A Greve e a Ação Política, Op. Cit., 1983, p. 201.

<sup>27</sup> Idem, p. 201.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 202.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>31</sup> TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain (1758-1834). In: TRAUGOTT, Mark (Org.). *Repertoire and Cycles of Collective Action*. London: Duke University Press, 1995, p. 15-49.

limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha<sup>32</sup>.

Assim, a greve, o boicote e o *meeting* fazem parte do “repertório de ações coletivas” da classe operária, da mesma maneira que a repressão policial, a desqualificação destes movimentos e a substituição dos grevistas fazem parte do repertório do Estado e do patronato. Entretanto, deve-se considerar que a greve não pode ser analisada como independente da “estrutura dos instrumentos de luta”<sup>33</sup>, mas sim pensada estruturalmente, o que possibilita compreender a importância das ausências e inclusões de tais estratégias.

Do mesmo modo, a construção de identidades no decorrer destes enfrentamentos constitui mais uma arena de disputa entre os agentes, configurando-se como uma luta simbólica pela explicação do real e, simultaneamente, como uma estratégia de combate aos “inimigos”. Cada um dos grupos estudados estabelecia, assim, um conjunto de visões explicativas acerca do real adequado a seus interesses, e produzia uma autoimagem em contraposição à imagem do outro – também elaborada por meio dessas representações contraditórias e demarcatórias. Travava-se, pois, de uma “luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade”<sup>34</sup>.

Mas o que é identidade e como esta se constitui ou é constituída? Nas palavras de Pollack, essa pode ser entendida como

o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros<sup>35</sup>.

A identidade – tanto individual quanto coletiva – encontra-se, portanto, associada à ideia de imagem – de si, para si e para os outros –, à forma como o indivíduo ou grupo percebe a si mesmo e à representação que ele – indivíduo ou coletivo – quer transmitir aos demais. Sob este aspecto, sua construção “é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com

---

<sup>32</sup> TILLY apud ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, nº. 44, p. 152, 2000.

<sup>33</sup> TILLY apud BOURDIEU, Pierre. *A Greve e a Ação Política*, Op. Cit., 1983, p. 199.

<sup>34</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1997, p. 26.

<sup>35</sup> POLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, nº 10, p. 5, 1992/1.

outros”<sup>36</sup>. Nesta citação, podemos observar um aspecto que será extremamente significativo no decorrer deste trabalho: o fato de que a identidade é construída “em relação a”, em oposição ou em referência. Tal afirmação torna-se mais clara se considerarmos que “as bases e as origens das identidades são os acidentes, as fricções, os erros, o caos, ou seja, o indivíduo forma sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”<sup>37</sup>. Grevistas X não-grevistas, operários X patrões, patronato = Estado... Estas são algumas das construções identitárias que emergem das fontes do período a merecerem estudo na presente tese.

Portanto, as identidades são construídas e instrumentalizadas a partir do confronto com o diferente, com o outro, por intermédio do ruído social, estabelecendo distinções e atributos que afastam e/ou aproximam. Deste modo, ao mesmo tempo em que a identidade é auto-atribuída por meio da escolha de um conjunto de símbolos percebidos como constituintes dos indivíduos e das coletividades, é também estabelecida através de alteridades em relação a outras pessoas e grupos, os “diferentes”<sup>38</sup>, uma vez que “no processo de construção das identidades, explicita-se a produção destas pela diferença”. Como afirma Guareschi: “o processo de construção das identidades sempre se refere a um ‘outro’, ou seja, ‘eu sou algo a partir daquilo que eu não sou’, ou ‘eu não sou o que o outro é’. As pessoas constroem suas identidades a partir das diferenças do que ‘eles e elas não são’ e do que ‘eles e elas não possuem’”<sup>39</sup>.

Neste processo de construção de identidades, procura-se criar uma nítida distinção entre o “eu” e o “outro”, entre o “nós” e o “eles”. Portanto, é tendo em vista esta oposição que tais identidades se formam e se solidificam, possuindo significados tanto para seu portador quanto para os demais que as reconhecem como tais. Tilly

---

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> MENDES, José Manuel Oliveira. O Desafio das Identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 504.

<sup>38</sup> Em sua tese de doutorado, Bilhão faz uma análise minuciosa do processo de construção identitária dos operários porto-alegrenses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, efetivado a partir das relações de reconhecimento e de distinção, e pela reivindicação de uma memória comum entre estes trabalhadores. BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*, Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado em História. Publicada como: BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008.

<sup>39</sup> GUARESCHI, Neuza *et al.* As relações raciais na construção das identidades. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, nº 2, p. 5, 2002.

denominou tais distinções de “fronteiras sociais”<sup>40</sup>, as quais determinam relações sociais facilmente identificáveis e indissociáveis entre si, e geram um sentido de compartilhamento a respeito de seu significado. Quando ativada, a combinação de fronteiras, relações e significados constitui uma identidade social. O autor enfatiza que as relações acontecem tanto entre os membros localizados no mesmo lado da fronteira, quanto entre aqueles pertencentes a lados opostos, destacando que

dos dois lados da fronteira as pessoas mantêm relações entre si: relações no interior de X e Y. Há também relações através das fronteiras, que ligam X a Y. Por fim, as identidades criam interpretações coletivas a respeito da fronteira, das relações no interior de X e de Y e entre X e Y. Essas interpretações não costumam ser únicas de um lado e outro da fronteira, e frequentemente se influenciam. Juntas, fronteira, relações através e no interior da fronteira e interpretações compartilhadas constituem identidades coletivas<sup>41</sup>.

As identidades, as estratégias e as disputas que se estabelecem em torno dessas tanto no interior quanto no exterior destas fronteiras demarcatórias serão alvo de análise na presente tese, que pretende compreender as relações entre o governo do Rio Grande do Sul, o patronato e os operários durante os momentos de ruptura da normalidade laboral, especificamente durante as grandes greves ocorridas em Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919. Merecerão destaque as estratégias eleitas por estes agentes sociais para imporem suas visões e interesses, as rivalidades e antagonismos surgidos destas disputas, as formas assumidas por tais conflitos e as identidades construídas e instrumentalizadas por cada um dos grupos em tela.

\* \* \*

Nas duas últimas décadas do século XX, travou-se um amplo debate no meio acadêmico acerca da crise do mundo do trabalho e do movimento operário organizado. O declínio da atividade grevista e de outras formas de manifestação da classe trabalhadora, a decrescente densidade sindical e maior vulnerabilidade dos trabalhadores diante dos novos processos produtivos foram apontados por muitos pesquisadores como desencadeadores de uma dupla e inter-relacionada crise: uma

---

<sup>40</sup> TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, nº 20, p. 87, 2006.

<sup>41</sup> Idem.

*social*, dos movimentos de trabalhadores, e uma *intellectual*, referente ao campo dos estudos sobre o mundo do trabalho<sup>42</sup>. Sewell, ao abordar especificamente o âmbito do conhecimento histórico, já observara que como “a classe trabalhadora organizada parece cada vez menos propensa a cumprir a função libertadora a ela atribuída pelos discursos reformistas e revolucionários sobre o trabalho, o estudo da história dos trabalhadores perdeu um pouco de sua urgência”<sup>43</sup>.

Conforme alguns autores<sup>44</sup>, tal crise seria de longo prazo e estrutural, e, por sua vez, acarretaria um “adeus ao proletariado”. Nesta linha, Offe salienta que, com as profundas transformações ocorridas na organização do mundo do trabalho, a classe trabalhadora teria perdido a centralidade que sempre teve na conformação da vida social<sup>45</sup>. Com a mesma perspectiva de análise, Zolberg argumenta que os “trabalhadores a cuja luta nós devemos os ‘direitos trabalhistas’ estão desaparecendo rapidamente e hoje são uma espécie ameaçada e residual”<sup>46</sup>. Neste contexto, com o alvorecer da “era da informação”, o movimento operário não teria mais condições de agir como uma “força significativa de coesão social e representação dos trabalhadores”, e os únicos sujeitos potenciais de transformação no futuro seriam aqueles desprovidos de caráter classista<sup>47</sup>.

Entretanto, de acordo com outros estudiosos, as transformações ocorridas no mundo do trabalho não teriam acarretado o seu fim, mas sim uma metamorfose, uma ressignificação das categorias que o definem, uma vez que

a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se [sic] ainda mais. Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade a sua dimensão 'intelectual'. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou mesmo vivenciando o

---

<sup>42</sup> SILVER, Beverly J. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 19.

<sup>43</sup> SEWELL apud SILVER, Op. Cit., 2005, p. 19.

<sup>44</sup> Entre os autores que defendem o fim da centralidade do trabalho, ver principalmente: KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992; OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; GORZ, André. *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003; e HABERMAS, Jürgen. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

<sup>45</sup> OFFE, Claus. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, nº 10, 1989.

<sup>46</sup> ZOLBERG, Aristide. Response: Working Class Dissolution. *International Labor and Working Class History*, v. 47, 1995, p. 28-38, p. 31.

<sup>47</sup> CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Redes: o poder da identidade*. São Paulo: Paz & Terra, 1999, p. 19.

desemprego estrutural. Esse é o eixo do debate sobre a crise da sociedade do trabalho, o que é muito diferente de dar adeus ao proletariado ou determinar o fim da centralidade do trabalho<sup>48</sup>.

Assim, esses pesquisadores sugerem que, a partir principalmente da década de 1990, teria surgido um novo ativismo, sobretudo após a grande greve geral ocorrida na França em 1995 e os protestos de Seattle durante uma rodada de reuniões da Organização Mundial do Comércio em 1999<sup>49</sup>.

Pode-se dizer então que o debate – brevemente resumido acima – acerca do funcionamento do mundo do trabalho e das expressões diretas da militância operária voltou a ocupar uma posição de centralidade no meio acadêmico, suscitando novas discussões e polêmicas. Para se compreender melhor esta realidade complexa e multifacetada, e entender as expectativas divergentes sobre o futuro do movimento operário, parece-me imprescindível partir de uma perspectiva histórica, a fim de que, através da observação de outros contextos, seja possível obter subsídios que possibilitem um exame profícuo da situação atual.

Portanto, o presente trabalho tem como meta investigar as estratégias e identidades, os conflitos e solidariedades envolvidos nas relações entre os agentes sociais que protagonizaram os movimentos paredistas aqui enfocados, que são: a) o PRR – instituído no governo do Rio Grande do Sul e seguidor de uma ideologia que, como foi dito, defendia uma atitude peculiar diante da questão social; b) os operários, tanto os grevistas (sem desconsiderar a heterogeneidade da própria militância operária), quanto aqueles que não aderiram às greves (também com motivações bastante diversas); e c) os patrões que, em suas estratégias de resistência, ora divergiam, apresentando posturas tomadas individualmente e que visavam reforçar sua posição dentro do campo econômico, ora convergiam, adotando medidas coletivas, atuando como grupo.

Sobretudo por seu caráter de fratura brutal, a greve representa “um momento privilegiado que pone en evidencia los estados latentes de una situación conflictiva y los valores de un grupo obrero o patronal”<sup>50</sup>, um momento no qual as relações que já estão latentes no dia-a-dia vêm à tona e tornam-se mais perceptíveis aos nossos olhos. Do mesmo modo, Perrot enfatiza que a “greve multiplica as relações entre as classes e

---

<sup>48</sup> ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 63.

<sup>49</sup> WOODS apud SILVER, Op. Cit., 2005, p. 20.

<sup>50</sup> Idem, p. 348.



os grupos sociais, habitualmente instalados em compartimentos separados”<sup>51</sup>, e age como um espelho capaz de refletir não só a imagem do trabalhador, mas também a do patrão, a do Estado e a de outros agentes sociais envolvidos em tais fenômenos.

Já faz algumas décadas que a história do trabalho vem – apesar das referidas discussões em relação à crise do mundo do trabalho – assumindo um papel de destaque na historiografia brasileira. Isso pode ser mensurado pela quantidade de estudos referentes a esta temática defendida nos mais variados programas de pós-graduação do país<sup>52</sup>.

Em seus primeiros momentos (o que não significa dizer que esta perspectiva tenha desaparecido), os estudos operários apresentaram, primordialmente, a tendência de se proporem à tarefa de “resgatar” a memória dos trabalhadores, acabando por cair em uma perspectiva semelhante à da história tradicional, visto que buscavam, em geral através da divulgação das ações dos grandes líderes operários<sup>53</sup>, construir exemplos que servissem à mobilização dos movimentos sociais no plano prático. Ou seja, uma visão que acabava levando à construção de mitos operários do passado para que esses atuassem como elementos determinantes da ação coletiva presente, por meio do estabelecimento de uma identidade operária que “romantiza os conflitos sociais, apontando para condutas exemplares da militância; uma historiografia que poderia ser denominada de ‘tradicional’ no âmbito dos estudos do movimento operário, privilegiando o papel das lideranças e abusando, sintomaticamente, do termo ‘resgate’ para definir seus objetivos”<sup>54</sup>. Este tipo de abordagem frequentemente preocupa-se em buscar razões e causas, erros e acertos para compreender o motivo pelo qual não houve uma revolução proletária que lograsse êxito no país, sendo utilizada como instrumento de legitimação do processo de mobilização da classe no tempo presente, isto é, trata-se de uma “[...] produção militante [que] tem a função legitimadora, da classe, da política

---

<sup>51</sup> PERROT, Op. Cit., 1984, p. 14.

<sup>52</sup> Ver: PETERSEN, Sílvia Regina. A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo. In: *XXIII Simpósio Nacional da Anpuh*, 2005, Londrina. Anais eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional da Anpuh. Londrina: Anpuh, 2005, p. 36-47.

<sup>53</sup> Em *As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro*, Schmidt trabalha com a forma pela qual as biografias de grandes líderes operários foram utilizadas para celebrar “os heróis do operariado, dignos de servirem de modelos para os companheiros de classe”, além de analisar as tendências e as possibilidades deste campo – o das biografias históricas de militantes operários – que se encontra hoje em dia em franca ascensão, fazendo menção a trabalhos que rompem com a perspectiva do resgate da *memória* dos trabalhadores. SCHMIDT, Benito. *As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, nº 8, p. 79-90, 1997, p. 80.

<sup>54</sup> SILVA Jr, Adhemar Lourenço. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 111.



sindical, da corrente ideológica ou [do] partido ou, ainda, do indivíduo militante”<sup>55</sup>. Em estudos com tal enfoque, as greves normalmente aparecem como momentos ímpares para a demonstração da coragem destes heróis operários e da vilania dos patrões e do Estado.

Somente nos anos de 1970, os historiadores atuantes nas universidades se voltaram para temas relacionados à classe operária brasileira e às suas greves. Para que isso ocorresse, foi decisiva a influência dos trabalhos pioneiros de alguns brasilianistas, como Michael Hall<sup>56</sup> e Sheldon Leslie Maran<sup>57</sup>. Porém, este âmbito de pesquisa só consolidou sua respeitabilidade acadêmica no país com a publicação da obra de Bóris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, de 1977.

Apesar de revelar a influência dos historiadores sociais britânicos – como Hobsbawm, citado logo no início do livro, no intuito de sugerir a busca pela classe operária num “sentido mais genérico”, ou seja, não restrita às suas parcelas organizadas<sup>58</sup>; e Thompson<sup>59</sup> – o trabalho de Fausto mostra ainda ser tributário das sínteses sociológicas produzidas anteriormente (das quais as principais são as de Azis Simão e Leôncio Martins Rodrigues<sup>60</sup>) e tende a expressar uma visão negativa concernente ao movimento operário entre os anos de 1890 e 1920, condenando a recusa, por parte dos anarquistas, da utilização da instância política como instrumento de luta, a qual teria tido um efeito desarticulador sobre a classe. Na terceira parte do livro, Fausto detém-se na greve geral ocorrida no mês de julho de 1917 em São Paulo, a qual

---

<sup>55</sup> BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária do Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 147. No Rio Grande do Sul, podemos incluir as obras de João Batista Marçal nesta categoria. Entre elas, ver: MARÇAL, João Batista. *As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1985; \_\_\_\_\_. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações bibliográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

<sup>56</sup> HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organizações, lutas e controle. In: PRADO, A. *Libertários e Militantes*. Campinas: Unicamp, 1985. Coleção Remate dos males, n.º 5; \_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

<sup>57</sup> MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

<sup>58</sup> FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986, p. 5. O próprio autor reconhece não ter avançado muito neste sentido.

<sup>59</sup> Que, apesar de estar referido na bibliografia, em nenhum momento é citado diretamente ao longo do livro.

<sup>60</sup> A partir de tais sínteses, estabeleceu-se no Brasil uma tradição de estudos relacionados à classe operária. Estes trabalhos buscavam formular “teorias interpretativas do movimento operário e de suas opções ideológicas”. BATALHA, Op. Cit., 1988, p. 148. Entre os principais representantes deste tipo de produção, ver: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo. Dominus, 1966; e RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

considera como um “ato simbólico e único” na memória social brasileira, destacando a espontaneidade de tal evento<sup>61</sup>.

Mais recentemente, outros estudos também se dedicaram a elucidar questões referentes ao ciclo de greves ocorrido no Brasil no final da década de 1910. Estudando o movimento operário entre os anos de 1917 e 1921 nos dois maiores centros industriais do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo, Campos já havia se “horrorizado” ao identificar nos textos historiográficos a tendência de “deter-se nas características que a classe não possuía”, e, contrapondo-se a tal visão da classe “em negativo”<sup>62</sup>, buscou “refletir acerca daqueles trabalhadores que pararam as máquinas, ou as boicotaram; diminuíram seus ritmos, impediram suas velocidades; transformaram os bairros e as cidades em espaços públicos, os politizaram; criaram espaços; [pois] refletir sobre eles é reconhecer suas vontades”<sup>63</sup>.

Do mesmo modo, Lopreato, criticando a concepção que considera a classe operária na Primeira República apática, imatura e desprovida de consciência, procurou ressaltar os múltiplos aspectos presentes na greve paulista de 1917, enfocando “seu dia-a-dia, preparação e ato, batalha e drama”, analisando este movimento como efeito de um “intenso trabalho conjunto de propaganda e de ação das correntes anarco-comunista e anarquista sindicalista”<sup>64</sup>, e se opondo diametralmente à tese da espontaneidade desta greve (tese de Fausto).

Embora possuidores de grandes méritos, em ambos os trabalhos, percebe-se uma ênfase sobre o operariado organizado, militante, sobre suas instituições e ideologias formalizadas, a qual prejudica a análise das relações entre os diferentes agentes sociais envolvidos nos movimentos. Lopreato, por exemplo, disserta brevemente sobre a atitude dos industriais e a ação da polícia no último capítulo de seu livro, mas ao longo do estudo, apesar de aparecerem referências, sobretudo, às atitudes repressivas da força policial – como a infiltração de espiões no movimento grevista – a tônica recai sobre a ação dos operários e, mais especificamente, dos operários grevistas.

No Rio Grande do Sul, os estudos alusivos ao mundo do trabalho vêm demonstrando um fôlego elogiável: partindo de pesquisas que se caracterizavam por

---

<sup>61</sup> FAUSTO, Op. Cit., 1986, p. 192.

<sup>62</sup> Expressão de PAOLI, Maria Célia; SADER, Emir e TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, nº 6, p. 64, 1984.

<sup>63</sup> CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988, p. 178.

<sup>64</sup> LOPREATO, Cristina. *O Espírito da Revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 26-27.

uma marca notadamente memorialista, as investigações de Sílvia Regina Ferraz Petersen permitiram a este campo adquirir “cidadania acadêmica” no estado. Entre suas obras, podemos destacar algumas que são de extrema importância para esta tese, a começar pelo artigo *As greves no Rio Grande do Sul*<sup>65</sup>, no qual a autora elaborou uma análise dos movimentos grevistas ocorridos no estado entre 1890 e 1919. Neste trabalho, Petersen dedica um espaço considerável às greves de 1906 e 1917. Escreve, ainda, algumas páginas sobre greve de 1919 em Porto Alegre, deixando aí uma brecha para pesquisas futuras. *Que a União Operária seja nossa Pátria*<sup>66</sup> revela-se como outro estudo fundamental de sua autoria, no qual se propõe o objetivo de “contar uma história dos operários gaúchos desde a perspectiva dos esforços para constituir suas instituições e organizações de classe, o que, afinal, tem sido um objetivo permanente em sua trajetória”<sup>67</sup>. O enfoque reside no movimento operário e suas instituições, o que dificulta visualizarmos os segmentos não organizados da classe operária; além disso, os demais agentes sociais que com esta se relacionam são abordados apenas nos limites de tal perspectiva analítica. Todavia, nesta obra, a autora apresenta uma análise da conjuntura 1917-1920 ao examinar sucintamente os movimentos grevistas ocorridos e transcrevendo diversos documentos a eles referentes. Percebe-se que, nos dois trabalhos de Petersen supracitados, a ênfase recai sobre a greve geral de 1917, sendo que os movimentos grevistas de 1918 e 1919 recebem uma atenção menor.

Em relação à greve de 1917 em Porto Alegre, devemos mencionar também o trabalho de Miguel Bodea, *A Greve de 1917: as origens do trabalhismo gaúcho*. Neste ensaio, o autor pretendeu buscar no referido movimento os “indícios que possibilitaram desvendar origens mais remotas do fenômeno que se convencionou chamar de ‘populismo’ e que projetaria e generalizaria a [sic] nível nacional a partir da derrocada das estruturas da velha República Oligárquica”<sup>68</sup>. Para ele, a dissidência política vigente entre os grupos dominantes no Rio Grande do Sul (Republicanos *versus* Federalistas) proporcionou a emergência de uma “aliança para baixo’ entre setores das classes médias urbanas acoplados ao segmento da oligarquia dissidente representado pelo PRR e as nascentes forças populares que invadiram o cenário político com a greve de

---

<sup>65</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)*. In: GONZAGA, Sérgio; DACANAL, José H. (Org.). *RS: economia e política*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>66</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa Pátria”*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

<sup>67</sup> *Idem*, p.11.

<sup>68</sup> BODEA, Miguel. *A Greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: Pro-Arte, L&PM, s/d, p. 17.

1917”<sup>69</sup>. Ora, tal interpretação, além de teleológica, desconsidera completamente o ocorrido durante as greves dos anos posteriores, nas quais a atitude acentuadamente repressiva do governo do Estado descartava qualquer possibilidade de uma ‘aliança para baixo’; ao contrário, o PRR, nessas ocasiões, apoiou integralmente a posição intransigente do patronato de não negociar com os operários. Assim, a despeito de buscar compreender as relações entre Estado e trabalhadores, tal abordagem privilegiou uma hipótese que não resiste se aplicada ao conjunto do período estudado.

Outro autor que, mais recentemente, discorreu sobre o referido movimento grevista foi Adhemar Lourenço da Silva Jr. Em sua dissertação de mestrado – intitulada “*Povo! Trabalhadores!*”: *tumultos e movimento operário* – ele pesquisa as relações entre anarquismo, violência e movimento operário no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha e faz uma análise da greve de 1917. Silva Jr. possui ainda outros estudos específicos referentes a este movimento, como o artigo *A Greve Geral de 1917 em Porto Alegre*<sup>70</sup>. Na dissertação, o autor concentra sua análise nesta ‘parede’ e na greve dos calceteiros, ocorrida em março do mesmo ano. No quarto capítulo, examina concisamente as greves eclodidas nos anos seguintes, 1918 e 1919, afirmando, contudo, que “a documentação existente sobre estes movimentos não permite a construção de evidências fortes com respeito ao sentido subjetivo da ação do ‘Povo’ ou dos ‘Trabalhadores’, mas tão somente à conduta das lideranças operárias”<sup>71</sup>, motivo pelo qual destinou pouca atenção às mesmas<sup>72</sup>.

A recente dissertação de Frederico Duarte Bartz procura avaliar as tentativas dos militantes operários do Rio Grande do Sul de explicar os modelos políticos que nasciam da Rússia soviética, e as ações inspiradas nestas interpretações, entre os anos de 1917 e 1920, procurando demonstrar que “os atos e as ideias dos militantes gaúchos inspirados na Revolução Russa, assim como as divergências em torno dela, não foram apenas pálidos reflexos de um processo maior que se desenvolvia em outras partes do

---

<sup>69</sup> Idem, p. 81.

<sup>70</sup> SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. “*Povo! Trabalhadores!*”: *tumultos e movimento operário*. Dissertação de mestrado em História. UFRGS, 1994; \_\_\_\_\_. *A greve geral de 1917 em Porto Alegre. Anos 90*, Porto Alegre, n° 5, jul. 1996.

<sup>71</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 348.

<sup>72</sup> Sobre a greve de 1917 em Pelotas e Rio Grande, ver: LONER, Beatriz Ana. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n.º 2, p. 71-89, 1996; LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*, Porto Alegre: Tese de Doutorado em Sociologia. UFRGS, 1999. Publicada parcialmente como: LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora Universitária, 2001. Tais trabalhos mostram que os picos de agitação operária nestas cidades do interior nem sempre coincidiam com aqueles verificados na capital gaúcha.

mundo”<sup>73</sup>. No capítulo VI, o autor elabora uma apreciação da campanha empreendida pelo governo gaúcho contra o maximalismo e da perseguição aos militantes do movimento operário, tema este que interessa ao presente trabalho, uma vez que versa igualmente sobre as relações entre Estado e movimento operário. Para Bartz, o aumento da violência política verificado no período “tinha como um dos principais ingredientes a propaganda do perigo revolucionário, o medo do maximalismo e da influência ‘nefasta’ que a Revolução Russa podia ter sobre a classe trabalhadora”, salientando a preocupação dos órgãos de imprensa em mostrar a experiência russa como “um desastre que só teria provocado miséria e fome”<sup>74</sup>.

No artigo *Os direitos, a lei e a ordem*, Alexandre Fortes discorre sobre o papel das greves gerais no processo de constituição do “movimento operário como um ator social e político na história porto-alegrense das primeiras décadas do século XX”<sup>75</sup>. Ao abordar rapidamente as greves gerais de 1917 e 1919, o autor frisa que a posição de Borges de Medeiros como “mediador” do conflito na primeira e a repressão ocorrida sobre o movimento na segunda demonstram “as oscilações da ação e do discurso do governo gaúcho diante do movimento operário na Primeira República”<sup>76</sup>.

Tais oscilações, bem como a postura do PRR perante a questão social durante este período, foram tratadas também em minha dissertação de Mestrado. Nela, apontei para o fato de que a elevação da violência policial e da repressão sobre as associações operárias cresceu à medida que ocorria uma radicalização do discurso destas entidades, sobretudo a partir do avanço da influência das lideranças anarquistas com a criação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 1918, e a ascensão de militantes desta corrente aos postos-chaves da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), tendo havido, inclusive, a fusão destas instituições. Neste trabalho, intitulado *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1898-1919)*, adotei por objeto de análise tanto a postura desse Partido em face das demandas do movimento operário quanto as atitudes deste último perante o Estado, enfatizando a relação entre as influências positivistas do PRR e as diferentes orientações do movimento operário nos anos de 1895 a 1919. Centrei, portanto, a investigação na

---

<sup>73</sup> BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de Mestrado, p. 17.

<sup>74</sup> Idem, p. 19.

<sup>75</sup> FORTES, Alexandre. O Direito, a Lei e a Ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 343-378, 2006, p. 343.

<sup>76</sup> FORTES, Op. Cit., 2006a, p. 352.

postura do governo do Estado e nas concepções positivistas que nele estavam presentes, colocando em segundo plano as estratégias patronais nas conjunturas de greves, procurando mostrar que o privatismo nas relações entre capital e trabalho, apregoado pelo governo, era abandonado nos momentos em que uma intervenção mais contundente se mostrava necessária. Com esse intuito, investiguei o comportamento e as estratégias do governo gaúcho em três conjunturas específicas, indicando as mudanças nas relações entre Estado e movimento operário, a saber: a) o ano de 1895, momento de início da organização das lutas operárias; b) a Greve de 1906, quando o governo procurou preservar o privatismo nas relações entre capital e trabalho; e c) os anos de 1917 a 1919, auge do movimento operário gaúcho no período pré-1930, quando, apesar de não examinar especificamente o andamento dessas greves, abordei as relações estabelecidas entre o movimento operário e o Estado no seu decorrer<sup>77</sup>.

Além da greve de 1917, outro movimento paredista mereceu significativo relevo da historiografia sul-rio-grandense: o de 1906 – chamado de a “Greve dos 21 dias” – tida como a primeira greve geral do Rio Grande do Sul. No livro *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre, 1906-1911)*<sup>78</sup>, Isabel Bilhão analisa as disputas pela direção do movimento operário nesta conjuntura, onde ressalta também a questão das rivalidades e solidariedades entre os militantes.

Em *De Mármore e de Flores*, Benito Schmidt analisa a greve de 1906, buscando compreender “os projetos, ideais, ações e limitações daquelas pessoas, considerando sua parede como um momento decisivo da formação da classe operária local”<sup>79</sup>. Esse livro é uma adaptação do terceiro capítulo de sua tese de doutorado, publicada com o título *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*<sup>80</sup>, na qual o autor estuda as trajetórias de duas importantes lideranças socialistas do período: Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco, que se projetaram na referida greve como dirigentes dos trabalhadores porto-alegrenses organizados.

Entre os estudos que abordam esta greve, deve-se também fazer referência ao artigo de Joan Bak, *Classe, Etnicidade e Gênero no Brasil: a negociação de identidade*

---

<sup>77</sup> QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Posivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. Guarapari: Ex Libris, 2007.

<sup>78</sup> BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre, 1906-1911)*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 1997.

<sup>79</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. Coleção Síntese Rio-Grandense, p. 9.

<sup>80</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.



*dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre*<sup>81</sup>, que avalia tal movimento enquanto um episódio significativo da formação da classe operária brasileira, demonstrando como os trabalhadores redesenharam múltiplas identidades (classistas, étnicas e de gênero) em resposta às transformações estruturais verificadas naquele contexto marcado pelo avanço da industrialização<sup>82</sup>.

O presente trabalho pretende dialogar com esta historiografia, recolhendo suas contribuições, e inovando ao: a) estudar de maneira articulada os principais agentes que se envolveram nas referidas greves, privilegiando suas estratégias e identidades, e b) abordar as relações de tais agentes ao longo de toda a conjuntura de 1917 a 1919.

\* \* \*

Com relação às fontes utilizadas, optei por diversificá-las ao máximo a fim de contemplar de forma razoavelmente uniforme as vozes dos diferentes agentes envolvidos nos conflitos laborais tratados na presente tese. Neste sentido, destacam-se as fontes jornalísticas –imprensa comercial e imprensa operária –; relatórios e mensagens oficiais do Presidente do Estado, da Chefatura de Polícia e da Intendência de Porto Alegre; manifestos e boletins produzidos e distribuídos pelas diferentes associações operárias e processos-crime. Esboçarei aqui algumas breves considerações sobre o uso que faço neste trabalho da imprensa e dos processos-crime, por se constituírem nas fontes de maior relevância em minha pesquisa.

A imprensa, tanto a operária quanto a “burguesa”, é uma inegável fonte de pesquisa para este trabalho (e para vários outros que tratam da história do movimento operário). Todavia, vale lembrar que esta jamais pode ser vista como um dado “a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade”<sup>83</sup>, uma vez que “não

---

<sup>81</sup> BAK, Joan. Classe, Etnicidade e Gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Revista Méti: História e Cultura*, Caxias do Sul, EdUCS, v. 2, n° 4, 2004.

<sup>82</sup> A autora também publicou artigo sobre a greve dos ferroviários gaúchos ocorrida em 1917. BAK, Joan. Labor, community and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American History Review*, p. 179-227, May, 1998. Sobre esta greve, ver ainda os trabalhos de Luíza Kliemann: KLIEMANN, L. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de ordem e progresso: 1905-1920*. Dissertação de Mestrado defendida na PUCRS, 1977; KLIEMANN, Luíza. 1917: convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, n.º 2, 1980.

<sup>83</sup> ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n° 13, p. 19-29, dez.1995, p. 21.

informa a história, simplesmente [...]”<sup>84</sup>. As informações veiculadas nos meios de comunicação são, tão somente, “uma representação construída sobre o real, sobre [a]s quais incidem determinados filtros deformadores que cabe ao historiador determinar e equacionar em suas análises”<sup>85</sup>.

Com efeito, ao analisar as relações entre os atores sociais que participaram dos conflitos entre capital e trabalho aqui examinados, deparo-me com diversas representações sobre o real expressas por meio dos respectivos órgãos de imprensa: se, por um lado, a imprensa operária procurava estabelecer representações favoráveis às demandas dos trabalhadores, criando identidades positivas para os operários grevistas e enaltecendo as causas das greves e as lutas dos companheiros; de outro, vemos a imprensa diária – tanto o jornal oficial do PRR, *A Federação*, quanto os demais periódicos da chamada “grande imprensa” – procurando normalmente condenar tais movimentos, atribuindo-os à influência exógena sobre o trabalhador nacional. Cada um desses conjuntos de representações luta, assim, “para impor-se frente a outras, e passará a compor o imaginário social de determinado grupo caso possua a virtude de fazer sentido para este grupo”<sup>86</sup>.

Quanto à imprensa operária, deve-se salientar que esta desempenhava um papel essencial na produção e reprodução das representações sociais e das identidades da classe operária, sendo comum encontrarmos alusões pejorativas à burguesia, ao Estado e aos trabalhadores não-grevistas, pois “[...] através da imprensa operária se produzia também todo um campo de representações do trabalho que se contrapunha às imagens veiculadas pelos setores dominantes da sociedade”<sup>87</sup>.

Ainda sobre este tipo de documentação, Elmir afirma que “a imprensa não pode ser fonte exclusiva para qualquer pesquisa histórica”<sup>88</sup>, pois dificilmente uma investigação nesta área se sustenta com “um único tipo de fonte documental”<sup>89</sup>, sendo imprescindível o entrecruzamento das informações advindas dos periódicos com outras fontes para que se torne possível uma aproximação mais verossímil da realidade. Ademais, o pesquisador deve se munir de uma série de cuidados, principalmente no que se refere à necessidade de realizar uma leitura intensiva destas fontes, considerando que

---

<sup>84</sup> ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, nº 2, p. 269-289, 1998, p. 274.

<sup>85</sup> Idem, p. 276.

<sup>86</sup> Idem, p. 276.

<sup>87</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987, p. 105.

<sup>88</sup> ELMIR, Op. Cit., 1995, p. 25.

<sup>89</sup> Idem, p. 25.



o “tempo da experiência da leitura [do pesquisador] não corresponde ao tempo de formulação do jornal”<sup>90</sup>. Essa leitura analítica “deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha”<sup>91</sup>, além disso, precisa levar em conta as condições em que o periódico foi produzido, bem como suas características técnicas e editoriais.

O fato de ter trabalhado como estagiário no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) durante minha graduação possibilitou-me entrar em contato com diversos processos-crime, os quais, desde então, tenho utilizado em minhas pesquisas acadêmicas. A possibilidade de usar tais processos para alcançar, ao menos, uma “ponta” da vida dos operários surge como uma alternativa extremamente enriquecedora e surpreendente, sobretudo se o pesquisador souber interpretar as informações e representações neles contidas. Deve-se considerar, neste sentido, que, na Justiça, os testemunhos e depoimentos são produzidos “sob pressão”, quer dizer, em uma situação em que depoentes e réus estão coagidos pelos ritos legais e formais do poder judiciário, perdendo muito de sua naturalidade e espontaneidade. Contudo, se o historiador conseguir “filtrar” essas declarações – cruzando-as com outras fontes – perceberá que tais depoimentos possibilitam o acesso a um mundo que raramente se deixa apreender. Mesmo que as versões constantes nos processos se contradigam, é possível construir uma compreensão satisfatória a partir, justamente, do cruzamento dessas várias falas conflitantes entre si e com outros registros históricos, valorizando as repetições. Nas palavras de Carlo Ginzburg (que também trabalhou com fontes “da repressão”: os processos inquisitoriais): “O que temos num texto são vozes contraditórias e não realidades contraditórias”<sup>92</sup>. Assim, ganha pertinência a proposta deste autor que afirmava espreitar por sobre o ombro dos inquisidores – dos policiais, delegados, advogados, promotores e juízes, no caso da presente pesquisa – na esperança de que os réus confessassem suas crenças e, dessa maneira, abrissem uma janela em direção a seu mundo<sup>93</sup>.

Apesar de não ser possível buscar nos processos criminais – como em qualquer outra fonte – o que “realmente se passou”, a objeção ao uso deste tipo de documentação

---

<sup>90</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>92</sup> GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, Coleção Memória e Sociedade, 1989, p. 210.

<sup>93</sup> Idem, p. 206.

não é aceitável, pois tais registros podem nos oferecer uma noção bastante rica das práticas e representações dos personagens envolvidos e da sociedade em que viviam. Neste sentido, Sidney Chalhoub, historiador que fez vasto uso deste tipo de documentação, ressalta que

ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muita vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência<sup>94</sup>.

A natureza peculiar deste tipo de documento e a necessidade que a Justiça tem de arrolar o maior número possível de provas e testemunhos para chegar a uma sentença definitiva tornam os processos criminais fontes ainda mais valiosas. Isso se dá, sobretudo, porque, além dos depoimentos, interrogatórios e toda a parte formal que encontramos em qualquer processo, podemos localizar nelas também, como anexos, exemplares de diversos jornais operários, não só do Rio Grande do Sul como de outros estados e países, folhetos impressos e distribuídos por vários sindicatos e associações operárias de diferentes cidades, conclamações às greves, boletins informativos, cartões-postais, manifestos anarquistas e sindicalistas, poesias, letras de hinos, estatutos de partidos e sindicatos, programas de partidos políticos, etc.; enfim, uma imensa variedade de registros que valorizam ainda mais este tipo de documentação.

\* \* \*

Esta tese está organizada em quatro capítulos: no primeiro – de caráter mais descritivo, factual e cronológico –, serão apresentados os principais movimentos grevistas ocorridos em Porto Alegre no período que vai de 1917 a 1919, com especial atenção para as relações estabelecidas entre os agentes sociais mais significativos envolvidos em tais conflitos laborais: o PRR, os operários – grevistas e não grevistas – e o patronato. Creio que a opção por uma estrutura mais descritiva se justifica à medida que situa o leitor não familiarizado com tais eventos no contexto examinado, colocando-o a par dos conflitos e processos neles ocorridos. Todavia, buscarei também estabelecer,

---

<sup>94</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 67.

já nesta parte, as semelhanças e diferenças, aproximações e afastamentos entre estes movimentos. Cabe igualmente salientar que as greves deflagradas em julho de 1918 e em fins de agosto de 1919 na capital gaúcha receberão uma ênfase especial, pois, como disse anteriormente, poucos foram os trabalhos que se propuseram a examiná-las e nenhum lhes concedeu centralidade como objeto de investigação.

O segundo capítulo tem como escopo analisar as estratégias adotadas pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), instituído em governo no Estado do Rio Grande do Sul, durante estes movimentos grevistas. Averiguaremos separadamente a postura do governo em cada uma das mobilizações estudadas, problematizando a questão do “paternalismo borgista”. Abordaremos, ainda, as identidades construídas pelo e para o Estado através do jornal *A Federação* bem como de outros periódicos, operários ou não.

No terceiro capítulo, serão estudadas as estratégias empregadas pelos operários grevistas durante os movimentos paredistas. Serão abordadas as ações desenvolvidas por esses agentes tanto em relação ao patronato e ao Estado, quanto em relação aos trabalhadores que não aderiram às greves e que representavam, portanto, uma ameaça ao seu sucesso. Nas situações em que emergem os conflitos entre capital e trabalho, um repertório de ações coletivas é posto em funcionamento por ambos os lados: greves, boicotes, assembléias, *meetings*, tomadas de associações, enfrentamentos violentos, entre outras. Ações deste tipo, instrumentalizadas ao longo das “paredes”, serão, pois, tratadas nesta parte. Serão abordadas, ainda, as identidades construídas e veiculadas pela imprensa operária para instrumentalizar os trabalhadores na disputa simbólica envolvida nas ‘paredes’, bem como as representações identitárias divulgadas pela grande imprensa sobre os operários grevistas.

O quarto capítulo examina as estratégias adotadas pelo patronato da capital para enfrentar o movimento operário e suas associações. Serão contempladas as estratégias usadas pelos proprietários dos estabelecimentos fabris e comerciais de Porto Alegre diante do operariado (cada vez mais) organizado, enfatizando-se a busca pela tomada de posições conjuntas, uma vez que os patrões foram, paulatinamente, organizando-se como classe a fim de confrontarem o repertório de ações coletivas dos trabalhadores. Também merecerão análise as representações construídas pela imprensa – tanto a operária quanto a burguesa – sobre os patrões e sua relação com as greves.

Em cada um dos três últimos capítulos, procurei fazer uma breve caracterização do agente social examinado (PRR, operariado e patronato), antes de analisar suas

estratégias e identidades, cuja finalidade é possibilitar uma melhor compreensão da parte dos leitores.

Estado, trabalhadores e patronato formam o tripé desses momentos conturbados vividos pela capital gaúcha devido à eclosão de significativos movimentos grevistas. Momentos de expectativas, de esperanças e de sonhos; de combates e de diálogos; de rivalidades e solidariedades. Nesta tese, pretendi interrogar, pela via do conhecimento histórico, cada agente social sobre seus desejos e objetivos. Espero ter, pelo menos, chegado perto disto.

E mãos à obra!

# 1 UMA APRESENTAÇÃO GERAL DOS GRANDES MOVIMENTOS PAREDISTAS OCORRIDOS NA DÉCADA DE 10 EM PORTO ALEGRE: as greves e seus “fins nocivos ao bem público”

Em 1917 o mundo encontrava-se sob o impacto de dois eventos de extrema importância: a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa. Enquanto as nações imperialistas se digladiavam em busca da supremacia europeia e mundial, a ordem capitalista era contestada de um modo nunca antes verificado: na Rússia, com o fim do czarismo e com a Revolução de Outubro; na Hungria, onde, em março de 1919, foi instalado um regime comunista liderado por Bela Kuhn (após a dissolução do império Austro-Húngaro), mas que logo sofreu a invasão romena; na Itália, os anos de 1919 e 1920 ficaram conhecidos como “Biênio Vermelho” e os movimentos contestatórios neles ocorridos são considerados como uma das motivações da ascensão do fascismo<sup>95</sup>; e, na Bulgária, “glória da península balcânica”, a imprensa operária porto-alegrense celebrava e divulgava o “advento do Maximalismo” naquele, país em 1919<sup>96</sup>.

O Brasil também viveu um período de intensa agitação social com greves gerais em diversos estados. Este capítulo tem como objetivo apresentar as greves ocorridas na cidade de Porto Alegre durante os “anos vermelhos” – 1917 a 1919 –, uma época de particular importância para os estudos relativos ao mundo do trabalho e, mais especificamente, ao universo do movimento sindical e operário, em função do ciclo de agitações sociais que percorreu o país influenciado pelos eventos já mencionados que se desencadeavam no cenário externo.

A vida parou. Milhares de operários foram às ruas e interromperam suas atividades protestando por aumentos salariais e redução da jornada de trabalho, além de outras exigências. Procurar-se-á enfatizar, especialmente, as greves de 1918 e 1919 em virtude da já referida escassez de trabalhos acadêmicos dedicados ao seu estudo e à relevância que estas tiveram nessa fase, provocando um ambiente caótico na vida da

---

<sup>95</sup> Este período foi uma “autêntica primavera para os movimentos socialistas, trabalhava-se nas praças, nas ruas, nos jornais, nos campos, nas fábricas, nas sedes dos partidos com a perspectiva concreta, a médio e curto prazo, da Revolução Socialista. O exemplo de Lênin na Rússia brilhava fortíssimo, reforçando em todos os militantes a *ideia* de que a Revolução Socialista era possível e próxima”. NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 63. Segundo Tobias Abse, “o auge do fascismo na Itália não pode desprender-se dos sucessos do biênio vermelho, os dois anos vermelhos de 1919 e 1920, que lhe precederam. O fascismo foi uma prevenção contrarrevolucionária [...] lançado como resultado da fracassada revolução”. ABSE, Tobias. *The Rise of Fascism in an Industrial City*. In: FORGACS, D. (Org.). *Rethinking Italian Fascism: capitalism, populism and culture* (1986). London: Lawrence and Wishart, 1986, p. 52-81, p. 54.

<sup>96</sup> *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maio 29, Porto Alegre, 1919.

cidade e impulsionando, entre outros aspectos que mais tarde serão abordados, o processo de organização e conscientização da classe patronal – o “fazer-se” da burguesia porto-alegrense – para enfrentar de modo coletivo o avanço da organização e da capacidade de mobilização das associações operárias. Cabe salientar desde agora que a tentativa do Estado de criminalizar estes movimentos, atribuindo sua eclosão simplesmente aos “desvarios criminosos” do elemento estrangeiro e anarquista que teria se inserido em nosso meio, fica evidente nas fontes jornalísticas examinadas.

### **1.1 Um retrato da cidade: as pessoas, os lugares e as motivações das greves**

Mas o que era Porto Alegre no começo do século XX? Como, em uma cidade periférica às maiores metrópoles brasileiras, provinciana até, ocorreram movimentos de dimensões tão grandes? Afinal, Porto Alegre não era exatamente um grande centro industrial, apesar do desenvolvimento de importantes setores. A despeito disso, durante a greve de 1919, o *Correio do Povo* contabilizava o número de 3.000 operários parados<sup>97</sup>!

Segundo dados do IBGE, em 1920, o país possuía 13.336 estabelecimentos industriais, comportando 275.512 operários empregados, sendo que o ramo com maior número de estabelecimentos era o alimentício, no total de 3.969<sup>98</sup>. O Rio Grande do Sul era o quarto maior empregador no setor industrial, ocupando 84.712 trabalhadores<sup>99</sup>. Em uma estatística do ano de 1907, o Estado aparece como a terceira força industrial do país, superado somente pelo Distrito Federal e por São Paulo<sup>100</sup>. Nos anos seguintes, São Paulo – que em 1907 possuía uma produção industrial pouco superior à do Rio Grande do Sul – passou a liderar o desenvolvimento industrial brasileiro, tornando-se responsável por quase metade da produção do país neste ramo. Para Hardman e Leonardi, tal fenômeno se deve ao processo de acumulação desigual vivenciado pelo país, no interior do qual a economia paulista era estimulada pelas exportações de café, enquanto as demais regiões desempenhavam um papel secundário e periférico. Segundo os autores, “o desenvolvimento desigual do país pode ser visto nas cifras seguintes,

---

<sup>97</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 4.

<sup>98</sup> ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2ª ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 531.

<sup>99</sup> ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936, p. 79.

<sup>100</sup> ESTATÍSTICA INDUSTRIAL – 1907. Anuário Estatístico do Brasil (1908-1912) apud REICHEL, Heloísa. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sérgio (Org.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 256.

relativas à porcentagem do valor bruto da produção industrial de alguns Estados em relação ao total do Brasil, no ano de 1919: São Paulo: 31,5%; antigo Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro: 28,2%; Rio Grande do Sul: 11,1% [...]”<sup>101</sup>. Portanto, apenas esses três estados eram responsáveis por 70,8% do total da produção industrial brasileira em 1919 e o Rio Grande do Sul permanecia como a terceira maior força. Em uma Estatística Industrial publicada pelo jornal *A Federação*,<sup>102</sup> lê-se que, em 1916, as fábricas ligadas à alimentação e ao vestuário correspondiam aos principais ramos industriais gaúchos e que, tomando como critério a matéria-prima utilizada, o Rio Grande do Sul apresentava o seguinte quadro:

TIPO	NÚMERO	OPERÁRIOS
Animais e derivados	554	12.797
Vegetais e derivados	1.815	12.664
Minerais e derivados	418	4.156

Entre os anos de 1915 e 1919, verificou-se um surto industrial no Estado, com um significativo aumento da massa de trabalhadores empregados que cresceu 119,46% no período, totalizando um contingente de 65.000 operários atuando em 12.950 indústrias. Em um relatório da Secretaria da Fazenda do Estado<sup>103</sup>, observamos as seguintes cifras em relação ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul:

Anos	Nº de fábricas	Capital (contos de reis)	Produção (contos de reis)	Operários
1915	2.787	101.586	220.551	29.617
1916	9.477	119.801	265.963	38.488
1917	11.787	142.792	371.707	52.444
1918	12.770	155.556	399.781	58.680
1919	12.950	160.000	420.000	65.000

Entretanto, no início da industrialização gaúcha, no final do século XIX, Porto Alegre não era o principal polo, uma vez que o desenvolvimento deste ramo da

<sup>101</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p. 66.

<sup>102</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 07/12/1916, p. 6.

<sup>103</sup> RELATÓRIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL apud REICHEL, Op. Cit., 1979, p. 269.

economia no Estado deu-se primeiramente nas cidades de Rio Grande e Pelotas. Para Hardman e Leonardi,

a anterioridade da indústria moderna em Rio Grande e Pelotas, além de estar ligada a uma maior participação do capital comercial no sul do Estado, antes de 1890, explica-se pela presença marcante do Porto de Rio Grande na navegação de cabotagem, sendo um dos polos estratégicos do comércio colonial, em especial com a região Rio-São Paulo<sup>104</sup>.

O crescimento industrial da capital ocorreu devido ao dinamismo da economia agrária da região colonial, que proporcionou um excedente comercializável e um mercado interno composto, basicamente, de pequenos proprietários rurais, os quais desenvolveram capacidade aquisitiva para produtos manufaturados. Neste contexto, Porto Alegre passou a suprir as demandas da zona colonial. Os produtos que, inicialmente, eram importados, passaram a ser produzidos internamente, produção esta facilitada por um anterior processo de acumulação de capital proveniente do comércio colonial<sup>105</sup>.

A estrutura dos parques industriais de Porto Alegre e das cidades mais ao sul do Estado também diferia bastante, visto que

em Rio Grande, principalmente, ela se caracterizava por apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e pouca diversificação de ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Já em Porto Alegre, havia um núcleo muito maior de fábricas que, apesar de se constituírem, em média, de pequenos capitais, apresentavam uma maior diversificação industrial<sup>106</sup>.

Observa-se, assim, uma diferença fundamental entre estes parques industriais: enquanto o de Rio Grande era pouco diversificado, voltado à produção de poucos itens, contendo maior grau de especialização e maior volume de mão de obra empregada em grandes estabelecimentos, e direcionado, basicamente, para o mercado externo ao Estado, sem ter um mercado consumidor considerável constituído internamente; o de Porto Alegre possuía uma estrutura mais diversificada, com fábricas menores, mas em número elevado e direcionadas primordialmente ao mercado interno. A vocação “para fora” das indústrias do sul do Estado infringiu-lhe sérias dificuldades, uma vez que

---

<sup>104</sup> HARDMAN; LEONARDI, Op. Cit., 1982, p. 66.

<sup>105</sup> Ver: REICHEL, Op. Cit., 1979; SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1977; e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha*: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS 1889-1930), Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

<sup>106</sup> REICHEL, Op. Cit., 1979, p. 262.



ocasionava o enfrentamento com a concorrência de produtos de outras localidades. De acordo com Reichel,

as indústrias sediadas em Rio Grande desde cedo começaram a enfrentar problemas relativos à capital e matéria-prima, o que, por sua vez, lhes diminuía a capacidade de concorrência. Apesar de se constituir no único porto marítimo do estado e poder aproveitar melhor o capital gerado pelo comércio exportador e os mercados conquistados pelo mesmo, a cidade de Rio Grande teve que adaptar sua produção industrial às necessidades do mercado nacional, competindo com áreas industriais mais próximas dos grandes centros consumidores do país e que se beneficiavam diretamente pelos lucros auferidos pela exportação de café<sup>107</sup>.

Assentada em um mercado consumidor mais estável e menos concorrido, a industrialização de Porto Alegre pôde se desenvolver com menos percalços, permitindo que a cidade se transformasse, ao longo das primeiras décadas do século XX, no principal polo fabril do Rio Grande do Sul.

E quem morava nesta cidade? Como eram as pessoas que viviam na capital gaúcha? De acordo com recenseamento realizado pelo IBGE, a população do Rio Grande do Sul em 1920 era de 2.182.713 pessoas<sup>108</sup>. Dessas, 179.263 residiam na capital, que era a sexta maior cidade do país em termos demográficos (ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, Salvador, Pernambuco e Belém, pela ordem), apresentando a segunda maior taxa de crescimento médio anual entre 1900 e 1920, perdendo apenas para Belo Horizonte. Verifica-se assim a rápida expansão da cidade, que ingressara no seleto rol das capitais brasileiras com mais de 100.000 habitantes. Como hoje em dia, havia mais mulheres do que homens (91.182 mulheres para 88.081 homens) e um percentual elevado de imigrantes: 11,37% da população (20.286) era composta de estrangeiros, ficando, neste quesito, atrás somente de São Paulo (com uma taxa de 35,44% da população composta de imigrantes) e do Distrito Federal (20,65%).

Apresentava, ainda, uma população predominantemente jovem, uma vez que 79,79% dos habitantes da capital – ou seja, 143.049 cidadãos – possuíam menos de 39 anos. Quase metade desta era composta de analfabetos, pois 41,44% (74.297) dos porto-alegrenses não sabiam ler nem escrever. Número este que cai para 27,25% se considerarmos somente aqueles com mais de 15 anos de idade. Porto Alegre possuía 26.535 domicílios com uma densidade de 6,76 pessoas por residência. No que concerne

---

<sup>107</sup> REICHEL, Op. Cit., 1979, p. 262.

<sup>108</sup> Todos os dados estatísticos a seguir foram retirados ou contabilizados a partir do Anuário Estatístico do Brasil, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, p. 71, 1936, p. 79.

às atividades profissionais desenvolvidas, observa-se que, das pessoas empregadas e com profissão declarada, 36,51% trabalhavam no setor industrial, o qual se mostrava como o mais significativo dentre os ramos da economia, empregando 20.882 operários.

Neste período, Porto Alegre dividia-se em quatro distritos, cada um com um subintendente que “acumulava funções administrativas e, principalmente, policiais”<sup>109</sup>. Tais funções subdividiam-se em duas: “por um lado, cada subintendente é o cargo máximo, dentro do distrito, da Polícia Administrativa (municipal); de outro, o subintendente é também um delegado de Polícia Judiciária, estadual, cuja ação correspondia à investigação dos delitos”<sup>110</sup>. Destes distritos, o terceiro e o quarto – que equivaliam, respectivamente, às regiões norte e nordeste do centro e ao núcleo industrial do Navegantes e algumas áreas rurais – são os que abrigavam o maior número de fábricas. Em relatório exposto pelo subintendente do Quarto Distrito<sup>111</sup> ao Intendente Municipal, no ano de 1919, nota-se, na região, a existência de 27 fábricas com 1.852 operários. Destes, 947 trabalhavam na indústria têxtil, 251 em fábricas de móveis e 115 em indústrias metalúrgicas. Os demais eram empregados em diversos outros setores, como na produção de doces, calçados, vimes, vidros, sabonetes e massas<sup>112</sup>. Enfim, Porto Alegre crescia e se industrializava rapidamente.

Antes de abordar as mobilizações grevistas deflagradas nesse período, torna-se necessário relatar mesmo que sumariamente os fatores que – tanto no âmbito internacional quanto no nacional – contribuíram para sua ocorrência. Certamente não se pressupõe aqui qualquer determinismo que transforme os protestos operários porto-alegrenses em meros epifenômenos das condições materiais de existência ou em reflexos automáticos da onda de agitações que se espalhava tanto pelo Velho Continente quanto por outros estados brasileiros, uma vez que, segundo Tertulian, o processo social é o “resultado da interação entre muitas cadeias causais, postas em movimento por vários atores sociais”<sup>113</sup>, não podendo ser reduzido a um único fator. Entretanto, não é

---

<sup>109</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 35.

<sup>110</sup> Idem, 1994, p. 35.

<sup>111</sup> Sobre o Quarto Distrito de Porto Alegre, ver: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul, EduCS; Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

<sup>112</sup> Relatório do Subintendente do 4º Distrito ao Intendente Municipal. 1919. Neste Distrito, estavam instaladas, entre outras, as seguintes indústrias: Cia. Fabril Porto Alegrense, com 450 operários; Fábrica de Móveis de Walter Gerdau, com 200; Fábrica de doces de Ernesto Neugebauer, com 220; Fundação de Alberto Bins, com 42; A. J. Renner, com 82.

<sup>113</sup> TERTULIAN, Nicolas. Uma Apresentação à Ontologia do Ser Social. *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, v. I, nº 3, p. 65, 1996.

possível desconsiderar tais elementos “externos”, pois estes estavam presentes de maneira explícita nas manifestações operárias aqui examinadas. Tanto a carestia provocada pela eclosão do “tufão mortífero”<sup>114</sup> que assolava a Europa – e que, em virtude do Brasil abastecer os países envolvidos no conflito mundial com gêneros alimentícios, fomentava o empobrecimento das classes menos favorecidas – quanto a onda revolucionária que se alastrou por várias localidades, pondo em estado de alerta a burguesia europeia e espalhando pelo mundo a esperança de uma profunda transformação social, achavam-se entre as justificativas que os trabalhadores grevistas utilizavam para legitimar os seus movimentos na capital do Rio Grande do Sul (ou para deslegitimá-los, no caso do Estado e do patronato).

Entre os anos de 1914 e 1918, a Europa esteve envolvida em uma guerra de dimensões mundiais que, por sua natureza e intensidade, acabou por afetar enormemente a vida cotidiana de países que nem sequer tinham entrado no embate bélico. Apesar de o Brasil só ter oficialmente declarado guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917, quando o Presidente Venceslau Brás rompeu com a neutralidade em função do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a influência da conflagração era sentida no cotidiano – para não dizer no bolso – dos cidadãos brasileiros.

A evolução do embate europeu propiciou um significativo aumento das exportações do Estado e do país, elevando o preço dos gêneros alimentícios a um patamar muito alto em função da exiguidade da oferta desses produtos. Apenas entre os anos de 1914 e 1917, as exportações brasileiras cresceram, em peso, 53,96%<sup>115</sup>. Segundo Villela, “as exportações de açúcar, antes esporádicas e sem expressão, e de carne resfriada e congelada, que não existiam antes de 1914, cresceram enormemente durante os anos de guerra, mantendo-se em níveis elevados até 1920. Outro produto alimentar cujas exportações também cresceram nos últimos anos da guerra foi a banha”<sup>116</sup>. Tudo isso levou ao encarecimento dos gêneros de primeira necessidade, o que acarretou descontentamentos no meio operário e popular.

No Rio Grande do Sul, o incremento das exportações foi ainda mais expressivo: somente entre os anos de 1916 e 1919, essas subiram 71,84% em peso e 133,53% em

---

<sup>114</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 2.

<sup>115</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 570.

<sup>116</sup> VILLELA, Aníbal. *Surto Industrial durante a Guerra de 1914-1918*. Rio de Janeiro: APEC, s/d, p. 542.

seu valor real<sup>117</sup>. O mercado que teve maior destaque no período foi o europeu, considerando-se que, apenas nos anos de 1918 e 1919, as mercadorias destinadas àquele Continente experimentaram um acréscimo de 21.370.065 em peso, o que representa um aumento de 155,1% nas exportações, enquanto que para o mercado norte-americano houve uma queda no mesmo período e para o mercado nacional o crescimento foi de somente 23,71% – estes dados indicam que, efetivamente, o conflito europeu acarretou um forte impacto sobre as exportações gaúchas. Dentre os países europeus, a Inglaterra foi a maior compradora, sendo responsável pela aquisição de 20.431.592 quilos, ou seja, 58,13% do volume total das exportações destinadas àquele mercado<sup>118</sup>.

Deve-se salientar que, no mesmo período, o incremento da produção das indústrias de transformação no ramo de alimentação no Brasil foi equivalente a este acréscimo das exportações, atingindo o índice de 49,7%, e que o crescimento da produção do setor industrial em geral correspondeu a 52,17%<sup>119</sup>. Isto é, embora as exportações tenham crescido, o nível da produção acompanhou de modo similar essa tendência, de maneira que tal aumento não justificaria uma elevação tão acentuada nos preços e a carestia verificada naquele contexto. Entre 1915 e 1919, a produção industrial do Rio Grande do Sul praticamente dobrou em valores movimentados e o número de estabelecimentos industriais passou de 2.787 em 1915 para 12.950 em 1919. O montante de operários também sofreu uma significativa elevação, passando de pouco mais de 15.000 em 1915 para 65.000 em 1919<sup>120</sup>, o que implica um crescimento de 333,33%<sup>121</sup> e demonstra o rápido crescimento industrial verificado no estado ao longo do período pesquisado.

Estas transformações econômicas e sociais, influenciadas por acontecimentos externos e por opções internas (como elevar o preço dos alimentos apesar do crescimento industrial verificado), determinaram em grande medida o campo de

---

<sup>117</sup> MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1920, Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1898-1920, p. 127. Diz o documento: “Em 1919, porém, o movimento do nosso comércio exportador foi ainda maior. O valor oficial dos produtos enviados para mercados nacionais e estrangeiros montou em 215.572:443\$110, relativos a 328.586.342 quilos. O acréscimo foi, pois, quanto a 1918 de 49.808:184\$880 e 36.841.202 quilos. Esses algarismos dispensam todo e qualquer comentário. Eles demonstram, na sua eloquência intrínseca, que o valor de nossa exportação em quatro anos, numa progressão vertiginosa, duplicou largamente, passando de 92.309:660\$020 em 1916 a 215.572:443\$110 em 1919. O aumento corresponde efetivamente a 133,53%. Quanto ao peso, tendo sido de 191.207.352, em 1916, e de 328.586.342, em 1919, a diferença para mais, em favor deste último ano, foi de 137.378.890 quilos ou de 71,84%”.

<sup>118</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil*, Op. Cit., p. 174.

<sup>119</sup> Idem, p. 383.

<sup>120</sup> REICHEL, Op. Cit., 1979, p. 269.

<sup>121</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes em 1920, p. 127.

possibilidades nos quais se movimentaram os agentes sociais envolvidos nas greves operárias porto-alegrenses no transcorrer daqueles “anos vermelhos”.

## 1.2 Greve Geral de 1917: o operariado incorporado

Esta situação, marcada pelo declínio das condições de vida, pelo desabastecimento de gêneros de primeira necessidade e pela elevação dos preços, refletiu-se na irrupção de diversos movimentos grevistas em vários estados da Federação. Como mencionado anteriormente, as greves de 1917 já mereceram diversos trabalhos por parte da historiografia brasileira e sul-riograndense. Portanto, proponho-me a traçar apenas um breve panorama destes movimentos, destacando alguns elementos que posteriormente terão maior relevância para a análise.

Em meados do ano, Porto Alegre vivia meses de uma suspeita calmaria: após a greve dos calceteiros e mais algumas declaradas por outras categorias, entre 6 de abril (quando ocorreu uma paralisação dos trabalhadores em uma fábrica de vassouras, escovas e móveis de vime que reivindicavam aumento salarial) e 31 de julho (dia da convocação de uma reunião geral que desencadeou o maior movimento paredista daquele ano) não há registro de qualquer greve ou manifestação operária na cidade<sup>122</sup>. Para Silva Jr., a onda de xenofobia gerada pelo conflito mundial, que ocasionou uma série de distúrbios e o transbordamento emotivo contra os bens de teuto-brasileiros e a consequente proibição de manifestações públicas e ajuntamentos, bem como a ocupação militar da cidade provocaram a impossibilidade de utilização da praça pública pelos operários, o que inviabilizava a eclosão de greves naquele momento<sup>123</sup>. Tal calmaria foi interrompida por uma sucessão de boatos que, a partir de meados de julho, já circulavam alertando para a preparação de uma greve pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)<sup>124</sup>. Contudo, a composição da diretoria desta entidade – então

---

<sup>122</sup> SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A Greve de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, nº 5, p. 186, 1996.

<sup>123</sup> Vale lembrar que, em abril, ocorreu o afundamento dos navios brasileiros por submarinos alemães, o que ocasionou uma violenta onda de protestos “patrióticos” na cidade. Ver: SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 200.

<sup>124</sup> A FORGS havia sido fundada em 1906, durante a greve geral daquele ano, sob a liderança dos socialistas. Segundo Schmidt, seus criadores tinham o intuito de “aproveitar o momento de efervescência dos trabalhadores a fim de organizar uma instituição unificadora de suas lutas e interesses”. SCHMIDT, Benito. *De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2005, p. 49. Em fins de 1918, após várias disputas entre diferentes grupos, a FORGS passou a ter uma orientação predominantemente anarquista. Sobre as disputas pela liderança desta associação, ver: SILVA Jr., Op. Cit., 1994; e BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008.; Bilhão, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre, 1906-1911)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.

predominantemente não anarquista – e o risco de que um fracasso da greve levasse ao seu enfraquecimento institucional fizeram com que esta mantivesse uma posição francamente contrária ao movimento, tendo inclusive publicado nota no *Correio do Povo*, na qual afirmava não cogitar “[...] da greve, tendo até mesmo se esforçado junto às associações que lhe são federadas para que esta capital não venha sofrer na sua tranquilidade”<sup>125</sup>.

No dia 29 de julho, a União Operária Internacional (UOI) – uma associação que congregava os anarquistas da cidade – realizou uma reunião geral na sede da FORGS. Esta contou com a presença de mais de 500 pessoas, e nela foi criada a Liga de Defesa Popular (LDP), um comitê com a participação dos anarquistas e dos pedreiros sindicalistas – inicialmente sem atuação da direção da FORGS pelos motivos já expostos – que, no decurso do movimento paredista, converteu-se em uma espécie de grupo diretor. Todavia, ao longo da greve, as lideranças da FORGS, aproveitando-se de seu aparato institucional, passaram a se apropriar dos cargos de direção da Liga, motivando um gradual afastamento dos anarquistas das posições de liderança tanto desta entidade quanto da Federação, o que revela um “golpe nas posições anarquistas”<sup>126</sup>.

Logo após a reunião de 29 de julho, a LDP publicou uma “Proclamação ao Povo de Porto Alegre” no jornal *Correio do Povo*, na qual expunha suas reivindicações, tendo enviado, ainda, um Memorial aos governos municipal e estadual<sup>127</sup>. Dentre as principais exigências desta Proclamação, constavam a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o estabelecimento de mercados livres nos bairros operários, a criação de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preços acessíveis e o aumento de salários. Das exigências da LDP, oito eram direcionadas diretamente às instâncias governativas (municipal e estadual) e somente duas (aumento de salários e redução da jornada) destinavam-se aos patrões.

No dia 31 de julho, a LDP encaminhou uma solicitação ao governo do Estado para que fosse autorizada a realizar um comício, visto que, como foi mencionado, desde

---

<sup>125</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/07/1917, p. 4.

<sup>126</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1996, p. 199.

<sup>127</sup> Proclamação da Liga de Defesa Popular ao Povo de Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/07/1917, p. 6. No já citado artigo de Silva Jr., o autor comenta as semelhanças entre as reivindicações da Liga de Defesa Popular de Porto Alegre e as do Comitê de Defesa Proletária de São Paulo. Este documento bem como o Memorial encaminhado pela Liga ao Presidente do Estado e ao Intendente foram publicados por Sílvia Petersen e Elisabete Lucas, juntamente com a relação dos integrantes da LDP. PETERSEN, Sílvia; LUCAS, Elisabete. *Antologia do Movimento Operário Gaúcho*, Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1982, p. 197-199.

abril, por ocasião dos conflitos étnicos motivados pela Grande Guerra, as autoridades governamentais haviam decretado “a proibição de *meetings*, reuniões ou ajuntamentos nos lugares públicos”<sup>128</sup>. Borges de Medeiros, então, consentiu na realização deste comício desde que, durante o mesmo, “não houvesse a mínima tentativa de alteração da ordem pública que será garantida pelo governo”, sendo que o chefe de polícia tomaria medidas para “reforçar o policiamento na capital”, o qual passaria a ser feito “por praças da infantaria e cavalaria da Brigada Militar. A polícia guardará diversos estabelecimentos comerciais e industriais de importância a pedido de seus respectivos proprietários que temem qualquer atentado”. Ciente da importância do sucesso do *meeting* do dia 31, a Liga se esmerou para que ocorresse tudo da melhor forma possível, distribuindo folhetos que conclamavam os operários a comparecerem “a fim de tratar assuntos referentes à carestia de vida, entre eles a exigência de aumento de 25% sobre os salários atuais e generalização das 8 horas de trabalho para o operariado”<sup>129</sup>, e organizando pequenos comícios preparatórios pela manhã no arrabalde de São João e na Praça dos Navegantes, dos quais participaram como oradores lideranças operárias de destaque como Cecílio Villar, pseudônimo de Henrique Martins, e João Batista Moll – ambos membros da Liga. O comício da tarde, realizado às 15 horas na Praça Senador Florêncio, foi extremamente concorrido, sendo que aproximadamente cinco mil pessoas compareceram ao local<sup>130</sup>.

Após outro comício realizado à Praça da Alfândega, a greve irrompeu com a adesão da maioria das categorias profissionais, acarretando a paralisação da capital. Os serviços essenciais, como transporte e energia elétrica, também foram afetados, a ponto da cidade ficar praticamente às escuras, devido à suspensão do funcionamento da Companhia Força e Luz. No mesmo dia do *meeting*, os empregados da Viação Férrea fizeram uma reunião na qual redigiram um memorial ao diretor da empresa, Sr. Cartwright, em que exigiam aumento de 30% sobre os salários, redução da jornada de trabalho para oito horas e estabelecimento da semana inglesa. Como não foram atendidos em suas pretensões, declararam-se em greve, estabelecendo um movimento que correu de modo paralelo àquele dirigido pela LDP, mas que, em grande medida, colaborou para o êxito do mesmo<sup>131</sup>.

---

<sup>128</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 200.

<sup>129</sup> A *Federação*, Porto Alegre, 30/07/1917, p. 5.

<sup>130</sup> A *Federação*, Porto Alegre, 01/08/1917, p. 3.

<sup>131</sup> A *Federação*, Porto Alegre, 30/07/1917, p. 5. Sobre a greve da VFRGS, ver: KLIEMANN, Luíza. Convergência de Interesses, Governo Autoritário e movimentos operários. *Estudos Ibero-Americanos*,



Percebe-se o envolvimento – em maior ou menor grau – de três associações operárias na greve: a UOI, predominantemente anarquista, cujos esforços permitiram o desencadeamento da greve; a FORGS, principal entidade de representação operária do Estado, cuja liderança estava em poder de não anarquistas; e a LDP, comitê criado durante a reunião geral da classe, que assumiu um caráter de órgão diretivo da parede. Conforme Petersen,

foram aderindo à greve os condutores de veículos, tipógrafos, estivadores, operários do estaleiro Mabilde, operários de algumas fábricas de chapéus, do Moinho Rio-Grandense, das casas Domingos Filippeto e Caetano Fulginatti, fabricantes de tamancos, Fábrica Castor, Empresa de Carruagens, Destilaria Scalzii, União de Ferros, Casa Singer, Victor Fischel, operários da Usina Elétrica, da Usina Municipal e da Cia. Fiat Lux, alfaiates, Cia. Fabril Porto-Alegrense, operários em fábricas de móveis e marceneiros<sup>132</sup>.

Muitas das solicitações constantes no Manifesto publicado pela Liga eram, conforme já foi assinalado, direcionadas ao Poder Público, conclamando a interferência legislativa com a finalidade de suprimir ou, ao menos, controlar as exportações dos gêneros de primeira necessidade para minorar a carestia. No dia 2 de agosto, o presidente do Rio Grande do Sul publicou a resolução de baixar dois decretos (2.287 e 2.288) elevando o salário dos funcionários a serviço do Estado e estabelecendo uma regulamentação oficial sobre as exportações de banha, arroz, açúcar, batatas, feijão e farinha<sup>133</sup>. Seguindo as orientações do governo estadual, o intendente municipal, José Montauray, assinou ato que estabelecia o preço de venda dos gêneros de primeira necessidade (Ato 137, de 4 de agosto de 1917) e outro que criava feiras e mercados livres em Porto Alegre (Ato 138, de 25 de agosto de 1917)<sup>134</sup>, atendendo às exigências constantes no Memorial da LDP.

Depois do atendimento de algumas das reivindicações por parte do governo do Estado, o movimento foi declinando e os trabalhadores acabaram, pouco a pouco, retornando a seus postos de trabalho. Ficaram, porém, paralisadas aquelas categorias que não conquistaram suas reivindicações junto aos patrões.

Tal retorno ao trabalho deveu-se, também, em certa medida, à já mencionada proibição de realização de *meetings* e ajuntamentos na cidade, a uma vigilância

---

Porto Alegre: PUCRS, v. 2, 1980; KLIEMANN, Luíza H. S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso” (1905-1920), *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. III, nº 2, p. 159-249, 1977; e BAK, Joan. Labor, community and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American History Review*, p. 179-227, 1998.

<sup>132</sup> PETERSEN, Sílvia. *Que a União Operária seja nossa Pátria*. Santa Maria/Porto Alegre: UFSM, Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 333.

<sup>133</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 02/08/1917, p. 6.

<sup>134</sup> Ato 138 de 25 de agosto de 1917.



ostensiva e inibidora por parte das forças policiais, e à “sugestão” dada pelo chefe de polícia, Firmino Paim Filho, de que a greve fosse abortada. Relembrando o movimento de 1917, Friedrich Kniestedt<sup>135</sup> salientou, em suas memórias, que uma comissão formada por cinco membros – entre os quais Cecílio Villar, Zenon de Almeida e Polydoro dos Santos – fora convocada para dar fim à parede, tendo sido ameaçada de prisão caso não concordasse. Para ele, a greve terminara fracassada em razão de que “suas lideranças haviam perdido a coragem”<sup>136</sup>. O certo é que, logo a seguir, a LDP lançou um Boletim, no qual “aconselha[va] a volta ao trabalho de todas as classes que o julgarem conveniente”, e afirmava que aquelas categorias profissionais que ainda não houvessem sido atendidas em suas reivindicações e que, deste modo, quisessem permanecer em greve, contariam com total solidariedade por parte da Liga e da FORGS<sup>137</sup>. A greve acabou tendo como resultado o atendimento parcial das exigências da LDP, tanto por parte do Estado, que reconheceu sua legitimidade e atribuiu *status* institucional à Liga, quanto por parte dos patrões, que, em muitos casos, seguiram o “exemplo” dado pelo governo e concederam aumento salarial e redução da jornada aos empregados.

Assim, a cidade foi voltando à normalidade de modo que, em 5 de agosto, domingo, ocorreu a regularização do tráfego urbano e, no dia seguinte, a maioria das fábricas retomou o seu funcionamento. Os jornais noticiavam que continuavam com a paralisação apenas os alfaiates, os sapateiros, os chapeleiros, os padeiros, os calceteiros, os carpinteiros e classes anexas, por não terem ainda obtido aumento de salário. Os empregados da Viação Férrea retornaram ao serviço no dia 9 de agosto, graças à promessa feita pela direção da VFRGS de reajuste salarial. O não cumprimento do acordado – devido ao fato de que esse aumento estaria atrelado a um acréscimo no valor dos fretes inviável naquele momento por causa de impedimentos contratuais – levou à eclosão de uma nova greve desta categoria em 17 de outubro, a qual terminou em

---

<sup>135</sup> Friedrich Kniestedt era um imigrante alemão com participação tanto no movimento operário europeu quanto no brasileiro. Chegado ao Brasil em 1909, desembarcou em Porto Alegre em 1917, proveniente de Pelotas e atraído pela eclosão do movimento grevista daquele ano. Tecelão, vassoureiro, livreiro, jornalista e operário destacou-se por sua propaganda libertária e pela participação na direção de várias associações operárias, entre elas a FORGS. Publicou os jornais *A Luta*, órgão da UOI, em 1918, e *O Syndicalista*, órgão da FORGS, em 1919, no qual escrevia com o apelido de Capitão Satanás. Em 1925, fundou a Livraria e Tipografia Internacional, na Rua Voluntários da Pátria. Morreu em 12 de outubro de 1947 em Porto Alegre com 74 anos. Kniestedt publicou suas memórias no periódico *Aktion*, de língua alemã, que foram traduzidas e editadas por René Gertz no livro *Memórias de um Imigrante Anarquista*, Porto Alegre: EST, 1989. Ver também uma breve biografia de Kniestedt em MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1995, p. 91-94.

<sup>136</sup> GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 125.

<sup>137</sup> Boletim da Liga de Defesa Popular. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/08/1917, p. 2.

virtude da intervenção do presidente do Estado que negociou com a Associação Comercial de Porto Alegre o aumento dos fretes, possibilitando a efetivação do prometido reajuste.

A legitimidade conferida às associações operárias pelo governo do Estado e o atendimento – mesmo que parcial – das demandas dos grevistas conferem a este movimento paredista certa excepcionalidade tanto em relação a movimentos congêneres deflagrados em outros estados (onde prevalecia a coerção pura e simples), quanto no que tange à própria conduta do PRR, que defendia a não intervenção governamental nas relações entre capital e trabalho. Tais peculiaridades levaram alguns autores a defender a ideia de um “paternalismo borgista”<sup>138</sup>, inspirado na máxima positivista da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”. Porém, esta premissa não se sustenta quando examinadas as greves gerais de 1918 e 1919, objeto das próximas seções deste capítulo.

### **1.3 A Greve Geral de 1918 e as disputas pela hegemonia política nas associações operárias**

No ano seguinte, a situação de carestia continuava afligindo de maneira bastante contundente a população porto-alegrense. Para se ter uma ideia da acentuada elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade então ocorrida, é interessante compararmos a tabela dos preços máximos estabelecida em ato municipal pela Intendência em agosto de 1917 com a de novembro de 1918. Em ambas, podemos encontrar oito artigos, sendo que os que apresentaram maior encarecimento foram a carne, que teve um aumento médio de 100% no período; a farinha de trigo, que aumentou 75%; e o leite, que subiu 66,6%. Ademais, a inflação média destes produtos acumulada no período foi de 53,97%<sup>139</sup>.

No âmbito mais específico do movimento operário – e considerando os acontecimentos de 1917, quando os cargos de direção da FORGS eram ocupados predominantemente por não-anarquistas –, o ano de 1918 foi marcado por uma série de disputas entre diferentes grupos político-ideológicos pela liderança das associações de trabalhadores, como no caso da FORGS, onde anarquistas e “não-anarquistas

---

<sup>138</sup> O chamado “paternalismo borgista” será discutido no terceiro capítulo desta tese.

<sup>139</sup> Ato 137 de 4 de agosto de 1917, p. 7-8; e Ato 145 de 6 de novembro de 1918, p. 61-62. Os outros artigos que constam nas duas tabelas são: arroz, com um aumento de 45,16%; banha, 20%; açúcar, 25%; ovos, 50%; e pão, 50%.

competiam pela direção da entidade”<sup>140</sup>. Em função de uma polêmica surgida no ano de 1917, a respeito da construção de um Tiro de Guerra<sup>141</sup> na sede da Federação, na Várzea, alguns operários anarquistas ligados à UOI<sup>142</sup> – como Polydoro Santos, Nino e Orlando Martins e Friedrich Kniestedt – se afastaram da entidade federativa e fundaram a União Geral dos Trabalhadores (UGT), o que levou a FORGS a perder muitos membros<sup>143</sup>.

Segundo Silva Jr., por volta de maio de 1918, verificou-se a expulsão de algumas entidades do interior do Estado da FORGS, tendo sido igualmente desligados da Federação o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas – que havia se recusado a responder um questionário sobre sua “atitude perante a Federação” – e a UOI. Petersen afirma que esta última se desagregou da Federação, tendo seu registro cancelado em 13 de março de 1918 no Cartório de Registro Especial de Porto Alegre<sup>144</sup>. Entretanto, no ano seguinte, observa-se que a UOI era uma das associações filiadas à FORGS, aparecendo com frequência nas páginas do seu órgão oficial – *O Syndicalista*. Isto se deve, provavelmente, ao reforço das lideranças anarquistas nos postos de direção da Federação ao longo do ano de 1918 e, principalmente, após a renúncia de Vigo Thompson Colin, ligado ao líder socialista Francisco Xavier da Costa, e do restante da diretoria durante a greve geral de 1918, episódio a ser abordado posteriormente.

Em suas memórias, Kniestedt salienta que, “[...] nós da Liga [ele se referia à UOI como Liga Operária Internacional] nos afastamos da Federação e juntamente com os padeiros, moageiros, pedreiros e um novo sindicato de diferentes profissões, criamos uma União Geral dos Trabalhadores de Porto Alegre. A Federação era apagada e fiel ao governo, a União era anarcossindicalista”<sup>145</sup>. Todavia, conforme Silva Jr. observou, os anarquistas não se afastaram da Federação: foram expulsos.

Apesar de todas estas disputas pela liderança do movimento operário porto-alegrense – ou talvez em função delas – desde o início do mês de julho corriam boatos acerca da eclosão de uma nova greve geral, que estaria sendo preparada para o dia 1º de agosto e que teria “início pelas indústrias metalúrgicas”. Isso levou um periódico da

---

<sup>140</sup> PETERSEN, Op. Cit., 2001, p. 331.

<sup>141</sup> Tiros de Guerra eram sociedades de tiro ao alvo estimuladas pelo poder público municipal e destinadas à preparação militar de reservistas.

<sup>142</sup> Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul apud PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS-Tchê, 1992, p. 162-173.

<sup>143</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 124.

<sup>144</sup> PETERSEN, Op. Cit., 2001, p. 342.

<sup>145</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 124.

capital a fazer um “apelo patriótico” aos operários para que esses não se deixassem influenciar “por espíritos anárquicos que talvez existam em seu seio”<sup>146</sup>, por elementos estrangeiros que defendiam “ideias balofas geradas por cérebros ocos, fora de senso, inimigos da estabilidade interna”<sup>147</sup>.

Clamando pelo “civismo do operariado porto-alegrense”, que sentiria um “grande amor por este torrão bendito”, o referido jornal orientava para que este não se deixasse “imbuir de ideias anárquicas trazidas por inimigos de seus ideais e da pátria”. Ou seja, o fomento das greves foi atribuído, como tradicionalmente ocorria, a elementos exógenos que, de acordo com tal perspectiva, exploravam a boa-fé do trabalhador nacional. Ademais, o periódico, aproveitando-se do clima emocional gerado pela participação brasileira na Guerra, acusava os grevistas de serem “camaleões, assalariados por mãos ocultas”, “inimigos do Brasil tomados do desejo de entravar a paz interna, levantando o nobre proletariado, para a sublevação da ordem”. A greve geral era, pois, interpretada não como uma tentativa de minorar a carestia de vida, mas como resultado de um complô internacional arquitetado pelos inimigos da Nação, por agentes de uma “espionagem multiforme”, para levar à ruína a concórdia entre o povo e o governo<sup>148</sup>. Seria a greve uma conspiração internacional levada a cabo por agentes de governos estrangeiros? *O Independente* insinuava abertamente essa possibilidade, procurando suscitar a desconfiança e a dúvida sobre o operariado nacional já tão afetado pela conflagração europeia.

Mas, enquanto parte da imprensa invocava o patriotismo dos trabalhadores porto-alegrenses, os anarquistas, em um manifesto apreendido pela polícia no início de 1918, questionavam tal sentimento, indagando:

Mas, tu como podes ser patriota se, quando devias ir para a escola aos 10 anos conhecer os costumes e tradições de teu povo, dante [sic] as oficinas, que infeccionam teus tenros pulmões e atrofiam o teu desenvolvimento físico e moral, se depois de enriqueceres os teus patrões, tens uma simples catre de hospital, quando não morres sem assistência médica ou violentamente. Já vês que a pátria, que dizem ser sua; é de apenas meia dúzia de vampiros<sup>149</sup>.

Os anarquistas do periódico *A Luta* denunciavam, também, a “[...] fumarada do grande incêndio ateado ao mundo pelo crime hediondo da burguesia [...]” e defendiam

---

<sup>146</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 01/07/1918, p. 3.

<sup>147</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 03/07/1918, p. 4.

<sup>148</sup> *Idem*.

<sup>149</sup> Aos Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRS. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151, Cx 76. 1918.

que a adoção do programa libertário seria a única forma “capaz de salvar os povos do abismo em que a burguesia os precipitou”<sup>150</sup>.

No dia 15 do mesmo mês de julho, os rumores sobre a possível greve voltaram a circular. Porém, paradoxalmente, desta feita os comentários do jornal oficial do governo justificavam e legitimavam as queixas dos operários, atribuindo a possível ocorrência de um movimento paredista à “angustiosa situação em que se acham”<sup>151</sup> os trabalhadores. Do mesmo modo, o periódico *O Independente*, que há poucos dias atrás criticara duramente a possibilidade de deflagração de uma greve, afirmando que os grevistas eram meros “camaleões, assalariados por mãos ocultas” e “inimigos do Brasil”, argumentava que, se a greve estalasse, seria justa em decorrência dos constantes aumentos de preços e da ganância dos açambarcadores, “que preferem ver os artigos armazenados e bichados a vendê-los a preço cômodo, com o fito criminoso de levantar o preço”<sup>152</sup>. Considerando a situação do povo – que seria premente e sufocadora –, o jornal solicitava aos governos federal e estadual que tomassem logo providências, lembrando que o preço dos gêneros alimentícios destinados à exportação era menor do que o preço no mercado interno. É de estranhar tão rápida mudança de postura por parte do jornal: de conspiração internacional levada a cabo por agentes de uma espionagem multiforme, a greve passou a ser encarada como resultado de justa reivindicação dos operários, os quais atravessavam uma situação angustiosa e sufocante frente à ganância dos açambarcadores. Porém, não conseguimos obter indícios documentais que nos ajudassem a compreender tal transformação no posicionamento do periódico.

Parecia, enfim, que a greve estava cada vez mais próxima. Em 18 de julho, foi realizada uma reunião na sede da FORGS – Campo do Bom Fim, nº 48 – promovida por essa, pela UGT e pela União Metalúrgica, à qual compareceram mais de 200 pessoas que debateram sobre a carestia de vida. Nesta reunião, elaborou-se um Memorial que, depois de aprovado, foi entregue ao presidente do Estado, Borges de Medeiros, requisitando: o abaixamento de 40% dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a regulamentação das oito horas diárias de trabalho, a liberdade dos canteiros recolhidos à Casa de Correção em função de uma greve ocorrida no mês de abril, a criação de uma

---

<sup>150</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 28/03/1918, p. 3 apud JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892 - 1923)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História - PUCRS, 1990, p. 113.

<sup>151</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 15/07/1918, p. 3.

<sup>152</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 15/07/1918, p. 5.

lei de proteção aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e a instituição das passagens de bonde a 100 réis para os operários<sup>153</sup>.

Após esta reunião, Vigo Thompson Colin<sup>154</sup>, Juvêncio Lima e João Huber compareceram à redação do jornal *Correio do Povo* e comunicaram terem pedido exoneração dos cargos que ocupavam na Federação Operária, alegando conflito de opiniões com as classes obreiras<sup>155</sup>. Em nota publicada no periódico *Notícia*, Collin declarava a razão de seu ato afirmando que os membros da diretoria estavam encontrando “empecilhos no desempenho de suas missões”, julgando-se “incompatibilizados com as classes trabalhadoras”. Segundo o mesmo jornal, o Memorial enviado pelas três associações operárias ao presidente do Estado fora despachado com as seguintes palavras: “Volte, selado”, o que teria deflagrado o início do movimento paredista<sup>156</sup>.

Uma nova reunião da classe trabalhadora realizada no dia 21, às 17 horas, novamente na sede da FORGS, aprovou por unanimidade a resolução de dar início à greve que começou com a paralisação do tráfego de bondes. Uma comissão do Sindicato dos Motorneiros e Condutores da Força e Luz foi destacada para comunicar ao coronel Virgílio do Valle, chefe do tráfego da Companhia, a respeito da paralisação, esclarecendo que “nenhuma queixa tinham da Companhia, mas que agiam assim para se tornarem solidários com a classe operária”<sup>157</sup>. Grande parte dos trabalhadores das fábricas e oficinas da cidade também aderiu à parede. Da mesma forma, o trabalho nas obras que estavam sendo realizadas pela Secretaria de Obras Públicas na capital parou completamente.

Às 21 horas do mesmo dia, os operários que trabalhavam na usina da Companhia Força & Luz abandonaram, também, seus postos, provocando a interrupção do fornecimento de energia elétrica<sup>158</sup>. A paralisação deste serviço acabou pegando de surpresa o presidente do Estado, que se encontrava em uma solenidade relativa à Primeira Exposição Preparatória da 4ª Exposição Nacional do Milho. Contrariado com a situação, Borges de Medeiros dirigiu-se pessoalmente até a Usina e, acompanhado da Brigada Militar, fez restabelecer o serviço por considerá-lo de utilidade pública –

---

<sup>153</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 5.

<sup>154</sup> Vigo Thompson Colin havia sido eleito presidente da FORGS em maio de 1918. Mais tarde, tornar-se-ia Conselheiro Municipal de Porto Alegre pelo PRR.

<sup>155</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 4.

<sup>156</sup> *Notícia*, Porto Alegre, 20/07/1918, p. 3.

<sup>157</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>158</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

embora explorado por uma empresa privada – promovendo a ocupação militar do local por 35 praças da Brigada<sup>159</sup>. A fim de garantir a continuidade do abastecimento de energia, foram enviados alguns homens que estavam recolhidos nas prisões do 1º e 3º distritos para substituírem os operários, os quais resolveram permanecer parados<sup>160</sup>. O governo julgou o movimento ilegítimo e descabido e logo se prontificou a contê-lo por se tratar de uma “perturbação da ordem social indispensável à tranquilidade pública”<sup>161</sup>. Dirigindo-se aos operários, Borges argumentou que, naquele momento, a greve era uma inconveniência devido ao estado de guerra no qual o país se encontrava, e que teria permitido a paralisação de agosto do ano anterior pois a situação era outra e porque avaliara justas as alegações do operariado, enfatizando que “o governo acha-se no firme propósito de reprimir este movimento que não tem objetivos plausíveis”<sup>162</sup>. Denota-se que o presidente do Estado se achava no direito de permitir ou proibir greves mesmo que o direito de greve fosse assegurado no âmbito federal<sup>163</sup>. O próprio Programa Político do PRR garantia, no item J que versa sobre as Teses Sociais, o direito de greve aos trabalhadores<sup>164</sup>; dispositivos legais que não foram suficientes para evitar a repressão do governo estadual.

No dia 22, foram “tomadas medidas enérgicas a garantir o trabalho e depois do meio-dia recomeçou o serviço no armazém do cais e, em parte, do Arquivo”. Os operários destas obras do Estado não compareceram ao serviço no domingo pela manhã, mas, à tarde, reiniciaram suas atividades e, na segunda-feira, tudo já estava normalizado.

Devido à ação do governo, no dia seguinte à sua eclosão, o movimento já parecia derrotado, tendo sido restabelecido o tráfego de bondes, uma vez que os empregados internos da Companhia Força & Luz ocuparam os lugares dos motorneiros e os veículos “trafegaram guardados cada um por duas praças da Brigada Militar com

---

<sup>159</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.

<sup>160</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>161</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>162</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>163</sup> O Código Penal de 1890, em seus artigos 205 e 206, tipificava a greve como um delito, condenando a um ano de prisão celular os acusados de “causar ou provocar cessação ou suspensão do trabalho, para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário”. Todavia, o decreto 1.162 do mesmo Código derogava os dispositivos que tornavam a greve um ilícito penal, recriminando tão somente os atos de violência praticados em seu decurso. Com a promulgação da Constituição de 1891, a questão social passou para a esfera do Código Civil, promulgado somente em 1916. Contudo, o decreto 1637 de 1907 regulamentava o direito de associação para todos os “operários de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais”. Ver: VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª ed., Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 75-81.

<sup>164</sup> OSÓRIO, Joaquim. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: Comentário*. Brasília: UNB, 1981, p. 117-138.



armas embaladas”<sup>165</sup>. Ao longo do dia, vários motoneiros retomaram o trabalho o que levou os trabalhadores grevistas a colocarem pedras sobre os trilhos dos bondes. No “domingo à noite a população ressentiu-se apenas da falta de bondes, pois, quanto ao mais o aspecto da cidade permaneceu normal”, afirmou o *Correio do Povo*. Ainda no domingo à noite, realizou-se uma assembleia do Sindicato dos Operários da Força & Luz na qual, por maioria de votos, decidiu-se pela volta ao serviço dos motoneiros e condutores, tendo o tráfego dos bondes se regularizado na segunda-feira pela manhã<sup>166</sup>.

Os comícios e ajuntamentos públicos haviam sido expressamente proibidos. Todavia, o coronel Emílio Massot, que comandava o policiamento da capital, recebeu uma denúncia de que, na sede da FORGS, haveria uma multidão reunida. Dirigindo-se para lá, observou a realização de um comício ao qual uma multidão de operários assistia da rua enquanto os oradores, de dentro da sede, proferiam discursos “em linguagem violenta”<sup>167</sup>, tendo ordenado que a multidão se dispersasse e fechado a sede da Federação<sup>168</sup>.

Os operários de algumas plantas industriais de maior porte – como a F. G. Bier & Cia. (têxtil), a A. J. Renner & Cia. (têxtil), a fábrica de móveis de Walter Gerdau e a de doces de Ernesto Neugebauer – permaneceram parados e, juntamente com trabalhadores de outros estabelecimentos, reuniram-se na sede da União Metalúrgica e resolveram percorrer as fábricas e convencer os demais operários a abandonarem o serviço. Foram, contudo, impedidos pela polícia e se dispersaram<sup>169</sup>. Diversos estabelecimentos passaram, então, a dispensar os trabalhadores que haviam aderido à parede.

Alguns operários não se conformavam com o fracasso da greve e procuravam, de várias maneiras, animar seus companheiros a continuar na luta. Um exemplo disto é que, no dia 22, domingo, na saída para o almoço dos operários da Cia. Força & Luz, uma operária subiu em um muro e fez inflamado discurso concitando à greve, tendo

---

<sup>165</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>166</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>167</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>168</sup> Silva Jr. argumenta que, em função deste incidente e da repressão ocorrida durante a greve de 1917, “a convocação do povo, ou pelo menos de passeatas grandes de trabalhadores para acompanhar comissões de negociação não são mais utilizadas pelas lideranças operárias”, pois poderiam acarretar “custos à dominação das lideranças”, Op. Cit., 1994, p. 387. De fato, novos *meetings* e comícios só foram convocados pela FORGS na comemoração do 1º de maio de 1919 e, durante a greve generalizada daquele ano, na qual a Federação não assumiu o protagonismo e limitou-se a prestar solidariedade às diferentes categorias paralisadas. O maior comício realizado foi convocado pelo Sindicato dos Operários da Cia. Força e Luz.

<sup>169</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.



sido interrompida por uma vaia dos operários que se dispersaram sem lhe dar ouvidos. Em outra ocasião, quando um comandante da Brigada Militar se deslocou para o Bairro Navegantes com o intuito de, “entre ameaças e conselhos [...] fazer com que os operários não perturbassem a digestão dos capitalistas”<sup>170</sup>, outra moça, Anna Schide, discutiu com os praças, tendo indignado “o coronel, como as demais autoridades, [...] o fato de haver uma operária, uma menina quase [...]” sustentado uma “cerrada discussão” e pleiteado “[...] desassombradamente os direitos da classe trabalhadora”<sup>171</sup>. Depois da greve, a moça foi “despedida junto com seu pai e os outros patrões recusavam-se a empregá-la. Estava sendo sustentada por subscrição”<sup>172</sup>.

A parede parecia desacreditada. A presença de grevistas nas proximidades de algumas fábricas – como a Cia. Fabril Porto-Alegrense – fez com que certos operários, temendo represálias por parte dos manifestantes, largassem o serviço. Isto resultou na ocupação dos arredores do referido estabelecimento por praças da Brigada. Um padeiro acabou preso, acusado de colocar uma bomba nos trilhos do bonde e de ter atacado, armado de revólver, funcionários da Padaria Luso-Brasileira<sup>173</sup>. O explosivo, entretanto, era, na verdade, um embrulho com uma porção de jornais velhos e um fio de barbante simulando uma bomba de dinamite, mas que “continha apenas uma bomba pequena de insignificante poder explosivo”<sup>174</sup>. Era, portanto, mais uma ameaça aos trabalhadores que voltavam ao serviço do que um risco concreto à sua integridade física, um instrumento de pressão e intimidação.

Para o governo, a greve não se justificava já que suas alegações seriam improcedentes e que “comparativamente a outros estados e, sobretudo, a outros países, a vida no Rio Grande do Sul não oferece[ria] dificuldades que possam autorizar o recurso a processos condenáveis de reação ou de abandono do trabalho”, principalmente em função das medidas adotadas pelo governo estadual durante a greve anterior, quando esse aumentou os salários dos operários a serviço do Estado e tomou providências no

---

<sup>170</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/10/1918 apud JARDIM, Op. Cit., 1990, p. 194.

<sup>171</sup> *Idem*, p. 191-195.

<sup>172</sup> JARDIM, Op. Cit., 1990, p. 195. Sobre a participação feminina em greves no Rio Grande do Sul, ver: BAK, Joan. *Classe, Etnicidade e Gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. Méis: História e Cultura*. Caxias do Sul: EdUCS, v. 2, nº 4, 2004; BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*. Londrina: Eduel, 2008; PETERSEN, Sílvia Regina. *A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. Revista de História da UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, p. 83-110, 1988; e SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o Silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920)*. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 157-177.

<sup>173</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 3.

<sup>174</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

sentido de conter a exploração dos preços dos gêneros de primeira necessidade, controlando o movimento dos estoques. As autoridades governamentais asseguravam ainda que, “nessas condições, a greve atual não tem pé nem cabeça”<sup>175</sup>, sendo o resultado da “ação perniciosa de elementos estranhos ao nosso meio social que aqui pretendem lançar o gérmen maligno das ideias anárquicas, rivalidades e luta de classes que não tem razão de ser no Brasil e tendem a desaparecer da própria Europa, onde surgiram”<sup>176</sup>. A intolerância com as ideias anarquistas já podia ser observada desde o começo daquele ano quando um manifesto intitulado “Aos Filhos do Povo”<sup>177</sup>, assinado pelos “anarquistas residentes em Porto Alegre”, foi apreendido pela chefatura de polícia.

Durante a greve, o *Correio do Povo* denunciou que “há dias, foram distribuídos e afixados nesta capital boletins em linguagem violenta assinados por Cecílio Villar e Zenon de Almeida concitando o operariado à greve”<sup>178</sup>. O uso de linguagem francamente revolucionária por parte dos dirigentes grevistas – prática alardeada pela imprensa contrária ao movimento – acabava por fornecer ao governo argumentos que legitimavam sua ação repressiva, como a ocupação militar de vários estabelecimentos fabris, o fechamento das sedes das entidades operárias, o envio de presos para substituir os operários grevistas, a colocação de praças armados de baionetas para vigiar os bondes, a proibição de reuniões e comícios, e a prisão dos operários envolvidos na greve. O mesmo jornal noticiava, ainda, que se achavam “recolhidos para mais de 15 grevistas, estando as autoridades empenhadas na captura de outros operários, fatores em evidência no movimento”<sup>179</sup>. Esses presos, verdadeiros reféns do governo, só seriam liberados se as entidades operárias que conclamaram a paralisação declarassem o final da greve, acordo que foi cumprido por ambas as partes<sup>180</sup>.

Em outubro, após a circulação de novos boatos a respeito da eclosão de um movimento paredista, outros operários foram presos, suspeitos de estarem “distribuindo boletins concitando seus companheiros à greve”<sup>181</sup>. O jornal *A Luta* denunciava as perseguições sofridas pelas lideranças operárias, declarando que:

---

<sup>175</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>176</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 29/07/1918, p. 1.

<sup>177</sup> AOs Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRS. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151, Cx 76. 1918.

<sup>178</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6. Cecílio Villar acabou sendo preso junto com Zenon de Almeida e faleceu pouco tempo depois, em 15 de novembro de 1918, vítima da gripe espanhola.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> SILVA Jr., Adhemar. Povo! Trabalhadores!: tumultos e movimento operário, Op. Cit., 1994, p. 383.

<sup>181</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 04/10/1918, p. 5.

A polícia desta capital, no afã triste de defender à *entrance* os cofres da burguesia exploradora, tem ultimamente desenvolvido uma perseguição feroz à classe trabalhadora.

Repetem-se as intimidações e prisões de trabalhadores cujo único crime é o de militarem nas associações e se interessarem pela sorte de seus companheiros vítimas da mais desenfreada ladroeira dos desalmados capitalistas que dia a dia enriquecem à custa da miséria de todos nós<sup>182</sup>.

Do mesmo modo, o jornal *O Syndicalista*, em 1919, denunciava a violenta ação da polícia contra os participantes da greve do ano anterior, destacando que “em 1918, quando houve uma tentativa de greve geral, tendo os operários da Usina Força e Luz abandonado o trabalho, o governo violou seus lares, arrancando-os de casa à baioneta, obrigando-os a trabalhar no fogo contra a vontade, fazendo-os dormirem ali, etc.”<sup>183</sup>. Diante de tais evidências, conclui-se que o término da greve de 1918 deveu-se, sobretudo, à intensa repressão governamental, que era apresentada como resposta à radicalização do discurso operário, fortemente influenciado pela ascensão de lideranças anarquistas no movimento organizado dos trabalhadores porto-alegrenses, o que será analisado de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Diferentemente da greve de 1917, a intolerância com os grevistas e o não reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações deram a tônica ao movimento de 1918. As associações operárias que encabeçaram a nova parede sofreram dura repressão, mesma atitude que se verificou na greve que eclodiu no ano seguinte. Todavia, esse ano de 1918 marcou um momento de tomada das principais associações operárias pelas lideranças anarquistas. Mesmo impondo uma visão sindicalista sobre elas, essas direções tiveram, a partir daí, um espaço privilegiado de divulgação e expressão de suas ideias e propostas que resultaram em uma radicalização do discurso operário, especialmente durante a greve generalizada de 1919, abordada a seguir.

#### **1.4 A Greve Generalizada de 1919: a Rua da Praia torna-se uma praça de guerra**

Em fins de agosto do ano passado [1919] irrompeu nesta capital um movimento grevista que, a princípio declarado em uma marcenaria, logo depois se foi aos poucos estendendo, até tornar-se completamente generalizado entre o operariado e várias classes trabalhadoras correlatas, paralisando todas as fábricas, vários estabelecimentos e

---

<sup>182</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/10/1918, p. 4 apud JARDIM, Op. Cit., 1990, p. 234.

<sup>183</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

empresas comerciais, iluminação pública, trânsito de veículos e distribuição domiciliar de pão e leite e outros gêneros alimentícios<sup>184</sup>.

Desta forma, o chefe de polícia interino, Eurico de Souza Leão Lustosa, iniciava seu relatório anual entregue ao presidente do Estado, Borges de Medeiros. De imediato, já se percebe o quanto o movimento paredista iniciado em agosto daquele ano alterou a vida da cidade nas semanas que se seguiram. A despeito deste impacto, observa-se, como já foi referido, que essa greve específica foi muito pouco estudada, constituindo ainda uma lacuna em nossa historiografia.

Este movimento, ocorrido entre os meses de agosto e setembro, não estourou de modo repentino, mas foi resultado de um longo processo de mobilização operária que remete tanto às greves gerais de 1917 e 1918, quanto à eclosão de movimentos parciais organizados pelos sindicatos e associações de trabalhadores naquele mesmo ano de 1919. Durante os meses – ou mesmo anos – que antecederam a Greve Geral de 1919, a agitação operária foi intensa e a ocorrência de greves, não só em Porto Alegre como em todo o Estado, demonstra este avanço organizativo do movimento operário gaúcho.

Muitas cidades do interior se depararam com a eclosão de greves das mais variadas categorias. Dentre elas, a que teve maior repercussão – em virtude das proporções que assumiu e da violenta reação por parte do governo – foi a que irrompeu em maio na cidade de Rio Grande. Como os acontecimentos naquela localidade tiveram intensa repercussão sobre o movimento operário da capital – que, através da sua imprensa, divulgava os eventos lá ocorridos, uma vez que o governo estabeleceu a censura telegráfica e os jornais de grande circulação praticamente nada informavam acerca do movimento –, a seguir será feita uma breve incursão relativa à “paredista” rio-grandina.

#### **1.4.1 Cenas de “canibalismo”: a greve de maio em Rio Grande**

Como foi dito acima, em Rio Grande irrompeu, no início do mês de maio de 1919, um movimento grevista que, iniciado pelos operários que trabalhavam nas obras do Novo Porto pleiteando a redução da jornada de trabalho para oito horas e a substituição dos “vagões destoldados por bondes”<sup>185</sup>, generalizou-se para as demais

---

<sup>184</sup> RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920, p. 355-357.

<sup>185</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

categorias. Aliás, a mudança no transporte dos operários das obras do Novo Porto – com o uso de vagões sem cobertura para levá-los ao trabalho – foi o elemento aglutinador da greve, uma vez que, na estreia do novo meio de transporte, choveu, fato que causou profunda indignação entre esses passageiros, os quais, ao chegarem molhados a seu local de trabalho, o abandonaram e dirigiram-se à sede da UGT, onde elaboraram um ofício à diretoria da Companhia Francesa, responsável pela obra<sup>186</sup>. Neste documento queixavam-se, ainda, que, com a modificação do sistema de transporte, seriam “prejudicados, pois os pontos de embarque nos trens ficariam muito distantes de suas casas”<sup>187</sup>. Como não obtiveram resposta, optaram por incluir novas reivindicações, exigindo a redução da jornada de trabalho a fim de compensar “o tempo perdido com as longas caminhadas” sem redução nos vencimentos. Tal descaso por parte da Companhia provocou inequívoco descontentamento entre os operários que, atingidos em seu orgulho, declararam-se em greve no dia 2 de maio.

Tendo eclodido brutal e subitamente, sem aviso algum, este movimento grevista pode ser incluído na categoria que Perrot denominou de “greve relâmpago” (*grève éclair*) ou greve selvagem. Estudando as greves entre 1871 e 1890 na França, a autora concluiu que 51% das paredes cuja declaração pode ser apurada foram súbitas, demonstrando a persistência de forte turbulência no seio da classe operária francesa. Perrot justifica tal agitação afirmando que a grande maioria destes movimentos foi deflagrada por categorias predominantemente compostas de jovens e mulheres. Ademais, no que se refere à natureza do conflito, 60% das greves súbitas por ela analisadas apresentaram um caráter defensivo, tendo como ponto de partida o impacto de uma emoção, provocando a inundação de ressentimentos acumulados, a explosão de sentimentos decorrente da indignação derivada de um ato considerado vexatório perpetrado pelo patronato.

No caso aqui estudado, apesar do movimento ter iniciado entre os trabalhadores da Companhia Francesa que labutavam nas obras do Novo Porto (categoria predominantemente masculina), percebe-se clara influência dos empregados das

---

<sup>186</sup> Sobre a greve de 1919 em Rio Grande, ver: LONER, Beatriz. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel, 2001; XERRI, Eliane. Uma incursão às fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n. 2, 1996; e XERRI, Eliane. *Uma incursão ao movimento operário de Rio Grande no início do século XX*. Porto Alegre, 1996. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 1996.

<sup>187</sup> Estas informações e as que seguem sobre a greve de Rio Grande foram extraídas do periódico *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

indústrias têxteis (categoria esta composta por muitas mulheres) na sua emergência, o que se aproxima da descrição feita por Perrot ao tratar da situação francesa.

A greve súbita é, portanto, “uma forma brutal e imprevista de cessar o trabalho, as reivindicações ou reclamações não estão formuladas no momento da parada”<sup>188</sup>. No que se refere à situação de Rio Grande, torna-se evidente o fato de que a substituição dos vagões fechados por bondes destoldados foi interpretada como um ato de humilhação por parte dos trabalhadores do porto, catalisando toda a indignação que resultou na eclosão do movimento paredista e em sua generalização para outras categorias.

Logo outros grupos profissionais aderiram ao movimento, “pedindo à UGT que mandasse ofícios apresentando o pedido de 8 horas”. No dia 5, houve o engajamento de parte dos trabalhadores da Companhia Swift e dos estivadores. Segundo o periódico *O Sindicalista*, “essa classe [os estivadores], como sempre, de acordo com suas briosas tradições, mantinha-se como um só homem, disposta no que desse e viesse, sem temor das caretas da burguesia”<sup>189</sup>. Em seguida, declararam-se em greve os operários das fábricas Ítalo-Brasileira, Rheingantz e de diversos outros estabelecimentos industriais. Nas palavras do *Correio do Povo*: “A greve rapidamente se generalizou, o que prova sua espontaneidade”<sup>190</sup>.

No dia 7 de maio, quando o movimento já se encontrava bastante difundido, várias comissões de grevistas fizeram manifestações em frente à Cia. Fabril e à Fábrica Leal Santos e Cia., na seção de biscoitos, “compelindo os operários a aderir ao movimento grevista”. Na tarde deste mesmo dia, a situação se agravou: após alguns policiais terem efetuado a prisão de um trabalhador paredista, na Rua Marechal Deodoro, “houve um conflito entre grevistas e policiais, saindo um destes ferido a pedradas”<sup>191</sup>.

A reação da polícia daquela cidade, de acordo com informações obtidas na imprensa operária, foi extremamente agressiva: no dia seguinte à declaração da greve, uma força de policiais de vigia nos portões da fábrica Rheingantz “espaldeirava e metia patas de cavalos sobre os operários”<sup>192</sup>. Os trabalhadores queixaram-se de que, nesta ocasião, “os infames atropelavam moças e crianças, ferindo algumas pessoas”. A sede

---

<sup>188</sup> PERROT, Michele. *Jeunesse de la Grève*. Paris: Seuil, 1984, p. 34-35. Tradução minha.

<sup>189</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>190</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/05/1919, p. 7.

<sup>191</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/05/1919, p. 7.

<sup>192</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

da UGT, onde funcionava o comitê diretor da greve, foi invadida pelos policiais que, “de revólver em punho e do interior conduziram presos dois estivadores grevistas que falavam a seus companheiros expondo-lhes a violência cometida momentos antes em frente à fábrica Rheingantz”. Além disso, no momento em que um grupo de pessoas protestava contra a prisão de um operário grevista, a polícia disparou contra a multidão, ferindo várias pessoas<sup>193</sup>. Em virtude de tais acontecimentos, a UGT dirigiu um ofício ao comandante da guarnição daquela cidade, no qual denunciava que, quando os operários encontravam-se pacificamente reunidos em uma manifestação diante da Rheingantz, “a polícia, sem ter o menor motivo, descarregou suas armas contra os trabalhadores, prendendo e espancando pelos processos mais desumanos, como verdadeiros canibais”. Ao final do ofício, uma ameaça velada dizia: “a polícia quer levar o povo ao último extremo de vingança”<sup>194</sup>. O jornal *Echo do Sul*, de Rio Grande, noticiou as atrocidades cometidas pela polícia rio-grandina da seguinte forma:

Mas crueldade maior do que todas as que já nos referimos, verdadeiro ato de canibalismo foi o que a polícia e a Brigada Militar, ao mando do delegado, praticou contra uma multidão de homens e mulheres, quando a mesma se dirigia, à tarde, para a Praça General Telles onde pretendia realizar um comício. A horrível brutalidade policial desenrolou-se em frente à Praça Tamandaré, quando o préstito por aí passava em completa ordem. O povo desarmado, supondo achar-se em um país civilizado, onde os comezinhos direitos de reunião pacífica fossem respeitados, reagiu por momentos à pedra, recrudescendo então a fúria dos policiais que fizeram fogo contra os manifestantes dispersando-os e arrebatando o estandarte da UGT<sup>195</sup>.

A tomada do estandarte da UGT pela polícia representou o triunfo momentâneo das forças do governo sobre os grevistas, e uma humilhação a esses últimos, tal qual um exército que toma a bandeira do exército derrotado, fazendo-o capitular. O estandarte foi, então, conduzido “em farrapo, para a delegacia de polícia, pela ordenança do delegado judiciário”. A imprensa operária atestou este simbolismo, comentando: “a passagem de tal milico pelo trecho que vai da Praça Tamandaré até a delegacia, fê-la, ele, cheio de pose, como se voltasse, coberto de glórias, de uma grande batalha, conduzindo qual guerreiro heróico – o troféu da vitória”<sup>196</sup>.

---

<sup>193</sup> As informações que seguem foram extraídas do periódico *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>194</sup> Ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Comandante da guarnição desta cidade. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>195</sup> *Echo do Sul* apud *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

<sup>196</sup> *Idem*.



Os desmandos policiais relatados na imprensa e mencionados acima ocorreram durante uma passeata capitaneada pelas tecelãs em greve que reunira cerca de 3.000 pessoas. Segundo o *Echo do Sul*, “grande foi o número de feridos nessa chacina com que o governo mandou aterrorizar o povo do Rio Grande [...]”<sup>197</sup>. Dentre os feridos, os jornais destacaram Heleodoro Cruz, empregado da Cia. Francesa, que sofreu ferimento à bala no ombro esquerdo; Polycarpo Campos, empregado da fábrica Leal Santos e Cia., que recebeu um ferimento à bala o qual fraturou o osso de sua coxa esquerda; Adão Rodrigues, João Baptista de Oliveira, Franklina Veríssimo e Matheus Martins Serpa, todos feridos à bala pela Brigada Militar.

Além do grande número de feridos, o confronto acabou resultando na morte do pedreiro Delfim José de Castro, que foi alvejado na caixa torácica e acabou falecendo no próprio local. As páginas da imprensa operária registraram “o banditismo em campo contra os operários”, mencionando ironicamente que “entre o grande número de feridos achava-se um operário morto, estendido no meio da rua, atestando o heroísmo da polícia rio-grandense”<sup>198</sup>. Um menino também fora encontrado morto, semienterrado em um cômodo após desaparecer durante o conflito. A praça onde se sucedeu o episódio ficou interditada para os trabalhadores e as reuniões e ajuntamentos foram proibidos<sup>199</sup>. Os militantes operários de Porto Alegre, indignados com a gravidade dos incidentes ocorridos naquela cidade portuária, denunciaram que:

a lei, como sempre o é para nós, é letra morta e o direito de associação, de reunião e de greve, reconhecidos por todos os povos civilizados e pela Conferência de Paz, foi anulado pelas carabinas da Brigada e pelo arbítrio do governo que ordenou a chacina dos trabalhadores em greve<sup>200</sup>.

A polícia de Rio Grande decretou, ainda, a prisão de vários operários, entre os quais o secretário geral da União dos Estivadores, Miguel Gusmão. Como a força policial tinha imposto censura aos Telégrafos, “para evitar que suas violências fossem conhecidas fora da cidade”<sup>201</sup>, poucas informações a respeito da situação da greve rio-grandina chegavam à capital, somente algumas pequenas notas reportavam o caráter pacífico da parede e a repercussão econômica daquele movimento, uma vez que muitos navios com mercadorias achavam-se impossibilitados de prosseguir viagem<sup>202</sup>. A ação

---

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

<sup>199</sup> LONER, Op. Cit., 2001, p. 319.

<sup>200</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>201</sup> Idem.

<sup>202</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 09/05/1919, p. 3.



do Estado nesta ocasião, censurando o serviço telegráfico, proibindo reuniões e manifestações, e prendendo e reprimindo com truculência os grevistas, fez com que a FORGS publicasse um boletim intitulado *Aos Trabalhadores e ao Povo*, que alertava:

a Federação Operária do Rio Grande do Sul leva ao conhecimento do proletariado do Brasil o covarde atentado praticado pelo Estado contra o direito de reunião, de associação, de locomoção, contra o sigilo de correspondência, contra a liberdade de pensamento, pois, a polícia do Rio Grande prende a todos aqueles que sejam suspeitos de serem grevistas, fechou duas sedes operárias, estabeleceu a censura telegráfica e apossou-se dos originais dos telegramas que as associações mandavam para suas congêneres, mantém preso grande número de operários sem que lhes forme culpa, semeia o terror entre a família operária e tudo isso para defender a ganância dos capitalistas contra as reivindicações justas dos trabalhadores<sup>203</sup>.

O telegrama transcrito a seguir, redigido pelo comitê diretor da greve de Rio Grande e encaminhado à FORGS, fora censurado pelo serviço telegráfico daquela cidade: “Federação Operária. Porto Alegre – Polícia acaba tirotear operários que reclamam oito horas. União Geral assaltada!”<sup>204</sup>.

Estas atitudes da polícia provocaram uma exacerbação dos ânimos e, por isso, várias outras categorias entraram em greve: os operários da Cia. Francesa, os trabalhadores da Viação Férrea de Rio Grande até a cidade de Santa Maria, o Corpo de Bombeiros, os trabalhadores dos esgotos, os motorneiros e condutores de bonde, os operários da Cervejaria Schmitt, os empregados da fábrica Leal Santos; houve, enfim, um acirramento do conflito laboral a ponto de alguns patrões concordarem com a redução da jornada de trabalho. Apesar destes entendimentos parciais, a greve continuou com o intuito de alcançar a reivindicação original do movimento.

O policiamento ostensivo, a utilização da Brigada Militar e do próprio Exército na vigilância das fábricas e ruas, a tomada da sede da UGT, a prisão de operários, a censura dos telégrafos e a repressão às manifestações públicas demonstram claramente a postura de “protetor do capital” assumida pelo governo neste contexto. É interessante observar que esta onda repressiva acabou tendo um efeito paradoxal: ao mesmo tempo em que buscava evitar novas adesões ao movimento paredista através da imposição do medo, prevendo a falta de disposição de parcelas do operariado para enfrentar a máquina coercitiva do Estado, acabou por estimular a solidariedade e a indignação dos trabalhadores, fortalecendo sua agregação e o sentimento de legitimidade de sua causa.

---

<sup>203</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>204</sup> Reproduzido em *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

Neste mesmo sentido, diversas categorias profissionais de outras cidades, como Pelotas, Santa Maria, Uruguaiiana e São Jerônimo, também perfilharam o movimento paredista<sup>205</sup>.

Em Pelotas, o Sindicato dos Estivadores declarou-se em greve postulando aumento de 1\$000 por dia e de 3\$000 para o trabalho noturno e nos domingos e feriados. Em um manifesto *Aos Trabalhadores*, assinado pela Liga Operária de Rio Grande, os autores, referindo-se ao movimento da cidade vizinha, denunciaram a “prepotência das autoridades” que “obrigaram uns infelizes presos a trabalharem a bordo dos navios em substituição dos estivadores que se acham em greve, reclamando as justas oito horas de trabalho e aumento de salário”<sup>206</sup>. A utilização de presos em substituição aos trabalhadores parados demonstra a firme intenção do governo de dar um término ao movimento grevista naquela cidade e uma clara disposição em favor dos empregadores. Na greve de Rio Grande, esta estratégia também foi adotada pelas autoridades. O periódico *O Syndicalista*, de Porto Alegre, condenou aquilo que chamou de “sistema Kaiser”, informando que

os presos que se acham recolhidos no segundo posto fizeram o serviço de descarga de carvão para a Usina Elétrica. Os referidos reclusos foram conduzidos à Usina, escoltados por uma força da polícia administrativa. Exatamente como fazia a Alemanha com os prisioneiros de guerra, o que tantas vezes foi censurado pelas boas gentes. A polícia a serviço do burguês não escolhe os meios. Transforma os presos em escravos<sup>207</sup>.

O jornal *O Rebate* de Pelotas, que publicara o boletim da Liga Operária, reconhecia como justas as reivindicações dos trabalhadores e criticava a atitude violenta das autoridades tanto naquela cidade – onde já havia ocorrido uma greve em agosto de 1917, que também envolveu forte repressão policial – quanto na vizinha Rio Grande. Conforme o periódico, caberia aos grevistas “o dever de agir, com as armas nas mãos, contra as violências da força pública. É a legítima defesa se impondo, mais do que nunca, com força de lei suprema”. O jornal, em tom de ameaça, vociferava que, se as

---

<sup>205</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3. No mês seguinte, o mesmo jornal noticiou novas adesões: em Pelotas, as operárias costureiras da Fábrica de Chapéus Reingatz, em reunião na sede da Liga Operária, declararam-se em greve por recusarem-se a pagar pelas linhas utilizadas no trabalho e enviaram ofício, no dia 22 de maio, no qual apresentavam suas condições para a volta ao trabalho; em Uruguaiiana, declararam-se em greve os operários da Fiação e Tecidos, exigindo aumento de 20% sobre seus ordenados. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3. Já em Caxias, ocorreu no mês de junho uma greve nos curtumes. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/06/1919, p. 3.

<sup>206</sup> *Aos Trabalhadores*. Anexo 23. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maio 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>207</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

autoridades não agissem com respeito às leis, os operários se defenderiam “[...] como leões, desta vez, não com as mãos abanando, porém com elementos de resistência mais práticos e positivos. Na guerra como na guerra!”<sup>208</sup>. Em São Jerônimo, os trabalhadores em greve obtiveram o atendimento de suas reclamações pela Companhia Minas de Carvão. Em Santa Maria, os trabalhadores da Viação Férrea também aderiram ao movimento paredista<sup>209</sup>.

Segundo Loner, o movimento começou a arrefecer por volta do dia 14 de maio, com o retorno ao trabalho de algumas categorias, e só foi oficialmente encerrado no dia 20, com a libertação dos operários presos, a devolução do estandarte da UGT e a obtenção de conquistas por certas categorias, como aumento salarial e redução da jornada de trabalho. Para a autora, na cidade de Rio Grande, a greve de 1919 parece estar condicionada a fatores como

a forte concentração operária na cidade; a consolidação tardia, mas eficaz, de uma entidade operária sindicalista como a UGT; as péssimas condições de trabalho no setor frigorífico e na Companhia Francesa, responsáveis pelo estopim das duas greves e pela formação da UGT e, por fim, a política repressiva do governo Borges de Medeiros com relação ao operariado, já demonstrada na greve de Pelotas, nessas greves em Rio Grande [1918 e 1919] e até na greve de 1919 em Porto Alegre<sup>210</sup>.

A agitação operária que se espalhava pelo interior do Estado, com especial intensidade na cidade de Rio Grande, não tardaria a chegar à capital gaúcha, colocando em estado de alerta o patronato e o Estado e afetando a própria dinâmica cotidiana da cidade.

#### **1.4.2 As agitações de maio em Porto Alegre**

Com tantas greves eclodindo no interior, é compreensível que esta mobilização operária atingisse também a capital. Na sua edição do mês de maio, o periódico *O Syndicalista* já anunciava a parede declarada em abril pelos operários que trabalhavam nas obras do cais, os quais protestavam contra as perseguições do fiscal Oswaldo Carvalho e pleiteavam a demissão do mesmo e aumento de salário de 1\$000 para pedreiros e foguistas e de \$500 para serventes. Estes trabalhadores justificavam suas demandas alegando que “é o trabalho do cais do porto, um daqueles lugares em que se

---

<sup>208</sup> *O Rebate* apud *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>209</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>210</sup> LONER, Op. Cit., 2001, p. 322. Sobre a repressão às greves no governo Borges de Medeiros, ver: QUEIRÓS, Op. Cit., 2007.

desce com vida sem que no entanto se tenha a certeza de voltar com ela”<sup>211</sup>. A greve durou até o início do mês de julho, quando uma comissão de grevistas aceitou a proposta de receber 1\$000 de aumento para os operários da serraria e \$500 para os que trabalhavam no cais e mais sete dias de salário a título de gratificação<sup>212</sup>. O Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores também aderiu à paralisação, tendo lançado um boletim no qual postulava por uma jornada de oito horas e um aumento de salário para 8\$000 por dia<sup>213</sup>. Em poucos dias, a categoria retornou ao trabalho com as reivindicações atendidas<sup>214</sup>.

O Sindicato de Resistência dos Alfaiates também resolveu declarar greve geral da categoria durante a comemoração do 1º de maio<sup>215</sup>, greve esta que teve duração de oito dias, até que os proprietários das alfaiatarias apreciassem uma nova tabela de preços elaborada pelo órgão sindical, que foi posteriormente atendido em suas reivindicações<sup>216</sup>. Antes, os alfaiates haviam enviado ofício aos proprietários dando-lhes o prazo de 18 horas para que respondessem, pois, caso contrário, entrariam em greve. A exigência era de que lhes fosse pago a quantia de 10 a 10 e 1/2% sobre o valor unitário repassado aos consumidores<sup>217</sup>.

Apesar da eclosão de movimentos grevistas de várias categorias e do sobressalto verificado na imprensa, que já receava o início de uma nova greve geral, a FORGS procurava acalmar os ânimos divulgando no periódico *A Gazeta do Povo* um boletim no qual assegurava que a greve geral nem sequer tinha sido aventada, havendo um “mal entendido sobre a decretação dessa greve”, embora estivessem sendo realizados diversos *meetings* e comícios alusivos ao 1º de maio<sup>218</sup>. A Federação também publicou nas páginas d’*O Syndicalista* uma nota em que declarava serem “falsos os boatos de que o operariado se levantará brevemente em greve geral”, uma vez que somente a FORGS possuiria “idoneidade moral para a atitude do operariado em face de qualquer questão que se prenda aos interesses desse mesmo operariado”<sup>219</sup>.

---

<sup>211</sup> Este boletim também foi publicado em *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>212</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3.

<sup>213</sup> Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores. Ao Povo e aos Trabalhadores. In: *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>214</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 17/06/1919, p. 3.

<sup>215</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 4.

<sup>216</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2. Neste número, d’*O Syndicalista* encontra-se a tabela apresentada pelos alfaiates e um boletim da categoria. Ver também *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1919, p. 2.

<sup>217</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1919, p. 2.

<sup>218</sup> *Idem*.

<sup>219</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 4.

No começo de maio, o Sindicato Padeiral declarou-se em greve em solidariedade aos canteiros e classes anexas, exigindo ainda que fossem postos em liberdade os padeiros presos durante uma greve anterior<sup>220</sup> e que uma comissão de higiene fiscalizasse as padarias mensalmente. Segundo *O Syndicalista*, todas as padarias entraram em greve, exceção feita àquelas cujos proprietários “com elementos estranhos ao sindicato procuravam trabalhar”<sup>221</sup>. A greve dos padeiros deste ano acarretou uma série de incidentes que será relatada no capítulo III.

Em relação aos movimentos paredistas setoriais ocorridos neste mês, a FORGS assumiu a posição de prestar solidariedade às associações em greve, realizando uma série de *meetings* nos quais tratava das paralisações que se desenrolavam e manifestava seu desacordo relativo aos acontecimentos violentos verificados na cidade do Rio Grande<sup>222</sup>. Apesar de declarar serem falsos os boatos referentes à preparação de uma greve geral, realizou uma reunião em sua sede na qual deliberou “prestar todo o seu apoio às classes em greve”, tendo publicado uma sequência de boletins favoráveis às posições de suas associações federadas, solicitando que, em nome da “solidariedade operária”, ninguém fosse trabalhar nas obras do cais em substituição aos canteiros que se encontravam parados. Além disso, convidou o advogado Álvaro Sérgio Maserá<sup>223</sup> para defender os interesses destas categorias<sup>224</sup>. Publicou, ainda, um boletim intitulado *FORGS – Ao Povo – Aos Trabalhadores!* em que declarava seu apoio à greve dos canteiros<sup>225</sup>.

### **1.4.3 Os “cérebros de lama” não acedem: a greve de agosto e a intransigência patronal**

---

<sup>220</sup> O jornal *O Syndicalista* do mês de maio informa que, em uma reunião da Federação Operária, havia sido decidida a formação de um comitê Pró-Presos – com dois membros da FORGS e um da UOI – a fim de angariar fundos pecuniários para auxiliar os operários que estavam encarcerados por terem sido acusados de participar do movimento grevista de novembro. Porém, estes operários acabaram sendo despronunciados. *O Syndicalista, Porto Alegre*, 01/05/1919, p. 3.

<sup>221</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

<sup>222</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 20/05/1919, p. 2.

<sup>223</sup> Álvaro Sérgio Maserá era conhecido como o “advogado dos pobres”. Esteve ao lado dos operários em várias situações: durante a greve dos padeiros de maio de 1919, defendeu o padeiro Leopoldo Silva e, durante a greve de setembro de 1919, teve participação destacada nos comícios realizados, além de defender José Cândido da Silva, pelo fato deste ter tiroteado com a Brigada durante o comício de 7 de setembro. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>224</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>225</sup> “FORGS – Ao Povo – Aos Trabalhadores!”. In: *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

A mobilização operária vinha crescendo de modo bastante rápido. A sessão d' *O Syndicalista* responsável por divulgar informações relacionadas ao movimento associativo das entidades afiliadas à FORGS nos mostra uma atividade constante dos sindicatos e demais organizações operárias que se reuniam, promoviam palestras e já discutiam a necessidade de novas greves. Entre os temas mais debatidos, um se destacava por estar presente na pauta de quase todos os sindicatos, além de ser uma antiga reivindicação do movimento operário internacional: a redução da jornada de trabalho para oito horas.

Em meados de julho, a maioria dos sindicatos de trabalhadores de Porto Alegre já deflagrava suas respectivas “paredes”. O Sindicato dos Metalúrgicos declarou-se em greve exigindo as oito horas de trabalho e aumento de salário. Em torno de 600 operários aderiram ao movimento, percebendo-se uma troca de informações<sup>226</sup> entre o comitê da greve de Porto Alegre e a UGT de Rio Grande, a qual enviara um ofício afirmando solidariedade para com os trabalhadores parados e distribuía naquela cidade vários boletins aconselhando os operários de lá a não substituírem os metalúrgicos grevistas da capital caso fossem chamados<sup>227</sup>.

No decorrer dessa greve, o Sindicato reclamou que os patrões, aqueles “cérebros de lama”, “resolveram estabelecer as 8 horas mas não assinam nem reconhecem o Comitê nem a greve, como se fossem deuses ou homens de palavra”<sup>228</sup>, atitude esta que foi rechaçada pelos operários e acabou por prorrogar a duração da parede.

No dia 28 de julho, o Sindicato dos Operários em Calçados declarou-se em greve exigindo aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho<sup>229</sup>. Segundo *O Syndicalista*, várias firmas já haviam concordado com as pretensões dos operários grevistas<sup>230</sup>. No dia 4 de agosto, foi a vez do Sindicato dos Marceneiros,

---

<sup>226</sup> Observou-se ainda nas fontes contatos entre os metalúrgicos do Rio de Janeiro, que também estavam parados, e os operários do mesmo ramo de Porto Alegre. A União Geral dos Metalúrgicos havia mandado um telegrama informando sobre a greve que lá rebentara e recebeu de volta um da União Metalúrgica hipotecando sua solidariedade e noticiando o seu movimento. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4.

<sup>227</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 4.

<sup>228</sup> *Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes*. Aos metalúrgicos e aos operários em geral, Porto Alegre, 16/08/1919. Anexo 17. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>229</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 4.

<sup>230</sup> De acordo com este periódico, até o início de agosto os seguintes estabelecimentos e proprietários já teriam cedido às pretensões dos grevistas: Fábrica Castor, Sapataria Pontual, Casa Condor, A Pontualidade, Bota de Ouro, Jacinto Pandolpho, Botinha de Ouro, Sapataria Roma, Pedro Mansu, Theobaldo Klein, João Martineli, J. Buanove, Maximílio Ouriques, Arthur Hultsch, E. Lima e Cia., Gustavo Hartz, Frederico Strassburger, Avelino Freitas, Alcides Ignácio Moreira e Francisco Brino. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.



Carpinteiros e Classes Anexas iniciar o seu movimento grevista – o primeiro da categoria em Porto Alegre – com duração de doze dias, que resultou na vitória dos trabalhadores<sup>231</sup>, os quais obtiveram a diminuição da jornada de trabalho para oito horas e aumento de 3\$000 em seus salários<sup>232</sup>.

No dia 20 de agosto, os estivadores que trabalhavam no setor de carga e descarga da Viação Férrea da capital declararam-se em greve, exigindo a adoção do horário de oito horas de serviço e o aumento de salário para 6\$000 e 7\$000<sup>233</sup>, conforme a atividade desenvolvida. Mais de 100 operários aderiram à parede, o que provocou o fechamento dos armazéns. A greve estendeu-se até o dia 22, quando a empresa concordou em reduzir a jornada de trabalho e em aumentar os salários<sup>234</sup>. Outra entidade que também entrou na agitação operária foi o Sindicato Padeiral, o qual conclamou a categoria para uma nova greve (não devemos esquecer que, em maio, os padeiros já haviam estado em greve e que eles tiveram suas reivindicações atendidas), exigindo aumento de salário e diminuição da porcentagem que os proprietários das padarias davam aos distribuidores de pão<sup>235</sup>.

Em fins de agosto, diversas outras “classes” uniram-se ao movimento paredista: o Sindicato dos Tecelões<sup>236</sup>, o dos Chapeleiros<sup>237</sup>, o dos Cervejeiros, o dos Canteiros<sup>238</sup>,

---

<sup>231</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre. 03/09/1919, p. 3. Após uma reunião dos proprietários de marcenarias ocorrida no dia 6 de agosto, no salão nobre do clube Grêmio Náutico União, estes resolveram aceder na redução da jornada de trabalho para oito horas. Quanto aos aumentos de salário, decidiram que, para os empregados por dia, o acréscimo seria decorrente da redução da jornada de trabalho e, para os operários por peça, haveria um aumento entre 5 e 15% de acordo com a vontade dos patrões. Tal proposta não foi aceita pelos operários que se mantiveram em greve. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4. O Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas distribuiu um boletim intitulado *Aos trabalhadores e ao Povo em geral* no qual justificava a recusa da oferta dos proprietários de fábricas e oficinas. *Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral*. Anexo 21. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919. Sobre este movimento, Friedrich Kniestedt – que era tesoureiro do referido Sindicato – menciona que os trabalhadores em madeira tinham entrado em greve em solidariedade aos trabalhadores da indústria metalúrgica os quais pleiteavam a jornada de oito horas de trabalho. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 127.

<sup>232</sup> Relatório do Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Lustosa, Porto Alegre, 1920, p. 355-357 (BPERS).

<sup>233</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 20/08/1919, p. 2; e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20/08/1919, p. 4. No dia 23 de maio, os estivadores já haviam se declarado em greve, tendo enviado aos agentes da companhia, proprietários e arrendatários de trapiches e lanchas a resolução de só voltarem ao trabalho caso fosse aceita a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias e o salário de 8\$000 diários para estivadores e 7\$000 para trapicheiros. A maioria dos patrões atendeu as reivindicações e o trabalho logo foi normalizado. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 17/06/1919, p. 4.

<sup>234</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22/08/1919, p. 4.

<sup>235</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 30/08/1919, p. 2.

<sup>236</sup> No dia 25 de agosto, entraram em greve os tecelões da Fábrica de Tecidos F. G. Bier e da Companhia Fabril Porto-Alegrense. Nenhum trabalhador apareceu nestes dois estabelecimentos, totalizando cerca de 750 operários parados. No dia seguinte, outros estabelecimentos aderiram: a Cia. de Tecidos Porto-Alegrense e a A. J. Renner e Cia., chegando a cerca de 2.000 operários parados só no setor têxtil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 e 28/08/1919, p. 4.

o dos Trabalhadores em Fumo e o dos Trabalhadores dos Moinhos e Engenhos<sup>239</sup> declararam as greves das categorias que representavam. O Sindicato dos Operários da Companhia Telefônica Rio Grandense<sup>240</sup> resolveu também se declarar em greve no dia 29, tendo publicado um boletim no qual exigia que os operários que ganhassem até 100\$000 tivessem seu salário aumentado em 25% e os que ganhassem até 200\$000, em 15%; reconhecimento do Sindicato por parte da Empresa; readmissão de dois companheiros demitidos; entre outras reivindicações<sup>241</sup>. As greves, então, se generalizaram e afetaram visceralmente a vida da cidade, provocando a paralisação de serviços essenciais como luz, transporte e telefonia. Tomando a expressão de Perrot, os movimentos paredistas aqui referidos ocorriam como erupções do magma em ebulição, difundindo-se como uma epidemia. A autora denominou greves deste tipo de “eruptivas”, pois ocorrem como se estivessem “possuídas por uma força exterior, irresistível”<sup>242</sup>. E, de fato, as paralisações de 1919 se sucediam de modo quase que incontrolável: cada vitória de uma categoria impulsionava as reivindicações de outras e assim sucessivamente.

É importante salientar que certas categorias “filiaram-se” às greves sem nem sequer possuírem demandas específicas, apenas por solidariedade aos

---

<sup>237</sup> O Sindicato dos Chapeleiros fez publicar um boletim *Aos Trabalhadores* no qual expunha os motivos da greve e informava que mandaria uma comissão de grevistas levar aos empregadores as exigências de redução da jornada de trabalho para oito horas e de aumento salarial de 15% para que retornassem ao trabalho. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>238</sup> O Sindicato dos Canteiros, que havia entrado em greve no dia 30 de agosto, distribuiu o boletim *Aos Trabalhadores a nossa atitude* reclamando aumento de 1\$000 e 500 réis e protestando contra a “exibição de forças” e as “provocações habituais” da polícia. *Aos Trabalhadores*. Anexo 18. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>239</sup> Estes tinham uma jornada de trabalho de 10 horas e ½ e reivindicavam a redução deste tempo, o aumento de salário de 25% para os trabalhadores do turno diurno e de 50% para os do noturno e a abolição do trabalho aos domingos, entre outras melhorias. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>240</sup> Em uma série de matérias e editoriais, o *Correio do Povo* denunciava a precariedade dos serviços desta Companhia e reconhecia a legitimidade do movimento grevista. Afirmava o jornal que “os motivos que originaram o movimento são bastante justos”, considerando os “parcos salários” e que o horário estabelecido pela Companhia, das 7:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, era reconhecido somente para a entrada, uma vez que os operários não tinham hora certa para sair e que muitas vezes trabalhavam “até 10 e 11 horas da noite”. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 1.

<sup>241</sup> Os operários da Cia. Telefônica também exigiam a readmissão de Gaspar Silveira e Deoclécio dos Santos. Segundo um periódico da capital, estes dois empregados haviam sido demitidos pelo fato de pertencerem ao Sindicato e, de acordo com boletim distribuído por essa entidade e citado na *Gazeta do Povo*, a empresa pretendia demitir mais quinze empregados pelo mesmo motivo. A diretoria da Companhia afixou um aviso ameaçando os grevistas de substituição caso não retornassem ao trabalho. *Correio do Povo*, Porto Alegre 30/08/1919, p. 4. Ver também *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 2.

<sup>242</sup> PERROT, Op. Cit., 1984, p. 35-36. Tradução minha.



“companheiros”<sup>243</sup>. Este foi o caso da Cia. Força e Luz que, no sábado, dia 30, às 3 horas da manhã, entrou em greve. De acordo com a imprensa diária, “a população da cidade foi surpreendida [...] pela paralisação do tráfego dos bondes da Força e Luz”<sup>244</sup>. O *Correio do Povo* chegou a reclamar do fato de a greve ter sido mantida em sigilo pelo sindicato até a última hora. O *Syndicalista* justificou sua eclosão repentina declarando que “se os grevistas avisassem o governo (que só existe para amparar os interesses burgueses) [este] faria como fez das outras vezes: mandaria a Brigada obrigar os operários a trabalhar para garantir a liberdade de trabalho”<sup>245</sup>. A adoção do elemento surpresa configurou-se, pois, como uma estratégia para surpreender o Estado e o patronato e evitar a preparação de medidas repressivas que visassem a reprimir a greve. Perrot enfatiza que tal estratégia deriva de um “concerto secretamente orquestrado, de uma conivência dissimulada: é um efeito procurado, a tática da greve surpresa é querida pelos anarquistas dos anos loucos porque o choque, crepitante, excita e confunde como um atentado”<sup>246</sup>. O efeito desejado, portanto, era justamente o imprevisto, evitando uma reação imediata do governo e/ou dos patrões.

A despeito da greve do pessoal da Cia. Força e Luz – Usina, tráfego e oficinas – haver irrompido por solidariedade aos companheiros de outras categorias, foi distribuído um boletim no qual eram expressas as condições para que o trabalho na empresa fosse restabelecido: reconhecimento do sindicato pela companhia, aumento de salário conforme a tabela, redução da jornada de trabalho para oito horas, garantia de trabalho para todos os operários que tomaram parte na greve e abolição do sistema de mando utilizado<sup>247</sup>. O transporte de passageiros para os arrabaldes passou a ser feito por carroções da Empresa de Mudanças Cunha – cuja parada ficava na Praça da Alfândega

---

<sup>243</sup> Ver: HOBBSAWM, Eric. Os Destruidores de Máquinas. In: \_\_\_\_\_. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Paz e Terra, p. 22. Sobre os laços de solidariedade entre trabalhadores marítimos de Argentina, Uruguai e Paraguai, consultar: OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX. *Revista Esboços*, Florianópolis, UFSC, 2005, nº 14. Para o caso do Rio Grande do Sul, ver: LONER, Beatriz. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel/UniTrabalho, 2001, p. 289; e BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)*, Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.

<sup>244</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/08/1919, p. 6.

<sup>245</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>246</sup> PERROT, Op. Cit., 1984, p. 35. Tradução minha.

<sup>247</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/08/1919, p. 6. A tabela para aumento de salários previa um percentual maior para aqueles que ganhavam menos: 50% para os que recebiam até 2\$500, 30% até 3\$500, 25% até 4\$500, 20% até 5\$500, 15% até 6\$500, 10% até 8\$000 e 5% até 12\$000. O Sindicato dos Trabalhadores em Açúcar e o Sindicato da Companhia Telefônica também procuravam beneficiar, em suas reivindicações, os trabalhadores que ganhavam menos com uma fatia maior de aumento.

– em função da paralisação do tráfego de bondes<sup>248</sup>. Os jornais da capital, com exceção da *Federação* e do *Correio do Povo*, que tiveram o seu fornecimento de energia elétrica mantido pela Usina Municipal, foram obrigados a interromper suas publicações. A cidade ficou praticamente às escuras<sup>249</sup>. Achavam-se, ainda, em greve

os operários da Cia. Fiação e Tecidos Porto Alegrense, Cia. Têxteis Rio Grandense, Cia. Fabril Porto Alegrense e A. J. Renner e Cia.; da fábrica de chapéus dos Srs. F. C. Kessler e Cia. Moinho Rio Grandense, que ocupa cerca de 150 homens; do Moinho Central de Rubbo e Irmãos; dos engenhos de arroz de T. Lourenço Dexheimer e Rodolpho Treptow; Serraria Garibaldi, Fábrica de Pregos Ponta de Pariz[sic]; das cervejarias Becker e Cia., Bopp Irmãos, B. Sassen e Ritter e Cia.; Fábrica de fumos Maryland e da fábrica de doces Neugebauer<sup>250</sup>.

Embora os movimentos transcorressem pacificamente, o governo do Estado instaurou uma série de providências, cuja finalidade era estabelecer um estreito patrulhamento sobre os operários grevistas. Segundo o periódico oficial, “a polícia judiciária estava vigilante, sendo adotadas medidas para impedir qualquer perturbação da ordem pública”<sup>251</sup>. Já *O Independente* destacava o caráter pacífico da greve, salientando que “a ordem pública permanece inalterada”<sup>252</sup> e que “o que vem passando é dentro de uma normalidade elogiável”<sup>253</sup>. Apesar disso, desde o início da greve, “foram destacadas patrulhas da Brigada Militar para guarnecer alguns estabelecimentos públicos como a Usina Municipal, o Gazômetro, a Hidráulica etc.”<sup>254</sup>.

No dia 2 de setembro, às 17 horas, em uma sala do Clube do Comércio, organizou-se uma reunião dos proprietários e diretores de estabelecimentos cujos operários estavam em greve a fim de tratar de assuntos relacionados à greve. Neste encontro, deliberaram, por unanimidade de votos, atuar de comum acordo e, reunidos, encaminharem suas deliberações ao presidente do Estado, mostrando-lhe a situação aflitiva pela qual, segundo eles, passava a indústria local<sup>255</sup>.

---

<sup>248</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 2; e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 02/09/1919, p. 2. Os carroções partiam de duas em duas horas, possuíam doze cadeiras e a viagem custava 500 réis.

<sup>249</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 2.

<sup>250</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 2. Segundo o *Correio do Povo*, dos 9.000 operários existentes na cidade, 3.000 encontravam-se em greve. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5. Um exemplo desta amplitude do movimento: na fábrica de móveis de Walter Gerdau, duzentas mulheres da sessão feminina estavam em greve. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p.5.

<sup>251</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 30/08/1919, p. 1.

<sup>252</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 2.

<sup>253</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 2.

<sup>254</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 30/08/1919, p. 1.

<sup>255</sup> A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 5. Neste dia, aderiram à greve os trabalhadores em açúcar. O sindicato desta categoria distribuiu um boletim no qual exigia redução da jornada de trabalho; aumento de salário de 30% para os

Os empregadores haviam decidido enfrentar os operários e esta posição foi marcada por ferrenha intransigência. Com efeito, os jornais de Porto Alegre noticiavam que “os industriais e comerciantes desta praça, proprietários de estabelecimentos cujo pessoal se acha em greve, resolveram não realizar nova reunião conforme tinham combinado, visto se acharem todos dispostos a não aceder às pretensões dos operários em greve”<sup>256</sup>. Nos dias seguintes, a situação adquiriu contornos de radicalização. Em boletim intitulado *A Postos Operários*, a FORGS contestou veementemente a posição dos industriais de mandar um ofício ao presidente do Estado, atestando que “situação precária é a nossa”, e conclamando os operários a se manterem parados, pois “nada temos com o governo, nada temos com os industrialistas, tanto vale um como o outro. Nós como operários só temos com a ação direta”<sup>257</sup>.

A ocorrência de atentados protagonizados pelos operários se deu no momento em que os patrões assumiram uma “atitude que não era considerada pelos grevistas como a de uma greve ‘limpa’, contratando, no caso, outros trabalhadores para os postos vagos”<sup>258</sup>. Ao se negarem a negociar com os operários e, sobretudo, ao substituírem os grevistas, os patrões estavam, na ótica dos trabalhadores, burlando as regras do jogo. Tal burla não deixava alternativas e, na perspectiva dos participantes do movimento, conferia legitimidade às ações violentas que ocorreriam a seguir. Esta “noción legitimizante” pode ser entendida como uma justificativa racional desencadeada por algum fator que justificaria certas ações. No caso em tela, os executores desses atos violentos “creían estar defendiendo derechos o costumbres tradicionales; y, en general, que estaban apoyados por el amplio consenso de la comunidad”<sup>259</sup>. Talvez, no movimento examinado, não possamos falar em “costumes tradicionais” no sentido empregado por Thompson, mas em “costumes associativos” ou “militantes”, mais especificamente, em uma crença tácita de que os patrões deveriam negociar com os operários e reconhecer seu direito a reivindicarem.

---

homens que ganhavam 1\$000, de 25% para os que ganhavam de 3\$000 a 4\$000, de 20% para os que ganhavam de 4\$000 a 5\$000, de 15% para os que ganhavam de 7\$000 a 10\$000, de 25% para as meninas, além de aumento no valor da “embrulhação” de balas.

<sup>256</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5. O jornal *Gazeta do Povo* comentou que, em Rio Grande, a companhia União Fabril, “em um gesto de nobreza, aumenta espontaneamente os salários de seus operários e concede as 8 horas de trabalho”, e criticou as indústrias da capital que “não querem sob pretexto algum diminuir os dividendos de seus acionistas”. *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 2.

<sup>257</sup> *A Postos Operários*. FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>258</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 393.

<sup>259</sup> THOMPSON, Edward Palmer. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 65.

Examinando outro contexto, o da Inglaterra no século XVIII, Thompson ressaltava que “la economía moral de la multitud rompió decisivamente con la de los paternalistas, puesto que la ética popular sancionaba la acción directa de la muchedumbre, mientras que los valores de orden que apuntalaban el modelo paternalista se oponían a ella categóricamente”<sup>260</sup>. No caso de Porto Alegre em 1919, a “ética popular” – ou “associativa” e “militante” – condenava as atitudes intransigentes dos patrões e justificava, por meio delas, os atos de violência perpetrados: se os proprietários não queriam negociar e davam um pesado “tapa de luva” nos operários ao demitirem os paredistas, caberia agir de forma similar. As regras do jogo haviam sido quebradas. Mesmo que não estejamos falando em uma “economia moral da multidão”, podemos falar, sim, de princípios morais que deveriam pautar as relações entre patrões e empregados na ótica desses últimos e que, no decorrer do movimento enfocado, não foram obedecidos.

Nesta greve, diferentemente daquelas ocorridas nos anos anteriores, as reivindicações dos operários não eram direcionadas majoritariamente ao Poder Público, mas, sim, aos empresários. Todavia, o governo estadual posicionou-se em oposição aos trabalhadores engajados no movimento. Estes últimos, inspirados pelas ideias anarquistas, passaram a enfrentar tal união de forças (burguesia e governo) por meio da ação direta: contra a intransigência dos patrões e a repressão do governo estadual, bombas e dinamite!

Durante a segunda semana da greve, o jornal *A Federação* noticiou alguns distúrbios: na madrugada do dia 3 de setembro, um cabo que guarnecia a Fábrica de Cervejas Becker e Cia. foi alvejado por um tiro que o acertou de raspão, tendo sido levado para o hospital sem que as pessoas que praticaram o disparo fossem encontradas<sup>261</sup>. Além disso, “a polícia judiciária teve conhecimento de que na sede da Federação Operária se achavam presos alguns operários” e que outros estavam sendo coagidos a aderirem à greve sob pena de sofrerem agressões físicas<sup>262</sup>. No dia 4, a polícia foi acionada para dissolver um grupo de operários que provocava “distúrbios” em frente à fábrica Tertuliano G. Borges e Cia., na Rua Barros Cassal<sup>263</sup>. Não obstante, no dia seguinte, *O Independente* informou que “o policiamento que continua reforçado

---

<sup>260</sup> Idem, p. 89.

<sup>261</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 5 e *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/09/1919, p. 1.

<sup>262</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 5.

<sup>263</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

por forças da Brigada Militar não tem apresentado anormalidade, pois os operários continuam pacíficos”<sup>264</sup>.

Também no dia 4 de setembro, os patrões começaram a substituir os operários grevistas. A diretoria da Cia. Força e Luz “havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina”, engajando também em São Paulo “pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital”<sup>265</sup>. Ademais, pode-se ler na imprensa uma série de anúncios nos quais a mesma Companhia oferecia empregos a maquinistas e foguistas interessados em ficar no lugar dos grevistas<sup>266</sup>.

Como foi dito, esta atitude dos empregadores resultou em um recrudescimento das tensões existentes entre patrões e empregados, de modo que, na madrugada do dia 6, dois operários tomaram um táxi e, ao passarem pela Rua Voluntários da Pátria, lançaram uma bomba na sede da Cia. Força & Luz, sem que, no entanto, alguém fosse ferido ou que houvesse danos às instalações da empresa. Após atirarem o explosivo, os operários ameaçaram o motorista Antônio Brugnotto com uma arma para que acelerasse e desceram do veículo na Avenida da Redenção<sup>267</sup>. Este atentado pode ser considerado uma represália à diretoria da Companhia, que vinha substituindo os trabalhadores grevistas e que, na tarde anterior, havia afixado na porta da empresa um comunicado que informava que os grevistas que não retornassem aos seus postos de trabalho seriam considerados despedidos e substituídos<sup>268</sup>.

O fato de o patronato adotar estratégias que, sob a perspectiva dos grevistas, rompiam com a sua “economia moral” e burlavam regras tácitas do funcionamento de uma greve “limpa”, ao substituírem os grevistas, demitirem os que não compareciam ao trabalho e não negociarem com os sindicatos, era o que conferia legitimidade às ações punitivas realizadas pelos operários engajados no movimento paredista. Retomando as ideias de Thompson, para esse, a cultura popular seria permeada por uma “economia moral” baseada “em uma Idea tradicional de las normas e obligaciones sociales, de las funciones económicas propias de los distintos setores de la comunidad”. No caso em análise, talvez o melhor seja não falar de “cultura popular”, conceito difícil e impreciso,

---

<sup>264</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 2.

<sup>265</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5. Ver também: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

<sup>266</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 1.

<sup>267</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 10.

<sup>268</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 5.

mas de “culturas associativas” e “militantes”. Estas últimas englobam um “conjunto de propostas e práticas das organizações operárias, a visão de mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações [...]”. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias<sup>269</sup>. Entre estes valores, poderiam ser incluídos princípios que estabeleçam critérios de julgamento para determinar se tal ação seria ou não justa em dado momento, como a substituição dos operários que aderiam às greves. Deste modo, qualquer “atropello a estos supuestos morales, tanto como la privación en sí, constituía la ocasión habitual para la acción directa”<sup>270</sup>. Os atentados à dinamite e outros atos violentos seriam, portanto, ações percebidas como legítimas contra o patronato, que adotara uma postura de franca intransigência perante os grevistas. Para DaMatta, a especificidade das violências coletivas está no fato de constituírem uma espécie de “reação moralizadora”, na qual “a ação concreta é informada por uma reação moral e justa, quando os ‘fracos’ estão indignados contra a ação aviltante dos ‘fortes’, sejam eles representantes dos fortes ou particulares”<sup>271</sup>.

Em manifesto distribuído durante a greve pelo Sindicato dos Operários da Força e Luz, esse criticou as “aparatosas e provocantes demonstrações de força” do governo que não faz “nem um gesto de boa vontade, nem um gesto de conciliação”, enquanto a burguesia “vocifera e grita que sois [os operários] uns canalhas, uns insaciáveis” e “procura carneiros que façam fracassar a greve”<sup>272</sup>. Neste manifesto, percebe-se um tom ameaçador, como que antevendo os incidentes que viriam a acontecer e expressando o clima do movimento que se radicalizava. No documento, o referido sindicato declarava que “se a burguesia semeia vento que colha tempestades” e conclamava os operários a defenderem seus direitos “custe o que custar, doa a quem doer”. Ainda incitava os grevistas a “vencer ou morrer” e, de forma intimidante, asseverava que “seriam responsáveis o governo e a burguesia diante de sua indiferença, por todos os acontecimentos que possam advir”<sup>273</sup>.

---

<sup>269</sup> BATALHA, Cláudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 99.

<sup>270</sup> THOMPSON, Op. Cit., 1979, p. 66.

<sup>271</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 51.

<sup>272</sup> Tal Boletim foi apreendido pela polícia antes do *meeting* do dia 7 de setembro, o qual será examinado a seguir. *Sindicato dos Operários da Força e Luz*. Anexo 12. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>273</sup> *Sindicato dos Operários da Força e Luz*. Anexo 12. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.



Outro boletim, publicado pela FORGS, denunciava que o governo vinha fazendo os bondes saírem “com homens forçados entre baionetas” e apelava para que o povo não se tornasse “cúmplice desses vampiros burgueses sedentos de sangue”, pois teria a “obrigação de respeitar o grito de dor da família operária que tudo produz e nada tem”, não embarcando nos veículos, boicotando-os. Diz o documento: “Os bondes podem sair com homens forçados entre baionetas mas o povo não deve embarcar neles respeitando assim a greve, cumprirá um dever sagrado”<sup>274</sup>. Para certificar-se de que tal “recomendação” seria seguida, o boletim advertia de forma intimidadora que “quem não respeitar a dor alheia não espere boas recompensas...”<sup>275</sup>. As reticências, bem como o conteúdo da afirmação, deixam transparecer uma coação velada, uma sutil (ou nem tanto) ameaça. As intimidações tomavam proporções ainda maiores quando o documento atestava que os operários, “insultados e desrespeitados por aqueles que embarcam nos bondes com manifesta falta de escrúpulos, [...] agirão, mas agirão de forma que não haja responsáveis”, visto que “os operários não podem respeitar os interesses e a vida de ninguém em detrimento de seus legítimos interesses e vidas”<sup>276</sup>.

A coerção sobre a população na forma de ameaças tornou-se um instrumento de pressão dos grevistas que tentavam impor ao conjunto da sociedade seus interesses e visões de mundo. Nestas circunstâncias, o impasse persistia: os industriais e comerciantes mantinham-se “no firme propósito de continuarem com seus estabelecimentos fechados até que os operários voltem ao trabalho”<sup>277</sup> e a greve mantinha-se inalterada. Segundo levantamento do subchefe de polícia Eurico Lustoza, operários de 31 estabelecimentos encontravam-se em greve, totalizando 2.493 trabalhadores parados<sup>278</sup>. Entretanto, de acordo com a estimativa do jornal *Correio do Povo*, este número girava em torno de 3.000<sup>279</sup>.

---

<sup>274</sup> FORGS. *A Voz da Razão. Ao Povo, aos soldados e operários*. O comitê executivo. 07/09/1919. III Anno de Revolução Social. Anexo 11 In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919. O boletim convocava ainda os operários a boicotarem os produtos das casas Tertuliano Borges, Amaro Silveira e Castor, consideradas “inimigas de todos os operários”. Bastante significativo é notar que o periódico *O Syndicalista* utilizava um calendário próprio, semelhante ao elaborado durante a Convenção Nacional na França, que iniciava a contagem do tempo a partir da “Revolução Social” de 1917.

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> FORGS. *A Voz da Razão. Ao Povo, aos soldados e operários*. O comitê executivo. 07/09/1919. III Anno de Revolução Social. Anexo 11. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>277</sup> RELATÓRIO do Subchefe de Polícia Eurico Lustoza, Porto Alegre, 1920 (AHMV).

<sup>278</sup> RELATÓRIO do Subchefe de Polícia Eurico Lustoza, Porto Alegre, 1920 (AHMV).

<sup>279</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 10.



No dia 6 houve um novo atentado: pouco depois das 3 horas da manhã, uma bomba de dinamite foi arremessada contra a Padaria Sul-Americana, na Rua Silveira Martins, sem quaisquer danos materiais ou feridos<sup>280</sup>. Na mesma madrugada, outro ataque: desta vez, contra a residência do Sr. Guilherme Sperb, fiscal geral da Cia. Força & Luz, situada na Rua Lopo Gonçalves, sem que houvesse vítimas<sup>281</sup>.

Em situações “normais” de greve, as truculências tendem a ser evitadas, visto que

Não importa o quanto os grevistas possam ser violentos, na prática, sempre procuram atrair a simpatia da comunidade para o seu lado. Além disso, os sindicatos são normalmente ansiosos por evitar a violência e limitar seu impacto porque, simultaneamente com a greve, a organização também estará operando sob um contrato e negociando com outros empregados no intento de resolver as diferenças e promover interesses comuns<sup>282</sup>.

Contudo, no caso estudado, a intransigência do patronato mereceu, aos olhos de certos operários grevistas, atitude mais agressiva. Neste sentido, os boletins alertavam que os trabalhadores engajados no movimento estavam dispostos a adotar estratégias contundentes contra a teimosia dos patrões. Um exemplo é este, distribuído pelo Sindicato dos Operários da Companhia Força & Luz:

Basta! Se a burguesia semeia ventos que colha tempestades. É impossível permanecer inativos. Se não podemos vencer de braços cruzados descruzemo-los, e defendamos os nossos direitos custe o que custar, doa a quem doer. [...] Sejam homens. Que cada homem saia à rua e que cada covarde fique em casa. O que é impossível, inadmissível, absolutamente impossível, é voltarmos ao trabalho nas condições em que o deixamos. Fizemos a greve porque o trabalho nas condições atuais é impossível. Sejam homens! A burguesia não que ceder? Ela que fique responsável pelo que aconteça. Vencer ou morrer! Este é o lema!<sup>283</sup>.

---

<sup>280</sup> Idem.

<sup>281</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2. Para Perrot, as casas dos burgueses eram símbolos de uma nova feudalidade, substituindo os castelos medievais e, por vezes, referindo-se explicitamente à “simbologia feudal até na arquitetura”. Assim, estes “castelos, palavra usual para designar as residências patronais mesmo ‘burguesas’, encarnam tanto sua opulência quanto seu poderio e arrogância”, de modo que, “por ocasião das greves, essas residências são alvo de manifestações”. PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed., São Paulo: Paz & Terra, 1992, p. 86. Não sabemos como era a residência de Sperb, mas, mesmo que ela possivelmente não lembrasse em nada um castelo feudal, talvez representasse, para os grevistas, a fartura em que viviam os patrões e seus encarregados, em contraponto à sua penúria, e uma “fortaleza” impenetrável às reivindicações dos trabalhadores.

<sup>282</sup> TAFT, Philip. *American labor violence: its causes, character, and outcome*. In: GRAHAM, Hugh. (Org.) *Violence in America: historical and comparative perspectives*. New York: Bantam Books, 1969, p. 282 apud SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 305. Tradução minha.

<sup>283</sup> *Sindicato dos Operários da Força & Luz*. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Processo-Crime nº 1.016*. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Neste boletim, a “noção legitimizante” da qual falava Thompson fica evidente: a burguesia, de acordo com o documento, seria a responsável pelo que viesse a acontecer. Em tom de advertência, e apelando a valores ligados à honra masculina<sup>284</sup>, o texto exortava que as ações dos operários eram uma reação à intransigência dos patrões, uma represália ao descumprimento de normas tácitas ao funcionamento das greves. Afinal, para os autores desse informativo, a regra do jogo havia sido desrespeitada.

No domingo, 7 de setembro, a situação se radicalizou com a ocorrência de furiosos conflitos entre a polícia e os operários. Nesse dia, o Sindicato da Força e Luz organizou um *meeting* que seria realizado na Praça Montevideu, a fim de protestar contra as contratações feitas pela empresa para substituir os grevistas<sup>285</sup>. Segundo Kniestedt, este sindicato, “bem como o da Companhia Telefônica não se reuniam na nossa sede [da FORGS] e conduziam seu movimento de forma quase autônoma”<sup>286</sup>. Ambos teriam convocado a referida manifestação sob os protestos da Federação, que efetuava, no mesmo dia, uma comemoração pela vitória da última greve. Contudo, a despeito de ter sido proibido pela polícia, os manifestantes compareceram ao comício – orientados por seu advogado Álvaro Masera – tendo havido, na ocasião, uma série de distúrbios envolvendo grevistas e policiais quando esses últimos procuraram dissolver a manifestação. Mesmo antes de começar a reunião, que aglutinava em torno de 600 integrantes, a polícia apareceu para fazer com que os operários se dispersassem<sup>287</sup>. O advogado da FORGS argumentou pela legalidade do *meeting*, baseando-se no artigo 72, parágrafos 8 e 12, da Constituição de 1891<sup>288</sup>.

Ao tentar encerrar o *meeting*, o chefe de polícia foi, de acordo com determinada perspectiva, “desatendido e desrespeitado pelos grevistas, que o receberam com protestos e vaias”<sup>289</sup>. O subchefe da corporação mandou então “que [os manifestantes] se retirassem em calma, não atendido, ordenou que as praças dissolvessem a multidão, o

---

<sup>284</sup> Sobre a questão das masculinidades operárias no estado, ver: QUEIRÓS, César Augusto. Masculinidade(s) Operária(s): conflitos e representações sobre o “eu” operário. *Revista Litteris*. Ano I, nº. 1, 2008; e BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008.

<sup>285</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 2.

<sup>286</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

<sup>287</sup> *Idem*, p. 128..

<sup>288</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919. Parágrafo 8: “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. Parágrafo 12: “Em qualquer assunto é livre a manifestação de pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato”.

<sup>289</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 2-3.

que foi logo feito, tendo-se estabelecido grandes correrias”<sup>290</sup>. Na ocasião, foram lidos alguns artigos do Código Penal que, na visão das autoridades policiais, autorizavam a sua conduta<sup>291</sup>. Percebe-se, em tais atitudes, uma busca pela legalidade, com ambos os lados tentando legitimar suas ações por meio da invocação de normas jurídicas. Segundo relatório do delegado Dyonísio Marques, alguns operários resistiram à ordem de dispersão de “revólver em punho”, alvejando a força policial, “tendo algumas praças reagido contra os que resistiam”<sup>292</sup>. Ainda conforme o documento, junto com as correrias, iniciou-se uma troca de tiros, pois “do numeroso grupo de grevistas que tomou a rua Uruguay, partiram logo quatro tiros de revólver em direção aos soldados, que tiveram então, muito legitimamente, de fazer uso de suas armas”<sup>293</sup>. O relatório, contudo, não menciona o fato de que, de acordo com outras fontes, os referidos tiros só foram disparados após a força policial ter carregado sobre o povo com cavalos, armas, espadas, carabinas e revólveres, ou seja, foram uma reação à ação da Brigada Militar. Esta última versão do tumulto consta de um processo que resultou da troca de tiros entre a polícia e os manifestantes, no qual é réu o operário José Cândido da Silva<sup>294</sup>. Este, em seu depoimento, atestou que, realmente, os disparos foram primeiro efetuados por operários e que, só depois, houve troca de tiros com a Brigada. Destacou, ainda, que “quase todos os operários estavam armados, uns de revólver e outros de adagas e facas”<sup>295</sup>. Tal premeditação, se verdadeira (pois é possível imaginar as pressões sofridas pelo réu para que confirmasse a versão da polícia), demonstra o quanto os ânimos estavam exaltados e aponta para o fato de que havia expectativa por parte dos grevistas de algum tipo de confronto com as forças públicas.

No mesmo processo, contudo, uma testemunha afirmou não saber de onde haviam partido os tiros, mas que “ele os ouviu depois de ter a polícia carregado sobre o

---

<sup>290</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>291</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 2. O Código Penal brasileiro, em seu artigo 119, proibia “Ajuntarem-se mais de três pessoas, em lugar público, com o desígnio de se ajudarem mutuamente para, por meio de motim, tumulto ou assuada: 1º cometer algum crime; 2º privar ou impedir a alguém do gozo ou exercício de um direito ou dever; 3º exercer algum ato de ódio ou desprezo contra qualquer cidadão; 4º perturbar uma reunião pública, ou a celebração de alguma festa cívica ou religiosa”.

<sup>292</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 2-3.

<sup>293</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>294</sup> José Cândido da Silva, 36 anos, empregado da Cia. Força e Luz, foi preso em uma residência na Rua Uruguay, onde se escondeu na latrina após ter supostamente tiroteado com a polícia. Silva acabou sendo considerado inocente, uma vez que “não há uma só testemunha que tenha visto o indiciado ter disparado tiros contra os praças da Brigada Militar”. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 95.

<sup>295</sup> Auto de prisão em flagrante. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 7.

povo”, uma vez que, na tentativa de dissolver a manifestação, os soldados da Brigada lançaram seus cavalos para cima dos operários, “pisoteando-os e espaldeirando-os”<sup>296</sup>. A violência policial também fica evidente no depoimento de Affonso Gerhard, que assegurou ter sido “atingido por um golpe de espada que um soldado da Brigada lhe dera” quando se encontrava nas escadarias da Intendência, segundo ele, sem participar do *meeting*, pois apenas aguardava um amigo para irem ao Tiro n.º 4.<sup>297</sup> Em outro depoimento, um declarante disse que, quando a polícia deu ordem para que o *meeting* fosse dissolvido, ele imediatamente retirou-se em direção ao Mercado Público, e “nesse trajeto foi lastimado por um polícia que deu-lhe um encontrão com o cavalo que o prostrou ao solo”, tendo sido obrigado a dirigir-se à assistência do Primeiro Posto para fazer curativos em seus ferimentos<sup>298</sup>.

Um jornal da capital condenou os excessos da força policial considerando que “era desnecessário que os soldados da Brigada Militar entrassem na rua dos Andradas, disparando os seus revólveres, e isso justamente quando essa rua se achava repleta de famílias, não só por ser domingo, como, também, porque se realizavam passeatas comemorativas da independência nacional”<sup>299</sup>.

Pelo que se pode depreender da documentação consultada, as ruas do centro de Porto Alegre transformaram-se, nesta ocasião, em uma verdadeira praça de guerra: operários grevistas – muitos deles armados, conforme algumas versões – fugiam das tropas da Brigada – estas certamente munidas com espadas, cavalos e revólveres – e se misturavam aos transeuntes que comemoravam o dia da Independência. Entre os trabalhadores que saíram feridos do incidente, estavam “os Srs. Ignácio Viegas da Silva, motorneiro; Ramão Silva, padeiro; Fritz Mazkeni, jornaleiro russo e Affonso Gerhardt, marceneiro”<sup>300</sup>. A perseguição da polícia aos manifestantes acabou provocando uma vítima fatal: o operário da Cia. Força e Luz Fernando de Oliveira, que “tombou vítima de seus ideais”<sup>301</sup> e dos tiros dos policiais, tendo recebido diversos ferimentos produzidos por projéteis de arma de fogo.

O processo relativo ao confronto justifica a ilegalidade da realização do *meeting* afirmando que o mesmo “fora precedido de uma derrama de boletins, artigos de jornal,

---

<sup>296</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 78.

<sup>297</sup> Idem, p. 58.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>299</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 4.

<sup>300</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2.

<sup>301</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 2.

folhetos francamente revolucionários, assinados por diversas associações operárias desta capital. O próprio órgão oficial da ‘Federação Operária’ pregava abertamente a sublevação das massas operárias contra a sociedade atual, o governo e a propriedade particular”<sup>302</sup>. No referido processo, consta em anexo, visando provar a argumentação feita acima, uma grande quantidade de folhetos e manifestos publicados por várias entidades de trabalhadores. Por exemplo: um manifesto intitulado “Povo!!” e assinado pela Aliança Anarquista de Porto Alegre bradava: “Morte aos Tiranos!!!”, e conclamava os soldados a se unirem a seus irmãos operários<sup>303</sup>.

Fica também evidente neste caso uma disputa pelo uso simbólico do espaço público. Por um lado, os operários buscavam conferir visibilidade ao seu discurso e às suas reivindicações, apropriando-se de uma data fundadora da identidade nacional: o Dia da Independência. Por outro, o Estado não admitia esta “corrupção”, já que os rituais cívicos realizados nas comemorações do 7 de Setembro tinham o intuito de criar um sentido de unidade nacional<sup>304</sup>, na qual todas as diferenças internas – inclusive as classistas – deveriam ser diluídas. Assim, o governo estadual utilizou-se de seu aparato repressor para impedir a realização do *meeting* dos grevistas, desta verdadeira “afronta” ao Estado e à Nação, procurando preservar o simbolismo ritualístico do Dia da Independência e, igualmente, a ideia de que no Rio Grande do Sul – terra de prosperidade e de harmonia – não haveria razões para confrontos entre capital e trabalho. Sobre o incidente, *A Federação* afirmou que

as intenções de subversão da ordem estão, mais do que provadas, confessadas publicamente pelos cabeças do motim. Outra não podia, pois, ser a atitude da polícia ao proibir que, ontem à tarde, se realizasse, na praça pública, um ajuntamento sedicioso ao qual os anarquistas, contrariando ordens expressas, concorreram armados e dispostos à prática de violências, tanto assim que desrespeitaram a autoridade que lhes foi aconselhar a

---

<sup>302</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 2.

<sup>303</sup> POVO!!. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anexo 25. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>304</sup> DAMATTA, Op. Cit., 1997, p. 57. Para DaMatta, o “Dia da Independência” – ou “Dia da Pátria” – faz parte de um conjunto de ritualizações por ele denominadas de “rituais nacionais”, ritos “fundados na possibilidade de dramatizar valores globais, críticos e abrangentes da nossa sociedade”. Tais rituais contrastam com outros de caráter classista ou regional, pois se pretende universal, com um significado que abranja todos os membros da coletividade. Neste sentido, “quando se realiza um ritual nacional, toda a sociedade deve estar voltada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade ‘parando’ ou mudando radicalmente suas atividades”. Idem, p. 46. A decisão dos operários porto-alegrenses de realizar, em 1919, um *meeting* nesta data, recusando a centralidade das comemorações do 7 de Setembro, certamente punha em xeque tais pretensões universalizantes e também por isso foi considerada uma grande afronta pelo governo do Estado.

dispersão e agrediram a tiros de revólver os policiais que faziam efetiva a intimação do subchefe de polícia<sup>305</sup>.

De forma mais direta, a própria Brigada Militar destacou: “a data da independência do Brasil deixará de ser festejada condignamente, como nos anos anteriores, devido [sic] greve atual, que criou para essa milícia uma situação anormal”<sup>306</sup>.

A greve – que teve sua legitimidade questionada pelo governo – passou a ser designada como um “motim”, um “ajuntamento pernicioso” promovido por anarquistas com o franco objetivo de promover a sublevação da ordem social tão cara ao governo; uma “obra dos agitadores estrangeiros que estão abusando da credulidade dos nossos operários” e que, através do “testemunho eloquente de sua imprensa não cessa de pregar ideias anárquicas que bem denunciam o grau de insânia que se está apoderando dos seus orientadores”<sup>307</sup>.

No dia seguinte, na ocasião do sepultamento do operário falecido durante o incidente de 7 de Setembro, houve um novo choque entre a polícia e os participantes do cortejo fúnebre que conduziam o corpo do Instituto Anatômico da Faculdade de Medicina até o Cemitério da Santa Casa. Este séquito, que era acompanhado por um “extraordinário número de operários pela rua da Azenha”<sup>308</sup>, acabou por entrar em conflito com alguns praças que guarneciam um bonde, quando a multidão procurou impedir sua passagem pela Rua 14 de Julho. Enquanto o sargento Gil Vianna, que, com mais duas praças, escoltava o veículo, tentava convencer a multidão a permitir que este seguisse viagem rumo ao arrabalde de Teresópolis, um indivíduo de nome Fontes procurou feri-lo com uma adaga. Isto provocou a intervenção de um soldado que deu um tiro no agressor, desencadeando a detonação de diversos disparos pela Brigada Militar, os quais deixaram três operários feridos<sup>309</sup>. O *Correio do Povo* afirmou que o nome do operário agressor não havia sido identificado; que João Fontes, mecânico, teria sido alvejado quando se achava pacificamente no cortejo; e que Antônio Rosa investira contra o sargento Vianna a fim de impedi-lo de ferir à baioneta o operário que tentou

---

<sup>305</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>306</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2.

<sup>307</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>308</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 5. Kniestedt refere a participação de “milhares de operários” neste cortejo. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

<sup>309</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2. Os operários feridos foram Antônio Luiz Rosa, chofer, e Isaías Freitas, pintor, além do já mencionado Fontes, que recebeu um tiro no pescoço. Segundo Kniestedt, “naturalmente, houve feridos também do lado da polícia”. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

agredi-lo, tendo sido alvejado várias vezes por um praça que acompanhava o bonde<sup>310</sup>. A reação dos populares, e de Fontes, talvez possa ser compreendida à luz dos ressentimentos irrompidos no dia anterior, com a passagem do bonde significando um desrespeito à memória do trabalhador morto, justamente um funcionário da Cia. Força e Luz, uma das mais intransigentes no trato com os grevistas.

Conforme a imprensa da época, após este incidente, o cortejo seguiu seu caminho sem maiores problemas até o cemitério, onde era aguardado por um piquete da Brigada Militar. Porém, de acordo com Kniestedt, “na Rua da República o cortejo foi dispersado a um sinal da polícia” que “atirava de forma selvagem” contra os indivíduos que o acompanhavam, a ponto desses terem deixado o caixão na rua “guardado por umas 30 pessoas”<sup>311</sup>. Ao chegar ao destino, grande número de coroas de flores foi depositado e alguns operários – entre eles o próprio Kniestedt e Orlando Martins – discursaram homenageando o companheiro morto e criticando o procedimento da polícia.

No mesmo dia, o governo do Estado ordenou o fechamento de diversas associações operárias – entre elas a FORGS – como se observa na seguinte nota publicada no jornal *A Federação*:

A Federação Operária, que é sabida e confessadamente o ninho dos agitadores, foi hoje fechada e, como ela, outras sociedades de classe. A polícia tomará medidas seguras para evitar qualquer reunião de anarquistas, e o trabalho livre encontrará as máximas garantias por parte da autoridade que não terá contemplações com os elementos deletérios que se antepuserem às suas determinações visando a ordem e a segurança públicas<sup>312</sup>.

Para tal atitude, o governo se apoiou no artigo 21, inciso III, do Código Civil, que afirma: “termina a existência de pessoa jurídica: III – Pela sua dissolução em virtude da ação do governo, cassando-lhe esta autorização de funcionar quando a pessoa jurídica incorra em atos opostos aos seus fins ou nocivos ao bem público”<sup>313</sup>. Segundo Kniestedt, durante a ocupação, “a polícia fez uma arrumação na casa, isto é, rebentou

---

<sup>310</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 4.

<sup>311</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128. Não pude verificar em nenhuma outra fonte estas informações de Kniestedt. Os periódicos consultados mencionam que o único confronto violento entre policiais e manifestantes ocorrido durante o cortejo fúnebre teria sido aquele mencionado anteriormente envolvendo a passagem do bonde.

<sup>312</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>313</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 1.



todos os móveis, mesas, cadeiras, armários, etc., livros, fotografias e bandeiras foram rasgados [...]”<sup>314</sup>.

Outras associações também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a dos empregados da Cia. Força e Luz e a União Metalúrgica<sup>315</sup>. O chefe de polícia ordenou, ainda, a prisão dos membros da diretoria da primeira entidade, composta por José Antônio (o sobrenome não aparece na fonte), Aristides Luiz (idem), Miguel Rossi, Juvenal Vieira da Silva, Victor Viegas da Silva, João Humbert, José Maria Braga e João Moreira<sup>316</sup>. Outros operários também foram detidos. Entre eles, Abílio de Nequete<sup>317</sup>, Orlando Martins e Araújo da Silva. Houve troca de telegramas entre militantes operários porto-alegrenses e sociedades operárias de outros estados, denunciando as violências praticadas pela polícia por ordem de Borges de Medeiros e o fechamento das associações<sup>318</sup>. A ocupação da sede da FORGS na Rua Comendador Azevedo acabou levando à realização de outro atentado, no qual três ou quatro operários alvejaram o prédio da Federação à uma hora da madrugada, travando-se um pequeno tiroteio<sup>319</sup>.

No dia 10, a situação da greve prosseguia “no mesmo pé”. De acordo com *O Independente*: “O serviço de bonde continua a ser feito irregularmente por falta de pessoal, trafegando veículos guardados por soldados das 14:00 às 19:00h”<sup>320</sup>. A expectativa pela resolução do impasse e pela regularização dos serviços paralisados é nítida nos periódicos, os quais lamentavam que “todos os dias as esperanças de solução

---

<sup>314</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128. No quarto dia de ocupação, a polícia teria abandonado a sede da Federação. Com a retomada do prédio, Kniestedt afirma ter mandado fotografar as salas, publicando as imagens em uma edição do *Syndicalista* (p. 130). Infelizmente, não consegui localizá-la.

<sup>315</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

<sup>316</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2. Victor Viegas da Silva era delegado do Sindicato da Força e Luz junto à FORGS. João Huber (a grafia do seu nome varia segundo a fonte) era dirigente da FORGS em 1918, tendo pedido exoneração do cargo juntamente com Vigo Thompson Collin. Não encontrei informações sobre os demais membros da diretoria presos.

<sup>317</sup> Abílio de Nequete, imigrante libanês e fundador da União Maximalista, foi preso por ter declarado “esposar ideais maximalistas”. *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 3. Segundo Kniestedt, ambos ficaram presos juntos e deveriam ter sido expulsos do país, só não o sendo em função da intervenção de Borges de Medeiros. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 129.

<sup>318</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 5. Telegramas foram enviados ao jornal *A Plebe*, de São Paulo; à UGT, de Rio Grande; e à Confederação Geral dos Trabalhadores, do Rio. O advogado A. de Moraes Fernandes enviou, no dia 22 de setembro, um ofício à chefatura de polícia no qual solicitava que fossem apurados os fatos relativos a este incidente “para fins de direito”. Questionava ele, entre outros pontos: quem proibiu o comício? Quem deu as ordens para que o comício fosse dissolvido? Quais foram os policiais que mataram o operário? Quem ordenou a ocupação militar das associações operárias? Quem mandou a força encarregada de dissolver o acompanhamento do enterro do operário usar as armas contra o povo? Quantos operários foram presos? Chefatura de Polícia. Correspondência Recebida. 1919. Maço 113. (AHRG).

<sup>319</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 4. Cf. Kniestedt, este atentado não teria passado de um engano, uma vez que uma mula havia se soltado no estábulo de uma padaria que existia defronte ao prédio da FORGS e os praças que guarneciam o local imaginaram estar sendo atacados pelos padeiros, desferindo vários tiros contra a cocheira. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 129.

<sup>320</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

erguem-se para mergulharem após em decepções triviais”<sup>321</sup>. Entretanto, vários estabelecimentos começaram a voltar à “normalidade”: a Confeitaria Rocco aceitou em conceder as oito horas de trabalho, o que levou seus empregados a retomarem suas funções; os operários da Fábrica Tertuliano G. Borges e Cia. também voltaram ao serviço<sup>322</sup>.

A partir deste momento, a greve parece ter se encaminhado para o seu final, em grande parte devido às violências cometidas pela polícia, à proibição de reuniões e *meetings*, à prisão dos principais líderes e ao fechamento das mais significativas organizações operárias, o que ocasionou o desmantelamento do movimento e acirrou a apreensão dos trabalhadores. Por outro lado, deve-se considerar que a espontaneidade do movimento, a falta de entendimento entre algumas associações e a radicalização do discurso de seus líderes podem ter contribuído também para o seu desfecho. Assim, no dia 12 de setembro, o jornal *O Independente* comemorava: “parece solucionada a greve nesta capital, normalizando a situação que chegou a criar verdadeiras apreensões. Pouco a pouco voltam os operários às oficinas. A Força e Luz já iniciou com regularidade os seus trabalhos, estando a trafegar todos os bondes”<sup>323</sup>. Com a resolução da questão dos bondes, “coluna vertebral” deste movimento paredista, pois sua interrupção dificultava o acesso dos demais trabalhadores a seus empregos, a greve foi, gradativamente, esvaziando-se. Outras categorias de trabalhadores, porém, permaneceram mais alguns dias em greve: “Os tecelões ainda não voltaram ao trabalho. Diversas são as fábricas que, com a falta de operários, estão sendo enormemente prejudicadas na manufatura dos artigos de seu ramo”. No dia 14, algumas categorias convocaram um *meeting* a ser realizado na Praça do Portão. Em função, contudo, da proibição imposta pelo governo de realizarem-se comícios e reuniões semelhantes, o periódico *O Independente* ressaltou que a manifestação contou com forte policiamento da Brigada Militar e com a participação de apenas alguns “curiosos”. Assim, as categorias que haviam permanecido em greve acabaram, ao longo daquela semana, regressando ao trabalho, e a cidade, à sua “normalidade”: “O estado anormal a que foi levado o movimento da capital pela greve que no espaço de doze dias trouxe entre apreensões e sobressaltos à população, pouco a pouco vai caindo, já se podendo afirmar a tranquilidade ter voltado a todos os lares”<sup>324</sup>.

---

<sup>321</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

<sup>322</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 4.

<sup>323</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 12/09/1919, p. 2.

<sup>324</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 2.

*O Independente*, no início do movimento, criticara duramente o governo do Estado, afirmando que os operários não deveriam lutar contra os patrões e sim contra as autoridades governamentais – uma vez que a carestia prejudicava a todas as classes sociais. Caberia, na visão do periódico, ao governo tomar medidas que viessem a solucionar de forma efetiva o problema da elevação dos preços dos gêneros alimentícios, chegando a ponto de sugerir que, naquela ocasião, fora só o operariado que se levantara, mas que, se não fossem tomadas medidas eficazes, todo o povo se revoltaria com a situação. No entanto, ao final da greve, o periódico acabou atribuindo a resolução do impasse à eficácia das ações governamentais, embora essas não tenham solucionado as questões que levaram à eclosão da “parede”. As violências policiais sofridas pelos grevistas também não foram questionadas, e elogiava-se que “o governo fez sentir o efeito de sua energia eficaz, conseguindo abafar não uma greve, pois esta se transformara em sedição, mas o início de uma revolta, preparada por espíritos transviados de moral e falhos de bom senso”<sup>325</sup>. Outros periódicos da capital também elogiaram as “represálias necessárias de que lançou mão o governo para que a vida pacata da cidade não tivesse de manter-se, por muito tempo, sob uma atmosfera de excessos e desassossegos, verdadeiramente alarmantes”<sup>326</sup>.

Outro argumento arrolado pela imprensa para explicar o término do conflito foi o de que o operariado nacional, “trabalhador” e “sem vícios”, dera-se conta de que estava sendo vítima de uma “miserável exploração” levada a cabo por elementos estrangeiros infiltrados em nosso meio: “Os operários felizmente compreenderam que estavam sendo explorados por espíritos anárquicos, que queriam transformar um movimento paredista em uma manifestação subversiva”<sup>327</sup>. No dia 15, a *Gazeta do Povo* também dava como “conjurada” a greve, e questionava: “qual foi o proveito advindo para as classes trabalhadoras resultante desse movimento? [...] Já refletiram das consequências da greve em tão boa hora jugulada?”. Atribuía, igualmente, a culpa pela greve aos conselhos dos “espíritos obcecados com a leitura de panfletos rubros, em cujas páginas o espírito do mal, a traços infernais, habita”. A greve terminara, portanto, sem que a maioria das categorias envolvidas no movimento conseguisse obter o

---

<sup>325</sup> Idem.

<sup>326</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

<sup>327</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 2. O texto retoma, portanto, argumentos recorrentemente utilizados pelos patrões e autoridades governamentais para explicar a eclosão de greves no Brasil ao menos desde o século XIX.

atendimento de suas reivindicações. No dia 16, ocorreu, ainda, uma tentativa de realizar um novo *meeting* na praça Conde de Porto Alegre, sendo este proibido pela polícia<sup>328</sup>.

O término da greve se deveu a uma conjunção de vários fatores, entre eles: a intransigência e a obstinação da classe patronal em não fazer concessões aos trabalhadores (o que provavelmente indica o seu amadurecimento como classe, tema do último capítulo desta tese); a ação efetiva do aparato estatal, que acionou a força pública para sustentar a posição dos proprietários, dando garantias à continuidade do trabalho e reprimindo eficazmente o movimento grevista com o fechamento de sedes operárias, a repressão a *meetings* e a prisão de lideranças; e a postura dos grevistas que, com discursos e ações, apostaram na radicalização do movimento, o que pode ter colaborado para tornar sua causa antipática a parcelas consideráveis da população, sensíveis aos alertas de “influências rubras” veiculados pela imprensa.

Em 1919 encerra-se o ciclo das grandes greves da Primeira República no Rio Grande do Sul. Nos anos posteriores, o movimento operário da capital gaúcha não apresentou o mesmo dinamismo e a mesma disposição ao confronto de classes, verificando-se, a partir daí, o declínio da influência dos anarquistas sobre os trabalhadores organizados da cidade. Para isto, deve ter colaborado o fracasso do movimento grevista de 1919 em atender as reivindicações concretas dos operários e em implantar uma nova sociedade, bem como uma maior vigilância dos patrões e do governo, os quais também aprenderam a lidar – pela repressão e pela cooptação – com os movimentos paredistas. De qualquer forma, os acertos e fracassos vivenciados durante as greves descritas neste capítulo passaram a integrar a “tradição militante” do operariado porto-alegrense e foram fundamentais no seu “fazer-se” como classe.

---

<sup>328</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1919, p. 5.

## 2 O ESTADO: a “Rússia Rio-Grandense e seu Czaresco”

Como vimos no capítulo anterior, as grandes greves ocorridas em Porto Alegre entre os anos de 1917 e 1919 apresentaram características diferentes entre si, portanto não podem ser vistas de maneira uniforme. Do mesmo modo, a postura dos atores sociais que delas participaram deve ser compreendida levando-se em consideração as demandas e estratégias dos demais agentes envolvidos. Neste capítulo, analisaremos as estratégias adotadas e as identidades construídas pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), instituído em governo no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo destes movimentos.

Antes, porém, de abordarmos suas posturas no desenrolar dos referidos acontecimentos, devemos proceder a uma concisa caracterização do PRR, a fim de compreendermos suas atitudes e posicionamentos.

### 2.1 O Positivismo, o Borgismo e a “Questão Social” no Rio Grande do Sul

Após a instauração da República, o Estado do Rio Grande do Sul presenciou o alçar-se ao poder de um partido numericamente inferior aos oponentes, mas com uma série de características que o distinguiam sobremaneira das demais agremiações partidárias republicanas brasileiras: uma estruturação ideológica própria, uma rígida disciplina partidária e uma atuação política que contemplava, para a sua manutenção no poder, a desestruturação das oposições<sup>329</sup>. Esta inferioridade numérica do PRR fez com que, segundo um contemporâneo, o partido passasse a tomar medidas de “excessiva intransigência, banindo de todas as funções públicas e eletivas aqueles que por atos ou palavras não aderiram francamente ao novo regime”<sup>330</sup>. Tais medidas se justificavam pela “necessidade de engrossar as fileiras do partido republicano, bastante fraco em número”<sup>331</sup>, e se concretizaram em um profundo centralismo da administração pública. Além disso, tal inferioridade acarretava a necessidade de obtenção de um maior respaldo de outros segmentos sociais, levando o PRR a incorporar novas demandas e

---

<sup>329</sup> SANTO, Miguel Frederico Espírito. O PRR e a Captura do Poder. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Nova Dimensão, 1993. P. 92.

<sup>330</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 Anos de Dictadura Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Canton e Beyer, 1922, p. 20.

<sup>331</sup> Idem, p. 21.

promover um alargamento de sua base social<sup>332</sup>. Este alargamento fez com que o Partido, instituído na posição de governo, tivesse de atender a um extenso leque de demandas originárias de vários segmentos sociais, levando a que o Estado se apresentasse como “representante de todos os grupos sociais”<sup>333</sup>, o que lhe conferia uma aparente neutralidade política<sup>334</sup>. Colaborava para isto, também, a concepção positivista de que o Estado deveria ser técnico, o que descaracterizava e ocultava sua natureza fundamentalmente política. De acordo com tal perspectiva, o governo estadual deveria promover com equilíbrio o desenvolvimento de todas as classes sociais, indiscriminadamente, possibilitando assim a veiculação da imagem de um “Estado que – como portador de interesses gerais – intervinha na sociedade para atingir uma harmonia social, que no limite procurava integrar o proletariado na sociedade moderna”<sup>335</sup>.

Devemos salientar que, se os membros do Partido Republicano faziam parte da elite pecuarista rio-grandense, eles não pertenciam “à tradicional elite pecuária da campanha gaúcha, que quase em sua totalidade formava o Partido Liberal. Eram na maioria pertencentes à região norte do Estado, de ocupação recente e mais pobre que a campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores”<sup>336</sup>. Ademais, o PRR caracterizava-se predominantemente por sua estruturação ideológica peculiar, na qual as bases da filosofia de Auguste Comte norteavam as orientações partidárias. O partido, portanto, “não era composto pela elite tradicional do Estado; não era liberal, mas positivista, o que determinava uma percepção específica da questão pública”<sup>337</sup>.

---

<sup>332</sup> Pinto esclarece que “a política rio-grandense na chamada República Velha diferenciou-se radicalmente das dos demais estados brasileiros. Enquanto nesses últimos os partidos republicanos regionais funcionaram como partidos únicos capazes de conterem dentro de seus limites toda a sorte de conflitos e interesses, no Rio Grande do Sul o PRR teve, ao longo de mais de 40 anos, de governar enfrentando um significativo movimento oposicionista”. PINTO, Céli Regina. *A Política Rio-Grandense na República Velha - a Percepção das Oposições*. *Análise Econômica*, ano 5, nº 8, p. 83, 1987.

<sup>333</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 68.

<sup>334</sup> “Neutralidade” esta que era criticada por diversos setores do movimento operário rio-grandense, os quais viam no Estado um mero protetor do capital, como notamos em diversas manifestações divulgadas na imprensa e nos folhetos operários.

<sup>335</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as Oposições e a Revolução de 1923*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 20.

<sup>336</sup> PINTO, Céli Regina. *Positivismos: um Projeto Político Alternativo*, Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 10.

<sup>337</sup> *Idem*, p. 15.

As ideias positivistas de Auguste Comte tiveram uma penetração significativa no imaginário político da Primeira República brasileira<sup>338</sup>, atraindo diversos setores da sociedade, particularmente os estudantes, os professores e os militares. Conforme assinala Carvalho: “Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal do despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII”<sup>339</sup>. O historiador salienta ainda que o fato de os militares aderirem às ideias positivistas “é extremamente irônico, de vez que, de acordo com as teses positivistas, um governo militar seria uma retrogradação social”<sup>340</sup>. Entretanto, “o positivismo, com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, continha uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares”<sup>341</sup>. O Rio Grande do Sul, em especial, foi o estado brasileiro em que os ideais positivistas mais se difundiram e onde tal influência aparece mais nitidamente. Para Love, o “positivismo atraía os modernizadores conservadores, que desejavam os benefícios do progresso material sem prejuízo da hierarquia social: Comte parecia oferecer um modelo de desenvolvimento sem mobilização social”<sup>342</sup>.

Um dos mais destacados membros do PRR e articulador dos ideais positivistas foi Júlio de Castilhos<sup>343</sup>. Segundo Love, “como muitos de sua geração, Castilhos era discípulo ardoroso de Auguste Comte. O positivismo comtiano começara a penetrar no pensamento brasileiro na década de 1860 e, na época em que Castilhos chegou a São Paulo para cursar Direito, fizera um número considerável de adeptos entre as escolas profissionais brasileiras”<sup>344</sup>. Aos poucos, Castilhos assumiu definitivamente a posição de chefe do Partido, passando a exercitar sua doutrina que teria como ponto alto a

---

<sup>338</sup> Sobre o Positivismo no Brasil ver, entre outros: LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2ªed., São Paulo: Nacional, 1967; RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

<sup>339</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 27.

<sup>340</sup> Idem.

<sup>341</sup> FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP/FDE, 1996, p. 232.

<sup>342</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 38.

<sup>343</sup> Sobre Júlio de Castilhos ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*, Porto Alegre: Globo, 1967; TODESCHINI, Cláudio (org.). *Júlio de Castilhos*, Porto Alegre: EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978; SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Rio Grande Político. 2ªed., Porto Alegre: IEL, 1996.

<sup>344</sup> LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 38.



elaboração da Constituição do Estado em 1891. Todavia, Wenceslau Escobar<sup>345</sup> denunciava que Júlio de Castilhos “só aceitava do comtismo o que lhe convinha, o que se conformava com seu ponto de vista”<sup>346</sup>. De acordo com Escobar, integrante da oposição política no Estado, “a política preconizada por Auguste Comte calhava perfeitamente a seus intuítos, porque sob fórmulas democráticas dissimulava a ditadura”<sup>347</sup>.

A referida Constituição de 1891 era marcada pelo centralismo político, pelo esvaziamento do Poder Legislativo e pela concentração de poderes no Executivo. Seu texto mereceu críticas tanto de opositoristas membros da elite política nacional, como Ruy Barbosa e Wenceslau Escobar, quanto dos próprios operários que – como veremos nesta tese – também contestavam o “autocratismo borgista” (por referência a Borges de Medeiros, sucessor de Castilhos). Barbosa, um dos principais críticos da Constituição rio-grandense, argumentava que

o sistematismo positivista não se podia realizar em uma fórmula mais dura, mais opressiva, mais radicalmente inconciliável com as ideias comuns a todos os governos constitucionais, a todas as constituições republicanas, a todas as repúblicas federativas. Todas elas, uma a uma, repelem o autocratismo dessa organização, essa democracia cesariana, que concentra numa só entidade, com a prerrogativa de executar a lei, a de fazer, e admite a investidura do governo em um magistrado eleito pelo arbítrio de um homem, sem intervenção dos sufrágios populares<sup>348</sup>.

De fato, a Constituição do Estado<sup>349</sup> não só exprimia um vigoroso autocratismo como também, coerentemente, determinava o fortalecimento do Executivo em detrimento da Assembleia dos Representantes. Havia, assim, grande acúmulo de poderes nas mãos do Presidente do Estado, que não executava como também promulgava as leis.<sup>350</sup> Neste quadro, a Assembleia do estado do Rio Grande do Sul

---

<sup>345</sup> Wenceslau Escobar foi um dos principais críticos do positivismo castilhista. Membro do PRR quando da Proclamação da República, logo rompeu com Castilhos, auxiliando na formação do Partido Federalista, pelo qual foi eleito deputado federal em 1906. Sobre Wenceslau Escobar ver: LUZ, Thaíze Ferreira da. Direito e Constitucionalismo no Rio Grande do Sul durante a República Velha: percepções de um advogado e político. *Biblos*, América do Sul, v. 20, 2008; e ALVES, Francisco das Neves. A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. *Biblos*, América do Sul, v. 10, 1998.

<sup>346</sup> ESCOBAR, Op. Cit., 1922, p. 79.

<sup>347</sup> Idem, p. 22.

<sup>348</sup> BARBOSA, Op. Cit., 1913, p. 78.

<sup>349</sup> Ver a Constituição do Estado de 1891 em: OSÓRIO, Joaquim. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*: Comentário. Brasília: UnB, 1981, p. 117-138.

<sup>350</sup> Wenceslau Escobar ironicamente afirmava que “este ‘primeiro monumento de sabedoria do ocidente’, como lhe chamavam os comtistas, era e continua a ser a mais completa negação do regime republicano, porque sob a máscara democrática, concentra todos os poderes em mão do executivo, arvorando seu representante em perfeito ditador”. ESCOBAR, Op. Cit., 1922, p. 24.

tinha unicamente como função “votar os orçamentos, sobre o projeto que o chefe do governo lhe apresentar, muni-lo dos instrumentos de crédito, para as despesas que ele mesmo lhe houver proposto, e decretar os meios necessários aos serviços, que esse poder onigênero, nas leis de sua própria gestação, tiver instituído”<sup>351</sup>.

Podemos caracterizar a “ditadura científica” de Castilhos e Borges de Medeiros, conforme as palavras do segundo, como “um legítimo regime presidencial assente na plena confiança dos governados e inteira responsabilidade dos governantes”<sup>352</sup>. A manifestação de Medeiros à Assembleia dos Representantes expressa a máxima positivista do “governo dos mais capazes”, de acordo com a qual “o positivismo não reconhece a ninguém outro direito senão o de cumprir o seu dever. O positivismo não admite nunca senão deveres de todos para com todos; pois que seu ponto de vista sempre social não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade”<sup>353</sup>.

Em 1898, Júlio de Castilhos indicou Borges à presidência do Estado, tendo permanecido somente como presidente do Partido. Durante o período entre 1898 e 1903, embora Medeiros<sup>354</sup> fosse o presidente de fato, vivia sob a sombra de Castilhos, de modo que se afirmava que quem realmente governava era o chefe do PRR<sup>355</sup>. De tal modo era exaltada a figura de Júlio de Castilhos que, mesmo depois de morto, “parecia que continuava à frente de seus partidários, respeitado e temido”<sup>356</sup>. Exageros à parte, o que se percebe é que a unidade partidária e a legitimidade de mando conferida a Borges de Medeiros passavam diretamente pela menção ao nome e à grandeza de Castilhos. Este fato pode ser percebido recorrentemente, sobretudo nos editoriais d’A *Federação*. Em um desses textos, o articulista aponta que o PRR “está forte porque é disciplinado; esmaga as ambições pessoais, porque tem doutrinas a sustentar; é coeso, porque obedece à chefia capaz e acatadíssima de um abnegado continuador da obra do excelso

---

<sup>351</sup> BARBOSA, Rui. Ruínas de um Governo. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. VI, p. 79, 1913.

<sup>352</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Porto Alegre, 1898, p. 7.

<sup>353</sup> COMTE, Auguste. O Catecismo Positivista. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, v. 33, p. 263, 1973.

<sup>354</sup> Sobre Borges de Medeiros ver: FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e Seu Tempo*, Porto Alegre: Globo, 1958; e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2ª ed., Porto Alegre: IEL, 1996. Rio Grande Político.

<sup>355</sup> Na sátira política sobre Borges de Medeiros intitulada “Antônio Chimango”, de autoria de Ramiro Barcellos, esta assertiva é evidenciada na seguinte passagem: “Um dia [Castilhos] chamou o Chimango / E disse: Escuta, meu rapaz, / Vais ser o meu capataz; / Mas, tem uma condição: / As rédeas na minha mão / Governando por detrás”. BARCELOS, Ramiro. *Antônio Chimango*. 25ª Edição. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998, p.14.

<sup>356</sup> VELLINHO, Moysés. Castilhos e o Castilhismo. In: TODESCHINI, Cláudio (org.). *Júlio de Castilhos*, Porto Alegre: EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978, p. 49.

Castilhos<sup>357</sup>. Disciplina partidária era, aliás, outra característica significativa deste partido como organização política. Love chega a destacar que a agremiação se constituía em uma “arregimentada organização”<sup>358</sup> e que era “hermeticamente fechad[a]”<sup>359</sup>. Salienta ainda que, apesar do presidente do Estado ter, através da Constituição Estadual, um poder de mando equivalente a um governo ditatorial,

era importante a cobertura de um partido disciplinado e, para ter esta disciplina, seu chefe dispunha de quatro elementos: o poder do Governador de cancelar as eleições municipais ou de interferir na política local por outras vias e mediante decreto; o controle dos assuntos partidários em nível local, através de coronéis leais exclusivamente a ele; a capacidade dos coronéis de mobilização dos votos em seus distritos; e a eficiência da poderosa Brigada Militar estadual que podia ser empregada para fins políticos<sup>360</sup>.

A Brigada Militar teve, como foi visto no capítulo anterior, um papel efetivo na repressão aos movimentos grevistas, especialmente durante o governo de Borges de Medeiros que, diferentemente de Castilhos, precisou enfrentar o progressivo recrudescimento do conflito entre capital e trabalho no estado. Esta força era utilizada para garantir a manutenção da ordem social, efetuando prisões de “desordeiros”, fazendo vigilância ostensiva às fábricas e bairros onde habitavam os trabalhadores, promovendo o fechamento das sedes operárias, escoltando os bondes, entre outras ações. A manutenção da ordem recebia tratamento destacado no discurso positivista e nas práticas políticas do PRR. Em sua primeira mensagem como presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Borges de Medeiros já sublinhava “a elementar função de conservar a paz pública como supremo bem social”<sup>361</sup>, ressaltando “o progresso como desenvolvimento lógico da ordem”<sup>362</sup>. Mesma referência ao “progresso como desdobramento da ordem”<sup>363</sup> será feita em diversas outras ocasiões. Neste sentido, Pesavento já enfatizara que “a visão positivista era progressista e conservadora ao mesmo tempo, ou seja, pretendia conciliar o progresso econômico com a conservação da ordem social”<sup>364</sup>. Nesta visão, as greves eram, portanto, concebidas como “paredes

---

<sup>357</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 27/07/1915, p. 3.

<sup>358</sup> LOVE, Op. Cit., 1975, p. 61.

<sup>359</sup> *Idem*, p. 78.

<sup>360</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>361</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Porto Alegre. 1898, p. 8.

<sup>362</sup> *Idem* *Ibidem*.

<sup>363</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Porto Alegre. 1904, p. 2.

<sup>364</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1994, p. 67.

anárquicas que visam perverter a ordem social e desrespeitar a liberdade”<sup>365</sup> ou, tão somente, uma “perturbação na ordem social”<sup>366</sup> e, como tais, deveriam ser reprimidas.

Comte defendia que os operários deveriam ser preparados para “respeitarem e mesmo reforçarem as leis naturais da concentração do poder e da riqueza”<sup>367</sup>. Tais “leis”, que consistem na “indispensável concentração das riquezas entre os chefes industriais”<sup>368</sup>, precisavam ser asseguradas através da “ativa participação dos exércitos propriamente ditos na sustentação permanente da ordem pública”<sup>369</sup>. Portanto, o mesmo discurso que advogava a incorporação do proletariado à sociedade moderna trazia embutida uma parte da concepção positivista de natureza conservadora e contrária a qualquer tipo de mudança na ordem social. Afinal, no “corpo social” harmônico defendido por Comte, cada “órgão” deveria agir de acordo com o seu lugar e função; qualquer desequilíbrio significava “doença”, a qual precisava ser extirpada ou “curada”, ainda que por métodos drásticos.

Tal descrição do funcionamento do PRR e de suas bases ideológicas, ainda que sumária, permite que compreendamos melhor de que maneira as ideias positivistas serviam de justificativa às posturas adotadas pelo governo do Estado durante as greves da Primeira República – e, no caso específico desta tese, nas grandes greves ocorridas entre os anos de 1917 e 1919<sup>370</sup>. Vejamos, então, algumas das estratégias empregadas por esses “dirigentes científicos” ao longo destes movimentos.

## 2.2 Estratégias Governamentais

As grandes greves gerais ocorridas entre 1917 e 1919, como salientamos anteriormente, tiveram características distintas e em cada uma delas o Estado foi acionado, ou não, de modo diferente. Analisaremos, a seguir, as posturas adotadas pelo PRR em cada uma das três paredes aqui examinadas, buscando responder as seguintes questões: quais foram as estratégias empregadas pelo governo do Estado para resolver

---

<sup>365</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 03/03/1911, p. 2.

<sup>366</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 3.

<sup>367</sup> COMTE apud LOWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1994, p. 24.

<sup>368</sup> COMTE, Op. Cit., 1994, p. 24.

<sup>369</sup> Idem, p. 59.

<sup>370</sup> No primeiro capítulo de minha Dissertação de Mestrado, analisei a relação entre o Positivismo e a postura do Partido Republicano Rio-Grandense perante a questão social. Nesta parte da tese, faço referências às conclusões deste trabalho. Para ver mais, consultar: QUEIRÓS, César Augusto. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social*, Porto Alegre: UFRGS, 2000. Publicada como QUEIRÓS, Op. Cit., 2006.

as questões com as quais se deparava ao longo destes movimentos? Qual foi a eficácia de tais estratégias? Devemos ressaltar – retomando o que já expusemos na Introdução – que entendemos estratégias como estando associadas à ideia de dominar o “sentido do jogo” e, portanto, como ações empregadas no sentido de fazer valer os interesses do grupo que as utiliza. Em cada uma destas greves, as estratégias empregadas – de modo consciente ou não – buscavam uma eficiência em relação às condições que eram apresentadas. Assim, as estratégias adotadas pelo governo do Estado adaptaram-se aos rumos de cada movimento grevista. Para Sirot, a atitude do Estado “pode assumir três formas: vigiar, reprimir e punir; arbitrar e apaziguar; prevenir e regular. Estas posturas se mesclam constantemente e a intensidade de cada uma delas varia de acordo com as flutuações do *status* social da greve, de sua intensidade à sua institucionalização<sup>371</sup>”. Nos conflitos sociais estudados a seguir, observamos que a postura do Estado oscila entre duas formas: ora a repressão, ora o apaziguamento. Trataremos em seguida das peculiaridades destas paralisações, bem como da postura do governo estadual nestes conflitos.

### **2.2.1 A greve de 1917: a tentativa de “incorporação do operariado”**

O movimento grevista ocorrido no ano de 1917 em Porto Alegre possui algumas peculiaridades em relação às demais greves que eclodiram nos anos finais da década de 1910. Tais singularidades ajudam-nos a entender as práticas dos diferentes agentes sociais envolvidos no movimento.

Primeiramente, é necessário lembrar que esta foi uma greve geral e não um movimento generalizado, ou seja, iniciou com um chamamento de uma Liga (a Liga de Defesa Popular) que se pretendia representante não só dos operários, mas também do “povo”<sup>372</sup>. O movimento, portanto, possuía uma direção centralizada – apesar de cada sindicato ou associação operária também apresentar certas reivindicações específicas – e uma pauta comum de exigências. A Liga, no final do mês de julho, entregou ao Poder Público uma Proclamação que denunciava “as condições aflitivas em que se encontram as classes populares, a braços com a carestia crescente dos gêneros de primeira

---

<sup>371</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 226.

<sup>372</sup> Os folhetos distribuídos pela LDP durante este movimento começavam com o seguinte chamamento: “Povo! Trabalhadores!”. Ver: SILVA Jr., Adhemar. A greve de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, n° 5, p. 189, 1996.

necessidade e aluguéis de casas, [e declarava] que vai agir no sentido de obter algumas melhorias que lhes possam atenuar a miséria em que se debatem”<sup>373</sup>.

A maioria das exigências constantes nesta Proclamação era direcionada ao Poder Público, visto que, nos dez dos itens arrolados, pelo menos sete exigiam diretamente a intervenção do governo do Estado ou da Intendência Municipal, os quais eram, portanto, os principais interlocutores do movimento. A pauta de reivindicações englobava os seguintes pontos: a diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral; a tomada de providências para evitar o açambarcamento do açúcar; o estabelecimento de um matadouro municipal com vistas a fornecer carne à população a preço razoável; a criação de mercados livres nos bairros operários; a obrigatoriedade de venda do pão a peso e fixação semanal do preço do quilo; a cobrança, pela Intendência, do fornecimento de água em 10% sobre os aluguéis e redução para 5% das décimas dos prédios cujo valor locatício fosse inferior a 40\$000<sup>374</sup>; a exigência para a Cia. Força e Luz estabelecer a passagem dos bondes em 100 réis; o aumento de 25% sobre os salários; a generalização da jornada de oito horas e o estabelecimento da jornada de 6 horas para mulheres e crianças<sup>375</sup>.

Em segundo lugar, levando em consideração o que Tilly chamou de “sistema de agentes em luta”<sup>376</sup>, convém destacar que a postura das associações operárias, em grande parte devido ao “reforço das posições não-anarquistas” nestas entidades<sup>377</sup>, caracterizou-se por um não enfrentamento político direto, uma vez que as reivindicações buscavam sobretudo pressionar os governos estadual e municipal a adotar medidas que contivessem a carestia. Este “abrandamento do discurso operário”, especialmente em relação ao período em que os anarquistas tiveram mais influência sobre a diretoria das associações operárias, – a FORGS, por exemplo, era tida por um militante anarquista como “apagada” e “fiel ao governo”<sup>378</sup> –, possivelmente permitiu que houvesse um reconhecimento da justiça das reivindicações dos grevistas, bem como o

---

<sup>373</sup> *Proclamação da Liga de Defesa Popular ao povo de Porto Alegre* apud PETERSEN; LUCAS, Op. Cit., 1982, p. 197.

<sup>374</sup> Sobre as habitações populares e o alto custo locatício destes imóveis ver: SILVA, Nauber Gavski da. Meio Século de Projetos Municipais para a Habitação Operária em Porto Alegre: a institucionalização da periferia. *Aedos*. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação e História da UFRGS, v. 2, nº 4, p. 35-47, 2009.

<sup>375</sup> *Proclamação da Liga de Defesa Popular ao Povo de Porto Alegre*. *Correio do Povo*, 31/07/1917, p. 6.

<sup>376</sup> TILLY apud BOURDIEU, Op. Cit., 1983, p. 197.

<sup>377</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1996, p. 199.

<sup>378</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 125.

reconhecimento da legitimidade da própria LDP, já que o governo a reconheceu como interlocutora válida nas negociações.

A conjunção destes fatores – o abrandamento do discurso grevista, o reconhecimento da LDP como interlocutora e uma pauta de reivindicações coletivas direcionada ao Poder Público – levou a que Borges de Medeiros tomasse algumas medidas que visavam reduzir a carestia, atendendo em parte às reclamações dos grevistas, o que exprime uma tentativa de cooptar o proletariado em um momento de questionamento do PRR<sup>379</sup>. Assim, como muitas das reivindicações eram direcionadas diretamente ao governo, no dia 2 de agosto, o presidente do Estado publicou dois decretos (2.287 e 2.288), elevando o salário dos funcionários a serviço do Estado e determinando uma regulamentação oficial sobre as exportações de banha, arroz, açúcar, batatas, feijão e farinha<sup>380</sup>. Com o decreto 2.288, as exportações de trigo e farinha ficavam proibidas “por ser a produção riograndense notoriamente inferior às necessidades do consumo de toda a população”<sup>381</sup>. Do mesmo modo, o intendente municipal de Porto Alegre, José Montauray, também destacado e fiel membro das hostes do PRR, assinou ato que estabelecia o preço de venda dos gêneros de primeira necessidade (Ato 137, de 4 de agosto de 1917) e outro que criava feiras e mercados livres na cidade (Ato 138, de 25 de agosto de 1917)<sup>382</sup>, atendendo às exigências constantes no Memorial da LDP<sup>383</sup>.

Com estas medidas, algumas das exigências dos operários foram atendidas: a regulamentação oficial do governo do Estado controlava as exportações de certos produtos de primeira necessidade, aumentando a oferta e procurando reduzir o desabastecimento; o ato municipal que estabelecia uma lista de preços também facilitava o acesso popular a alguns gêneros; e o segundo ato do Intendente, igualmente, procurava sanar a questão da carestia ao criar feiras e mercados livres. Portanto, das dez reivindicações apresentadas pela LDP no final do mês de julho, pelo menos três foram resolvidas já no início de agosto.

---

<sup>379</sup> Sobre as oposições ao PRR ver: ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

<sup>380</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 02/08/1917, p. 6.

<sup>381</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1918, p. 42.

<sup>382</sup> Ato 138 de 25 de agosto de 1917. Biblioteca da CMVPA.

<sup>383</sup> Sobre a criação das feiras livres em Porto Alegre ver: SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2010; e SILVA, Nauber Gavski da. Meio Século de Projetos Municipais para a Habitação Operária em Porto Alegre: a institucionalização da periferia. *Aedos*, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação e História da UFRGS, v. 2, nº 4, p. 35-47, 2009.



Por outro lado, no que concerne às reivindicações que passavam à margem da atuação do Estado e que estavam ligadas especificamente à relação entre capital e trabalho – sobretudo aquelas relacionadas aos pedidos de aumento salarial –, o governo procurou, através do decreto-lei n.º 2.287 – que elevava os salários dos funcionários a serviço do Estado – e de manifestações públicas pela imprensa, “dar o exemplo” de como os proprietários deveriam proceder nesta questão. Com tal medida, o governo esperava, como foi dito, “oferece[r] o exemplo”<sup>384</sup> aos proprietários, concorrendo “quanto às suas relações com o proletariado a serviço do Estado para a solução do problema social. Cumpre, agora, ao particular, que representa o capital, por sua vez, [sic] para a solução do problema”<sup>385</sup>. O “exemplo” do governo deveria ter, pois, um efeito pedagógico, fazendo com que os capitalistas pudessem “com altruísmo tomar a iniciativa do assunto nas suas relações com os trabalhadores, para que seja o magno problema solucionado sem abalos, sem a intervenção de leis compressivas, muitas vezes perturbadoras”<sup>386</sup>. Enfim, ao elevar o salário dos operários a serviço do Estado, o governo “aconselhava” os patrões a tomarem a mesma atitude com seus trabalhadores. Com estas providências, procurava, segundo os discursos oficiais, “à luz dos ensinamentos de A. Comte, promover definitivamente a incorporação do proletariado na sociedade moderna”<sup>387</sup>.

Tal postura do governo estadual, respondendo em parte às reivindicações dos operários, suscitou uma discussão entre os estudiosos a respeito dos motivos deste comportamento. A interferência do ideário positivista explicaria tal posição, caracterizando uma postura paternalista e imprimindo uma flagrante diferença entre a ação do PRR no Estado e o comportamento das demais elites regionais (e nacionais) perante a questão social? Ou tal atitude se resumiria a uma estratégia do PRR para desmobilizar um movimento que atingia proporções alarmantes, paralisando diversas categorias da capital?

De acordo com o primeiro ponto de vista, a postura dos governantes do Rio Grande do Sul durante este movimento paredista teria se caracterizado pelo chamado “paternalismo borgista”, resultado da influência positivista no PRR que encerrava uma “aparente contradição do governo gaúcho com respeito à regulamentação do trabalho –

---

<sup>384</sup> OSÓRIO, Op. Cit., 1930, p. 31.

<sup>385</sup> Idem, p. 31-32.

<sup>386</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>387</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Porto Alegre, 1918, p. 12.

de um lado garantindo o privatismo e de outro promovendo o protecionismo”<sup>388</sup>. Ou seja, se, por um lado, o governo defendia o privatismo nas relações entre capital e trabalho e manifestava-se francamente contrário ao que denominava de “golpes legislativos”; por outro, posicionava-se, algumas vezes, a favor de medidas de proteção aos trabalhadores, como a que previa indenizações aos operários por acidentes de trabalho. A posição do governo do Estado no decorrer da greve seria, então, um exemplo do “paternalismo borgista” uma vez que, “em 1917, vemos Borges de Medeiros assumindo uma posição de nítido apoio às pretensões operárias”, comportamento esse que, de acordo com Petersen, poderia ser explicado “no marco do ‘paternalismo borgista’ frente ao operariado, cujas raízes está [sic] na própria filosofia de Comte”<sup>389</sup>.

Já Pesavento salienta que este paternalismo foi uma política válida somente “até o momento em que a ideologia, como justificativa, não atendeu mais aos interesses do Estado na solução da questão social”<sup>390</sup>. Se notarmos, como procuramos anunciar no capítulo anterior e desenvolveremos ao longo desta tese, que tal ação dita “paternalista” restringiu-se à atuação do governo gaúcho durante a greve aqui em foco, poderemos questionar e inverter tal afirmação, observando que, *via de regra*, o Estado atuava de modo repressivo e coercitivo, acionando a força pública, reprimindo *meetings* e fechando associações operárias, e que, apenas nesse ano, verificou-se a dita ação “paternalista”.

Ao buscar no positivismo gaúcho da Primeira República as bases do trabalhismo pós-30, Bodea utilizou o exemplo da greve de 1917 para indicar linhas gerais explicativas da postura do PRR perante a questão social. A influência dessa doutrina filosófica demarcaria uma clara diferença em relação à forma como as demais elites do país tratavam a questão, fortemente influenciadas pelo liberalismo. Contudo, como foi dito acima, este comportamento das elites políticas locais não se percebe também nas demais greves do período, as quais, em geral, foram duramente contidas e atribuídas a “causas injustificáveis”. A postura do governo do Estado em 1917, por mais que tenha recorrido ao discurso positivista para justificar e validar as medidas tomadas, deve ser entendida, nas palavras de Fonseca, com as quais concordamos, como “algo episódico, resultado de um conjunto de fatores circunstanciais, não passível de generalização e sem

---

<sup>388</sup> PETERSEN, Op. Cit., 1979, p. 280.

<sup>389</sup> Idem, p. 324.

<sup>390</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1996, p. 227.

razões mais profundas que possam detectar o aparecimento de algo novo, duradouro nas relações entre as classes dirigentes e o movimento emergente dos trabalhadores”<sup>391</sup>.

Segundo Bosi, o ideário positivista sobre a interferência do Estado nas relações entre capital e trabalho, resumido no clichê da “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, foi, também, objeto de adaptação por parte do castilhismo do PRR. Na visão do autor, o castilhismo se caracterizava pela adoção de medidas tutelares que poderiam ser traduzidas através de dois princípios fundamentais e complementares: de um lado, a sanção de certas exigências típicas dos trabalhadores, e, por outro, o exercício da função de mediar e arbitrar os conflitos entre operários e patrões.

Ressaltando um artigo de Castilhos, intitulado *Organizemos a Vitória*, Bosi argumenta que tal intervenção se justificava à medida em que, se abandonado ao jogo do mercado, tais relações estariam impregnadas do risco de uma “opressão sistematizada”<sup>392</sup>. Citando a greve de 1917 em Porto Alegre, o autor destaca a “tendência qualificada e paternalista” de Borges de Medeiros que, “aos olhos dos sindicatos da capital gaúcha”, despontaria como “seu protetor”, “não só por ter apoiado eficazmente as suas demandas como também por haver tabelado os gêneros de primeira necessidade”<sup>393</sup>. Para ele, “a atitude do governo do PRR afastava-se [...] do tratamento sistematicamente feroz que as oligarquias de outros Estados davam então às greves operárias”<sup>394</sup>.

Ora, como estamos argumentando, a atitude do governo no ano de 1917 não pode servir de parâmetro geral para as análises das condutas do PRR diante das greves operárias no período. Neste sentido, a repressão e a intolerância verificadas nos anos subsequentes colocam dúvidas sobre o quanto a postura dos governantes gaúchos seria divergente das demais oligarquias estaduais.

Mesmo que o governo do Estado, por meio de seu órgão de imprensa, utilizasse a retórica positivista, argumentando ter colocado os operários sob “a mais ampla tutela benéfica do Estado”<sup>395</sup>, e procurado, “à luz dos ensinamentos de Augusto Comte, promover definitivamente a incorporação do proletariado à sociedade moderna”<sup>396</sup>, sua atitude possuiu um caráter circunstancial em decorrência de diversos fatores, tais como a dimensão atingida pelo movimento, a legitimidade de suas reivindicações

---

<sup>391</sup> FONSECA, Op. Cit., 1993, p. 412.

<sup>392</sup> BOSI, Op. Cit., 2005, 215-216

<sup>393</sup> Idem, p. 213-214.

<sup>394</sup> Ibidem.

<sup>395</sup> O operário em face das leis do Estado. *A Federação*, Porto Alegre: 01/01/1922, p. 3.

<sup>396</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, 1918, p. 12.

(reconhecida até mesmo pela imprensa diária da capital), a conjuntura política nacional e, como já mencionado, o fortalecimento de posições não anarquistas entre as lideranças operárias. Tal postura “paternalista” não se constituiu, pois, como uma prática efetiva e constante do PRR, podendo-se mesmo afirmar que o paternalismo, neste sentido, aparece mais como um discurso, uma interpretação do real (ou uma encenação teatral, visto que “cada sociedad tienen su próprio estilo de teatro”<sup>397</sup>) do que como uma política estatal sistemática. Podemos considerar, então, que tais atos “deben verse como actos premeditados de apaciguamento de clase”<sup>398</sup>, sobretudo tendo em vista as referidas circunstâncias que estavam presentes nesta greve específica, as quais faziam com que “los gobernantes se [vissem] forzados a hacer concesiones”<sup>399</sup>.

Na mesma linha de Fonseca, ao estudar a greve de 1917, Silva Jr. observou que as medidas adotadas pelo governo não foram postas em prática imediatamente, como afirmara Bodea<sup>400</sup>. Os decretos tinham sido assinados após a realização de manifestação pública por parte dos operários, salientando, ainda, que “nem as lideranças da greve, nem o conjunto dos grevistas assumiram quaisquer compromissos paternalistas [...] recomendando a continuação da greve”<sup>401</sup>. Pode-se questionar o que seriam esses compromissos paternalistas? Até que ponto pode-se considerar que os operários encararam as atitudes de Borges como paternalistas? E que grau de racionalidade pode ser atribuído a esta tomada de posição? Segundo Thompson, “lo que es (desde arriba) um acto de concesión”, es (desde abajo) um ‘acto de lograr’<sup>402</sup>. Deste modo, parece-nos que os operários, ou, ao menos, boa parte deles, não tendo assumido compromissos com o governo e havendo, inclusive, sugerido a continuidade da greve, perceberam as medidas de Borges de Medeiros não como concessões, mas sim como conquistas do movimento que começava a alcançar a vitória desejada. Entretanto, tal visão não pode ser generalizada a todos os operários uma vez que ela participava de uma disputa simbólica sobre o real, já que, mesmo que as lideranças e os trabalhadores grevistas não considerassem a ação do Estado como um “dom” feito pelo seu presidente, os demais

---

<sup>397</sup> THOMPSON, Op. Cit., 1979, p. 52.

<sup>398</sup> Idem, p. 40.

<sup>399</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>400</sup> Para este autor, as medidas de Borges de Medeiros haviam sido promulgadas “praticamente no mesmo dia em que as reivindicações da Liga foram apresentadas formalmente ao presidente do Estado”, o que foi contestado por Silva Jr., uma vez que tais reivindicações foram apresentadas ao governo no dia 30 e os referidos decretos ganharam a luz no dia 2 de agosto. BODEA, Miguel. *A Greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: Pro-Arte-L&PM, s/d., p. 30.

<sup>401</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1996, p. 195.

<sup>402</sup> THOMPSON, Edward P. *Lucha de clases sin clases?* In: \_\_\_\_\_. *Tradición, Revuelta Y Conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 40.

operários e o conjunto da sociedade, menos sujeitos à interpelação do discurso militante, poderiam estar mais suscetíveis àquele discurso paternalista, posto que “gran parte de la vida política de nuestras propias sociedades puede entenderse sólo como una contienda por la autoridad simbólica”<sup>403</sup>.

De forma mais geral, Bourdieu identifica a luta simbólica como um dos elementos fundadores da própria noção de classe social, pois

não se passa da classe-no-papel à classe ‘real’ a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe ‘real’, se é que ela alguma vez existiu ‘realmente’, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado<sup>404</sup>.

Desta luta de classificações sobre o real resulta que, no caso específico aqui estudado, dois discursos antagônicos se entrecruzavam: por um lado, o dos operários grevistas, que buscavam legitimidade junto à sociedade e ao conjunto dos trabalhadores, afirmando que os decretos estaduais e os atos municipais teriam sido conquistas do movimento laboral, consequências do êxito da condução da greve; por outro, o do governo do Estado que, tendo por base a retórica positivista, se autointitulava promotor do bem-estar da sociedade e protetor dos trabalhadores através de sua ação benéfica e desinteressada. De que forma ocorria a recepção desses discursos por parte dos operários “comuns” (sejam aqueles que não aderiram à greve sejam os que compunham a base do movimento, mas que não possuíam uma militância efetiva nos sindicatos) é uma questão muito difícil de precisar, principalmente se imaginarmos que – como já foi mencionado na Introdução – o trabalhador comum dificilmente deixa registros escritos de suas impressões. Contudo, afirmar que os operários percebiam a ação do governo como uma conquista, e não como uma concessão, parece-nos uma generalização abusiva. Talvez as duas percepções se alternassem – ou mesmo se complementassem – em suas mentes. De qualquer forma, podemos, sim, argumentar que as lideranças operárias interpretavam tais atitudes como resultado do êxito do movimento e um sinal da vitória da greve e alardeavam tais realizações, possivelmente, como forma de garantir sua manutenção nos cargos de direção de suas associações.

---

<sup>403</sup> THOMPSON, Op. Cit., 1979, p. 52.

<sup>404</sup> BOURDIEU, Op. Cit., 1997, p. 26.

Chalhoub elucida que há uma diferença importante nas concepções sobre a relação patrão/empregado entre grevistas e não grevistas, pois, enquanto uma parcela da classe operária se identifica claramente com a defesa dos interesses do patronato, outro segmento dessa revela “uma consciência nítida de que os interesses dos patrões não são os seus”<sup>405</sup>. A coexistência destas duas visões de mundo no ambiente laboral acabaria por provocar uma “controvérsia entre trabalhadores que percebem a relação patrão-empregado basicamente como uma relação de cooperação paternalista, e aqueles que a concebem como uma relação conflituosa”<sup>406</sup>. Os trabalhadores que não aderiam às greves poderiam, sim, identificar as medidas do governo como atitudes “paternais”, seja devido à descrença nas estratégias dos grevistas, seja em função do discurso constantemente difundido pelos órgãos de imprensa, seja por causa da experiência quotidiana do paternalismo vivenciada nos locais de trabalho, seja ainda em razão de outros fatores que, devido à sua natureza, não pudemos apurar. Ademais, mesmo os próprios operários que aderiam às paralisações, mas que não faziam parte das lideranças dos sindicatos e associações e, portanto, não expressavam de forma escrita suas posições, poderiam compartilhar da ideia de que tais medidas do governo fossem realmente concessões, e não conquistas dos grevistas.

Assim como na Inglaterra do século XVIII, no Rio Grande do Sul das primeiras décadas do XX, “el modelo paternalista tuviera una existencia ideal, pero también una existencia real fragmentaria”, pois em anos de estabilidade econômica “las autoridades lo dejavam caer en el olvido. Pero si los precios subían y los pobres se mostraban levantiscos se lo reavivaba, al menos para crear un efecto simbólico”<sup>407</sup>. Trata-se de ações que requerem retribuições: as atitudes paternalistas podem ser entendidas como estratégias empregadas com a finalidade de reforçar a dominação e obter um comportamento esperado – nesse caso, a resignação e o fim da greve. Não são, portanto, simples ações gratuitas preocupadas com o bem-estar da sociedade, mas, sim, meios para se alcançar os objetivos desejados através de um discurso de harmonia social e de cooperação entre as classes. Porém, a existência de uma “ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de

---

<sup>405</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.105.

<sup>406</sup> Idem, p. 107.

<sup>407</sup> THOMPSON, Edward P. *Economia Moral*. In: \_\_\_\_\_. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 78.

antagonismos sociais”, ou seja, “subordinação não significa necessariamente passividade”<sup>408</sup>.

Durante este movimento paredista, percebe-se que a estratégia adotada pelo PRR consistiu em, invocando o princípio positivista da “incorporação do operariado à sociedade moderna”, reconhecer as reivindicações da LDP como justas e a Liga como uma interlocutora legítima, negociando com seu comitê organizador, atendendo as exigências dos operários e buscando aconselhar o patronato – por intermédio do próprio “exemplo” – a negociarem e dialogarem com seus funcionários.

A atuação do Estado durante essa greve se deu no sentido de atender parte das demandas operárias consideradas legítimas tendo em vista a situação de carestia que se apresentava em função das condições objetivas delineadas pela guerra no Velho Continente.

Deste modo, as reivindicações da LEP que estavam diretamente relacionadas à atuação do poder público – estadual e municipal – foram parcialmente atendidas através de decretos e atos governamentais que regulavam, por exemplo, a exportação dos produtos de primeira necessidade, de maneira a minorar a carestia e facilitar o acesso da população trabalhadora a esses gêneros. Com tais resoluções o governo esperava solucionar o principal motivo que levava à greve. Tal postura deveu-se também à presença de operários não anarquistas nos cargos de liderança das associações operárias, o que resultava em um discurso reivindicativo que não criticava de modo tão veemente a ordem estabelecida e que, portanto, era mais palatável ao governo e ao patronato.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o fato de que a conjuntura internacional e o encarecimento provocado pelas exportações para os países envolvidos no conflito mundial conferiam certa legitimidade ao movimento grevista de 1917, já que “certos períodos – como a Grande Guerra – tendem a encorajar mais a função mediadora do Poder Público”<sup>409</sup>.

Mas, como veremos logo a seguir, esta “função mediadora” podia logo se transformar em pura e simples repressão...

### **2.2.2 A greve de 1918: os operários em seu lugar**

---

<sup>408</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p. 46-47.

<sup>409</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 234.



No ano de 1918, contudo, a situação foi completamente diferente: a forma abrupta como a greve irrompeu, de modo bastante inusitado e pegando de surpresa o próprio presidente do Estado, gerou uma repressão imediata por parte das forças públicas. Devemos recordar que, como vimos no capítulo I, antes da greve geral de 1917, uma comissão da LDP, formada por Henrique Martins, João Baptista Moll e Vigo Thompson Collin, foi ao Palácio do Governo solicitar a Borges de Medeiros uma autorização para realizar o comício do dia 31 de julho<sup>410</sup>. Portanto, a greve já era esperada e a postura dos operários inclinava-se ao diálogo.

A paralisação do ano seguinte ocorreu logo após uma reunião organizada por três associações operárias – a FORGS, a U.G.T. e a União Metalúrgica – na qual foi aprovada por unanimidade a resolução de dar início à greve. Assim, às 21 horas do dia 21 de julho, os operários que trabalhavam na estratégica usina da Companhia Força & Luz abandonaram seus postos, provocando a interrupção do fornecimento de energia elétrica<sup>411</sup>, surpreendendo Borges de Medeiros, que se encontrava em uma solenidade relativa à Primeira Exposição Preparatória da 4ª Exposição Nacional do Milho, da qual participavam diversos representantes não só do Rio Grande do Sul como também de outros estados do Brasil e mesmo do exterior. A imprensa e o governo se queixaram da maneira inesperada como esta greve fora declarada. Todavia, por mais “repentina” que tenha sido sua declaração, ela havia sido precedida pela entrega de um Memorial com várias solicitações ao presidente do Estado<sup>412</sup>, o qual fora despachado com as seguintes palavras: “Volte, selado”<sup>413</sup>. Portanto, a possibilidade de greve era conhecida, ou ao menos “suspeitada”, por todos os envolvidos.

Apesar de diferir da greve de 1917 no que se refere ao modo como foi declarado, o movimento paredista de 1918 também foi uma greve geral, tendo início com o chamamento realizado por um núcleo articulado de associações organizadoras. Além disso, também havia uma pauta de reivindicações conjunta na qual a maioria das exigências era direcionada ao Poder Público. Assim, do mesmo modo que em 1917, as demandas contidas no Memorial entregue ao presidente do Estado pelas três associações promotoras da greve destinavam-se, principalmente, ao Estado, solicitando a sua interferência nas relações entre capital e trabalho, sobretudo no que se relacionava à elaboração de leis e à ação sobre os mecanismos do mercado. Tal Memorial exigia a

---

<sup>410</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 30/07/1919, p. 3.

<sup>411</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>412</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 5.

<sup>413</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 4.

baixa de 40% nos preços dos gêneros de primeira necessidade; a regulamentação das oito horas diárias de trabalho; a liberdade aos operários canteiros que se achavam recolhidos à Casa de Correção; a criação de uma lei de proteção aos operários, vítimas de acidentes de trabalho; e a instituição das passagens de bondes a 100 réis para os operários<sup>414</sup>.

A forma súbita pela qual o movimento se precipitou – de certo modo, na visão dos governantes, “desrespeitando” e “afrontando” as autoridades constituídas, concretamente apanhando Borges de Medeiros em meio a uma cerimônia oficial – e a maior presença de anarquistas entre os organizadores da greve (que proferiam discursos “em linguagem violenta”<sup>415</sup>) talvez tenha colaborado para que, nesta ocasião, as estratégias adotadas pelo governo do Estado não vislumbrassem a “incorporação do proletariado à sociedade”: desta feita, a reação foi violenta e a repressão imediata. Borges de Medeiros classificou a greve de ilegítima e descabida, uma “perturbação da ordem social”<sup>416</sup>, uma inconveniência devido ao estado de guerra no qual o país se encontrava, evidenciando que “o governo acha-se no firme propósito de reprimir este movimento que não tem objetivos plausíveis”<sup>417</sup>. Tal mudança de postura não chega a ser uma incoerência, uma vez que as ações humanas não primam pela “bela regularidade das condutas deduzidas de um princípio legislativo [ou racional]”, pois seguem uma “lógica prática, a lógica do fluido, do mais-ou-menos, que define a relação cotidiana com o mundo”<sup>418</sup>. Contudo, torna-se necessário salientar que, como afirma Sirot, a “função repressiva, coercitiva e punitiva do aparelho do Estado representa sua primeira responsabilidade. É a função primordial do Poder Público diante de um conflito social: garantir a ordem”<sup>419</sup>. Assim, diferentemente do procedimento adotado na greve do ano anterior, o governo estadual buscou garantir a manutenção da ordem rapidamente, através da ação da força pública contra os grevistas. Cabe lembrar ainda o quanto a manutenção da ordem era um elemento caro ao discurso positivista e castilhistaborgista.

Prontamente, no instante em que ficou às escuras, Borges, acompanhado da Brigada Militar, dirigiu-se pessoalmente à Usina da Companhia Força & Luz a fim de

---

<sup>414</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 5.

<sup>415</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4. Veremos esta radicalização do discurso operário e as disputas pelas posições de liderança nas associações de trabalhadores no próximo capítulo.

<sup>416</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>417</sup> *Idem*.

<sup>418</sup> BOURDIEU, *Op. Cit.*, 2004, p. 98.

<sup>419</sup> SIROT, *Op. Cit.*, 2002, p. 226.

providenciar o restabelecimento do serviço de fornecimento de energia elétrica – e de demonstrar o seu poder de garantir a “ordem” –, promovendo a ocupação militar da usina por 35 praças<sup>420</sup>. Além disso, visando a garantir o abastecimento de energia, foram enviados alguns presos para substituírem os operários em greve<sup>421</sup>. Tal ato, por si só, já indica perfeitamente a postura de intolerância em relação àquele movimento.

Embora tenha reconhecido e negociado com a Liga em 1917, o governo recusou-se a repetir esse comportamento com as associações que diziam representar os trabalhadores em 1918. Dessa vez, o Estado não legitimou sua representatividade e nem reconheceu como justas as reivindicações como fizera no ano anterior, inviabilizando “qualquer possibilidade de negociação, deixando de reconhecer qualquer *status* de grupo de interesse às entidades operárias”<sup>422</sup>. Apesar disto, percebe-se que a legitimidade de tais associações frente a seus representados era tamanha que, tendo sido declarada no dia 21, a greve obteve resposta quase que imediata por parte de seus associados, mesmo que algumas categorias afirmassem não ter motivo algum para entrar em greve, e terem procedido desta forma em solidariedade aos grevistas.

A postura governamental pode ser compreendida se considerarmos que, provavelmente, a avaliação feita era de que novas concessões fomentariam ainda mais as greves, percebendo-se, pois, a necessidade imanente do “sentido do jogo”<sup>423</sup>, além do fato de que se buscava transmitir à opinião pública a ideia de já se havia tomado no ano anterior medidas que deveriam ter acabado com as reclamações dos trabalhadores, defendendo-se um discurso de harmonia social, característico do positivismo comteano. Os comícios e ajuntamentos públicos foram então expressamente proibidos, a sede da FORGS foi fechada<sup>424</sup>, os bondes “trafegaram guardados cada um por duas praças da Brigada Militar com armas embaladas”<sup>425</sup>, grevistas acabaram presos<sup>426</sup>; enfim, por causa da ação governamental, no dia seguinte à sua eclosão, o movimento já parecia derrotado.

Esta atitude do governo do Estado reforça a tese de que o ideário castilhisto – e, também o borgista – tomava do discurso positivista só aquilo que lhe convinha – e quando convinha. Deste modo, a tese comteana da “incorporação do proletariado à

<sup>420</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.

<sup>421</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>422</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1996, p. 376.

<sup>423</sup> BOURDIEU, Pierre. Da Regra às Estratégias. \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79.

<sup>424</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>425</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>426</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.

sociedade moderna”, que inspirara as ações governamentais em 1917, foi substituída pela franca repressão e intolerância no ano posterior. Mais clara fica esta assertiva ao observarmos que o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, em diversas ocasiões, solidarizou-se com grevistas e interveio junto às autoridades policiais para que liberassem operários detidos “por aliciarem muitos dos seus colegas para a greve”, criticando asperamente, por exemplo, a “despótica intervenção” do governo carioca quando da greve dos ferroviários de 1905<sup>427</sup>.

Segundo um jornal operário, um comandante da Brigada Militar se deslocou para o Bairro Navegantes com o intento de “entre ameaças e conselhos [...] fazer com que os operários não perturbassem a digestão dos capitalistas”<sup>428</sup>. Quando novos rumores a respeito da eclosão de um movimento paredista começaram a circular, em outubro, novas prisões ocorreram: vários operários foram encarcerados, acusados de estarem “distribuindo boletins concitando seus companheiros à greve”<sup>429</sup>. Na ocasião, o jornal *A Luta* denunciou as perseguições sofridas pelas lideranças operárias, afirmando que a “polícia desta capital, no afã triste de defender à *entrance* os cofres da burguesia exploradora, tem ultimamente desenvolvido uma perseguição feroz à classe trabalhadora”<sup>430</sup>.

O governo do Estado, através de seu órgão de imprensa, afirmava que “a greve atual não tem pé nem cabeça”<sup>431</sup>, sendo o resultado da ação “elementos estranhos ao nosso meio social que aqui pretendem lançar o gérmen maligno das ideias anárquicas, rivalidades e luta de classes que não tem razão de ser no Brasil e tendem a desaparecer da própria Europa, onde surgiram”<sup>432</sup>. A atribuição da organização dos movimentos grevistas a “elementos exógenos” foi um expediente usual entre os governantes da Primeira República e, particularmente, serviu ao objetivo de deslegitimar as greves também no Rio Grande do Sul<sup>433</sup>.

A preocupação com a atuação dos anarquistas no meio operário gaúcho era tamanha que o governo do Estado adotou a estratégia de introduzir “secretas” a fim de colher informações “subversivas”. No começo daquele ano, fora apreendido pela

---

<sup>427</sup> BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Fase VII, abril-maio-junho 2005, Ano XI, N° 43, 157-170.

<sup>428</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/10/1918 apud JARDIM, Op. Cit., p. 194.

<sup>429</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 04/10/1918, p. 5.

<sup>430</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/10/1918, p. 4 apud JARDIM, Op. Cit., p. 234.

<sup>431</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>432</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 29/07/1918, p. 1.

<sup>433</sup> A atribuição da culpa pelas greves aos estrangeiros será examinada ainda neste capítulo.

Chefatura de Polícia um manifesto intitulado *Aos Filhos do Povo*<sup>434</sup> graças à colaboração de “um secreta que não recebe vencimentos”. No verso do referido Manifesto, aparece manuscrita uma observação que sugere “cortar um pouco as azas desses anarquistas [sic] é inconveniente esse elemento entre nós, o que diz?”<sup>435</sup>. De acordo com o documento, “os autores e anarquistas são estes que fazem parte da Internacional [UOI]”. Em recorte de jornal anexado ao Manifesto, aparecem sublinhados os nomes de seus possíveis autores: Alexandre Beachiers, Orlando Moreira Martins, Abílio de Nequete e Francisco Raya<sup>436</sup>.

A colaboração de “secretas” com a polícia na repressão ao movimento operário parece ter sido algo bastante usual no período e vai aparecer novamente na greve do ano seguinte. Na ótica governamental, tais medidas se justificavam na medida em que a manutenção da ordem passava pela prevenção e que, por isso, o “aparelho do Estado emprega esforços no sentido de observar os militantes considerados perigosos ou potencialmente subversivos”<sup>437</sup>. A utilização de secretas – que pudessem coletar informações e se infiltrar entre os operários para provocar desordens, desmoralizando o movimento junto à opinião pública – fazia parte de um trabalho de vigilância dos líderes e de “observação policial destes indivíduos [e] das organizações operárias [...]”<sup>438</sup>. Um exemplo desta estratégia da polícia pode ser observado quando um comício organizado pela FORGS, que seria realizado no dia 18 de maio de 1919, foi cancelado por causa de denúncias de que “grande número de agentes secretas, à paisana, se achavam no referido local e que também nas suas imediações se haviam postado fortes contingentes da Brigada Militar”. Segundo esta fonte operária, referindo-se aos agentes à paisana, “seus intuitos são procurar perturbar a ordem para que as forças armadas possam justificar sua intervenção”. Este comício acabou por se realizar no dia 21 de maio em “perfeita ordem (pois primou pela ausência de forças militares)”<sup>439</sup>.

Durante essa greve, o governo declarou que “não pode a classe operária esperar mais dos poderes públicos, devendo a solução das questões deste gênero, que se

---

<sup>434</sup> Aos Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRs. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151. Cx 76. 1918.

<sup>435</sup> A anotação manuscrita no verso do Manifesto não explicita o nome do coronel ao qual se dirigia, mas se pode supor que se tratava de Dyonísio Marques, Delegado de Polícia neste período.

<sup>436</sup> Provavelmente um recorte do *Correio do Povo* de 23 de fevereiro de 1918. A notícia trata da realização de uma Assembleia Geral da UOI, “antiga associação operária que há meses se achava adormecida”. Na referida assembleia, dirigida pelo operário Antônio Cariboni, “ficou resolvido o reerguimento da Internacional”, tendo sido eleita uma nova diretoria.

<sup>437</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 230-231.

<sup>438</sup> Idem.

<sup>439</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919. p. 3.

suscitarem entre patrões e empregados, ser afeita a uma autoridade espiritual de um árbitro, quando não seja obtida por acordo das próprias partes interessadas”<sup>440</sup>, defendendo assim o entendimento direto entre os operários e seus patrões e a manutenção do privatismo nas relações entre capital e trabalho – postura oposta à adotada no ano anterior. Tal posição pode ser entendida se observarmos que, no próprio programa de governo do PRR, já era defendido que o Estado deveria eximir-se de atuar nos conflitos entre patrões e empregados, a não ser em situações extremadas e, ainda assim, sob a forma de mediador das negociações para que essas chegassem a um bom termo, através de um “tribunal de arbitragem para resolver os conflitos entre patrões e empregados”<sup>441</sup>.

Deve-se salientar, contudo, que, embora o governo não tenha atendido a nenhuma das reivindicações dos grevistas neste momento, alguns meses após a greve, o Intendente Municipal assinou o ato nº 145 que estabelecia o preço máximo de vários gêneros alimentícios. Todavia, enquanto o ato municipal que estabeleceu o preço de venda dos gêneros de primeira necessidade em 1917 considerou que tal medida era necessária em virtude da “perturbação econômica nacional agravada pela crise mundial resultante da deflagração europeia”<sup>442</sup>, o ato de 1918 justificou a necessidade da adoção do tabelamento devido à “situação anormal da cidade, assolada por uma epidemia [influenza hespanhola]”, a fim de “facilitar à população, especialmente às classes menos favorecidas da fortuna, a aquisição dos alimentos destinados ao tratamento dos enfermos”<sup>443</sup>. Tal medida, tomada menos de quinze dias após o deflagrar da greve, provavelmente visava a acalmar os ânimos acirrados sem, no entanto, dar sinais de fragilidade da parte do governo, pois esse não aceitava perder a “queda de braço” com os operários<sup>444</sup>.

Debelada em seu nascimento, a greve de 1918 foi um exemplo nítido da disposição do governo do PRR de manter a ordem a qualquer custo. Não houve negociação, tolerância ou diálogo – nem “paternalismo”: a tônica foi a repressão, o policiamento ostensivo e a perseguição aos operários grevistas. A estratégia adotada em

---

<sup>440</sup> A Greve Fracassada – A Eficácia das Medidas do Governo. *A Federação*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 1.

<sup>441</sup> Programa Político do Partido Republicano Rio-Grandense. Apud OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Estado: Livraria do Globo. 1930, p. 50.

<sup>442</sup> Ato 137 de 4 de agosto de 1917, p. 7-8.

<sup>443</sup> Ato 145 de 6 de novembro de 1918, p. 61-62.

<sup>444</sup> Sobre a gripe espanhola em Porto Alegre ver: ABRÃO, Janete Silveira. *Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre*, 1918. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

1917 parece ter sido julgada equivocada, pois não se queria naquele momento impulsionar novas greves: era hora de colocar os operários “em seu lugar”.

### 2.2.3 A greve de 1919: o “desvario anarquista”

Nenhuma das greves abordadas anteriormente teve um grau tão elevado de radicalização e violência quanto a de 1919. Morte de um operário, prisões, bombas de dinamite: a polarização chegou a tal ponto que não houve lugar para o diálogo. Mas por quê? E qual foi a postura do governo do Estado diante de tais acontecimentos?

Para se entender tal postura, deve-se, novamente, considerar o conjunto dos “agentes em luta”<sup>445</sup>: a estratégia dos operários – como veremos no próximo capítulo – mudara. O fortalecimento das posições anarquistas nas principais associações de trabalhadores – notadamente na FORGS – provocou um acirramento nas relações entre o governo e o movimento operário, uma vez que essas entidades passaram a defender de modo mais enérgico a necessidade de uma ruptura revolucionária com a ordem vigente através da derrubada do Estado por meio de uma greve geral, que consistia na recusa por parte dos trabalhadores de continuarem a colaborar para a manutenção da ordem social. Tal mudança possivelmente influenciou na disposição do governo estadual – e mesmo de significativos setores da opinião pública – em relação aos grevistas.

Além desta importante mudança nas práticas e no discurso operário – que afetará as condutas do PRR –, verificamos outras diferenças em relação aos movimentos precedentes: ao contrário desses, que foram greves gerais, a greve de 1919 foi uma greve generalizada<sup>446</sup> que iniciou com uma sucessão de diversos movimentos grevistas, com direções independentes, os quais acabaram formando uma grande greve. Os meses anteriores à parede de agosto/setembro de 1919 foram precedidos pela ocorrência de várias greves setoriais que irromperam pela capital e pelo interior do estado<sup>447</sup>. Este

---

<sup>445</sup> TILLY apud BOURDIEU, Op. Cit., 1983, p. 197.

<sup>446</sup> Ver a discussão feita no Capítulo I sobre as diferenças entre greve geral e greve generalizada.

<sup>447</sup> Na maioria das greves deflagradas em maio, os operários obtiveram vitórias, mesmo que parciais, com o atendimento de suas reivindicações. Durante estes movimentos, não ocorreram maiores incidentes e o governo não interferiu nas negociações entre patrões e empregados, ordenando apenas a vigilância ostensiva por parte da Brigada. O privatismo nas relações entre capital e trabalho foi mantido pelo fato de que as reivindicações não solicitavam a atuação do Estado. Devemos, no entanto, lembrar os incidentes ocorridos em Rio Grande, quando a polícia atuou de modo bastante enérgico contra os grevistas. Em Porto Alegre, o único incidente mais grave verificado foi a morte de um padeiro que não aderira ao movimento de sua categoria. Este caso será estudado no capítulo III. Após este incidente, o governo estadual passou a proibir reuniões entre os operários. O periódico *O Sindicalista* denunciava que “em Porto Alegre, com a deflagração da greve dos operários do cais, canteiros e dos padeiros, tem tido o governo do Estado a desfaçatez de, sob pretextos odiosos espezinhar a Constituição que diz cumprir,



pipocar de greves setoriais propiciou, de modo espontâneo, a generalização do movimento. Seu efeito, contudo, foi muito maior que a soma das partes, uma vez que atingiu um dinamismo e uma intensidade que ultrapassaram os objetivos iniciais, paralisando a vida da cidade.

Ademais, a “parede” não começou com o chamamento de alguma associação operária. Pelo contrário, observou-se<sup>448</sup> que a participação da FORGS na organização do movimento foi insignificante, tendo em vista que cada sindicato classista conduzia a greve de modo autônomo e possuía sua própria pauta de reivindicações. A Federação, porém, declarara seu apoio aos diferentes movimentos paredistas e atuava na retaguarda, prestando solidariedade e auxílio aos sindicatos. Cabe lembrar que, desde o início do mês de maio, esta entidade vinha divulgando e publicando notas nas quais afirmava que “sequer houvesse ainda sido lembrada a greve geral”, existindo um “mal entendido sobre a decretação dessa greve”<sup>449</sup>, e salientando que “só ela [a FORGS] representa positivamente o operariado e só ela tem a idoneidade moral para declarar a atitude do operariado em face de qualquer questão que se prenda aos interesses deste mesmo operariado”, enfatizando ainda que eram “falsos os boatos de que o operariado se levantará brevemente em greve geral”<sup>450</sup>.

Reforçando: ao contrário de 1917 – quando o movimento fora convocado e liderado pela LDP – e de 1918 – quando FORGS, UGT e União Metalúrgica compartilharam sua liderança –, a greve generalizada de 1919 não possuiu um comando central, uma direção centralizada e nem apresentou – como nas ocasiões anteriores – uma pauta única: cada categoria tinha suas próprias reivindicações que eram destinadas aos seus patrões. Diferentemente, pois, dos movimentos anteriores, que tinham na figura do Estado o seu principal interlocutor, desta vez as exigências se dirigiam aos donos do capital que, por sua vez, optaram por uma posição conjunta irreduzível quanto a negociar com os operários.

No entanto, a despeito das reivindicações dos operários serem direcionadas ao patronato, o governo do Estado assumiu uma posição de total intolerância – paralela à postura de intransigência dos patrões, que será analisada no capítulo IV – perante este

---

mandando encarcerar operários só pelo fato de não quererem trabalhar, de irem convidar seus camaradas para reuniões e de não se amoldarem às conveniências dos patrões”. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

<sup>448</sup> Como veremos no próximo capítulo.

<sup>449</sup> A Federação Operária Nega que a Greve Esteja para Explodir. *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 09/05/1919, p. 2.

<sup>450</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 2.

movimento, afirmando buscar garantir a liberdade de trabalho de todas as formas. Tal estratégia pode ser creditada à incapacidade que os patrões demonstraram naquele momento de negociar com os operários, uma vez que vinham sofrendo seguidos reveses ao tentarem fazê-lo isoladamente com os sindicatos operários, sendo obrigados a aceder às reivindicações dos trabalhadores<sup>451</sup>. Nesta greve, porém, o patronato resolveu manifestar uma posição nitidamente classista: se os operários haviam se unido para enfrentar os patrões, esses também decidiram fazer o mesmo no sentido de defender seus interesses de classe, tendo, além disso, o apoio do Estado, o “anjo protetor”<sup>452</sup> da burguesia.

Assim, deve-se atentar para o fato de que, mesmo que as reivindicações operárias não estivessem voltadas para o Poder Público, a atuação do Estado foi constante ao longo de todo o movimento, pois ele “jamais é estrangeiro ou exterior. Ao contrário, ele é um dos maiores atores, ainda que tenha uma maior ou menor participação e que tenha posturas diferentes, ou mesmo divergentes”<sup>453</sup>.

Respalhando, portanto, a intransigência do patronato, o governo do Estado logo tratou de desqualificar a greve e seus organizadores, divulgando que o movimento possuía “intuitos francamente subversivos”, sendo coordenado por elementos desordeiros, “quase todos estrangeiros”, e tendo perdido “por inteiro as características de uma tentativa pacífica visando à consecução de fins legítimos, para assumir as proporções nitidamente definidas de uma ameaça contra a ordem constituída”<sup>454</sup>.

Como de costume, logo no início da greve, o governo estadual ordenou um policiamento ostensivo, tendo sido destacadas “patrulhas da Brigada Militar para guarnecer alguns estabelecimentos públicos como a Usina Municipal, o Gazômetro, a Hidráulica, etc.”<sup>455</sup>. Assim, apesar de o movimento transcorrer de modo pacífico –

---

<sup>451</sup> Ao longo do ano de 1919, várias categorias obtiveram o atendimento de suas solicitações junto ao patronato em movimentos grevistas isolados. Desde o mês de maio, o periódico *O Syndicalista* veiculava notícias acerca de greves parciais que irrompiam na capital, como a dos operários do Cais, dos canteiros, dos pedreiros e a dos alfaiates, esses últimos tendo obtido uma “colossal vitória quanto às suas justíssimas aspirações” ao conseguirem um aumento na tabela de pagamento por peça. Eis a tabela: Casaca 50\$, sobrecasaca 40\$, smoking 26\$, frack 26\$, frack ponto picado 28\$, sobretudo simples 26\$, sobretudo forrado à seda 28\$, paletot 20\$, paletot ponto picado 22\$, paletot Sport 24\$, capote militar 35\$, túnica militar 25\$, túnica de flanela 20\$, pellerini 20\$, capa espanhola 35\$, paletot de alpaca 18\$, paletot de flanela 20\$, túnicas de tyros e gimnasios 10\$, paletot de brim 14\$, jaquetão de brim 15\$, calças 4\$, colete 4%, colete com gola 5\$. <sup>451</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 2.

<sup>452</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>453</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 226.

<sup>454</sup> *A Federação*, 09/09/1919, p. 3.

<sup>455</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 30/08/1919, p. 1.

“dentro de uma normalidade elogiável”<sup>456</sup> – “a polícia judiciária estava vigilante, sendo adotadas medidas para impedir qualquer perturbação da ordem pública”<sup>457</sup>. Esta vigilância acintosa recebeu duras críticas em um manifesto do Sindicato dos Operários da Força e Luz que denunciava as “aparatosas e provocantes demonstrações de força” do governo, o qual não esboçava “nem um gesto de boa vontade, nem um gesto de conciliação”<sup>458</sup>.

Para Sirot, “quando os conflitos reivindicativos ocorrem de acordo com uma prática legal, a força pública não pode intervir simplesmente para impedir sua existência, mostrando-se, contudo, presente para assegurar um triplo objetivo: assegurar a proteção da propriedade e dos que continuam a produção; evitar a propagação da greve e impedir as manifestações ou quaisquer formas de atropelo”<sup>459</sup>. O patrulhamento ostensivo da Brigada Militar nos espaços em que a presença dos manifestantes era provável se justificava, na perspectiva do governo e dos proprietários, a partir deste triplo objetivo: assegurar a propriedade e o tão propalado “trabalho livre”<sup>460</sup>, conter o progresso do movimento e, finalmente, evitar violências – sendo que esse último, dadas as demonstrações do caráter pacífico do movimento, parece-me, neste contexto, mais um objetivo “retórico”. Todavia, é fundamental ter em mente que somente a presença da força pública representava uma força inibidora da própria “naturalidade” do movimento. Bastava a postura vigilante dos soldados e a clareza de que os operários estavam sendo observados a todo o momento para se obter um efeito de controle.

A recusa por parte do patronato em negociar com os operários grevistas, a substituição dos trabalhadores de muitos estabelecimentos e o conseqüente agravamento do impasse entre patrões e empregados levaram a uma radicalização do movimento, com a realização de alguns atentados por parte dos paredistas, como veremos no próximo capítulo. A partir de então, a polícia começou a assumir uma postura bem mais repressiva, cuja finalidade era “chamar à razão este grupo de tresloucados que se quer colocar fora da lei”<sup>461</sup>.

---

<sup>456</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 2.

<sup>457</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 30/08/1919, p. 1.

<sup>458</sup> Tal Boletim foi apreendido pela polícia antes do *meeting* do dia 7 de setembro. *Sindicato dos Operários da Força e Luz*. Anexo 12. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>459</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 227.

<sup>460</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

<sup>461</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 3.

O ápice da repressão policial do governo ocorreu no dia 7 de setembro, quando a Rua da Praia transformou-se em uma verdadeira praça de guerra<sup>462</sup>. Um *meeting* que havia sido convocado pelos operários para ser realizado na Praça Montevideu fora proibido pela polícia. Apesar disto, os manifestantes participaram do comício, levando a Brigada Militar a comparecer a fim de dispersar os manifestantes. Após ter “a polícia carregado sobre o povo”<sup>463</sup>, aquela foi recebida com tiros, que provocaram um corre-corre generalizado nas ruas do centro, quando famílias inteiras, transeuntes desavisados e lojistas se viram, repentinamente, em meio a uma violenta perseguição na principal artéria da cidade, isso em um domingo no qual se “realizavam passeatas comemorativas da independência nacional”<sup>464</sup>.

A truculência com que a polícia procedeu à dispersão do comício resultou em vários feridos<sup>465</sup>. Affonso Gerhard foi “atingido por um golpe de espada que um soldado da Brigada lhe dera”<sup>466</sup> quando se encontrava nas escadarias da Intendência. Outro depoente informou que, quando a polícia deu ordem para que o *meeting* fosse dissolvido, imediatamente retirou-se rumo ao Mercado, e “nesse trajeto foi lastimado por um polícia que deu-lhe um encontrão com o cavalo que o prostrou ao solo”<sup>467</sup> e o obrigou a dirigir-se à assistência do primeiro posto para fazer curativos em seus ferimentos. Enfim, o governo do Estado optara por confrontar os operários, os quais foram abordados violentamente pelos praças da Brigada Militar, que procuraram dissolver o protesto fazendo uso de suas espadas contra os grevistas, “pisoteando-os e espalmando-os”<sup>468</sup>. Toda essa violência causou a morte de um operário da Cia. Força e Luz: Fernando de Oliveira, que “tombou vítima de seus ideais”<sup>469</sup> (e dos tiros dos policiais).

No dia seguinte, novos conflitos com os operários: durante o sepultamento do trabalhador falecido no incidente do dia anterior, a polícia e os participantes do cortejo fúnebre se enfrentaram quando a multidão buscou dificultar a passagem de um bonde pela Rua 14 de Julho, resultando em mais três operários feridos<sup>470</sup>. O que deu origem a

---

<sup>462</sup> Ver Capítulo I.

<sup>463</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 78.

<sup>464</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 4.

<sup>465</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2.

<sup>466</sup> Processo-Crime nº 1.016, p. 58.

<sup>467</sup> *Idem*, p. 63.

<sup>468</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 78.

<sup>469</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 2.

<sup>470</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 2.

tal incidente foi justamente a suposta ilegalidade do *meeting* realizado no dia 7. O chefe de polícia argumentava pela ilegalidade do comício enquanto que os operários, através de seu advogado, Sérgio Maser, defendiam a sua legitimidade. Esta pseudoilegalidade legitimaria a ação coercitiva do Estado já que, como observado anteriormente, quando os conflitos reivindicativos ocorrem de acordo com uma prática legal, a força pública não pode intervir simplesmente para impedir sua existência. Era necessário, portanto, retirar o aspecto de legalidade de tal movimento a fim de tornar a repressão mais legítima e eficiente, uma vez que, assim, poderia contar com apoio de parte da opinião pública e da imprensa, como pudemos verificar pelas notícias dos periódicos posteriores ao episódio.

Como vimos no capítulo anterior, a fim de enfraquecer o movimento, o governo do Estado ordenou, no mesmo dia do conflito do cortejo, o fechamento de diversas associações operárias – entre elas a FORGS – apoiando-se para isso no artigo 21, inciso III, do Código Civil, que autorizava ao governo a dissolução da existência de associações quando “a pessoa jurídica incorra em atos opostos aos seus fins ou nocivos ao bem público”<sup>471</sup>. Além da Federação Operária, fechada por ser “sabida e confessadamente o ninho dos agitadores”<sup>472</sup>, outras entidades também tiveram suas sedes ocupadas militarmente, como a dos empregados da Cia. Força e Luz e a União Metalúrgica<sup>473</sup>. Além do fechamento das principais sedes, a prisão das lideranças operárias foi decretada. A diretoria da FORGS, bem como de outras associações, foi detida pela polícia. Outra medida que visava “evitar qualquer reunião de anarquistas” e garantir o “trabalho livre”<sup>474</sup> foi a proibição imposta pelo governo de realizarem-se comícios e reuniões semelhantes<sup>475</sup>.

\* \* \*

Durante os três movimentos grevistas analisados, observamos que somente no primeiro ocorreu o reconhecimento da legitimidade das associações que lideravam as respectivas greves, tendo havido o atendimento de parte das reivindicações operárias e um processo de negociação entre as partes envolvidas. Nos demais, a tônica do governo

---

<sup>471</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 1.

<sup>472</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>473</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

<sup>474</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 2.

<sup>475</sup> *Idem*.

do estado foi a repressão e a perseguição aos grevistas e às suas lideranças: a propriedade e a ordem estariam asseguradas através do uso do aparato policial para coibir os movimentos grevistas. As associações operárias não obtiveram reconhecimento, pelo contrário, foram fechadas e suas reivindicações foram consideradas meros pretextos para o rompimento da ordem e para a veiculação de ideais anarquistas e subversivos.

### **2.3 Identidades do governo em disputa**

Como discutimos na Introdução, estratégias e identidades estão sendo utilizadas analiticamente nesta tese como termos intimamente associados, uma vez que são, simultaneamente, estruturadas e estruturantes: as estratégias adotadas, ao mesmo tempo em que influenciam a construção das identidades, são por essas influenciadas. Assim, ao mesmo tempo em que ocorre uma disputa entre os diferentes agentes no campo econômico, há uma luta de classificações entre identidades que são instrumentalizadas no sentido de dar eficácia às ações no plano concreto. Analisaremos, nesta seção, as imagens construídas *sobre o Estado* tanto pela imprensa operária quanto pelos veículos de grande circulação, bem como *a visão do Estado a respeito dele próprio*, a partir dos documentos oficiais e do jornal *A Federação*. Tais elaborações faziam parte de uma disputa inerente ao repertório de ações dos agentes sociais em luta. Todos – Estado, burguesia e operários (com suas divisões internas) – queriam legitimar suas posturas perante a opinião pública, perante os oponentes e perante si mesmos. No caso específico aqui abordado, considerando que quanto maior for o número de trabalhadores que não cessem o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados, era do interesse do governo e dos patrões convencer o maior número possível de operários a permanecerem em seus postos. Essa *estratégia* de convencimento se apoiava na desqualificação dos operários grevistas e em um insistente discurso de harmonia social – sendo que o Estado se autoproclamava como o grande alicerce desta harmonia –, segundo o qual não haveria no Rio Grande do Sul condições sociais como as do Velho Mundo, onde o operariado viveria em uma péssima situação. Nunca é demais destacar que, como a luta simbólica é uma das manifestações da luta de classes, as imagens construídas estão diretamente relacionadas à “posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuições de diferentes tipos de capital [...]”, uma vez que é esta posição que “[...] comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas

lutas para conservá-lo ou transformá-lo”<sup>476</sup>. Portanto, o interesse dos agentes envolvidos na construção de tais representações influencia sobremaneira a sua forma, e esses interesses são fortemente determinados pela posição ocupada no espaço social.

As identidades construídas e veiculadas pela imprensa operária e as mensagens e discursos exprimidos pelo Estado e pelos patrões por intermédio da grande imprensa ou de outras mídias se confrontavam, configurando uma disputa pela imposição de suas visões de mundo: enquanto no discurso operário o Estado despontava como autoritário e “czaresco”, na grande imprensa e nos discursos expressos por membros do governo, as classificações elaboradas eram radicalmente diferentes e tinham por fim desqualificar a postura dos grevistas e enaltecer a atuação estatal. Examinaremos, a seguir, as classificações expressas nos jornais operários e nos veículos de grande circulação – entre eles *A Federação*, órgão oficial do governo do Estado – acerca da atuação desse último no decurso das grandes greves do período.

### **2.3.1 – O “regime da rolha campeia” fazendo capacho da Constituição: a visão da imprensa operária sobre o governo do Estado**

Como observado no primeiro capítulo deste trabalho, as greves gerais de 1917 e 1918 tinham como principal destinatário das exigências das associações operárias organizadoras do movimento o Estado e, mesmo na greve de 1919 – quando as reivindicações dos grevistas eram direcionadas ao patronato – aquele era acusado de estar a serviço da burguesia contra os trabalhadores. Tendo-se em mente este conflito, procurar-se-á, a seguir, verificar as representações e construções identitárias elaboradas pelos jornais operários sobre o Estado, tido como inimigo dos trabalhadores e aliado fiel da classe burguesa.

Quais eram, pois, a(s) visão(ões) dos operários organizados sobre o governo do Estado? Como a ação do governo era percebida, ressignificada e veiculada pelos trabalhadores engajados no movimento operário de Porto Alegre? Percebe-se que a própria natureza política do PRR levou a que as associações operárias, de forma geral, adotassem uma postura extremamente crítica em relação ao governo do Estado, o qual era acusado não só de colocar sua infraestrutura a “serviço da burguesia”<sup>477</sup> como de fazer aparatosas demonstrações de força com a intenção de coagir os operários, o que ia

<sup>476</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1997, p. 27.

<sup>477</sup> Sindicato dos Operários da Força & Luz. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 12.



de encontro ao discurso oficial de “harmonia social” e de que o aparato estatal não favoreceria nenhum grupo socioeconômico.

Em função das constantes intervenções do aparato policial contra os grevistas, do trancamento de sedes de entidades operárias e das prisões e perseguições de militantes<sup>478</sup>, as associações de trabalhadores, por intermédio de seus órgãos de imprensa, boletins e manifestos questionavam severamente o comportamento do Estado e seu apoio à classe patronal. Por exemplo: durante a greve de 1919, um manifesto dos operários da Companhia Força & Luz afirmava que “mais uma vez as forças do governo postas a serviço da burguesia querem lograr-te sob pretexto de liberdade de trabalho”<sup>479</sup>. É preciso lembrar que, durante esse movimento paredista, as reivindicações dos sindicatos classistas eram dirigidas aos patrões e que o governo estadual teve uma atuação bastante questionada pelos grevistas por apoiar a postura adotada pelo empresariado de não negociar, promovendo várias medidas repressivas. Veremos mais adiante que a proclamada “liberdade de trabalho” era mais uma questão em disputa, mais um pomo de discórdia, entre operários e patrões: enquanto esses defendiam a referida liberdade e recebiam garantias da força pública para oferecer segurança aos trabalhadores que prosseguiam em seus postos; aqueles partiam do pressuposto de que eram legítimas as estratégias para impedir a continuidade do trabalho, pois viam a “liberdade” como algo mais amplo, associada, no plano imediato, a melhores condições de vida e labor, e, a longo prazo, à emancipação do capitalismo.

Nestes boletins e manifestos, depreende-se que os operários mobilizados acreditavam não contar com o auxílio de ninguém, já que estavam “sem ter a quem apelar pois que os governantes procuram justificar e acoroçar até a exploração dos gananciosos negociantes”<sup>480</sup>. Sob essa perspectiva, o governo do Estado seria tão somente um “órgão executor dos decretos aburguesados”<sup>481</sup>. Tal atitude de condenação à ação estatal pode ser melhor compreendida se acompanharmos os editoriais e matérias do periódico *O Sindicalista*, órgão oficial da FORGS. Nestas, o Estado era visto como uma instituição criada pela burguesia para assegurar a manutenção da desigualdade e da exploração, separando os detentores das riquezas daqueles delas despossuídos. Assim, a

---

<sup>478</sup> Ver primeiro capítulo.

<sup>479</sup> Sindicato dos Operários da Força & Luz. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919, p. 12.

<sup>480</sup> Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 5, In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>481</sup> MANIFESTO da União Maximalista aos Operários. Do canhão à peste. 17 de novembro de 1918. Anexo 28. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

única forma de se acabar com as desigualdades sociais seria pôr um fim a tal instituição como a qualquer outra ligada aos capitalistas. Isto mostra a clara difusão de concepções anarquistas entre os membros da FORGS neste período<sup>482</sup>. Este periódico argumentava que “quem quer lutar contra a propriedade particular, não pode, portanto, pedir auxílio do seu anjo protetor, o Estado, como muitos procuram fazer [provavelmente referindo-se aqui aos socialistas e a outras tendências reformistas], numa cegueira extraordinária. A propriedade particular só poderá ser destituída de seu império, quando aniquilado seu protetor, o Estado. A existência de um depende da do outro”<sup>483</sup>.

O Estado, assim, nesta visão, nada mais seria do que um anjo protetor do capital, um instrumento da dominação capitalista sobre os operários, o guardião dos “benefícios que o capital arranca ao trabalho e, por este fato, vivendo indiretamente da exploração do operário, está diretamente ao serviço do capitalismo que lhe paga”<sup>484</sup>; e os governos, de modo geral, atuariam como “defensores genuínos do capitalismo”<sup>485</sup>. Na perspectiva do periódico, pois, o Estado “longe de ser uma instituição de seguros para o bem público”, era tido como “uma medida de proteção criada pelos que possuem contra os que não possuem”<sup>486</sup>, e os governantes identificados como “representantes genuínos da burguesia, que usam violência organizada para sustentar os privilégios burgueses”<sup>487</sup>.

A imprensa operária convertia-se, portanto, em um importante veículo de mobilização da classe trabalhadora, construindo e difundindo um discurso acerca do trabalho capaz de “através de uma luta de ‘hegemonias políticas’ [...] atingir uma elaboração superior da própria concepção do real”<sup>488</sup>. Elaboração essa que se articulava diretamente aos interesses dos militantes operários e criava um campo de representações passível de ser instrumentalizado no embate político, pois tinha o efeito de uma “ação pedagógica” responsável por articular uma “unidade intelectual e uma ética adequadas” à luta política<sup>489</sup>.

---

<sup>482</sup> Como vimos no capítulo anterior, após a greve geral de 1918, as lideranças anarquistas conquistaram a hegemonia sobre os principais postos das associações operárias. O fato de a FORGS se autodenominar “sindicalista” não impede que seu órgão oficial exiba em suas páginas a inequívoca orientação anarquista de seus diretores.

<sup>483</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>484</sup> A Legislação Social e o Operário. In: *O Syndicalista*, Porto Alegre: 07/09/1919, p. 2.

<sup>485</sup> *U.G.T. AOS TRABALHADORES*. 27/07/1919. Anexo 8. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>486</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, nº 7, p. 4.

<sup>487</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>488</sup> GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p. 21.

<sup>489</sup> *Idem*, p. 21.

Enquanto o governo do Estado alegava estar defendendo a ordem pública da dominação maléfica de elementos alienígenas ao nosso meio, a imprensa operária promulgava a ideia de que o aparato governamental usava a força pública tendo em vista a preservação dos interesses dos empresários, tentando desmistificar a aparente neutralidade do Estado.

Outro aspecto relacionado à atuação do governo estadual e seriamente condenado pelos militantes era a ação “aparatososa” da Brigada Militar. Em diversas passagens da imprensa e de outros documentos operários, as greves, descritas como “pacíficas e ordeiras”, eram apontadas como alvo de perseguições e provocações com o intuito de fazer fracassar o movimento. Assim, em um manifesto do Sindicato dos Canteiros, afirmava-se que “conforme está nas tradições do Sindicato dos Canteiros, a nossa greve mantém-se absolutamente pacífica apesar das provocações habituais da polícia, protetora dos capitalistas e dos crumiros [...]”<sup>490</sup>.

No mesmo sentido, a proteção dada pela polícia aos trabalhadores que não aderiam às greves era interpretada como um ultraje ao movimento e aos operários grevistas. O caráter pacífico dos movimentos grevistas aparecia, aliás, constantemente reiterado e exaltado, como um contraponto à truculência das forças policiais. Nesse sentido, o mesmo manifesto acima citado destacava que “a calma que mantemos, certos do nosso triunfo, não justifica, a não ser pelo hábito inveterado da violência, a exibição de forças com que se pretendeu intimidar-nos ou provocar-nos”<sup>491</sup>. Certamente, muitas vezes os operários efetuavam ações de igual nível – como veremos de modo mais detalhado no próximo capítulo –, todavia, buscava-se publicamente notabilizar o caráter de mansuetude das greves em oposição à ferocidade das forças policiais, retratadas como sendo “esbirros, cães de guarda da burguesia”<sup>492</sup>.

O Sindicato da Cia. Força & Luz, em um manifesto, também criticava o fato de que “o governo faz aparatosas e provocantes demonstrações de força. Nem um gesto de boa vontade, nem um gesto de conciliação. A vós, povo, só é permitido ficar de braços

---

<sup>490</sup> Sindicato dos Canteiros. Aos Trabalhadores a nossa atitude. Anexo 7. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>491</sup> Idem.

<sup>492</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 17/07/1919, p. 4. A expressão “esbirro” pode designar tanto os agentes de polícia, quanto escoras de madeira utilizadas para conservar o equilíbrio dos navios durante as marés baixas. Pode designar, ainda, uma pessoa paga por outra para executar ações violentas em seu lugar.

cruzados e morrer de fome”<sup>493</sup>. Tal exibição de forças acabou, inclusive, sendo ridicularizada pelo Sindicato dos Canteiros que publicou a seguinte informação:

Essa exibição de forças chega ao ridículo. Nas pedreiras da Serraria, que estão desertas de operários desde a declaração da greve, há um esquadrão de policiais, com ordens de fazer fogo ao menor gesto de quem se lhes aproximar. Na noite de anteontem, os soldados assustaram-se de alguns animais que pastavam nas imediações das pedreiras e dispararam suas patrióticas carabinas destinadas aos operários que fazem greve para conquistar mais uma cêdea de pão. Os mantenedores da ordem esgotaram sua munição e pediram pelo telefone mais, pois a sua bravura ainda não estava saciada. É bem provável que esta reprodução do combate do Burro Branco, sirva de pretexto para perseguição aos nossos camaradas pelo que aqui deixamos nosso protesto<sup>494</sup>.

A postura da polícia – que, provavelmente, visava a demonstrar a capacidade do Estado de “manter a ordem” perante a opinião pública – levava os operários – os quais também procuravam transmitir uma “boa imagem” a essa mesma opinião pública e, sobretudo, aos seus companheiros de classe, subvertendo a imagem de desordeiros – a censurarem tais demonstrações de força, construídas narrativamente como desnecessárias e truculentas. Como veremos mais adiante, tais exhibições eram tidas pela grande imprensa como um instrumento legítimo para assegurar a liberdade de trabalho aos não grevistas e a proteção do patrimônio dos industrialistas.

A percepção, por parte da oposição política do Rio Grande do Sul, da natureza autoritária do PRR, tinha eco nas vozes operárias. A Constituição de 1891, conforme já foi apontado, concentrava uma significativa soma de poderes nas mãos do presidente do Estado, que não só dirigia o Executivo como também promulgava as leis. Wenceslau Escobar ironicamente afirmava que “este ‘primeiro monumento de sabedoria do ocidente’, como lhe chamavam os comtistas, era e continua a ser a mais completa negação do regime republicano, porque sob a máscara democrática, concentra todos os poderes em mão do Executivo, arvorando seu representante em perfeito ditador”<sup>495</sup>. Do mesmo modo, Rui Barbosa era um crítico perspicaz da Constituição Rio-grandense que reduzia as funções da Assembleia dos Representantes e munia o poder executivo de plenos poderes<sup>496</sup>. Barbosa condenava o autocratismo do PRR, o qual considerava uma

---

<sup>493</sup> Sindicato dos Operários da Força & Luz. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>494</sup> Sindicato dos Canteiros. Aos Trabalhadores a nossa atitude. Anexo 7. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>495</sup> ESCOBAR, Op. Cit., 1922, p. 24.

<sup>496</sup> BARBOSA, Rui. *Ruínas de um Governo*. In: *Obras Completas*, v. VI, p. 79, 1913.

“democracia cesariana” que concentrava, além da prerrogativa de executar a lei, a de fazê-la<sup>497</sup>.

Assim, do mesmo modo que Wenceslau Escobar, advogado e líder do Partido Federalista, reprovava o autoritarismo do governo estadual, acusando Borges de ser um “perfeito ditador” que “têm abastardado o caráter rio-grandense”<sup>498</sup>, e que Rui Barbosa condenava a natureza autocrática deste governo, os boletins operários erigiam representações semelhantes adequadas a seus intentos políticos. Nestas, o autoritarismo borgista o transformava em um czar de uma Rússia rio-grandense. Nesse sentido, afirmava-se que “entre nós triunfa o liberal positivismo. O regime da rolha campeia como símbolo do desrespeito a fazer capacho da constituição, enfim, é uma Rússia riograndense não lhe faltando nem um czaresco, mas também em cada cérebro dorme latente um Jacobino, cada peito é um vulcão prestes à erupção”<sup>499</sup>. Esta referência à Revolução Russa pode ser entendida à medida que os eventos do Leste Europeu apareciam como a “concretização das esperanças operárias”, um lugar em que “o oficial comia junto ao soldado, em que a educação podia ser gratuita e despida de canonismo, onde o operário era quem produzia e governava”<sup>500</sup>. Além dessa referência, fica evidente o desejo de se estabelecer uma continuidade com a Revolução Francesa, ao se elaborar uma analogia entre os operários grevistas e os jacobinos, o que, diga-se de passagem, era uma tradição cultural do movimento operário brasileiro e mundial<sup>501</sup>.

Por intermédio desta construção narrativa destinada aos trabalhadores, procurava-se, pois, associar a pessoa de Borges de Medeiros – já devidamente acusado de ditador, tirano e déspota – à figura do czar russo, deposto pela força do povo, articulando-se assim um discurso mobilizador que pretendia fornecer à classe operária – a qual, provavelmente, tinha notícias, ainda que vagas, do que acontecia naquele distante Império – imagens que se contrapusessem ao discurso positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna.

---

<sup>497</sup> Idem, p. 78.

<sup>498</sup> ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Estabel Graphico Canton & Beyer, 1922, p. 301.

<sup>499</sup> AOS Trabalhadores. União Geral dos Trabalhadores. Bagé, 27/07/1919. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>500</sup> BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 88.

<sup>501</sup> Ver: BATALHA, Cláudio Henrique de Morais. “Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX, *Revista Brasileira de História*, v. 10, nº 20, 1990.

Esta imagem, bem como outras semelhantes, integrava uma luta de representações que o movimento operário travava com outros grupos sociais e que se passava no campo subjetivo, implicando uma ressemantização de elementos simbólicos para que esses surtisse um efeito pedagógico no sentido de promover a mobilização e a conscientização dos trabalhadores. A percepção do autoritarismo do sistema político sul-rio-grandense impelia os periódicos e boletins operários a compartilharem da mesma “comunidade de sentido” da oposição política gaúcha e a reforçarem o coro de desacordo ao autocratismo de nossos “despóticos governantes”<sup>502</sup>. Tal autoritarismo era por vezes submetido a um tratamento irônico quando, por exemplo, no transcurso da greve de 1919, o periódico *O Syndicalista* informava que o governo estava apreensivo, “desejoso de saber como diabos se produzem as greves sem sua ordem e contra a sua vontade em uma terra onde tudo se faz por ordem do governo”<sup>503</sup>.

A ação coercitiva e a repressão utilizadas pelo governo do estado contra os operários, especialmente no movimento de 1919, levaram a imprensa operária a se referir ao Estado como um anjo protetor do capital que, sob o pretexto de manter a ordem, defendia os interesses do patronato contra os trabalhadores. Na greve de 1919 esta situação se tornou ainda mais evidente uma vez que, como vimos, as reivindicações estavam direcionadas aos patrões, ao contrário das greves anteriores em que o Estado era o principal interlocutor. A crítica ao autoritarismo do PRR, que circulava inclusive entre os partidos de oposição, ganhou destaque: o Rio Grande do Sul também tinha o seu czar!!!

### **2.3.2 A Harmonia Social e o “regime pacífico-industrial”: a visão da imprensa diária sobre as greves e o governo do Estado**

Nesta sessão, pretende-se analisar as representações construídas sobre a ação do PRR, instituído em governo do Estado, no que concerne à questão social pela imprensa diária da capital e por alguns documentos oficiais (como mensagens e relatórios). Certamente não se pretende estabelecer uma visão homogênea sobre os diferentes jornais que circulavam na cidade, mas sim abordar aspectos que acabavam sendo recorrentes nos discursos destes veículos.

---

<sup>502</sup> Ao Povo. União Geral dos Trabalhadores. Anexo 34. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>503</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 3/09/1919, p. 1.

Um dos elementos que se evidencia de modo mais frequente nas reportagens que tratavam das greves e da questão social, bem como da ação do governo estadual, é a defesa de uma visão harmônica da sociedade, a qual reiterava que, no Rio Grande do Sul, as diferentes classes viviam em uma relativa consonância, não havendo as condições necessárias para a eclosão de conflitos sociais como as greves. Através de um discurso perpassado por uma “leitura harmônica do social”<sup>504</sup>, o Estado despontava como o agente emulador do progresso irrefreável, o qual ocorreria indiscriminadamente e sem sobressaltos. Tal visão buscava transmitir ao conjunto da sociedade a ideia de que “sem perturbações nem retrocessos desdobra-se a evolução social sob as inspirações da fecunda continuidade política e administrativa”<sup>505</sup>, pois o governo atendia aos interesses de todos, indistintamente, sendo ele o impulsionador do desenvolvimento harmônico do Estado por contar com “o apoio estimulante de todas as classes sociais”<sup>506</sup>.

Para justificar tal visão, afirmava-se que o grau de desenvolvimento das potencialidades econômicas do Estado, inferior ao alcançado no Velho Continente, fazia com que aqui não se tivessem estabelecido os “vícios” que lá provocavam tantas turbulências no âmbito social. Neste sentido, por exemplo, Protásio Alves, secretário do Estado dos Negócios do Interior e do Exterior, referindo-se à greve de 1919, apontava que “a falta de motivos para as greves entre nós, onde a vida do operário não é rude como na Europa, deram-lhe pouca duração”<sup>507</sup>.

A “falta de motivos” que corroborassem para a eclosão de greves no Estado devia-se, na opinião de Borges de Medeiros, ao fato de que, no Rio Grande do Sul, “o governo e a legislação atuam em harmonia com os demais fatores do desenvolvimento social, para estimular a tendência positiva ao estabelecimento do regime pacífico-industrial, único capaz, conseqüentemente, de concretizar as aspirações da fraternidade humana, conforme as iniludíveis indicações do passado moderno”<sup>508</sup>. Para o presidente do Estado, o governo atuava em conformidade com os vários segmentos da sociedade e, por isso, não haveria razão para revoltas por parte do operariado. Tal premissa mantém-

---

<sup>504</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Trabalhadores e Máquinas: Representações do Progresso. Anos 90*, Porto Alegre, n° 2, p. 180, 1994.

<sup>505</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1907. Faço aqui a ressalva de que, em algumas mensagens transcritas, não foram referenciadas as páginas da citação, pelo fato dessas não se encontrarem numeradas.

<sup>506</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1903.

<sup>507</sup> RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros - Presidente do Estado - pelo Dr. Protásio Alves - Secretário do Estado dos Negócios do Interior e do Exterior - em 30 de agosto de 1920.

<sup>508</sup> MEDEIROS, Borges de. Discurso Pronunciado a 19 de maio de 1916, p. 5-6.



se no discurso do PRR ao longo do tempo, tanto que, em 1920, em artigo d'A *Federação*, ela é novamente retomada quando se salienta que “o hábito de legislar para o povo, outorgando-lhe a plena garantia dos seus direitos [...] evitou que a conquista das aspirações operárias pudesse assumir a forma violenta e anárquica por que essas aspirações, agora, destroem o princípio da ordem do Velho Mundo e fazem vacilar toda uma civilização, trabalhada em longos e penosos séculos de lutas memoráveis”<sup>509</sup>. Segundo este periódico, o governo legislava para o povo e essa atitude era responsável pela manutenção da ordem posta em risco na Europa. Assim, as greves que ocorriam no Estado não teriam “objetivos plausíveis e somente poderia acarretar prejuízos no momento difícil que atravessamos”<sup>510</sup>.

Enfim, a situação social no Rio Grande do Sul era destacada como um dos fatores que inviabilizaria a divulgação de doutrinas sociais revolucionárias uma vez que “comparativamente a outros Estados e, sobretudo, a outros países, a vida no Rio Grande do Sul não oferece dificuldades que possam autorizar o recurso a processos condenáveis de reação ou de abandono do trabalho”<sup>511</sup>, de modo que “nessas condições, [as greves] não tem pé nem cabeça”<sup>512</sup>. O governo buscava insistentemente ressaltar que no estado sulino não haveria motivos de reclamações, pois “nossa pátria liberal e justiceira não reconhece privilégios nem encampa injustiças sociais”<sup>513</sup>.

O jornal *A Federação* procurava, portanto, divulgar a ideia de que no Brasil, e principalmente no Rio Grande do Sul, haveria uma harmonia social que tornava desnecessária qualquer atitude do operariado, afirmando que

aqui é dito ao operário o que vale, o papel que desempenha na nossa sociedade com um espírito de equidade justa e elevada, colocando-o num nível do seu mérito como entidade da civilização, e por isso mesmo, ele é cômulo de seus direitos, não se arrasta ao campo perigoso das reivindicações políticas, porque não encontra motivo para tanto. Sabe bem como é tratado pela lei, que ama e defende, com ardor e com devoção, pois nada ele quer do que a tutela da mesma como salvaguarda dos seus próprios interesses, que são os da Família e da Pátria<sup>514</sup>.

Esta visão encontra-se revestida de uma evidente concepção paternalista, de base positivista, segundo a qual caberia aos operários ficarem sob a tutela da lei/Estado, sem

---

<sup>509</sup> Os Operários em Face das Leis do Estado. *A Federação*, Porto Alegre, 01/01/1920, p. 3.

<sup>510</sup> A Greve - Providências do Governo. *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 3.

<sup>511</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>512</sup> *Idem*.

<sup>513</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>514</sup> *A Federação*, Porto Alegre 12/05/1919, p. 4.

investir no árduo campo das reivindicações políticas. Subjacente a isso, a ideia exclui a classe operária como sujeito político ativo e a coloca como objeto da ação dos governos.

Tal discurso defendia a igualdade entre patrão e empregado, raciocinando que “na comunhão rio-grandense, sem restrições e sem exceções, operário e patrão são iguais e o são de fato porque a doutrina os coloca em cotas iguais no plano das referências: um representa o trabalho produtivo, o outro o trabalho diretivo”<sup>515</sup>. Nesta passagem, as atribuições de patrões e operários estão perfeitamente discriminadas: enquanto um seria o trabalho produtivo; o outro, o trabalho diretivo, ambos imprescindíveis para o progresso do Estado. Este discurso de comunhão e de igualdade, que buscava convencer o operariado de que ele não encontraria na sociedade rio-grandense motivos que o levassem a entrar em conflito com o Estado ou com os patrões – visto que ambos se encontravam em um mesmo patamar – derivava de uma concepção harmônica do real, uma visão orgânica da sociedade, a qual deveria funcionar como um corpo equilibrado.

A ideia de harmonia social disseminada pelo periódico oficial do governo culminava na própria negação da existência da questão social que, ao invés de ser considerada um problema estrutural, resultante das variáveis do desenvolvimento industrial e do processo de acumulação capitalista, era tida meramente como algo circunstancial e que, portanto, não poderia ser chamado de questão *social* e sim de questão *operária*, já que específica a esse grupo. Nesse sentido, *A Federação* alegava que “essa questão, por uma aceção confusa, é denominada a ‘questão social’ quando deveria ser chamada simplesmente a ‘questão operária’, pois que num regime como o nosso, especialmente o do Rio Grande do Sul, a questão social, como alguns países da Europa ainda a encaram, está, pelo espírito liberal e igualitário das leis, essencialmente abolida”<sup>516</sup>. Mais uma vez, o Rio Grande do Sul era retratado como um local em que a vida do operariado era especialmente tranquila devido às leis liberais e igualitárias existentes. Mesmo durante a greve de 1917, quando o governo estadual aquiesceu parcialmente às reivindicações dos grevistas, a situação de carestia era atribuída ao cenário internacional e a alguns açambarcadores, e nunca às condições próprias do Estado.

Este discurso não era, contudo, propalado somente pela *Federação* e pelas mensagens oficiais, visto que os periódicos comerciais circulantes pela capital

---

<sup>515</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 12/05/1919, p. 4.

<sup>516</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 10/05/1919, p. 5.

compartilhavam dessa acepção ou, pelo menos, de alguns de seus aspectos importantes, e perpetuavam a ideia de que no Estado não haveria razões para o surgimento de greves, uma vez que a vida do trabalhador estava longe de ser tão sacrificante quanto nos outros países. A *Gazeta do Povo*, por exemplo, criticava as “funestas consequências [deste] momentoso acontecimento que por instantes alarmou a sociedade porto-alegrense com os seus criminosos excessos”<sup>517</sup>. Tal periódico, analisando o movimento grevista de 1919, afirmava não querer “inocentar os grevistas ou acusar as represálias, aliás necessárias de que lançou mão o governo, para que a vida pacata da cidade não tivesse de manter-se muito tempo sob uma atmosfera de excessos e desassossegos verdadeiramente alarmantes”. No decorrer deste movimento, como foi visto, as represálias da polícia levaram um operário à morte e vários outros a sofrerem graves ferimentos, principalmente em duas ocasiões: o *meeting* de 7 de setembro e o velório do operário falecido. Diante disso, o articulista do jornal – que assinava com o nome de Júlio de Aguiar – questionava os promotores do movimento grevista: “Qual foi o proveito advindo para as classes trabalhadoras resultante desse movimento?” Fazendo eco às considerações do governo estadual, tecia ainda a seguinte conclamação: “Operários, abandonai, bani de teu seio as ‘aves de arribação’ que aqui aportaram com o único fim de vos explorar em proveito próprio, em prol de seus ideais macabros, de suas ideias subversivas e sangrentas”<sup>518</sup>.

Conforme tal perspectiva, o operário nacional estaria sendo, tão somente, “aconselhado por espíritos obcecados pela leitura de folhetos rubros em cujas páginas o espírito do mal, a traços infernais, aconselha a destruição da sociedade”<sup>519</sup> e, portanto, deveria voltar às oficinas – que seriam o “Templo do Trabalho” – para realizar o trabalho que “honra e enobrece”<sup>520</sup>.

É interessante observarmos, neste ponto, que o enaltecimento do trabalho está presente tanto no discurso da imprensa diária quanto no da imprensa operária. Todavia, percebe-se uma nítida diferença entre eles, em virtude dos objetivos estratégicos associados a cada um desses discursos. Assim, enquanto a grande imprensa valorizava o operário “trabalhador” em oposição ao grevista – obcecado por folhetos rubros que aconselhavam a destruição da sociedade –, os periódicos operários estavam repletos de

---

<sup>517</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

<sup>518</sup> *Idem*.

<sup>519</sup> *Ibidem*.

<sup>520</sup> *Ibidem*.

representações dos burgueses como parasitas ou vampiros<sup>521</sup> que se alimentavam do trabalho dos operários, os verdadeiros construtores, por meio de seu labor, da sociedade.

A *Gazeta do Povo* veiculava, portanto, a ideia de que as concepções políticas advogadas pelos operários grevistas eram provenientes de um “espírito do mal” desejoso da destruição da sociedade. Tais representações – apesar de ressaltarem o caráter edificante da atividade laboral – pretendiam visivelmente colocar a opinião pública contra os grevistas, condenando as tentativas desses de obtenção de valorização econômica e salarial para suas atividades.

Outro articulista do mesmo periódico – que escrevia sob o curioso pseudônimo de Carlos Bonhomme – considerava que o governo do Estado representava os “amigos da ordem, defensores do poder, da autoridade”, enquanto os promotores da greve seriam “indivíduos corridos talvez de outras plagas”<sup>522</sup>. O operário nacional, de acordo com esse enfoque, sempre fora “pacífico e respeitador”, de modo que os “excessos notados no presente movimento e que têm exigido a intervenção da força pública só podem ser atribuídos à obcecação de serem vítimas de agitadores contumazes”<sup>523</sup>. Durante a greve dos padeiros, canteiros e alfaiates ocorrida em maio de 1919, pequenos poemas eram publicados neste jornal, imbuídos de um cunho irônico em relação ao movimento paredista. Por exemplo: em *Greve* – cuja autoria permaneceu anônima – o autor exorta, na última estrofe, a seguinte recomendação aos grevistas:

Nada se faz na incerteza  
Porque agora a vida é má  
Quem quiser ter farta a mesa  
Troca a greve – pela pá!<sup>524</sup>

As representações construídas pela imprensa diária – tanto a oficial quanto a comercial – tinham, portanto, o intuito de desqualificar os movimentos grevistas, atribuindo-os à influência perniciosa de elementos estranhos ao nosso meio social. Para tanto, argumentava-se que no Rio Grande do Sul vivia-se em harmonia, pois havia uma conjunção de interesses que não justificava a eclosão de greves, em função da inexistência da questão social (no máximo haveria uma pontual e episódica “questão operária”). Ademais, apelava-se para a liberdade de trabalho a fim de incentivar os

---

<sup>521</sup> Estas representações serão examinadas com mais vagar no Capítulo III.

<sup>522</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 10/09/1919, p. 3.

<sup>523</sup> *Idem*.

<sup>524</sup> De vez em quando Greve. *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 24/05/1919.

operários a não abandonarem seus postos, pois era justamente o trabalho – a “pá” – que os enobrecia.

\* \* \*

O período entre 1917 e 1919 – os “anos vermelhos” – foi, para o estado do Rio Grande do Sul, um momento de intensa agitação social e, de forma relacionada, de clara disputa pela interpretação do real, de luta simbólica entre discursos que representavam interesses antagônicos, oriundo de distintos lugares no espaço social. O governo estadual, de sua parte, secundado pela imprensa comercial, buscou desqualificar as posições dos operários grevistas ao argumentar serem essas o resultado da influência maléfica de “alienígenas”, de estrangeiros inseridos em nosso meio, salientado que a harmonia social que vigorava no estado era incompatível com tais discursos e práticas. De sua parte, a imprensa operária representava o Estado como mero fiador dos interesses da burguesia e inimigo dos trabalhadores.

A despeito de ter, ao menos retoricamente, promovido a “incorporação do proletariado à sociedade moderna” durante o movimento paredista de 1917, nas demais greves operárias do período estudado, o governo do estado atuou de forma fortemente coercitiva, exercendo forte repressão sobre os grevistas através da ocupação de sedes operárias e da prisão de seus líderes no intuito de fazer fracassar tais movimentos. No próximo capítulo, discorreremos acerca de outro agente central destes conflitos: o operariado, com suas visões e divisões, estratégias e discursos identitários.

### 3 O OPERARIADO: “Carneiros” e Paredistas

Greves, repressão, negociações com o Estado e com o patronato, tentativas de convencimento: o período dos grandes movimentos paredistas da Primeira República foi repleto de questões que envolveram os agentes sociais em disputa e seus repertórios de ação. Neste contexto, os operários grevistas desenvolveram estratégias – conscientes ou não – cuja finalidade era o enfrentamento com seus adversários. Neste capítulo, analisaremos as estratégias empregadas por esses operários em tais embates. Para tanto, serão abordadas as ações desenvolvidas pelos trabalhadores com a intenção de fazer valer seus interesses frente aos patrões e ao Estado, enfatizando-se ainda as relações dos operários grevistas com os colegas que não aderiram aos movimentos e que, por razões a serem examinadas posteriormente, representavam uma ameaça ao sucesso das greves. Enfocaremos, também, as identidades construídas e veiculadas pela imprensa operária para instrumentalizar os trabalhadores na disputa simbólica envolvida nas mobilizações paredistas, bem como as representações divulgadas pela grande imprensa sobre os operários grevistas. Antes, porém, apresentaremos alguns aspectos que dizem respeito aos rumos do movimento operário porto-alegrense no período em questão.

#### 3.1 Rumos e fissuras do movimento operário porto-alegrense

Como estava organizado o movimento operário porto-alegrense no momento em que ocorreram estas grandes greves? Quem eram os operários que delas participaram? E quais eram suas principais associações? Estas são algumas das indagações que procuraremos responder na presente seção. Alguns destes pontos, aliás, já foram introduzidos no primeiro capítulo, mas serão aqui retomados de modo mais minucioso.

Para termos uma ideia do quanto estas grandes greves afetaram a vida da cidade naquele período, basta dizer que somente na greve generalizada do ano de 1919, o periódico *Correio do Povo* indicava a paralisação de mais de 3.000 operários<sup>525</sup>! Estes trabalhadores estavam organizados em uma rede de associações e sindicatos que tinham – apesar de suas diferenças ideológicas e estatutárias – o objetivo comum de defender os interesses de seus associados e dos trabalhadores em geral. Vejamos, a seguir, algumas dessas associações, sobretudo as que tiveram maior desempenho no período observado.

---

<sup>525</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 4.

Não pretendemos aprofundar a análise acerca destas entidades, mas apenas contextualizá-las sucintamente a fim de abordar mais à frente as estratégias dos operários durante as greves estudadas<sup>526</sup>.

Sem dúvida alguma, a associação que mais influência exerceu sobre o movimento operário nas primeiras décadas do século XX foi a FORGS. Fundada em 1906, no decorrer da primeira greve geral do Rio Grande do Sul – a “greve dos braços cruzados” ou “dos 21 dias” –, esta associação se manteve durante os quinze anos subsequentes, pelo menos, como a mais relevante organização operária do estado. Criada sob a égide dos socialistas – entre os quais destacamos Francisco Xavier da Costa<sup>527</sup> –, após uma série de disputas<sup>528</sup>, passou a ter uma orientação predominantemente sindicalista, sobretudo após 1918, quando um grupo de militantes anarquistas conseguiu ocupar os cargos de liderança da associação<sup>529</sup>. Durante a greve geral de 1917, reportada no primeiro capítulo desta tese, os postos de direção da FORGS, bem como a condução daquele movimento, estavam nas mãos de lideranças socialistas, como Vigo Thompson Colin, ligado a Francisco Xavier da Costa. Tais dirigentes eram identificados como “fiéis ao governo”<sup>530</sup> e a disputa gerada em torno desta discussão acabou por provocar a expulsão da Federação de um grupo de militantes anarquistas, assim como de algumas entidades a eles vinculadas, tais como o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas e a União Operária Internacional. Cabe observar que, na greve de 1917, a UOI e o Sindicato dos Canteiros – presidido por Luíz Derivi – haviam liderado o processo de constituição da Liga de Defesa Popular em uma reunião promovida na sede da FORGS no mês de julho<sup>531</sup>. Contudo, ao longo do movimento, os cargos de direção dessa Liga foram apropriados pelas lideranças da FORGS, as quais promoveram um afastamento dos anarquistas.

Assim, ao longo do período estudado, além dos sindicatos classistas, a única associação de caráter mais geral que permaneceu exercendo um domínio sobre os rumos do movimento operário foi a FORGS. Apesar disto, devemos mencionar outras

---

<sup>526</sup> Para saber mais sobre estas associações, consultar: PETERSEN, Sílvia. *Que a União Operária seja nossa Pátria*. Porto Alegre, Santa Maria: UFSM, Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

<sup>527</sup> Sobre Francisco Xavier da Costa, ver SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

<sup>528</sup> Sobre as disputas no interior da FORGS, ver: SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, n° 2, 1996.

<sup>529</sup> Retomaremos esta questão mais adiante.

<sup>530</sup> A avaliação feita pelos anarquistas do movimento grevista de 1917 foi a de que a greve acabara derrotada em virtude de que suas “lideranças haviam perdido a coragem”. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

<sup>531</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1996, p. 199.



entidades que tiveram expressiva participação em alguns movimentos grevistas, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em 1918, e a União Maximalista, em 1919.

Outra importante entidade operária desta fase foi a União Operária Internacional. Criada em 1905 e de inspiração anarquista, tinha em seus primórdios a finalidade de “atrair as associações operárias de Porto Alegre” para contrabalançar o peso da influência socialista, especialmente a de Francisco Xavier da Costa. Para Polydoro Santos, a entidade abrigava os libertários da capital e, embora o jornal *A Luta* nunca tenha se assumido como o seu interlocutor oficial, manteve “[...] uma atitude positiva em relação à União Operária Internacional, enquanto que a FORGS [era] ignorada ou criticada”<sup>532</sup> pelo periódico. Deve-se ressaltar que isso vale para o período anterior a 1910-1911, quando, conforme já dito, a FORGS começou a ter uma orientação francamente sindicalista. Ainda segundo Polydoro, esta eleição aconteceu no momento em que

os operários contrários [às explorações políticas] redobram de esforços e conseguiram eleger uma nova diretoria inteiramente contrária à política operária e decidida partidária do sindicalismo. Essa eleição foi realizada em 1911, datando daí a nova orientação tomada pela Federação Operária, procurando a nova diretoria chamar à atividade muitos operários dos mais decididos e orientados que se achavam afastados, em virtude de incompatibilidades criadas e fomentadas pelos antigos diretores da Federação Operária<sup>533</sup>.

Esta hegemonia libertária durou até as vésperas da greve de 1917, ocasião em que houve um fortalecimento das posições não anarquistas no interior da Federação<sup>534</sup>. Em fevereiro de 1918, realizou-se uma assembleia geral da UOI, “antiga associação operária que há meses se achava adormecida”, conforme informou o *Correio do Povo*. Nesta assembleia, coordenada pelo operário Antônio Cariboni, “ficou resolvido o reerguimento da Internacional”, tendo sido escolhida uma nova diretoria<sup>535</sup>. Após tal encontro, no mês de março, retomou-se a publicação do periódico *A Luta*, que estava sem circular desde 1911<sup>536</sup>.

---

<sup>532</sup> Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS-Tchê, 1992, p. 162-173.

<sup>533</sup> Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN e LUCAS, Op. Cit., 1992, p. 162-173.

<sup>534</sup> Idem, 164.

<sup>535</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/02/1918, p. 6.

<sup>536</sup> Sobre a (re)fundação do jornal, ver: BARTZ, Frederico. “Operários, soldados e camponeses: o seu dia se aproxima!”: A Revolução Russa no jornal *A Luta* de Porto Alegre em 1918. In: *IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho – RS. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil*. Pelotas: UFPel, 2007, p. 202.

Em função das disputas existentes pelas posições de liderança na FORGS entre anarquistas e não anarquistas, alguns militantes vinculados à UOI acabaram sendo considerados *persona non grata* na Federação e fundaram uma nova associação em 1918, denominada União Geral dos Trabalhadores. Esta, que contava em seus principais postos com Friedrich Kniestedt, Polydoro Santos e Orlando Martins, desempenhou um papel relevante no decorrer da greve geral de 1918 – juntamente com a FORGS e com a União Metalúrgica – e agrupava um conjunto de sindicatos que haviam sido expulsos da Federação, como o Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, o Sindicato Padeiral e o Sindicato dos Ofícios Vários. Para Kniestedt, “a Federação era apagada e fiel ao governo, a União era anarcossindicalista”<sup>537</sup>. De acordo com Silva Jr., a UGT era uma associação criada pelos anarquistas que haviam sofrido um processo de expurgo da FORGS, a qual, até 1918, era dominada por elementos “Pró-PRR”<sup>538</sup>. Petersen também sustenta que a criação desta associação – datada de maio de 1918 – deveu-se à insatisfação dos anarquistas “em linha de colisão com o grupo simpático ao presidente do Estado”<sup>539</sup>.

A UGT, entretanto, teve vida curta. Em julho de 1918, a diretoria da FORGS, composta por Vigo Thompson Colin<sup>540</sup>, Juvêncio Lima e João Huber, pediu a exoneração de seus cargos alegando estarem encontrando “empecilhos no desempenho de suas missões”, e julgando-se “incompatibilizados com as classes trabalhadoras”<sup>541</sup>. Na realidade, a destituição desta diretoria, ligada a Francisco Xavier da Costa, sucedeu a uma reunião empreendida na sede da FORGS, à qual compareceram lideranças da UGT e da União Metalúrgica, além dos dirigentes da Federação, obviamente. Neste encontro, foi aprovada, a despeito da oposição de Colin, a elaboração de um Memorial com reivindicações dos operários que seria entregue ao presidente do Estado, Borges de Medeiros<sup>542</sup>. Com isto, nota-se um fortalecimento das posições anarquistas no seio do movimento operário porto-alegrense, que asfaltou a probabilidade de retorno dos líderes da UGT para os cargos de direção da Federação, causando o fim prematuro daquela associação que, no final de 1918, fundiu-se com a FORGS, a qual manteve o nome de Federação Operária, mas adotou os estatutos da UGT, tornando-se, segundo Kniestedt,

---

<sup>537</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 124.

<sup>538</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 375.

<sup>539</sup> PETERSEN, Op. Cit., 2001, p. 342.

<sup>540</sup> Vigo Thompson Colin havia sido eleito presidente da FORGS em maio de 1918. Mais tarde, tornar-se-ia Conselheiro Municipal de Porto Alegre pelo PRR.

<sup>541</sup> *Notícia*, Porto Alegre, 20/07/1918, p. 3.

<sup>542</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 5.

uma “entidade anarcossindicalista”<sup>543</sup> e cuja diretoria passou a ser composta majoritariamente por militantes anarquistas<sup>544</sup>.

Em Porto Alegre, no mês de novembro de 1918, inspirada na Revolução de Outubro de 1917, a União Maximalista foi constituída por Abílio de Nequete, Francisco Merino e Otávio Hengist, quando declarou sua adesão aos princípios dessa Revolução<sup>545</sup>. Segundo Bartz, “esta associação atuava na capital e teve participação importante nas greves de 1919, especialmente junto à União Metalúrgica, na qual logrou conquistar adeptos”<sup>546</sup>.

Além das associações que visavam congregar e agrupar os trabalhadores do estado, devemos destacar os diversos sindicatos por categoria que existiam e assumiram grande relevância na conjuntura contemplada. Em abril de 1919, eram ligadas à FORGS as seguintes associações, com seus respectivos delegados (quanto foi possível apurar): Sindicato Força e Luz (Vitor Viegas), Sindicato dos Operários da Companhia Telephonica (Antônio Rodrigues), Protectora dos Ferroviários (João Paixão), Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores (Adão Nolasco de Souza), Sindicato dos Pedreiros e Classes Anexas (Luiz Derivi), Sindicato dos Sapateiros (Orlando Araújo), Sindicato de Resistência dos Alfaiates (Octávio Gomes), Sindicato Padeiral (Abelardo Corrêa), Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas, Sindicato dos Chapeleiros (João Burgmeyer), Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas (Diniz Monteiro e José de Oliveira), União dos Foguistas e *Allgeimer Arbeiter Verein* – quatorze entidades ao todo. Nos meses seguintes, ingressaram na Federação: o Sindicato de Offícios Vários (que tinha o objetivo de reunir as categorias ainda não organizadas até que fosse possível constituírem sindicatos autônomos), o Sindicato dos Empregados em Cervejaria e Classes Anexas (Waldemar Santa Helena), a UGT de Rio Grande (Tácito Ferreira), o Sindicato dos Condutores de Vehiculos e o Sindicato dos Trabalhadores em Açúcar, que agrupava o pessoal que trabalhava em confeitarias e serviços afins<sup>547</sup>.

---

<sup>543</sup> Mantive a expressão original utilizada por Kniestedt apesar de alguns historiadores discordarem da utilização deste termo. Sobre esta discussão, ver SILVA Jr., Adhemar Lourenço. “O Anarco-Sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico”. In: D’ANGELO, Ana Lucia Vellinho (Org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre. 1995. E TOLEDO,

<sup>544</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 126.

<sup>545</sup> O manifesto de fundação da União Maximalista pode ser encontrado em PETERSEN, Sílvia. *Que a União Operária seja nossa Pátria*, Porto Alegre, Santa Maria: UFSM, Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 352-355. Sobre Abílio de Nequete e a União Maximalista ver: BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 2008.

<sup>546</sup> BARTZ, Op. Cit., 2008, p. 13.

<sup>547</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

Convém ressaltar que, apesar do crescimento verificado durante o ano de 1919, em setembro de 1913, por ocasião do 2º Congresso Operário no Rio de Janeiro, a FORGS representava 19 categorias, totalizando 3.280 trabalhadores. O declínio do número de associações afiliadas à Federação – de 19 em setembro de 1913 para 14 em abril de 1919 – pode indicar que as disputas internas pela direção da entidade haviam provocado uma crise de representatividade, crise essa que, em decorrência do aumento da mobilização operária em 1919, foi aos poucos sendo superada, chegando-se ao número de 18 entidades em junho, quase a mesma quantidade de sindicatos associados em 1913<sup>548</sup>.

Tendo realizado esta sumária caracterização do movimento associativo dos trabalhadores porto-alegrenses no período das grandes greves, passo agora a examinar as estratégias empregadas pelos operários durante esses conflitos.

### 3.2 Estratégias Operárias

Apesar da grande relevância que a greve – “forma maior do movimento operário”<sup>549</sup> – possui entre as estratégias de resistência dos trabalhadores, ela representa, tão somente, uma das muitas práticas pertencentes a seu repertório de ações coletivas e, mesmo nos momentos em que não ocorrem paralisações, os operários e suas associações desenvolvem formas de resistência e/ou adaptação à exploração capitalista. Todavia, a greve reproduz “a expressão direta, não mediatizada do descontentamento ou da esperança dos de baixo”<sup>550</sup>, possibilitando ainda a emergência de diferenças dentro da mesma classe, ou seja, de cisões no seio da classe operária: de um lado os operários grevistas, de outro, os “fura-greves”. Devemos salientar que as estratégias dos trabalhadores “só são eficazes se são coletivas”<sup>551</sup> uma vez que estratégias individuais de ascensão social são limitadas e incertas. Por isso, “a força dos vendedores da força de trabalho depende fundamentalmente da mobilização e da organização do grupo mobilizado”<sup>552</sup>. Contudo, nas ocasiões em que as greves eram deflagradas, outro agente surgia de modo que seria impossível ignorá-lo: os chamados “fura-greves”, trabalhadores que se recusavam a aderir aos movimentos paredistas e que, em virtude

---

<sup>548</sup> Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN, Op. Cit., 1982, p. 168.

<sup>549</sup> PERROT, Op. Cit., 1984, p. 35-36. Tradução minha, p. 43.

<sup>550</sup> Idem.

<sup>551</sup> Ibidem.

<sup>552</sup> Ibidem, p. 202.

disto, acabavam por enfraquecer o poder de barganha das associações e sindicatos perante seus interlocutores. De qualquer modo, a possibilidade de sucesso de uma greve está também diretamente relacionada a um conjunto de outras variáveis como o número de operários que se junta ao movimento, a adesão de categorias cuja paralisação afete mais diretamente a vida da cidade – como, por exemplo, os setores de transporte e energia –, a possibilidade ou não de diálogo com o interlocutor direto, o reconhecimento da legitimidade das reivindicações, a conjuntura política e econômica, e o apoio da opinião pública e de setores da “mídia”.

Vamos nos deter, primeiramente, às estratégias adotadas pelos operários a fim de conseguir uma maior adesão aos movimentos grevistas e impedir a continuidade do trabalho.

### **3.2.1 As greves, os fura-greves e o repertório de ações operárias**

Evidentemente, quanto maior for a adesão a um movimento grevista, maior será a sua possibilidade de sucesso e sua capacidade de barganha com seus interlocutores. A postura de não adesão às greves por parte de um segmento da classe operária põe em risco suas possibilidades de êxito. Esta posição “dissidente” reforça e confere legitimidade ao patronato e, simultaneamente, enfraquece a posição dos grevistas. Enfim, quanto maior for o número de trabalhadores que não cessa o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados. Neste sentido, para Viana,

Ao exercer o seu suposto direito [de permanecer no trabalho], ele [o trabalhador não grevista] dificulta ou inviabiliza o direito real da maioria. O que faz não é apenas trabalhar, mas – com perdão do trocadilho infame – atrapalhar o movimento. Ele realmente fura a greve, como se abrisse um buraco num cano de água. E o seu gesto também tem algo de simbólico: mostra que a identidade operária não é coesa, que há resistências internas<sup>553</sup>.

Em que medida esta não adesão era percebida como uma ameaça ao sucesso das greves estudadas? E quais ações foram adotadas para evitar a continuidade do trabalho destes operários? Tais questões nortearão a discussão que introduziremos a seguir.

Convém inicialmente destacar que muitos operários porto-alegrenses reconheciam a necessidade de organização do movimento e da ampliação das bases da militância. Neste sentido, o periódico *O Sindicalista*, órgão da FORGS, enfatizava a

---

<sup>553</sup> VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 49, nº 79, p. 1-380, 2009, p. 101-123.

importância de se procurar “por todos os meios ao nosso alcance reunir, congregar, definir as forças latentes das classes operárias, fazer-lhes compreender que são elas as forças positivas da sociedade”<sup>554</sup>. Tal preocupação em reunir o maior número possível de trabalhadores em torno do movimento está associada, insistimos, à necessidade de lhe conferir mais capacidade de pressão sobre o patronato e o Estado. Afinal, na visão dos militantes, as causas da exploração dos trabalhadores estariam vinculadas, muitas vezes, à própria desorganização da classe, uma vez que “os trabalhadores são explorados e oprimidos, porque, estando desorganizados para tudo quanto respeita à proteção dos seus interesses, são coagidos pela fome ou pela violência brutal a fazer como querem os dominadores, em cujo proveito é organizada a presente sociedade”<sup>555</sup>.

Tal situação deveria ser enfrentada pelos grevistas e estratégias – conscientes ou não – eram definidas a fim de impedir a continuidade do trabalho ao longo dos movimentos paredistas. Bourdieu mostra que “uma das sutilezas da relação de força dominantes/dominados é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados”<sup>556</sup>. Assim, era fundamental, na visão dos grevistas, que estratégias fossem usadas no sentido de intensificar a ação coletiva dos trabalhadores e evitar que os dominantes se valessem dessas divisões entre os operários. Tais estratégias oscilavam de acordo com o “momento” dos movimentos, mas também seguidamente coexistiam na tentativa de angariar mais adeptos ou coagir aqueles que teimavam em permanecer em seus postos de trabalho. Afinal, os militantes reconheciam que “a força depende da união e a união faz a força”<sup>557</sup>.

Uma estratégia de convencimento e de intimidação comum aos operários durante os movimentos paredistas – mas não só ao longo deles – era a realização de *meetings* em praças públicas ou mesmo nas portas das fábricas e estabelecimentos que continuavam o trabalho após a deflagração das greves. Ao longo das mobilizações analisadas, diversos comícios foram realizados e tinham a clara intenção de dar visibilidade às greves, angariar adesões e coagir os “fura-greves”. Eram notoriamente importantes a ponto de uma das estratégias mais comuns do governo estadual para esvaziar as greves ser proibir comícios e reuniões do operariado por meio de normatizações oficiais. Afinal, os *meetings* davam visibilidade às angústias dos

---

<sup>554</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1.

<sup>555</sup> *Idem*.

<sup>556</sup> BOURDIEU, Pierre. A Greve e a ação política. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 199.

<sup>557</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

operários e publicidade ao movimento, revelando também a sua força, e, dessa forma, permitiam angariar simpatias e adesões. Além disso, serviam como uma forma de “conversa e de denúncia”, ou seja, uma oportunidade para que os trabalhadores contassem “à sociedade o que se passa entre as quatro paredes da empresa e [revelassem] ao empregador o grau de sua indignação”<sup>558</sup>.

A greve de 1917, por exemplo, teve início após um comício organizado pela LDP. A preparação para esse evento foi muito cuidadosa, sendo que a Liga encaminhou uma solicitação ao governo do Estado para que fosse autorizada sua realização, distribuindo também folhetos que conclamavam a população a comparecer. Pequenas *meetings* foram feitos pela manhã no arrabalde de São João e na Praça dos Navegantes como preparação dos ânimos para o evento maior que só aconteceria às 15 horas na Praça Senador Florêncio. Segundo *A Federação*, aproximadamente cinco mil pessoas compareceram ao local<sup>559</sup>.

Já na greve geral de 1918, os comícios e ajuntamentos públicos haviam sido expressamente proibidos. A paralisação se iniciou depois de uma reunião na sede da FORGS da qual participaram mais de 200 pessoas<sup>560</sup>. Neste caso, embora proibidas as reuniões, a negativa por parte do governo estadual em negociar com os grevistas e a forte repressão ao movimento fizeram com que os operários realizassem um comício nas dependências da Federação ao qual uma multidão assistiu da rua. Ao tomar ciência do fato, o coronel Emílio Massot, que comandava o policiamento da capital, encaminhou-se ao local ordenando que a multidão se dispersasse e fechou a sede da entidade<sup>561</sup>. Alguns operários começaram, então, a percorrer as fábricas a fim de convencer os demais trabalhadores a abandonarem o serviço. Tal tentativa de intimidação e coerção acabou sendo também reprimida pela polícia<sup>562</sup>. Diante do fracasso da paralisação, alguns grevistas ainda procuraram animar seus companheiros a continuarem na luta, fazendo inflamados discursos<sup>563</sup>.

Mesmo durante a greve de 1919, uma greve generalizada, na qual os movimentos paredistas setoriais eram deflagrados de modo “eruptivo”, o já comentado *meeting* do dia 7 de setembro pode ser considerado como o ápice do movimento. A recusa por parte dos patrões e do Estado de entrar em acordo com os grevistas, a intensa

---

<sup>558</sup> VIANA, Op. Cit., 2009, p. 107.

<sup>559</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01/08/1917, p. 3.

<sup>560</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 19/07/1918, p.5.

<sup>561</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>562</sup> *O Independente*, Porto Alegre. 23/07/1918, p. 6.

<sup>563</sup> *A Luta*, Porto Alegre, 14/10/1918. Apud JARDIM, Op. Cit., 1990, p. 194.



repressão desencadeada sobre o movimento, a perseguição aos grevistas e a substituição dos trabalhadores paredistas causaram, como vimos, um clima de intensa radicalização.

A despeito da proibição de comícios e reuniões, o Sindicato da Força e Luz organizou um *meeting* que seria levado a cabo na Praça Montevideú, a fim de demonstrar o descontentamento em relação às contratações feitas pela empresa para substituir os grevistas<sup>564</sup>. Antes de haver começado, a polícia compareceu ao local para dispersar os operários<sup>565</sup>. Ao tentar desmobilizar os cerca de 600 manifestantes que esperavam pelo início do comício, a força policial desencadeou um formidável alvoroço, lançando seus cavalos sobre a multidão e iniciando uma troca de tiros com um operário que se encontrava de posse de uma arma<sup>566</sup>. Deste incidente, muitos operários saíram feridos, ocorrendo, inclusive, uma vítima fatal: o operário Fernando de Oliveira<sup>567</sup>. O próprio sepultamento desse trabalhador se transformou, conforme visto no capítulo 1, em um ato político: o cortejo fúnebre que conduzia o corpo – composto por centenas de pessoas, segundo o *Correio do Povo*, e por milhares, de acordo com Kniestedt<sup>568</sup> – acabou por entrar em conflito com alguns policiais que guarneciam um bonde<sup>569</sup>.

A realização de *meetings* e comícios pelas associações operárias era, portanto, uma estratégia imprescindível para dar visibilidade aos movimentos paredistas e conseguir um número maior de adesões entre os operários já que, como destacamos anteriormente, o não engajamento de uma parte dos trabalhadores às greves representava uma ameaça ao seu sucesso. Por tudo isso, a greve incorpora também o seu ritual, a sua missa: o *meeting*<sup>570</sup>.

Outra estratégia de pressão utilizada pelos operários durante as greves eram os boicotes, sobretudo em relação aos veículos de imprensa. O comportamento hostil por parte de alguns jornais oficiais e comerciais em relação às paredes criava uma indisposição da imprensa operária para com tais periódicos. Afinal, a postura de não adesão dos “carneiros” acabava sendo validada e defendida pela imprensa burguesa, que propalava o direito à “liberdade de trabalho”. Esse argumento vinha ao encontro dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que buscavam, por todos os meios, invalidar

---

<sup>564</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 2.

<sup>565</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

<sup>566</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 2.

<sup>567</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 2.

<sup>568</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 5. Kniestedt comenta a participação de “milhares de operários” neste cortejo. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 128.

<sup>569</sup> Como foi visto no capítulo I.

<sup>570</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, p. 138.

tanto os movimentos grevistas quanto seus integrantes, em especial as lideranças. Como já sublinhamos, jornais como *A Federação* – órgão do PRR – asseveravam que, no estado, a vida dos trabalhadores era boa se comparada às condições enfrentadas no Velho Mundo e que o operariado nacional estava sendo insuflado por elementos anarquistas estranhos ao nosso meio.

Em função disso, em diversas ocasiões, a imprensa operária se referia às “[...] calúnias interessadas dos jornais que procuram desvirtuar o nosso movimento”<sup>571</sup>. Em virtude dessa escancarada oposição às greves presente em alguns jornais diários, as associações operárias, através de seus periódicos e boletins, aconselhavam o boicote a tais veículos de comunicação. Em um panfleto intitulado *A postos, operários*, por exemplo, a FORGS orientava os trabalhadores a boicotarem o jornal *Correio do Povo*:

Camaradas! É por todos sabido que a imprensa burguesa é boicotada por todas as classes operárias; portanto todas as informações do nosso movimento em suas colunas não devem merecer atenção da parte de ninguém. Como porém, o ‘Correio do Povo’ fidalgal inimigo de todos os operários inclusive os que o fazem, não perdendo sua costumeira sandice, deu um alarme com respeito aos camaradas padeiros dizendo coisas que só podem ser encontradas naqueles cérebros de lamas. Avisamos mais uma vez não se dar crédito à imprensa burguesa, apertando-lhe cada vez mais o boicote [para] não permitir que ninguém lhes admita entrada sob nenhum pretexto<sup>572</sup>.

Entre os jornais de circulação diária, o mais criticado era o *Correio do Povo*, tido como

um jornal incapaz de dar uma opinião própria sobre qualquer assunto, mormente sobre a momentosa questão social. Mas é supinamente conservador e carranca... uma fortaleza contra todas as ideias que não estejam nos moldes da Santa Madre Igreja. As reivindicações operárias, vistas através das lunetas baças do Kemp, são crimes hediondos. Como porém a sua senilidade intelectual é incapaz de formular qualquer coisa de crítica séria, apega-se à tesoura e zás, transcreve tudo que possa desmoralizar o movimento operário. Não entendendo nada do que vai pelo mundo com o nome maximalismo, bolcheviquismo, espartacismo, revolução social, o Kemp apega-se à opinião mais do que suspeita do clericalíssimo Alfredo Capus e infla de contentamento... Pobre criatura!<sup>573</sup>.

Já em seu segundo número, o periódico *O Syndicalista* exibia na capa, em destaque, a seguinte mensagem: “Operário, boicotai o jornal burguês *Correio do Povo*,

---

<sup>571</sup> Sindicato dos Canteiros. Aos Trabalhadores a nossa atitude. Anexo 7. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>572</sup> FORGS. A postos, operários! Anexo 5. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>573</sup> O Syndicalista, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 2. Alfred Capus foi editor do jornal francês *Le Fígaro* entre 1914 e 1922.

inimigo dos trabalhadores!”<sup>574</sup>. O órgão da FORGS justificava tal apelo afirmando que aquele periódico “tem primado por suas calúnias e má vontade contra os interesses do operariado”<sup>575</sup>. Esta atitude em relação à imprensa pode ser entendida quando a compreendemos como uma formadora de opinião, que, naquele contexto, estava colocando a população – incluindo aí os operários que não aderiam às greves – contra os movimentos paredistas. Todavia, o *Correio do Povo* não era o único jornal a ter um boicote proposto pelas associações operárias. Em maio, *O Syndicalista* orientava os operários a fazerem o mesmo com *O Liberal*<sup>576</sup>.

Os boicotes eram, portanto, uma estratégia integrante do repertório de ações coletivas dos operários. Neste sentido, o Estatuto do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas reconhecia entre seus métodos de luta “a ação direta, a boicotagem, a sabotagem e o label”<sup>577</sup>, além de outros meios de que lançará mão, de acordo com o momento e a oportunidade”<sup>578</sup>. Para Bobbio, o boicote consiste em uma técnica de pressão não violenta que se volta contra os interesses econômicos de seus adversários políticos. Assim como a greve, o boicote é uma técnica que consiste no princípio da abstenção, ao contrário de outras formas de pressão que consistem em ações, como a ocupação de terras, de casas ou de fábricas<sup>579</sup>.

Os boicotes estimulados pelos sindicatos e associações operárias estavam, porém, longe de se restringirem à imprensa. Como se verifica no boletim intitulado *A Voz da Razão*, além da orientação de boicote sobre a “imprensa burguesa”, os trabalhadores eram instruídos a não comprarem os produtos “das casas Tertuliano Borges [uma fábrica de fumo e bebidas], Amaro da Silveira e Castor [estabelecimentos do ramo de calçados] [pois] essas três casas são inimigas de todos os operários”<sup>580</sup>. Em outro panfleto, o aconselhamento quanto ao boicote a esses estabelecimentos era reforçado: “Camaradas! Ninguém deve esquecer a esses crápulas burgueses Amaro da

---

<sup>574</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 1.

<sup>575</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>576</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 25/05/1919, p. 4.

<sup>577</sup> Segundo Carone, o label consiste na “recomendação para que os sindicatos consumam os produtos dos estabelecimentos industrial e comercial onde os operários são condignamente tratados e onde recebem salário justo; comum, também, a indicação ser positiva para os estabelecimentos que contratam operários sindicalizados”. CARONE, Edgar. Movimento Sindical e Anarco-Sindicalismo. *Revista Princípios*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1995, n°37, p. 73.

<sup>578</sup> *ESTATUTOS* do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas, Porto Alegre, 27/04/1916. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n° 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>579</sup> BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992, p. 70.

<sup>580</sup> *A Voz da Razão*. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. ANEXO 1. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n° 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

Silveira, Tertuliano Borges e seu sócio Mário começando com o boicote dessas duas casas”<sup>581</sup>.

Durante a greve dos Canteiros, ocorrida em maio de 1919, o sindicato da categoria resolveu que “os pequenos patrões que trabalham em obras em pedra, se o quiserem, poderão trabalhar e [decidiu] também boicotar os patrões Manoel Fernandes Carriço e João Castilhos”<sup>582</sup>. O boicote deveu-se ao fato de “os outros patrões estarem dispostos a cederem o aumento pedido e serem dissuadidos de o fazerem por esses teimosos e cabeçudos patrões”<sup>583</sup>.

É muito difícil precisar a abrangência e a eficácia destes boicotes, visto que as fontes não permitem que cheguemos a dados conclusivos sobre isso. Todavia, podemos imaginar que, ao menos entre os operários que aderiam às greves e que seguiam as orientações de suas lideranças, tais boicotes devem ter sido adotados. Talvez seja necessário mesmo refletir sobre até que ponto as ordens e orientações dos sindicatos e associações operárias eram efetivamente seguidas. Até que ponto, enfim, as lideranças conseguiam impor sua dominação sobre as bases. Para tanto, faremos uma pequena digressão teórica sobre esse problema.

De acordo com Silva Jr., “as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também ‘em cima’ – onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou o Estado”<sup>584</sup>. O autor salienta ainda que “o sindicato não é simplesmente uma associação, mas uma associação de dominação, e que sua legitimidade não é somente aferida por sua penetração na categoria, mas também pela capacidade de obter obediência às ordens produzidas”<sup>585</sup>. Para conseguir essa almejada obediência, os sindicatos acabavam por se valer de mecanismos e estratégias punitivas e coercitivas – mesmo que não institucionalizadas – a fim de fazer valer sua posição. Ou seja, mesmo entre aqueles que ocupavam uma posição subalterna diante do capital existia uma relação assimétrica de poder, consubstanciada no exercício de uma pequena – ou nem tanto – dominação exercida pelos que conseguiam estabelecer sua liderança sobre o proletariado.

---

<sup>581</sup> FORGS. A postos operários. 04/09/1919. Anexo 5. In: *ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*. Processo-Crime nº 1.016. Maço 29, Porto Alegre, 1919.

<sup>582</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>583</sup> Idem.

<sup>584</sup> SILVA JR., Adhemar Lourenço da. Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXI, n.º 1, p. 79, 1995.

<sup>585</sup> SILVA JR., Adhemar Lourenço da. “Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). Porto Alegre: *Dissertações e Teses*. Unidade Editorial Porto Alegre: Porto Alegre, 1996, p. 44. Cadernos Ponto & Vírgula 13.

No sentido de compreender melhor tal processo, as indicações teóricas de Max Weber podem ser úteis. Para esse autor, existe uma dissociação entre poder e dominação, uma vez que essa última está associada a um caráter consensual, necessitando da anuência dos dominados para ser exercida; enquanto que o poder é “a capacidade de impor a um outro desejos, vontades e interesses sem que o mesmo concorde ou possa obstar isso”<sup>586</sup>.

Analisando a questão dos alicerces da legitimidade da dominação, Weber identifica três tipos de “dominação pura”: a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática<sup>587</sup>. Contudo, não há, segundo ele, na realidade social concreta, um tipo “puro” de dominação, uma vez que, normalmente, essa se legitima sobre bases e elementos heterogêneos. No caso das entidades sindicais e operárias aqui examinadas, existia uma base legal e estatutária que conferia legitimidade às lideranças operárias, porém, o aspecto carismático, afetivo e simbólico atuava igualmente de modo significativo no exercício dessa dominação. Entretanto, uma questão se apresenta: a estrutura sindical não dispunha de mecanismos coercitivos que permitissem impor suas decisões e vontades ao conjunto da classe, não havia uma “punição” àqueles que descumprissem as determinações do sindicato, de modo que esse se obrigava a tomar medidas de caráter privado como forma de inculcar suas decisões aos subordinados.

Estas medidas coercitivas de cunho privado poderiam assumir tanto a forma de pressões simbólicas e morais, quanto características punitivas físicas. No primeiro caso, tem-se a depreciação da posição de não-grevista, de modo que essa fosse associada a atributos pejorativos, os quais geravam uma desqualificação do “fura-greves” e um constrangimento social a ele. No segundo, o exercício da violência física se estabelecia de modo a impedir a continuidade do trabalho, prática que se revestia também de um caráter “educativo”, exemplar, de exercício de uma dominação não estatutária, mas que, do ponto de vista dos grevistas, era portadora de legitimidade moral.

As principais estratégias grevistas analisadas até aqui podem ser compreendidas como formas de pressão sobre seus interlocutores para se lograr um maior poder de barganha. O *meeting*, tão comum nas greves aqui analisadas, foi um importante instrumento para dar visibilidade ao movimento e angariar mais adesões, sobretudo se considerarmos que quanto maior e mais abrangente a paralisação, maior será o poder de

---

<sup>586</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Visões da Dominação. *LPH. Revista de História*. Mariana: UFOP, 1997, pp. 219-230, p. 226.

<sup>587</sup> WEBER, Max. Os Três Tipos de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. 5ªed., São Paulo: Ática, 1991, p. 129.

negociação e pressão por parte de suas entidades organizativas. Em virtude disso, podemos compreender o esforço que a imprensa operária e seus sindicatos empreendiam a fim de obter o convencimento dos trabalhadores que não aderiam ao movimento e que, em virtude disso, eram considerados uma ameaça ao sucesso do mesmo. Os boicotes também eram utilizados como forma de pressão, porém através da abstenção: os sindicatos conclamavam seus associados e simpatizantes a se absterem de comprar em tal casa comercial ou ler tal jornal. Tais estratégias não empregavam diretamente nenhuma forma de violência. Veremos, a seguir, quando as estratégias operárias acabam por sofrer uma radicalização e empregar atos violentos.

### **3.2.2 Quando a violência se torna uma estratégia (deliberada ou não)**

Frequentemente, a violência contra os “carneiros” tornou-se um meio julgado legítimo para preservar o que as organizações operárias consideravam como sendo os interesses da classe, e a violência sindical transformou-se em um instrumento racional para a solução de conflitos. Esta violência materializou-se em ações físicas, punições corporais, ou em atitudes discriminatórias que atentavam contra a moral e a dignidade dos operários que continuavam a trabalhar, estigmatizando-os e transformando-os em alvo de pilhérias, em merecedores do desprezo dos “verdadeiros operários” – os grevistas. Para Fortes, “o emprego de algum grau de violência na solução de conflitos trabalhistas [pode] ser considerado até mesmo natural”, havendo “limites naturais cuja quebra poderia levar os trabalhadores ao questionamento da legitimidade da própria luta operária”<sup>588</sup>. Tais violências podiam se materializar tanto de forma instrumental, deliberada – quando atos violentos eram planejados com o intuito de impedir a continuidade do trabalho –, quanto de forma espontânea, em função das rivalidades e dos tensionamentos provocados pela tomada de posições diferentes no decorrer dos movimentos paredistas.

A maioria das ações violentas encontradas durante esta pesquisa foi cometida nas greves de 1918 e 1919. Isto se deve ao fato de que, ao contrário do ocorrido em 1917 – quando as reivindicações da Liga de Defesa Popular foram reconhecidas como

---

<sup>588</sup> FORTES, Alexandre. Os direitos, a lei e a ordem: greves e manifestações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. P. 343.

justas por seus interlocutores<sup>589</sup> devido a um reforço das posições não-anarquistas tanto na direção da FORGS quanto na LDP – os movimentos posteriores não obtiveram o reconhecimento por parte do governo do Estado e do patronato que, como já vimos, adotaram uma postura de intransigência e de intolerância para com os operários. Nestas duas mobilizações paredistas, o governo estadual descartou “qualquer possibilidade de negociação, deixando de reconhecer qualquer *status* de grupo de interesse às entidades operárias”<sup>590</sup>, abrindo o caminho a ações mais radicais por parte dos sindicatos. Ademais, a mudança de orientação ideológica da FORGS após a renúncia de Colin em 1918 colaborou para a radicalização do discurso operário devido ao fortalecimento dos anarquistas na entidade. O periódico *A Luta* – que voltou a circular no início de 1918 – e o periódico *O Syndicalista* – que começou a ser publicado em abril de 1919 – eram os porta-vozes deste discurso a favor da derrubada da ordem burguesa.

A imprensa diária queixava-se continuamente das ações violentas cometidas pelos grevistas. Durante a greve de 1918, por exemplo, o *Correio do Povo* denunciava que os “operários grevistas colocaram pedras sobre os trilhos, em diversos pontos, inclusive à frente da Federação Operária”<sup>591</sup>. A paralisação da rede de transportes era essencial para o sucesso das greves, pois ela impedia, ou pelo menos dificultava, que os demais operários chegassem a seus empregos, além de provocar uma maior visibilidade dos movimentos diante da população em função do desconforto causado. Outro atentado à rede de transportes pôde ser observado na greve do ano seguinte, quando “próximo à ponte da rua da Azenha foi colocado um pacote donde saía um fio de barbante, tendo à distância, a aparência de uma bomba de dinamite. Parando o bonde, foi retirado o pacote, verificando que o mesmo feito de uma porção de jornais velhos, continha apenas uma bomba pequena”<sup>592</sup>. Ainda em 1919, uma das ações empregadas pelos operários da Força e Luz, empresa que vinha substituindo os empregados grevistas, foi colocar uma bomba de dinamite que, acionada, danificou os vidros de algumas janelas daquela empresa. Em função do incidente, foram presos pela polícia Antônio Bragnolloto e Afonso Américo de Oliveira, motoristas dos bondes da companhia, mas ambos afirmaram que foram coagidos por dois operários que os ameaçaram com um revólver para que eles os conduzissem até o Caminho Novo<sup>593</sup>.

---

<sup>589</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 31/07/1917, p. 6.

<sup>590</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 376.

<sup>591</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>592</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.

<sup>593</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 2.



Não eram raras as vezes em que as tensões entre grevistas e não grevistas descambavam para a violência, tanto de forma espontânea quanto de forma planejada. Alvo de disputa entre as associações operárias e o Estado, de um lado, os trabalhadores que não aderiam às greves eram coagidos tanto física quanto moralmente pelos grevistas para interromperem o trabalho; de outro, a repressão exercida pelo governo e pelos patrões transformava a opção pelo engajamento à mobilização em um risco a sua integridade física. Os jornais se referiam continuamente a esse tipo de pressão e coerção exercida sobre os não-grevistas. Durante a greve de 1919, por exemplo, a polícia do 4º Distrito efetuou a prisão de Antônio Ditadi, “o qual instigara os operários da fábrica do Sr. Fortunato Travi<sup>594</sup> a abandonarem o trabalho e tentara agredir àqueles que rejeitavam suas propostas”<sup>595</sup>. O periódico *A Gazeta*, por seu turno, afirmava que “às padarias o governo do Estado ofereceu garantias para poderem trabalhar, sem o receio de violências por parte de exaltados que querem a adesão completa de seus colegas”<sup>596</sup>.

Este cálculo de ação, no qual são levados em consideração os benefícios ou prejuízos da ação militante, define a participação ou não em uma greve. Neste sentido, a recusa de parte dos trabalhadores de se engajarem nas paredes e paralisações pode ser entendida como uma estratégia de enfrentamento àquela situação de risco, um cálculo afirmativo baseado em uma leitura particular de determinada situação, em que fatores como custos e retribuições estão envolvidos na participação (ou não) nesta ação coletiva, uma vez que “o curso racional de ação [...] seria agir independentemente, ficar de braços cruzados e aproveitar os benefícios gerados pela ação de outras pessoas”<sup>597</sup>.

Contudo, acreditamos que a postura de não adesão de uma significativa parcela dos trabalhadores às greves não deve ser entendida tão somente como derivada de uma identificação com os interesses patronais, mas sim pode também ser interpretada, por aqueles que assumem tal posição, como uma atitude de independência, de neutralidade diante do conflito instaurado ou, e talvez ao mesmo tempo, como uma descrença nos ideais coletivistas e sindicais dos paredistas, ou como resultado de uma incerteza em relação às reais possibilidades de obtenção de retribuições materiais ou ainda em função

---

<sup>594</sup> Fortunato Travi possuía uma serraria com cerca de 20 funcionários no Quarto Distrito. Ver: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EduCS/Garamond, 2004, p. 34.

<sup>595</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 3.

<sup>596</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 19/05/1919, p. 4.

<sup>597</sup> PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O’DONNELL, G. (Org.). *Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1988, p. 372.

de um cálculo dos custos pessoais que a adesão a tais movimentos poderia acarretar. Isso não significa dizer, entretanto, que esta postura possa ser entendida apenas em termos de uma “escolha racional” – e, neste sentido, a opção pelo paternalismo pode ser considerada como uma – mas sim como resultante de um conjunto de possibilidades que vão desde a avaliação concreta das reais possibilidades de êxito à consideração dos custos envolvidos, passando por elementos menos concretos, como a formação de vínculos de cooperação, de identidade e de rivalidade com os grevistas.

As pressões exercidas sobre os não-grevistas, as violências e ofensas que os coagiam para que não trabalhassem, eram percebidas pelos trabalhadores paredistas como instrumentos legítimos no sentido de alcançar os objetivos do movimento; eram, enfim, estratégias adotadas para que a opção pela continuidade do trabalho não representasse uma ameaça ao sucesso da greve. Thompson, embora abordando outro contexto, faz considerações elucidativas a esse respeito: “o fura-greve era visto como um intruso que ameaçava tirar o pão da boca dos inocentes e dos que trabalhavam duro; mas, ainda que ninguém desperdiçasse lágrimas lamentando-o por ter sido atacado e ter ‘recebido uma lição’, o assassinato ou mutilação não receberia nenhuma aprovação moral”<sup>598</sup>.

O antagonismo produzido por diferentes tomadas de posição nos momentos de greve acabava gerando situações nas quais as relações entre esses dois grupos chegavam a um limite, a um enfrentamento real que atingia o nível da violência, produzida seja de forma instrumental e racional, seja de forma afetiva e irracional. Portanto, algumas vezes, esses conflitos assumiam a forma de uma violência instrumental, deliberada e planejada, através da qual os grevistas esperavam impedir o trabalho dos demais operários. Em outras, a violência apresentava um caráter mais espontâneo, afetivo, quando os operários chegavam às “vias de fato” em função de uma antipatia, de uma situação ocasional ou de provocações relacionadas à tomada de posição diante dos movimentos paredistas.

Em ambos os casos, a violência era rotulada – pela grande imprensa, pelos patrões e pelos governantes – como um ato brutal, um vandalismo irracional realizado por “uma multidão ignorante [...] governada pelos apetites dos que a incitam a extremos

---

<sup>598</sup> THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 81. v. III.

de raiva, à espera da oportunidade de cometer qualquer tipo de crueldade”<sup>599</sup>. Contudo, a violência – não importa o quão cruel ela fosse – era inspirada e legitimada por crenças e tradições políticas que a precediam e não pode ser compreendida meramente como explosão insana e casual. De uma perspectiva histórica, tais atos de violência podem ser melhor entendidos se forem levados em conta os seus objetivos, os tipos de ação empregados, seus alvos, os elementos que os legitimavam e as circunstâncias de seu despertar. Vamos, então, realizar a análise de alguns incidentes com esse enfoque.

### **a) *Episódio I: Tijolada no Dia do Trabalhador***

No final do século XIX, durante as comemorações do 1º de Maio de 1897, portanto, antes do marco temporal proposto a este trabalho (o que nos permite observar a continuidade de uma certa tradição cultural), quando os socialistas em reunião da Liga Operária Internacional decidiram que tentariam fazer com que nenhum operário trabalhasse durante aquele dia, ocorreu um incidente entre os trabalhadores que haviam aderido à greve e aqueles que davam continuidade a seu labor<sup>600</sup>. Henrique Bruecker, militante operário que participou da fundação do Partido Socialista, teria chamado a atenção de “uns meninos que trabalhavam em uma obra [na Rua da Praia] durante o Primeiro de Maio”<sup>601</sup>, e recebeu de um deles, como resposta, uma tijolada na cabeça. Nesta circunstância, observamos um claro tensionamento entre grevistas e não grevistas, que acabou por acarretar um ato de violência de um grupo contra outro: os socialistas deliberaram impedir que os operários trabalhassem no dia do trabalhador e foram recebidos com uma pedrada pelos operários que discordavam daquela ideia. Para esses últimos, provavelmente, a atitude de ausentarem-se do trabalho naquele dia era destituída de sentido.

A agressão provocou um grave ferimento em Henrique Bruecker, motivo pelo qual ele teve que ser levado às pressas para o hospital, ficando os advogados da Liga responsáveis por dar andamento a um processo contra o agressor<sup>602</sup>. Apesar de não haver registros dos termos empregados por Bruecker para chamar a atenção dos operários que continuavam a trabalhar, esse incidente evidencia o antagonismo latente

---

<sup>599</sup> PARADIN, Guillaume apud DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de Violência. In: \_\_\_\_\_. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990, p. 130.

<sup>600</sup> AHRGS. Fundo Polícia de Porto Alegre. Livro de Registro de Ocorrência Policial. Códice 3.

<sup>601</sup> *A Gazetinha*, Porto Alegre, 03/05/1897, p. 4.

<sup>602</sup> *A Gazetinha*, Porto Alegre, 03/05/1897, p. 4.

que acabava sendo extravasado e podia resultar em agressões físicas. No caso em questão, os trabalhadores que, a despeito da data magna do movimento operário, continuavam seu serviço reagiram de modo violento a uma situação de explícita oposição entre interesses momentaneamente díspares. Por trás da aparente “irracionalidade” do incidente, localiza-se uma intensa disputa que tem por causa duas posições diferenciadas sobre as greves e paralisações.

### ***b) Episódio II: uma cena de Bang-Bang na Viação Férrea***

Tais atos de violência, surgidos de modo espontâneo em virtude de posições divergentes em relação às greves, são recorrentes na documentação. A intensidade dos conflitos entre grevistas e “fura-greves” pode, por exemplo, ser observada em outro incidente ocorrido após o término da greve da Viação Férrea, no ano de 1917. Nesta ocasião, o operário João Guimarães provocou lesões graves em seu colega Juvenal Vasquez, foguista da empresa, que o levaram à morte.

A briga começou quando Juvenal Vasquez, Honorato Souza e mais alguns trabalhadores da Estação Gravataí se encontraram em um boteco – a casa de negócios de Pedro Zíngaro – para beberem um “traguinho” e os dois primeiros iniciaram uma discussão. Esta teve início quando Vasquez fez “várias acusações contra João Guimarães o que Honorato retrucou, defendendo-o”<sup>603</sup>. Segundo a descrição constante no processo-crime que foi aberto, eles “falavam a propósito da última greve quando Juvenal atacou João Guimarães por não ter o mesmo aderido à referida greve do pessoal da estrada”<sup>604</sup>. Guimarães era, na ocasião, contramestre da Viação Férrea, mas, em um movimento paredista anterior, teria sido um dos “cabeças da greve”<sup>605</sup>. Não foi possível encontrar mais informações sobre essa primeira agressão – verbal – de Juvenal contra João Guimarães. Contudo, o que os opunha e, mais tarde, Vasquez a Honorato, era a postura diante da greve. O impulso para tal incidente e o confronto engendrado ilustram a ideia de interiorização do sentido do jogo, pois os agentes caíram na própria prática mais do que a escolheram<sup>606</sup>.

---

<sup>603</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 2-3.

<sup>604</sup> *Idem*, p. 55.

<sup>605</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833, Porto Alegre: 1917, p. 75.

<sup>606</sup> BOURDIEU, Pierre. O Interesse do Sociólogo. \_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 130.

Vasquez teria acusado Guimarães de haver demitido um amigo seu e de não ter aderido à greve. Essa não participação levou a um tensionamento na relação de ambos. Em virtude disto, desde que a paralisação começara, Vasquez “vinha fazendo picardias a João Guimarães, contramestre das oficinas da estação do Gravatahy, por não ter este aderido à greve”<sup>607</sup>, afirmando que o mesmo era um “canalha e um sem-vergonha”<sup>608</sup>. Em seu depoimento, Manoel Silva, igualmente foguista da Viação Férrea, afirmou que Vasquez teria insultado também Honorato Souza, acusando-o de “canalha e sem-vergonha”<sup>609</sup>. Como veremos mais adiante, tais adjetivos eram recorrentes na construção de uma identidade operária distintiva, quando a imprensa operária acusava os fura-greves de serem canalhas, desbriados, traidores e dados ao vício da embriaguez, enquanto que os grevistas eram apresentados como corajosos e solidários com seus companheiros.

Voltando ao caso em análise, de acordo com uma testemunha, havia uma rixa entre “Juvenal e Guimarães depois da greve e pelo fato deste último não ser solidário com os companheiros por ocasião da dita greve”<sup>610</sup>.

Por haver ficado contrariado em virtude do fato de Honorato Souza ter defendido João Guimarães das acusações que lhe imputava, Vasquez exigiu que o primeiro lhe devolvesse uma adaga que se encontrava em seu poder. Quando esse último – que havia saído para pegar a arma pedida – estava retornando, Vasquez insultou-o novamente, e Honorato, ao puxar a adaga, foi atingido por seu agressor que sacara um revólver. Quando João Guimarães apareceu no local, Vasquez

empunhando um revólver que havia perdido na luta anterior e o qual já tinha encontrado, dirigiu-se a João Guimarães a quem odiava e protestara, ao que parece, [para] vingar-se de supostos desagравos, exclamando: – ‘És tu mesmo que eu quero!’ – e detonando contra o mesmo, e reiteradamente, a referida arma<sup>611</sup>.

Nesta ocasião, João Guimarães sacou de seu revólver e disparou quatro tiros contra seu agressor, protagonizando uma cena digna dos melhores filmes de *bang-bang*. No interrogatório do réu, Guimarães afirmou que Juvenal “dizia há algum tempo a

---

<sup>607</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 72.

<sup>608</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 5.

<sup>609</sup> Depoimento de Manoel Silva. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 60.

<sup>610</sup> Depoimento de Pedro Kramer. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 77.

<sup>611</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833, Porto Alegre: 1917, p. 72.

diversas pessoas que havia de dar um tiro no interrogado, dizendo ter o mesmo influído na demissão de um amigo dele”<sup>612</sup>. Não foi possível averiguarmos com precisão as causas da demissão e quem seria o amigo demitido. Entretanto, tudo indica que tal demissão tenha ocorrido em virtude de sua participação na greve.

Em outro depoimento, Pedro Kramer, fogueira da Viação Férrea, afirmou que ouvira Juvenal dizer que Guimarães era um “sem-vergonha muito grande por ter dado na ocasião da greve uma arma de salão e dez balas para o depoente matar João Varella”<sup>613</sup>. No documento, Kramer não menciona quem era Varella nem os motivos de Guimarães ter encomendado sua morte. Também não há, no processo, outras testemunhas que ratifiquem esse dado. Contudo, é importante considerar o peso de uma acusação como essa em um momento de radicalização das relações entre patronato, grevistas e “fura-greves”. Afinal, assim como a violência era tida como um meio legítimo para forçar a adesão às greves, poderia ser também utilizada no sentido de amedrontar os operários grevistas.

No processo, percebe-se que a postura individual perante a greve influía, inclusive, nas relações de trabalho. Segundo um depoimento, “até a época em que rebentara a greve nada havia entre ambos mas que depois e por não ter Guimarães aderido à mesma greve ficou-lhe por isso Juvenal com raiva sendo esse seu sentimento pelo referido Guimarães atizado por seus companheiros que conheciam a sua fama de valentão”<sup>614</sup>. Verifica-se, assim, que a fama de valentão usufruída por Juvenal foi fomentada por seus companheiros grevistas, talvez para incutir medo aos fura-greves.

Conforme outros testemunhos arrolados no processo, Vasquez havia informado a diversas pessoas a intenção de matar Guimarães – as declarações de Carlos Northfleet, mestre da oficina; Luiz Ferrão e João Francisco, ambos fogueiras da Viação Férrea, reiteraram este fato várias vezes. De acordo com o último, Vasquez dissera que “havia de matá-lo”; Ferrão também informou que “Juvenal por diversas vezes havia prometido matar Guimarães”<sup>615</sup>; e Northfleet ressaltou que “Juvenal já havia premeditado matar Guimarães”<sup>616</sup>. Ademais, segundo a fonte, ele estava tão embriagado que chegara a perder o revólver durante a luta. O depoente Júlio Munhoz afirmou que levava “Juvenal

---

<sup>612</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 72, p. 14.

<sup>613</sup> *Idem*, p. 5

<sup>614</sup> *Idem* *Ibidem*, p. 56.

<sup>615</sup> Depoimento de Luiz Ferrão. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 17.

<sup>616</sup> *Idem*, p. 4-5.

para sua casa em vista de estar um pouco embriagado”<sup>617</sup> e que “viu o denunciado Juvenal discutindo com o foguista do motor pedindo o depoente ao referido foguista que não desse caso pois Juvenal estava embriagado”<sup>618</sup>.

Quanto à conduta dos réus, percebe-se, nos depoimentos, uma contradição importante: enquanto alguns depoentes atestaram que os três envolvidos no incidente – Juvenal, Honorato e Guimarães – eram homens trabalhadores e ordeiros (Pedro Zíngaro, Manoel Silva, Júlio Munhoz e Antônio Grange)<sup>619</sup>, outros (Northfleet, João Francisco e Luíz Ferrão) corroboraram o bom comportamento de Honorato e Guimarães, desabonando, porém, a conduta de Vasquez, tido como “de maus costumes, provocador e desordeiro”<sup>620</sup>, dado ao vício da embriaguez, com “fama de valentão, embriagando-se de quando em vez, provocando nestas ocasiões desordens”<sup>621</sup>.

Não é possível dizer até que ponto estes depoimentos foram ou não induzidos pela participação de Vasquez na greve, uma vez que Northfleet ocupava um cargo de mestre na oficina e João Francisco, foguista, poderia estar tendo um comportamento “adequado” aos olhos de seu superior, João Guimarães. Além disso, há uma tentativa óbvia de inocentar Guimarães e Honorato de Souza uma vez que Vasquez acabou falecendo em virtude dos ferimentos ocasionados durante o conflito e os dois poderiam ser, em função disso, condenados à prisão. Receoso desse veredicto, Guimarães havia, inclusive, fugido para Buenos Aires<sup>622</sup>. Apesar de vários testemunhos descreverem o conflito como tendo sido provocado por Juvenal, Júlio Munhoz relata que, a despeito daquele estar embriagado e de ter provocado Honorato com xingamentos, a agressão teria partido desse último, que “puxou sua adaga que tinha na cava do colete [...] e com ela espancou a Juvenal”<sup>623</sup>. Só depois de agredida, a vítima teria sacado de seu revólver.

Luiz Ferrão, uma das testemunhas de defesa, afirmou trabalhar havia cinco anos com Guimarães, sendo, possivelmente, seu subordinado na oficina, o que o deixava em

---

<sup>617</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>618</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>619</sup> Ibidem, p. 34, 60, 70 e 73.

<sup>620</sup> Depoimento de Luiz Ferrão. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 17.

<sup>621</sup> Depoimento de Carlos Northfleet. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 57.

<sup>622</sup> Depoimento de Luiz Ferrão. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 71.

<sup>623</sup> Depoimento de Júlio Munhoz. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 70.



uma situação “suspeita” perante a Justiça<sup>624</sup>. Acrescente-se a isso que a acusação de embriaguez feita a Vasquez – muito usual à época para desqualificar a posição de um indivíduo, sobretudo quando pertencente às classes populares –, apesar de atestada por várias testemunhas, deve ser relativizada, uma vez que Honorato, de conduta exaltada pelos depoentes, também se encontrava no bar de Pedro Zíngaro bebendo com Juvenal, o que poderia ser igualmente uma forma de desabonar sua conduta, embora isso não tenha acontecido.

Outras acusações foram feitas a Vasquez durante o processo: o delegado de polícia de Montenegro informava que ele, “por ocasião da greve, promoveu desordens, constando mesmo que ali deu um tiro em um soldado e que há tempos foi processado pelo crime de ferimentos, sendo absolvido”<sup>625</sup>. No depoimento de Northfleet se estabelece outra séria incriminação ao réu, o qual, segundo esse trabalhador, estivera, “por ocasião da greve, escondido atrás de um barranco marginal à via férrea, [quando] alvejou um maquinista que a ela não aderira e que passara conduzindo um comboio de passageiros [...] tendo seu *bonet* atravessado pelo projétil de tiro disparado pelo denunciado Juvenal”<sup>626</sup>. Este maquinista chamava-se Salestiano Lacerda e teria abandonado a estrada devido ao fato. Ao que parece, em diversas circunstâncias, Juvenal Vasquez reagira violentamente contra aqueles que não aderiram à greve. Pode-se presumir, inclusive, que seus companheiros grevistas o insuflavam a atacar os não grevistas, pois se aproveitavam de sua fama de valentão e de seu temperamento agressivo para utilizá-lo a seu favor<sup>627</sup>. O tiro contra o maquinista e os casos de Montenegro podem ser exemplos disto. Ao término do processo, os réus João Guimarães e Honorato Souza não foram pronunciados por alegarem legítima defesa.

Neste caso, a violência simbólica – as picardias feitas por Juvenal Vasquez – acabou descambando para a violência física espontânea, quando grevistas e não grevistas protagonizaram um conflito que resultou em morte e na abertura de um processo-crime. Neste documento, observa-se que as questões relativas à greve permeavam o relacionamento dos funcionários da Viação Férrea, tanto no local de trabalho quanto fora dele.

---

<sup>624</sup> Depoimento de Luiz Ferrão. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 71.

<sup>625</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 5.

<sup>626</sup> Depoimento de Carlos Northfleet. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 833, Porto Alegre: 1917, p. 57.

<sup>627</sup> *Idem*, p. 56.

### *c) Episódio III: greve, ameaças e violências*

Outro episódio em que verificamos a presença de violência entre grevistas e não grevistas ocorreu em janeiro de 1917, durante uma “parede” declarada pelos operários da Fábrica de Meias da Companhia Fabril Porto-Alegrense. O incidente resultou em graves ferimentos em um não grevista e na instauração de um processo contra os agressores. A greve teve início em 30 de novembro de 1916 quando, na saída do serviço, alguns menores empregados da fábrica passaram a vaiar o apontador Adolpho Kuntz que, segundo eles, tratava mal os empregados, dirigindo-lhes “palavras imorais”. Depois do episódio, Kuntz os ameaçou com demissão se isso ocorresse novamente. Com a repetição do fato, os menores acabaram sendo demitidos pelo apontador que era tido como homem de confiança do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski. Os demais empregados organizaram, então, uma comissão de operários liderada por Félix Fröhlick – funcionário da fábrica havia 16 anos – para falar com o gerente e solicitar a demissão de Kuntz e a readmissão dos menores. Não tendo sido atendidos, ainda ouviram do gerente que “dali por diante teriam que trabalhar 10 horas por dia”<sup>628</sup>. Isso deflagrou, no dia 30 de novembro de 1916, uma paralisação de mais de 40 operários do referido estabelecimento.

Oito dias após o começo da greve, o gerente “mandou prevenir aos grevistas em suas residências que haviam sido dispensados de seus serviços na fábrica” e contratou novos funcionários que passaram a ser treinados por João Fantinel. De acordo com o relatório das investigações policiais, os grevistas “andavam ameaçando os operários que trabalhavam naquela fábrica” e “que tendo sido admitidos novos empregados são estes constantemente ameaçados pelos grevistas que pretendem até proibi-los de trabalhar”. Notamos aqui, novamente, que a coerção dos grevistas sobre os trabalhadores que permaneciam no serviço ou que eram contratados para substituí-los desponta como uma estratégia significativa e recorrente.

No dia 4 de janeiro de 1917, “reunidos em sessão no salão 8 de Junho na Avenida Germânia resolveram eles [os grevistas] agredir ao mestre da fábrica João

---

<sup>628</sup> Todas as citações feitas nesta parte foram extraídas do Relatório das Investigações Policiais procedidas acerca da agressão a João Fantinel ocorrida em 4 de janeiro de 1917, enviado no dia 8 do mesmo mês ao Dr. Juiz Distrital de Polícia. Documentação Avulsa. Transcrição dos Relatórios do 3º Distrito. 1914-1917. Cód. 48; e do Relatório apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. José Montaury de Aguiar Leitão pela Subintendência do 4º Distrito.

Fantinel que, segundo dizem, estava ensinando novos empregados para substituí-los”. Assim, um grupo de aproximadamente 30 grevistas, entre os quais se destacavam Eduardo Pujol, Paulo Heungeuharth, Ricardo e Alfredo Wahaukal, Alberto Lange e Félix Fröhlick, agrediu Fantinel na esquina das ruas Brazil e Rio de Janeiro quando esse se dirigia a sua residência. Conforme Fröhlick, os operários esperaram Fantinel para tirar satisfações do porquê ele estar ensinando o ofício a novos empregados, tendo esse os recebido mal e feito menção de sacar um revólver que portava consigo. Entretanto, no documento afirma-se que os grevistas estavam “premeditadamente armados de cacetes”, o que indica que eles estavam dispostos a cometerem violências físicas. Acrescente-se a isso que, segundo as fontes consultadas, enquanto Fantinel conversava com alguns operários, outros o atacaram por trás, obrigando-o a correr e a refugiar-se no interior da cozinha de um armazém onde, além de prosseguirem as agressões ao gerente, foi também ferida a esposa do dono do estabelecimento.

Enfim, a atitude do gerente da fábrica, Rodolpho Jalowski, de substituir os operários parados não foi interpretada como própria de uma “greve limpa”, para utilizar a expressão de Silva Jr.<sup>629</sup>, o que levou os grevistas a uma postura mais radical. Esta, como foi visto, provavelmente estava alicerçada em uma “noción legitimizante”, ou seja, em uma justificativa racional motivada por algum fator que legitimasse certas ações em defesa de determinados “derechos o costumbres tradicionales”<sup>630</sup> ou associativos. Do mesmo modo, Rudé, estudando outro contexto histórico, esclarece que ações violentas podem estar apoiadas em alguma forma de “justiça ‘natural elementar’”, e destaca que “os amotinados da fome tendiam a invadir mercados e padarias e impor um controle popular de preços”<sup>631</sup>. Ou seja, a medida de Jalowski parecia ferir a “economia moral” (empregando a expressão de Thompson em sentido alargado) daquele grupo de trabalhadores.

Nos depoimentos de outros operários da fábrica, observa-se que as ameaças e as violências dos grevistas contra os não grevistas a fim de impedir a continuidade do trabalho eram constantes. Ernesto Meister, por exemplo, afirmou ter sofrido ameaças de ser espancado caso prosseguisse o trabalho, e Mário Strunck teria sido espancado pelos grevistas na saída do estabelecimento. Neste caso, insistimos, percebe-se que a

---

<sup>629</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 393.

<sup>630</sup> THOMPSON, Edward P. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979, p. 65.

<sup>631</sup> RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991, p. 24.

intolerância dos chefes provocou uma radicalização da situação, uma vez que os grevistas foram sumariamente demitidos, inclusive aqueles que – como Fröhlick – possuíam um longo tempo de serviços prestados. O recurso – deliberado em reunião pelos grevistas, portanto de maneira consciente e organizada – utilizado para obter seus empregos de volta e impor suas exigências foi o uso da violência física, de instrumentos de coerção não contra a fábrica ou seus patrões, mas contra os não-grevistas.

Não há registros de danos à empresa e nem de ameaças a Jalowski, que fora quem demitiu os paredistas, mas os operários que permaneceram trabalhando e os recém contratados para substituí-los receberam muitas ameaças e alguns foram efetivamente espancados pelos paredistas.

Possivelmente, isso se deveu ao fato de que uma agressão direta ao gerente ou ao proprietário tornaria a permanência do operário agressor na fábrica insustentável e seu emprego estaria irremediavelmente perdido. Assim, a hostilidade se concentrava nos operários que não aderiram às greves ou que substituíram os grevistas, visto que esses eram desprovidos de condições de infligir qualquer represália aos agressores, seja pela ausência de um grupo organizado que lhes desse esteio, seja pela impossibilidade de sancionar punições de caráter econômico, como a demissão. Os grevistas, portanto, embora exercessem inaudita pressão, desdobravam-se para que a possibilidade de diálogo e de retorno ao trabalho não fosse totalmente obstruída. Queriam, enfim, o atendimento de suas reivindicações, mas, mais do que isso, precisavam preservar seus empregos.

#### *d) Episódio IV: a greve dos calceteiros*

Este tipo de agressão – de caráter deliberado, instrumental – pode ser verificado também em outras ocasiões. Por exemplo, no ano de 1917, durante a greve dos calceteiros<sup>632</sup>. Esta greve tinha como motivo principal “[...] o fato de ter o calceteiro Jerônimo Santos, sido agredido pelo capataz Dorotheo Rivera e seu irmão Félix Rivera; que os grevistas queriam que a companhia do calçamento despedisse o capataz e seu irmão”<sup>633</sup>. Segundo informações do processo-crime originado deste incidente, os membros do sindicato da categoria se reuniram em uma assembleia e “fortemente

---

<sup>632</sup> Sobre a greve dos calceteiros ver: SILVA Jr., Adhemar Lourenço. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.

<sup>633</sup> Idem, p. 16.

trabalhados por correntes perniciosas de anarquismo, [...] resolveram em sessão do predito sindicato que se evitasse por qualquer forma, e até mesmo por meios extremos, que os operários que não haviam prestado sua adesão ao movimento continuassem na labuta diária”<sup>634</sup>.

Desta forma, decidiram, de maneira organizada e consciente, empregar a violência como um recurso – considerado legítimo – para evitar a continuidade do trabalho. Segundo a fonte jurídico-policia, o conflito entre os grevistas e os operários que persistiam no trabalho aconteceu da seguinte maneira:

[...] de conformidade com aquelas temerosas resoluções de se cessar de meios extremos e até do próprio morticínio, contanto que se generalizasse a greve, quando um grupo de grevistas assaltou à mão armada os operários que pacatamente trabalhavam na referida rua Conceição, desfechando numerosos tiros, em consequência dos quais foi morto o operário Luiz Silveira da Silva, ferido gravemente Feliciano Salles, e, levemente, Anselmo de Lima e João Manuel Benetti.<sup>635</sup>

No depoimento de um operário acusado de ser um dos principais organizadores da agressão, torna-se ainda mais clara a forma pela qual os grevistas decidiram impossibilitar que os *carneiros* trabalhassem. O operário relatou que “[...] encontrou os calceteiros grevistas reunidos em sessão com o fim de deliberarem o meio de impedir que continuassem a trabalhar os calceteiros que não quiseram aderir à greve”<sup>636</sup>. Verifica-se, pois, que neste caso a violência contra os carneiros nada mais é do que um recurso deliberado mobilizado como meio para atingir um fim. Nesta situação, tais atos inamistosos não podem ser reduzidos a uma conduta de crise, reativa. Os agentes em questão pareciam conscientes do que estava em jogo em sua ação e dos resultados que esperavam conseguir. Na referida sessão, o referido operário salientou que foi tomada a resolução de:

---

<sup>634</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 856, Porto Alegre: 1917. Em SILVA Jr., Adhemar Lourenço. Contribuição a uma história dos de baixo do sindicalismo. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. XXI, n.º 1, p. 77, 1995, há uma análise desta greve. O autor afirma que “a tendência da historiografia [...] [é] exagerar a presença do anarquismo no movimento operário na República Velha [...]” e caracteriza o sindicato envolvido no movimento paredista pela relação do “anarquismo das lideranças com as práticas da categoria”.

<sup>635</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 856, Porto Alegre: 1917, p. 10.

<sup>636</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 856, Porto Alegre: 1917, p. 10.

[...] atacar os trabalhadores do calçamento que não queriam aderir à greve, que embora a polícia pretendesse impedir o assalto, todos do grupo eram obrigados a reagir custasse o que custasse, morresse quem morresse<sup>637</sup>.

Durante esta greve, ficou evidente a decisão tomada pelo sindicato de utilizar medidas mais extremas com o intuito de impedir a continuidade do trabalho, estando dispostos a praticamente tudo para alcançar as reivindicações almejadas.

#### ***e) Episódio IV: o pão nosso de cada dia***

Situação similar ocorreu durante uma greve organizada pelo Sindicato Padeiral, declarada em maio de 1919, em solidariedade aos canteiros e classes anexas, reivindicando ainda que fossem postos em liberdade os padeiros presos durante a greve anterior e que uma comissão de higiene fiscalizasse as padarias mensalmente. Segundo o periódico *O Syndicalista*, todas as padarias entraram em greve, exceção feita àquelas cujos proprietários “com elementos estranhos ao sindicato procuravam trabalhar”<sup>638</sup>. Há tempos os padeiros vinham pleiteando o descanso semanal junto às padarias, que era negado por causa do fornecimento de pão às segundas-feiras<sup>639</sup>. Conforme *O Syndicalista*, em nota intitulada *A questão do pão às segundas-feiras*, os empregadores já haviam acedido em não fornecer pão neste dia, fazendo um acordo entre si para que ninguém obrigasse seus operários a irem ao serviço no domingo. Contudo, rompendo esse pacto, alguns patrões exigiram que seus funcionários trabalhassem em tal dia, traíndo tanto os trabalhadores como seus colegas patrões<sup>640</sup>. Em virtude disso, observase uma sucessão de sérios transtornos nos meses subsequentes envolvendo patrões, polícia, padeiros grevistas e não grevistas.

No dia 23 de março, houve um atentado à Padaria Três Estrelas, que “tem teimado em querer manter o sistema antigo de fazer os seus empregados fabricarem pão para ser vendido às segundas-feiras”<sup>641</sup>. No domingo à noite, um grupo de padeiros que estava no estabelecimento foi interpelado por outro grupo que adentrou no recinto. Do

---

<sup>637</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime nº 856, Porto Alegre: 1917, p. 12.

<sup>638</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1/04/1919, 1919, p. 4.

<sup>639</sup> Percebe-se que, à mesma época, os padeiros associados à Liga dos Padeiros e Confeiteiros e à União dos Empregados em Padarias também haviam iniciado em São Paulo um movimento grevista no mês de fevereiro reivindicando o descanso semanal, obtendo “vitória parcial”. *A Plebe*, São Paulo, 01/03/1919. Apud RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa histórica (1906/1937)*. Rio de Janeiro: Editora Arte Moderna, s/d, p. 206.

<sup>640</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1/04/1919, p. 5.

<sup>641</sup> *Idem*.

encontro, resultou um conflito com intenso tiroteio que produziu graves ferimentos em alguns trabalhadores<sup>642</sup>. Os padeiros detidos pela agressão acabaram absolvidos “por absoluta falta de provas”<sup>643</sup>.

Empenhados em obter o direito de folgar aos domingos e em inibir definitivamente o funcionamento das padarias neste dia da semana, os padeiros eram censurados por fazerem “profissão de fé no sentido de coibirem o trabalho, cuja liberdade é garantida pelo texto constitucional”<sup>644</sup>. Teriam eles, então, planejado um novo atentado à Padaria Feliz, no dia 21 de abril, enviando um grupo de seis pessoas para rondar o prédio do estabelecimento, o que levou seu proprietário a pedir providências à polícia. Nesta ocasião, enquanto faziam vigilância na esquina das ruas João Alfredo e Avahi, um praça e um empregado da panificação de nome Juvenal avistaram a aproximação de uma pessoa. O empregado foi então checar de quem se tratava. Lá chegando, reconheceu o padeiro Dorvalino Feijó, empregado da Padaria Primor, e desfechou-lhe um tiro “sem proferir uma palavra”<sup>645</sup>, em função do qual a vítima veio a falecer. Esta situação extrema demonstra o grau de antagonismo e tensão estabelecido entre os operários que, associados ao sindicato, postulavam a folga dominical e aqueles que continuavam a labutar. Possivelmente, em decorrência do atentado anterior – em que padeiros que trabalharam aos domingos foram gravemente feridos na padaria Três Estrelas –, Juvenal estivesse receoso de uma agressão semelhante por parte de Dorvalino e, por isso, encontrava-se previamente armado. Contudo, o jornal *O Syndicalista*, em artigo intitulado *Um Crumiro Miserável*, atribuiu o fato à influência do patrão e da polícia, pois “é veso dessa gente quando pode dispor de algum miserável aconselhar-lhes que façam fogo contra os grevistas porque nada lhes sucederá”<sup>646</sup>.

Para impedir a continuidade do trabalho, os padeiros em greve fizeram uso das mais variadas estratégias para atingir seus objetivos, algumas delas caracterizadas por uma violência extremada, sendo esses trabalhadores “famosos por ataques a fura-greves, espancamentos de homens e animais, tiroteios, incêndios de carroça, explosões de

---

<sup>642</sup> *Máscara*, Porto Alegre, 29/03/1919, p. 7.

<sup>643</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919. Em função desses fatos, o Sindicato Padeiral realizou uma reunião no Teatro Hélios “para definir a atitude da classe diante da ocorrência”. Na ocasião foi votada com êxito a resolução de aderir à FORGS. Os padeiros, entre eles os das padarias Três Estrelas e Moeller, comprometeram-se a não trabalhar mais aos domingos.

<sup>644</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 21/04/1919, p. 2.

<sup>645</sup> *Idem*.

<sup>646</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 5.



fornos, envenenamento de farinha etc.”<sup>647</sup>. Enfim, os padeiros pertenciam a um grupo de categorias profissionais no qual “as violências grupais tinham o seu papel claramente discriminado nos conflitos”<sup>648</sup>. A radicalização das ações dos padeiros já pudera ser observada no ano anterior: como já foi referido, na greve geral de 1918, um padeiro acabou sendo preso, acusado de colocar uma bomba nos trilhos do bonde e de ter atacado, armado de revólver, os funcionários da Padaria Luzo-Brasileira<sup>649</sup>. A bomba, conforme também vimos, era falsa.

No mês seguinte, novos incidentes voltaram a ocorrer. No dia 14, um grupo de doze distribuidores armados de revólveres assaltou uma carroça da Padaria Cruzeiro, responsável pelo fornecimento de pão ao Colégio Militar na Rua José do Patrocínio. Ao ouvir o estampido dos tiros, o agente que guardava o veículo disparou em correria, abandonando-o, e os grevistas ainda feriram a tiros as pernas dos cavalos<sup>650</sup>. Pode-se interpretar esse ato como uma maneira orquestrada de coagir os demais operários a não trabalharem, um meio de fortalecer a posição militante dos grevistas e sua pressão reivindicatória, e inibir o funcionamento das padarias. Silva Jr. elucida que “a violência sindical foi um procedimento racional de resolução dos conflitos de classe”<sup>651</sup>, um instrumento utilizado na defesa dos interesses dos padeiros.

No caso desta greve dos padeiros, a violência, enquanto esteve em um patamar “aceitável”, ficou isenta de críticas por parte da imprensa; concretamente, a atitude dos grevistas de assaltarem a carroça e atirarem nos cavalos para impedir o abastecimento de pão não gerou estranheza. Tanto é verdade que a reportagem sobre esse fato começa enfatizando que o movimento vinha “correndo com a maior normalidade”<sup>652</sup>, apesar do desabastecimento e do incidente ocorrido.

Dois dias mais tarde, a *Gazeta do Povo* informava a tentativa de assalto a uma panificadora no Paço da Mangueira, cometida naquela madrugada por um grupo de dez padeiros. Segundo o jornal, o grupo foi “desarmado antes de levar a efeito a depredação”, tendo sido presos os operários envolvidos no ataque<sup>653</sup>.

Todavia, a situação se tornou mais dramática quando um trabalhador que voltava do serviço acabou sendo assassinado por um grevista designado para vigiar os padeiros

---

<sup>647</sup> SILVA Jr., Adhemar Lourenço. Os sindicatos na idade da pedra. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 96 -95, 2002.

<sup>648</sup> SILVA Jr, Op. Cit., 1994, p. 305.

<sup>649</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 3.

<sup>650</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1919, p. 2.

<sup>651</sup> SILVA Jr., Op. Cit., 2002. p. 96 -95.

<sup>652</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 16/05/1919, p. 3.

<sup>653</sup> *Idem*.

que continuavam a trabalhar. Isso ocorreu no dia 16: o padeiro português Antônio Rodriguez Lopes passava pela esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Ignácio ao retornar para a casa, quando foi abordado por Leopoldo Silva. Na discussão, o grevista disparou duas vezes contra Lopes, que morreu no ato. O crime deu início a um processo no qual foi indiciado

o indivíduo Leopoldo Silva, padeiro, por ter assassinado bárbara e friamente o mísero operário padeiro Antônio Rodriguez Lopes. O denunciado tomara parte ativa da greve dos padeiros, declarada nesta capital e foi esse mister de grevista destacado para vigiar os companheiros que não haviam aderido à parede que ele foi postar-se, às primeiras horas da manhã do dia 16 do corrente [maio de 1919], à esquina das ruas Voluntários da Pátria com a Vigário José Ignácio, nas proximidades da padaria ‘Piccini’. Antônio Rodriguez Lopes, que trabalha nessa padaria, não tendo aderido à greve, ao passar pelo local em que se achava Leopoldo Silva foi por este interpelado sobre a greve. De súbito, sem mais nem menos, Leopoldo Silva arrancou o revólver e detonou-o duas vezes, de surpresa, contra sua infeliz vítima, prostrando-a sem vida<sup>654</sup>.

Após o ocorrido, Silva fugiu do local, dirigindo-se à Rua da Cadeia Velha, nº 25, onde residiam diversas “mulheres de vida”<sup>655</sup>, tendo se ocultado na bacia da latrina. A polícia foi acionada por iniciativa da dona da casa, Edelmira, e prendeu o acusado.

O denunciado confessou durante o processo ter realmente dado os tiros em Lopes. Entretanto, justificou o fato afirmando que, ao interpelá-lo a fim de saber se ele continuava trabalhando, Lopes negara. O acusado colocou em dúvida essa resposta e observou-lhe que “certamente trabalhava por que nas outras greves ele sempre foi de partido oposto ao dos grevistas”<sup>656</sup>. A vítima exasperou-se com o comentário, e, como era maior e mais forte do que Silva, esse, receoso de apanhar, disparou sua arma. O jornal *O Independente*, porém, noticiou outra versão, afirmando que, ao regressar para casa às 8 horas da manhã após uma noite de serviço, o fornecedor Antônio Rodrigues Lopes foi “alvejado pelas costas pelo padeiro Leopoldo Silva”, tendo morte imediata. Ao ser interrogado, o réu teria dito que “praticara o assassinio em defesa dos interesses de sua classe, visto Lopes não ter aderido à greve em que se acham”<sup>657</sup>. No transcorrer do processo, pode-se constatar que alguns padeiros grevistas tinham se reunido na noite

---

<sup>654</sup> ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 92.

<sup>655</sup> Idem.

<sup>656</sup> ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.029. Porto Alegre: 1919, p. 9.

<sup>657</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 17/05/1919, p. 2.

anterior e “declarado que haviam de vingar-se dos padeiros que trabalhavam”<sup>658</sup>, ou seja, mesmo que o assassino não tivesse premeditado o crime, os grevistas deliberaram vingar-se dos padeiros que continuavam labutando e o réu acabou designado por seus colegas para vigiá-los. Tal vigilância estava imbuída de qual intuito, já que o vigilante portava uma arma de fogo na cintura? Provavelmente, o réu antevira a possibilidade de se envolver em algum conflito físico, dada a tensão que permeava a sua categoria em momentos como aquele.

Silva, a despeito de ter recebido auxílio do Sindicato Padeiral, que criou uma Comissão Pró-Presos para providenciar que nada lhe faltasse<sup>659</sup>, acabou recebendo uma condenação de dez anos e seis meses de prisão celular, tendo cumprido pena até o dia 20 de dezembro de 1927.

Durante esta greve, o jornal *O Independente* salientou que, embora o governo fornecesse as maiores garantias para a continuidade do trabalho nas padarias, “raras são aquelas que funcionam”, demonstrando que a estratégia dos grevistas atingira algum resultado. É interessante observar a autoridade e a legitimidade conferidas ao Sindicato Padeiral no conflito, uma vez que o administrador da Santa Casa de Misericórdia enviou um ofício à entidade solicitando que “fosse permitida a entrega de 110 kilos [sic] de pães diários à Santa Casa”. Após reunir-se em sessão, o Sindicato tomou a resolução, divulgada através de ofício, de não atender ao pedido, pois sua recompensa seria inevitavelmente “as baionetas e a pata de cavalo”<sup>660</sup>. Tal recusa sofreu forte censura da imprensa. A revista *Máscara* a definiu como uma “resposta perversa”, um “ato que causa indignação abrupta por sua desumanidade”, afirmando que “é notório que o operário não tem o direito de fulminar quem não acompanha seus instintos de domínio”. O articulista do periódico – que assinava com o pseudônimo “Próspero” – indagava: “Que querem, enfim, os amotinados grevistas-padeiros?” Ao que ele próprio respondia: “querem apenas uma inversão de valores, isto é, querem os operários ser os chefes e que os patrões passem à condição de proletários”<sup>661</sup>. Tal afirmativa evidencia o temor de ruptura das hierarquias tradicionais suscitado pelo movimento paredista. O fornecimento de pão aos enfermos da Santa Casa e ao Colégio Militar passou, então, a ser realizado pela Casa de Correção. Ao restante da população, o desabastecimento de

---

<sup>658</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.029. Porto Alegre: 1919, p. 93.

<sup>659</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 2.

<sup>660</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 14 e 16/05/1919, p. 2.

<sup>661</sup> *Máscara*, Porto Alegre, 17/05/1919, p. 7.

um produto tão indispensável levou à elevação dos preços dos biscoitos e bolachas no varejo, o que afetou, em especial, as pessoas de mais baixa renda que ficaram impossibilitadas de substituir o pão por outro alimento.

Em boletim publicado pelo Sindicato Padeiral, os padeiros queixavam-se da arbitrariedade e da violência da polícia, a qual, desrespeitando direitos dos operários, invadiu casas e efetuou prisões de grevistas sem causa justificada. Deste modo, acreditamos que, além da tradição já salientada dos padeiros de acionarem um repertório de ações coletivas mais extremas e contundentes em suas greves, outro fator que favoreceu a radicalização do movimento em tela foi a intensa repressão policial.

Segundo Sirot, em termos gerais, a violência entre as forças da ordem e os grevistas tende a diminuir tanto em quantidade quanto em intensidade quando há uma institucionalização das organizações operárias, o que contribui para racionalizar a prática grevista. Da parte do Estado, tal postura tende a aumentar a vontade de conciliação e de pacificação. Ou seja, à medida que a greve se institucionaliza, o recurso à força é mais delimitado e juridicamente enquadrado: ele responde excepcionalmente aos atos de violência e/ou aos atentados à propriedade realizados pelos grevistas individualmente<sup>662</sup>.

Em sentido oposto, a não institucionalização do movimento e a recusa por parte do poder público em reconhecer a legitimidade do interlocutor tendem a desencadear uma radicalização que pode ser traduzida como uma busca pela legitimação, pelo reconhecimento da justeza das reivindicações e do direito de representatividade. No que tange às mobilizações estudadas nesta tese, durante a greve de 1919, por exemplo, a negação do patronato e do Estado em negociar com os grevistas provocou uma radicalização, ao passo em que, quando, em 1917, o governo acatou como justas suas reivindicações e referendou a representatividade da LDP, o diálogo entre as partes foi favorecido em detrimento da violência.

Apesar de tudo, a greve dos padeiros foi considerada vitoriosa pelo sindicato, que obteve a garantia de visitas mensais de uma comissão de higiene às padarias e a liberdade dos padeiros presos durante o movimento<sup>663</sup>, que se encerrou no dia 25 com o atendimento dessas reivindicações<sup>664</sup>.

---

<sup>662</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 230-231.

<sup>663</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 4.

<sup>664</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 26/05/1919, p. 2. Os empregados da padaria Três Estrelas continuaram em greve alegando “péssima alimentação”. *Gazeta do Povo*, 03/06/1919, p. 2.

A violência física foi, portanto, um elemento recorrente nas relações entre grevistas e não grevistas no período analisado, uma vez que os movimentos paredistas colocavam colegas de trabalho em lados opostos. Algumas vezes, esse tipo de prática foi usado de forma deliberada, planejada, a fim de impedir a continuidade do trabalho por parte dos não grevistas – como no caso da greve dos calceteiros de 1917 e da greve dos padeiros de 1919 –; em outras, eclodiu de modo espontâneo, em ocasiões nas quais grevistas e não grevistas encontravam-se em situações distintas daquela em que tal oposição se originara (ou seja, fora do espaço profissional) – como no caso da briga entre os operários da Viação Férrea, que ocorreu na saída de um “boteco”, onde eles tomavam um “traguinho”.

Em uma poesia intitulada *Greve* e publicada na sessão *De Vez em Quando* do periódico *Correio do Povo*, a greve dos padeiros foi ironizada desta forma:

Não há pão, não há padeiro  
Não se abriu a padaria  
Embora havendo dinheiro  
Falta o pão de cada dia

Quem é pobre, é o destino  
Abre a boca e come mosca  
Sendo rico, isto é mais fino  
Ou faz bolo ou come rosca.<sup>665</sup>

Tal poesia nos faz pensar o quanto a greve dos padeiros alterava a vida da cidade ao interromper o fornecimento de um alimento tão importante na mesa da população: o pão<sup>666</sup>. A adesão à paralisação foi bastante significativa – como normalmente ocorria com as greves desta categoria – fazendo com que, apesar de se ter dinheiro, não haver padaria aberta em virtude da greve e das ações que foram analisadas neste capítulo. Do mesmo modo, a poesia fazia referência ao fato de que a população mais pobre acabava sendo mais atingida pela greve uma vez que as classes mais abastadas possuíam alternativas para substituir o pão, fazendo lembrar Maria Antonieta que, quando interpelada por um oficial que lhe dissera que o povo não possuía pão para comer em

---

<sup>665</sup> De Vez em Quando. Greve. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1919. p. 3.

<sup>666</sup> Rodrigues destaca a importância deste alimento na alimentação das classes populares em São Paulo entre 1920 e 1950. Em duas estatísticas analisadas pelo autor, o pão aparece como o alimento mais consumido por estas classes. RODRIGUES, Jaime. Alimentação popular em São Paulo (1920-1950) – políticas públicas, discursos técnicos e práticas profissionais. *Anais do Museu Paulista*. Vol. 15, n° 2, São Paulo, jul/dez 2007.

virtude das más colheitas que antecederam a Revolução Francesa, teria respondido-lhe: "Se não têm pão, que comam brioches"<sup>667</sup>.

\* \* \*

Ao longo desta sessão, foram analisadas as estratégias adotadas pelos grevistas para conseguirem uma maior adesão aos movimentos por eles promovidos ou para fazerem valer suas reivindicações, considerando que o não engajamento de uma parcela da classe durante as paredes enfraquecia seu poder de barganha e provocava cisões entre os trabalhadores. Esta tomada de posição acabou, muitas vezes, transformando colegas em rivais, e construindo identidades contraditórias e opostas. Nessas ocasiões, as relações entre os dois grupos foram permeadas por uma tensão permanente e potencialmente belicosa, que transbordava em situações de violência simbólica e/ou física. Deste modo, a imagem dos trabalhadores que não aderiam às greves era atacada e esses se tornavam alvo de chacota e desprezo, sendo considerados traidores da classe, covardes e alcoólatras, um “Rebanho de Panúrgio”<sup>668</sup> que seguia resignado e inconsciente. São essas identidades, sempre relacionais e processuais, em construção e desconstrução ao longo do período analisado, que examinaremos a seguir.

### 3.3 Identidades operárias em disputa

Como observamos na Introdução desta tese, a construção de identidades operárias pode ser considerada uma estratégia para a obtenção de apoios e simpatias, mesmo que de modo inconsciente. Tais identidades eram instrumentalizadas em uma disputa simbólica entre diferentes visões de mundo. Analisaremos, a seguir, a construção das identidades operárias – e também a sua “re” e “des” construção – na conjuntura de 1917-1919 em Porto Alegre, destacando as representações identitárias do grevista e do fura-greve veiculadas pela imprensa tanto operária quanto “burguesa”. Como foi dito, essas identidades eram instrumentalizadas e serviam como meios de

---

<sup>667</sup> HESSE, Helge. *A História do Mundo em 50 frases*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012, p. 93.

<sup>668</sup> A expressão “Rebanho de Panúrgio” foi utilizada em um artigo de Hégio Fulgente publicado no periódico *O Sindicalista* referindo-se aos operários que não aderiam à greve. *O Sindicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1. Panúrgio é um personagem do livro *Pantagruel* de Rabelais. Este possuía um inimigo chamado Dindenand que criava carneiros. Certo dia, Pantagruel comprou um de seus carneiros e lançou-o ao mar. O restante do rebanho o seguiu, levando junto Dindenand que se agarrara ao último dos animais. RABELAIS, François. *Gargantua*. São Paulo: Hucitec, 1986.

coerção e/ou de atração: enquanto a imprensa operária atribuía um conjunto de qualidades ao trabalhador grevista, procurando desqualificar a honra do não grevista, a imprensa diária fazia exatamente o contrário.

### 3.3.1 A visão da imprensa operária sobre os “crumiros”

Além da coerção física sofrida pelos operários que não aderiam aos movimentos grevistas, podemos constatar uma forte pressão exercida pela imprensa operária, que buscava desqualificar os “fura-greves”, atacando-os em sua honra, em sua dignidade e em sua masculinidade. Neste sentido, é preciso considerar que a sociabilidade de vários segmentos das classes subalternas é permeada por certa “agressividade intrínseca à manifestação da capacidade pessoal masculina”, ou seja, por uma relação na qual a identidade do trabalhador está indissociavelmente ligada à do homem<sup>669</sup>. Mesmo as brincadeiras realizadas entre homens das classes populares são, seguidamente, revestidas de um tom de jocosidade e provocação; uma agressividade derivada de uma “sensibilidade embrutecida”, a qual, segundo Hoggart, seria uma das características marcantes da cultura operária e estaria relacionada a uma vida e a um ambiente de trabalho pouco propícios à delicadeza, o que possibilitaria a emergência de relações físicas agressivas<sup>670</sup>. Todavia, deve-se fazer a ressalva de que esta agressividade que permeia o comportamento masculino não pode ser vista como um elemento inato, derivado de características biológicas, uma vez que a masculinidade é uma construção social, portanto histórica, cultural e relacional. Aliás, o correto seria usar a expressão no plural – masculinidades – uma vez que existem diferentes “estilos de masculinidade” mesmo que, em determinado momento, um surja como hegemônico subordinando os demais<sup>671</sup>. Tal agressividade – que apresenta a aparência de violência latente – pode ser entendida como uma encenação, um jogo de cena, no qual os limites estão subliminarmente estabelecidos por códigos e padrões claramente definíveis de modo que – em situações de normalidade – o conflito latente raras vezes transforma-se em conflito instaurado.

---

<sup>669</sup> DUARTE, Luís Fernando Dias. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, s/d., p. 194.

<sup>670</sup> HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 110.

<sup>671</sup> CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 57.



Percebe-se, muitas vezes, uma transposição desses limites, por exemplo, nos momentos de lazer, quando o consumo de bebidas alcoólicas pode reforçar ou justificar excessos. O exemplo visto anteriormente, em que um boteco serviu de palco para uma briga envolvendo grevistas e não grevistas – onde as diferenças pessoais foram resolvidas por meio da agressividade simbólica e física –, é uma expressão dessa relação entre álcool e agressão, quando a honra dos não grevistas foi atacada com expressões como “canalha” e “sem-vergonha”.

Assim, o ataque à masculinidade operária significava um ataque direto à honra do alvo das agressões. E uma estratégia dos grevistas era, justamente, a de desqualificar a figura do “carneiro” na sua conformação de gênero. Para isso, um conjunto de construções identitárias era veiculado tanto na imprensa operária quanto nos boletins distribuídos pelos diferentes sindicatos. Por intermédio dos jornais operários, o trabalhador que não aderira à greve era retratado como um traidor, um covarde, alguém sem brios. Tais representações partem da atribuição de valores e classificações distintas e subordinadas a elementos relacionados a um nível simbólico, estando estruturadas por uma linguagem própria. Neste sentido, a greve parece ser um ponto de observação interessante, pois “é um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz”<sup>672</sup>. Nos casos aqui examinados, a fim de deslegitimar a posição dos não grevistas e coagi-los a aderir às greves, era utilizado um arsenal de expressões depreciativas com potencial de ferir a dignidade desses operários, degradações públicas impostas àqueles que não compartilhavam da mesma opinião.

Segundo Ansart, humilhação é “uma situação particular na qual se opõe, em uma relação desigual, um ator (individual ou coletivo) que exerce uma influência, e, do outro lado, um agente que sofre esta influência. A situação humilhante é, por definição, racional: comporta uma agressão na qual um sujeito (individual ou coletivo) fere, ultraja uma vítima sem que seja possível uma reciprocidade”<sup>673</sup>. A relação entre grevistas e não grevistas é, por sua natureza, desigual e assimétrica, uma vez que, de um lado, nos deparamos com trabalhadores organizados com um apoio institucional e associativo e, de outro, com operários em uma situação de vulnerabilidade dado o caráter atomístico e individual de sua posição – uma vez que a proteção dos patrões só se dava no ambiente

---

<sup>672</sup> BOURDIEU, Op. Cit., 1983, p. 201.

<sup>673</sup> ANSART, Pierre. As Humilhações Políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (Org.). *Sobre a Humilhação*. Uberlândia: EsuFU, 2005, p. 15.

laboral. Assim, mesmo que os grevistas não pudessem forçar uma dominação estatutária e estivessem sem condições de exercer sua autoridade por meios legais, a pressão desse grupo fazia com que a reciprocidade da ação fosse dificultada em função de uma ameaça física latente; afinal, uma reação à humilhação podia resultar em agressões físicas por parte dos paredistas.

Tais representações, conforme já foi referido, implicavam uma desqualificação da honra e da postura adotada pelos não grevistas. Para Pitt Rivers, “a honra é também coletiva e pode se fixar num grupo social: família, raça, pátria, seja qual for a comunidade com a qual se identifique”<sup>674</sup>. Neste caso, o ataque à honra dos não grevistas, taxados de covardes, desbriados e traidores, derivava de uma disputa simbólica, onde estava em jogo o que de fato deveria ser uma conduta honrada. Para os grevistas, esta significava

a lealdade aos companheiros. A forma como a honra é concebida também é matizada pelas relações de gênero que se envolviam no interior do mundo do trabalho naquele momento. Dessa forma, é interessante perceber que dos homens era cobrada prioritariamente uma conduta que manifestasse sua fidelidade pública aos companheiros e às demandas e reivindicações operárias [...] <sup>675</sup>.

Este conjunto de classificações era (consciente ou inconscientemente) instrumentalizado no sentido de buscar uma maior adesão ao movimento e de extirpar possíveis causas de seu fracasso – como a permanência no trabalho de uma parcela dos operários. Tais trabalhadores que continuavam sua labuta – os “carneiros”, “crumiros” ou “fura-greves” – acabavam sofrendo o que Goffman denominou de estigma. Para esse autor, um estigma é um atributo que cria uma identificação entre “nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão [que] serão por mim chamados de normais”<sup>676</sup>, em oposição àqueles que se afastam de tais expectativas. Neste sentido, um atributo que “estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso”<sup>677</sup>. Na situação aqui examinada, pode-se dizer que o não pertencimento ao sindicato, a não adesão à greve, em si mesmos, não guardam um juízo valorativo negativo: só passam a tê-lo quando situados em meio às expectativas de determinado grupo social. Assim, um operário pode ser considerado um traidor, um covarde, por não aderir à greve em um

---

<sup>674</sup> PITT RIVERS Apud BILHÃO, Op. Cit., 1999, p. 75.

<sup>675</sup> Idem.

<sup>676</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988, p. 14.

<sup>677</sup> Idem, p. 13.

grupo; e ser considerado um bom trabalhador, que cumpre suas responsabilidades, em outro. Para Goffman,

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com corte ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso, um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada<sup>678</sup>.

Durante as greves ocorridas em Porto Alegre na Primeira República, era desnecessário que os trabalhadores que não aderissem às paralisações fossem marcados “a ferro e a fogo”; tais *marcas* eram invisíveis, o que não as tornava menos perceptíveis pelos membros do grupo em questão, uma vez que em “um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e atributos pessoais, pode-se chamar ‘destoante’ a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar desvio à sua peculiaridade”<sup>679</sup>. Assim, os “fura-greves” – sob a ótica dos grevistas – eram tidos como destoantes, por não compartilharem dos mesmos valores e por não atenderem às expectativas daquele grupo.

Vários apelos eram publicados na imprensa operária para que todos aderissem aos movimentos paredistas. O periódico *O Sindicalista*, por exemplo, durante a greve dos trapicheiros e estivadores de maio de 1919, pedia aos trabalhadores que “ninguém vá trair o nosso movimento, porque quem tal fizer, trairá a sua dignidade, trairá a honra de seu lar”<sup>680</sup>. Os que não aderiam à greve eram, portanto, tidos como traidores da classe e de suas próprias famílias. Nos jornais operários eram publicadas listas com o nome dos que, a despeito da paralisação, continuavam trabalhando. Em uma nota intitulada *Traidores da Classe dos Marceneiros*, divulgava-se o nome de alguns “carneiros, tipos desqualificados da mais baixa rale”<sup>681</sup> que não haviam aderido ao movimento grevista de 1919. Na lista, constavam os nomes de Ângelo Machado, Alexandre Bernocchi, Carlos Schutz, José Praxedes, Jacob Pepato, André Kasproviach, Francisco Lebnhardt, Francisco Medaglia, Salvador Alves, José Osório, João Huilica, Álvaro Faria da Silva, Pedro Fuhr, Edgar Bihers e Manoel Barbosa.

---

<sup>678</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>679</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>680</sup> Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores. Ao Povo e aos Trabalhadores. *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>681</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

Deste modo, cada um dos dois grupos aqui estudados estabelecia um conjunto de visões explicativas sobre o real que fosse adequado aos seus interesses sociais ou individuais, e produzia – com base naquelas – uma auto-imagem em contraposição à imagem do outro – também construída através dessas representações contraditórias e demarcatórias, repletas de insinuações pejorativas. Por meio dessas imagens, os operários grevistas reafirmavam sua posição e construía uma identidade diferente daquela dos que não aderiam às greves (mesmo que pertencendo à mesma classe), reivindicando uma distinção moral sobre aqueles a quem chamavam de traidores, covardes, canalhas e cachaceiros.

A imprensa operária consiste em uma importante fonte para a análise da identidade atribuída aos trabalhadores não grevistas e dos recursos utilizados para deslegitimar sua posição, pois nela se verifica um arsenal de expressões depreciativas que atacavam a dignidade e a honra desses operários. Tais construções identitárias constituem-se a partir de elementos simbólicos que transformam o trabalhador não grevista em um inimigo da classe, merecedor do descaso e da repulsa dos demais operários – esses sim, lutadores corajosos que se entregam a uma causa que não é individual apesar dos riscos e ameaças. Neste sentido, deve-se considerar ainda que a inexistência de uma legislação trabalhista específica decorrente da política liberalizante adotada na República Velha<sup>682</sup>, que preservava o privatismo nas relações entre capital e trabalho, levava a que o operário grevista ficasse totalmente desguarnecido, podendo se ver subitamente sem emprego – inclusive em outros estabelecimentos, já que uma das estratégias patronais, como veremos no próximo capítulo, era justamente não empregar

---

<sup>682</sup> Ver VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Para esse autor, na Primeira República, em especial entre os anos de 1891 e 1919, “segue-se a mais rigorosa e consciente ortodoxia liberal. Com a Constituição [de 1891], isenta-se o mercado de trabalho de influências provenientes da política e da organização social” (p. 76). O modelo positivista, defendido pelos parlamentares do Rio Grande do Sul, seguia a orientação de promover o privatismo nas relações entre capital e trabalho, incentivando as negociações entre patrões e empregados sem recorrer a medidas legislativas. No primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, analisei a postura do PRR em relação à questão social. Essa postura se caracterizava pela condenação da intervenção do Estado na resolução de conflitos sociais através de “leis compressivas”, destacando o papel de conciliador em “casos de urgência decisiva”. QUEIRÓS, César Augusto B. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*, Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 43-61. Fausto também destaca a contrariedade da bancada gaúcha em aprovar qualquer regulamentação estatal no campo das relações de trabalho uma vez que, na visão desses parlamentares, “as restrições artificiosas à liberdade individual deveriam ser condenadas e a incorporação dos operários à sociedade seria feita através do processo educativo”. FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1986, p. 231. Vargas também faz uma análise da posição da bancada gaúcha nas discussões sobre a regulamentação das relações capital/trabalho no terceiro capítulo de seu livro: VARGAS, João Tristan. *O Trabalho na Ordem Liberal: o movimento operário e a construção do Estado na primeira república*. Campinas: Unicamp, 2004.

trabalhadores grevistas, havendo a produção de “cadernetas” que identificavam esses operários – e, nos dias de greve, sem remuneração, o que tornava sua posição uma opção perigosa.

Percebe-se que este grupo de trabalhadores que não participavam das greves (ou de algumas greves, mas que podiam participar de outras) – e que eram denominados pejorativamente de “fura-greves” ou “carneiros” – passou a ser alvo de uma série de classificações identitárias na imprensa operária e possivelmente na relação cotidiana com os operários grevistas, tornando-se motivo de chacota e até de menosprezo por parte dos últimos. A existência de operários dispostos a trabalhar em uma situação de “parede”, da qual eles poderiam se beneficiar sem sofrer riscos, era vista pelos grevistas como uma ameaça ao sucesso do movimento e, especialmente, como uma traição. Segundo Silva: “Furar uma greve era considerado pela esmagadora maioria dos trabalhadores um ato desonroso, covarde deslealdade que deveria ser punido com escárnio e severidade”<sup>683</sup>.

Uma das formas de se constranger moralmente os operários não grevistas atacando sua imagem era acusá-los de consumir bebidas alcoólicas em excesso. Isso, de alguma forma, fazia parte do universo cultural desta classe, pois tais acusações se davam também em outras situações de conflito internas à classe, como nas polêmicas entre socialistas e anarquistas. Em 1911, por exemplo, para desautorizar a posição de Waldomiro Padilha em favor da adoção da greve como instrumento para se conseguir a redução da jornada de trabalho, o líder socialista Francisco Xavier da Costa escreveu um artigo no *Correio do Povo* declarando que, mesmo sabendo dos prejuízos do vício do alcoolismo, Padilha “não se furtava ao desejo natural de afogar os dissabores da vida num copo de Pelotense ou Pernambucana [tipos de cachaça] verdadeira”<sup>684</sup>.

Aravanis defende que esta condenação ao consumo de álcool derivava da busca pela construção de um corpo operário fisicamente apto aos embates da classe, sendo que

---

<sup>683</sup> Estudando os trabalhadores na cidade de Santos em período aproximado, Silva observa dois casos exemplares: em um deles, até mesmo as mulheres dos trabalhadores que se recusaram a se manter em greve os trataram como subservientes animais; e, em outro, algumas crianças apedrejaram motorneiros de bonde que não haviam aderido à parede de sua categoria. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Unicamp, 2003, p. 139.

<sup>684</sup> ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005, p. 186. Ver também: SCHMIDT, Benito Bisso. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. *História em Revista*, Pelotas: UFPel, n° 6, dez. 2000.

o uso de tais bebidas acarretaria males físicos e morais que impossibilitariam uma atuação combativa e uma consciência crítica e transformadora da sociedade<sup>685</sup>.

Um exemplo significativo das classificações pejorativas utilizadas pelos grevistas para desqualificar a posição dos operários que não aderiam às greves e para impor-lhes uma identidade antagônica, que se vale de representações ligadas ao consumo de álcool, é a *Canção dos Fura-Greves* ou *Hino dos Carneiros*, publicada no *O Syndicalista* – Órgão da Federação Operária do Rio Grande do Sul – durante a greve de 1919:

“Canalhas todos em redor  
Do garrafão reunidos  
Os fura-greves exaltai,  
Os cabras destemidos.  
A quem está sempre ao trabalho disposto  
Oh, como esse traguinho dá gosto      REFRAÃO  
Viva a cana!!!  
Viva a carraspana!!!  
E com o justo apreço dar  
A nossa ação sabemos  
Convictos vamos, já, jurar:  
Canalhas sempre seremos.  
REFRAÃO  
A canalhice hoje é  
Tratada com afago  
Em sua honra, oleré  
Tomemos mais um trago  
REFRAÃO  
Canalhas somos e por tais  
Nós mesmos nos tivemos  
Desprezo e ódio gerais  
Por isso merecemos  
REFRAÃO  
Canalhas, levantai a voz,  
Dizei em altos brados  
Que dos filhos do país sois vós  
Agora os mais estimados  
REFRAÃO  
E quem nas greves se mostrou  
Canalha e desbriado  
A benemérito passou  
E é o mais amado  
REFRAÃO  
O brinde de honra, pois, levantai  
À saúde da canalha  
E um ‘burro porre’ apanhai  
Ou coisa que o valha.”<sup>686</sup>

---

<sup>685</sup> Idem, p.186.

<sup>686</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

Nesta canção, obviamente, a atribuição de epítetos pejorativos aos trabalhadores que não aderiam às greves é a tônica. Além de chamá-los de “canalhas” e “merecedores de desprezo e ódio gerais”, observa-se que nela se atribui aos não grevistas a pecha de bêbados, fazendo-se assim uma condenação ao uso do álcool através da articulação entre o consumo desse tipo de bebida e a falta de caráter e hombridade, expressa na traição aos companheiros de classe. Aliás, a menção à traição à classe é constante nos versos, indicando o sentido mais profundo, para os grevistas, do ato de “furar” a greve.

Ao longo das paredes, em vários momentos, foram feitos apelos aos potenciais “fura-greves” com um tom de explícita ameaça, como o seguinte: “em nome da solidariedade pedimos que ninguém vá trair o nosso movimento, porque quem tal fizer, trairá a sua dignidade, trairá a honra de seu lar”<sup>687</sup>. Os operários eram retratados pela imprensa operária como “os únicos sustentáculos do mundo”<sup>688</sup>, mas, de acordo com esta, era preciso coragem e dignidade para não atraiçoar os companheiros.

Criava-se, assim, uma explícita distinção moral entre os operários grevistas – portadores de uma postura irrepreensível em termos éticos e morais, sem vícios como o álcool e o jogo, com masculinidade ilibada, “operários homens, operários conscientes de hoje, que vimos em cada burguês um explorador, um consumidor, um tirano, enfim”<sup>689</sup> – e os que adotavam a posição de meros “espectadores mudos e inconscientes”, os quais agiam como uma “roda inconsciente do mecanismo social que os outros movem – a seu modo – e em vantagem própria”<sup>690</sup>, e que estariam tomados pelo vício do álcool e, talvez, em função de sua falta de coragem, com a masculinidade ameaçada<sup>691</sup>. Entretanto, Batalha salienta, acerca do tema do alcoolismo, que “salta aos olhos de qualquer observador o contraste entre uma postura rigorosa de condenação do álcool [...] de uma parte da militância e as formas de lazer da maioria dos trabalhadores”<sup>692</sup>. Verifica-se, assim, que este discurso “puritano”, presente também nas nossas fontes, não

---

<sup>687</sup> Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores. Ao Povo e aos Trabalhadores. *O Sindicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>688</sup> FORGS. A postos operários. 04/09/1919. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>689</sup> Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes. Aos Metalúrgicos e aos operários em geral. 16/08/1919. Anexo 6. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 17.

<sup>690</sup> *O Sindicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1.

<sup>691</sup> No primeiro capítulo de sua Tese de Doutorado, Bilhão analisa os elementos constituintes de uma identidade operária marcada pela virtude, destacando a importância da instrução, da higiene e a condenação ao álcool e ao jogo para a construção desta identidade. BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*, Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.

<sup>692</sup> BATALHA, Op. Cit., 1997. p. 92.



espelhava a realidade e que os operários grevistas não se distinguiam tanto assim dos trabalhadores não engajados nos movimentos paredistas no que se refere aos hábitos de lazer e à vida cotidiana, visto que “se certamente há diferenças entre os militantes e o trabalhador comum, parece improvável que não exista nada em comum entre os primeiros e os últimos”<sup>693</sup>. Nesse sentido, deve-se ter em mente que “discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos. Artigos teóricos em jornais e muitas das resoluções de congressos têm uma função mais didática [...], são mais recomendações do que resoluções”<sup>694</sup>.

Aravanis também enfatiza o quanto o consumo de bebidas alcoólicas era usual no meio operário, inclusive entre sua parcela mais militante, e constata que, mesmo nas festas promovidas pelas entidades de resistência, tal hábito se fazia presente<sup>695</sup>. O consumo de álcool mostrava-se tão comum no universo operário que, em alguns locais de trabalho – como na Fundação Alberto Bins e na Fábrica de Chapéus de Oscar Teichmann – havia bares que vendiam bebidas desse tipo. O uso de álcool pelos operários durante o expediente de trabalho chegou a despertar a preocupação de alguns patrões que enviaram uma proposta de regimento fabril ao Sindicato dos Marceneiros e Classes Anexas na qual se tornava proibida a sua ingestão durante a jornada laboral<sup>696</sup>.

Para Thompson, referindo-se a outro recorte espacial e temporal, esses bares – considerados pelos metodistas como “fortalezas de Satanás” – constituíam-se em “espaços autônomos de sociabilidade que, embora conflitivos e plurais, possibilitavam o desenvolvimento de fortes noções de coletividade e a formulação de valores diferenciados dos padrões oficiais”<sup>697</sup>, caracterização que também parece adequada ao grupo estudado nesta tese. Eram nestes espaços que se forjavam noções de identidade e laços de solidariedade, e onde se desenvolviam em parte o aprendizado e a experiência que estão na base da formação de uma noção de classe. Concordando com a afirmação de que na “cultura do povo o boteco é um mundo”<sup>698</sup>, percebe-se que os operários grevistas também faziam parte deste “mundo”, a despeito da condenação ao “traguinho” exortada em documentos como a *Canção dos Fura-Greves*. Enfim, apesar dos grevistas atribuírem aos não grevistas a pecha de amantes do álcool, as evidências demonstram

---

<sup>693</sup> Idem, p. 94.

<sup>694</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>695</sup> ARAVANIS, Op. Cit., 2005, p. 188.

<sup>696</sup> Idem, p. 193.

<sup>697</sup> FORTES, Alexandre. “Miriades por toda a eternidade”: a atualidade de E. P. Thompson. *Tempo Social*. São Paulo, v. 18, n. 1, 2006, p. 28.

<sup>698</sup> CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Cultura Popular. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Democracia*. 3ª ed., São Paulo: Moderna, 1982. Coleção Contemporânea, p. 68.

que esta era uma prática comum aos dois grupos. O já citado incidente ocorrido entre um operário grevista e os trabalhadores não grevistas da Viação Férrea em 1917 aconteceu, lembremos, na saída de um boteco em Gravatahy, onde Vasquez e Honorato tomavam um “traguinho”<sup>699</sup>. Da mesma forma, o padeiro Leopoldo Silva, na noite anterior ao assassinato antes referido, estava no “Beco do Oitavo em um Cabaret, conhecido por *Boulevard*, bebendo com outros companheiros, saindo pela madrugada um pouco embriagado em um auto [e] na noite anterior a esta o acusado estivera em um Cabaret à rua S. Pedro, onde bebera regularmente em companhia de outros grevistas”<sup>700</sup>.

Outras distinções qualitativas também eram estabelecidas pela imprensa operária entre os que aderiam ou não às “paredes”. Na ocasião, também já citada, da morte do padeiro Dorvalino Feijó, o seu colega de ofício Juvenal foi tratado pelo jornal *O Syndicalista* como “um indivíduo ignorante e degenerado”, “covarde e miserável crumiro”, capaz de “cometer bárbara e friamente o assassinato de um companheiro de ofício unicamente para se tornar credo dos arreganhos de um patrão”<sup>701</sup>. Em contrapartida, seguidamente era destacada a “altivez de caráter” daqueles que se mostravam “incapazes de ficar indiferentes à ação conjunta das diferentes classes em luta”<sup>702</sup>. Por exemplo, em um boletim do Sindicato Padeiral foram elogiados aqueles “valerosos padeiros” que nunca retrocederam “um só passo”<sup>703</sup>.

Enfim, a prática da apelidação pejorativa e de outras formas de desqualificação moral, além de ser um elemento constitutivo da cultura de certos grupos operários, acabou sendo utilizada também para moldar a identidade atribuída aos não grevistas, no sentido de estabelecer uma distinção entre “nós” e “eles”, aparecendo ainda como um recurso para motivar os trabalhadores a aderirem às paredes. Como vimos, à escolha de expressões como “canalhas”, “covardes”, “traidores” e “sem brios”, somava-se a acusação de que os “fura-greves” eram propensos a abusos no consumo de álcool, o que, como foi indicado, funcionava muito mais como um jogo retórico, pois tal costume também era praticado entre os grevistas. Afinal, o mais importante era estigmatizar aqueles que rompiam com a solidariedade de classe e atentavam contra o sucesso das “paredes”.

---

<sup>699</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 21.

<sup>700</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 73.

<sup>701</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3.

<sup>702</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>703</sup> *Idem*.

### 3.3.2 A visão da imprensa operária sobre os grevistas

Para quem lê atentamente os escritos operários do período aqui estudado, uma imagem destaca-se pela frequência com que é apresentada: a do operário laborioso explorado pelo capital. Esta ideia constantemente veiculada tinha o intuito de arregimentar a classe e promover a indignação e o inconformismo entre os trabalhadores. Segundo Bilhão, a constituição da identidade do operário “passa pela ‘autoestima no trabalho’, buscando o reconhecimento e a valorização do grupo através do orgulho de sua capacidade para o trabalho – inclusive pela apropriação do estigma de ‘trabalhadores braçais’ que é transformado em emblema”<sup>704</sup>. Do mesmo modo, “este reconhecimento implica que os operários se distingam tanto dos ‘exploradores capitalistas’ e das ‘classes perigosas’ [...] quanto da imagem construída pelo discurso dominante, que os associa ao vício, à preguiça e à indisciplina”<sup>705</sup>.

Entre essas representações do operário como uma vítima da exploração burguesa, uma delas chama a atenção pelo seu simbolismo: aquela configurada na metáfora da máquina de produção sem direitos. Para a imprensa operária, “cada dia [o patrão] reduz mais o salário sem relatividade com o aumento dos gastos de consumo, premendo o trabalhador na lei de bronze da miséria, reduzindo-o a uma máquina de produção sem direitos e sem aspirações a gozar a vida como devem ser dados aos seres humanos”<sup>706</sup>. Esta metáfora é particularmente significativa, pois, ao mesmo tempo em que constata a supressão dos direitos básicos dos operários pela sociedade burguesa através da “propriedade privada e da exploração do braço do trabalhador”<sup>707</sup>, indica que o processo de modernização capitalista havia incorporado o operariado como sendo uma engrenagem de funcionamento de suas fábricas e indústrias. Nesta linha de pensamento, os avanços técnico-científicos advindos da modernidade expropriaram até mesmo a humanidade do trabalhador, identificando-o a tal ponto com o maquinário que ele passou a ser considerado como parte integrante do mesmo.

A imprensa operária reforçava, pois, a ideia que o modo como a sociedade se estruturava naquele momento subjugava os operários a ponto de reduzi-los a uma identificação cruel com as máquinas com as quais eles trabalhavam diariamente,

---

<sup>704</sup> BILHÃO, Op. Cit., 2005, p. 36.

<sup>705</sup> Idem, p. 36.

<sup>706</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1919, p. 4.

<sup>707</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 1919, p. 4.

usurpando-lhes o direito de ter “aspirações a gozar a vida”. No entanto, apesar da constatação de que esses avanços técnico-científicos não significavam necessariamente uma evolução no que se refere à observância de seus direitos, o operariado estava longe de assumir uma posição antagônica à modernidade, pelo contrário, aclamava o que chamava de “o instinto do progresso”<sup>708</sup>, visto que “é ele que cria o operário novo”<sup>709</sup>. Perspectiva essa bastante semelhante à de Marx quando, no Manifesto Comunista, afirmava que:

o progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros<sup>710</sup>.

A comparação do operário moderno a uma máquina também se encontra presente no Manifesto, quando esse é definido como “um simples apêndice da máquina”<sup>711</sup>. Todavia, em nenhum dos documentos pesquisados existe uma referência direta às obras de Marx ou Engels, pois as referências teóricas em geral se resumem a Máximo Gorki e Malatesta. De qualquer modo, em todas essas concepções, seriam as condições propiciadas pela sociedade moderna que facultariam aos trabalhadores a possibilidade de agruparem-se e adquirirem a consciência necessária para fazer com que seus direitos individuais fossem respeitados. Este agrupamento tornar-se-ia fundamental na medida em que os trabalhadores “não podem melhorar suas condições, e muito menos emancipar-se, senão unindo-se e fazendo-se mais fortes do que os patrões”<sup>712</sup>.

Deste modo, *O Syndicalista* projetava que “chega aceleradamente o dia em que se resolverá a questão social, e esse dia será chegado quando o povo compreender que existe uma só divisão, na sociedade que tem que desaparecer para a felicidade integral da humanidade”<sup>713</sup>.

As páginas operárias, não sem certa mágoa, observavam que “todo o progresso da civilização até agora não passa de um cruel escárnio às massas populares, servindo somente para beneficiar uma pequena minoria com gigantescas riquezas, às quais não é

---

<sup>708</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 3.

<sup>709</sup> Idem.

<sup>710</sup> MARX, Karl. *O Manifesto Comunista*. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 77-78.

<sup>711</sup> Idem, p. 74.

<sup>712</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 3.

<sup>713</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

dada aplicação racional”<sup>714</sup>. O que estava em jogo para a classe trabalhadora, portanto, seria a universalização dos benefícios provenientes desta modernização. Os trabalhadores, que se reconheciam como construtores da modernidade, estavam agora dispostos a participar desta nova etapa, a banhar-se em suas águas sem medo de que essas lhes viessem açoiar: a modernidade não seria mais o período do jugo da escravidão, mas corresponderia ao período da plena realização do ser humano, universalmente, independente de qualquer fronteira. Assim, o discurso d’*O Syndicalista*, em grande parte, destinava-se a pregar esse ideal de emancipação social e política. Tal objetivo fica evidente desde seu lançamento, quando declarava:

A Federação Operária do Rio Grande do Sul lança hoje à publicidade *O Syndicalista* que será entregue à classe trabalhadora o seu órgão genuíno de defesa e o expoente claro, definido, inconfundível das suas ideias de emancipação social e humana<sup>715</sup>.

Os elementos que deveriam ser combatidos para que se pudesse alcançar este objetivo – emancipação social e humana – foram detectados no cerne do capitalismo: a propriedade privada, a exploração do braço do trabalhador e a concorrência comercial e industrial. Deste modo, defendia-se que “enquanto houver propriedade particular, haverá ricos e pobres, e estarão estes em dependência daqueles [...]”<sup>716</sup>. A emancipação só seria possível se fossem abolidas as diferenças entre ambos, as quais provocavam a dependência e estorvavam a autonomia. A abolição destas diferenças só aconteceria com o fim da propriedade privada. No entanto, para isso, os trabalhadores deveriam se unir, se organizar para conquistar a sua independência, porque “[...] a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores”<sup>717</sup>.

Contudo, o que estava em questão não era apenas a autonomia política e econômica, visto que a modernidade caracteriza-se pelo florescimento da razão em detrimento da superstição, da ciência em detrimento da explicação mítica, enfim, pela busca do “direito e [d]a capacidade plena de usar sua razão, libertando-se do mito e da superstição, sujeitando ao crivo da razão todas as tradições, seculares ou religiosas...”<sup>718</sup>. Deste modo, a religião era criticada como sendo um artifício empregado pelas classes dominantes para manter o povo na ignorância. Nessa linha, afirmava-se

---

<sup>714</sup> Idem.

<sup>715</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>716</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>717</sup> Idem. Esta frase é bastante comum nos escritos marxistas e está presente no Manifesto Comunista. MARX, Karl. *O Manifesto Comunista*. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996, p. 12.

<sup>718</sup> ROUANET, Op. Cit., 1989, p. 33.

que “numa sociedade livre a sociedade do futuro não terá mais lugar para padrecos, porque ninguém terá interesse em desviar da razão os seus próximos, afim de melhor poder explorá-los”<sup>719</sup>. A ilusão religiosa era, pois, vista como um meio de desviar os homens da razão, uma forma de reter “[...] a humanidade em escravidão, submissão e ideias irracionais”<sup>720</sup>.

Outra representação frequentemente evocada com a finalidade de provocar uma reação dos operários e obter a legitimação de suas reivindicações, atraindo simpatias para suas aspirações, era a da escravidão. As páginas operárias retratavam o operário moderno como sendo um escravo do capital, uma propriedade nas mãos de seus patrões, “escravizado pelas classes possuidoras das riquezas da terra”<sup>721</sup>. Isabel Bilhão já constataria que “as marcas da escravidão estavam presentes nas falas das lideranças operárias tanto em âmbito nacional quanto local”<sup>722</sup> e, de certo modo, eram utilizadas como justificativa da imaturidade política do operariado brasileiro.

A metáfora da escravidão era repetida quase que exaustivamente pela imprensa operária: escravo moderno, sem direitos, o operariado lutava para garantir um mínimo de dignidade. Tal imagem, com forte efeito aglutinador e mobilizador (afinal, a escravidão havia sido abolida há pouco tempo no Brasil), associava os operários aos escravos, pois ambos seriam sem direitos e explorados, uma vez que “não é possível haver igualdade perante a lei entre o escravo e o senhor, o explorado e o explorador, o empregado e o patrão”<sup>723</sup>. Essa alusão justificava-se, na perspectiva da imprensa operária, em virtude da baixa remuneração dos trabalhadores, dos abusos da autoridade patronal e das péssimas condições de vida e trabalho vivenciadas pelo proletariado. Em um boletim distribuído pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, por exemplo, os grevistas “invencíveis” eram conclamados a lutar contra a burguesia – que os consideraria somente uma propriedade particular e não como operários conscientes – da seguinte forma:

Camaradas! A burguesia ainda não perdeu a velha mania de se julgar com direitos absolutos sobre nossos braços e nossa vida, como se fossemos sua propriedade particular. Supõe ela que ainda são os operários objetos dos

---

<sup>719</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

<sup>720</sup> *Idem*.

<sup>721</sup> Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 16.

<sup>722</sup> BILHÃO, Op. Cit., 1999, p. 50.

<sup>723</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 4.

tempos idos e não os operários homens, operários conscientes de hoje, que vimos em cada burguês um explorador, um consumidor, um tirano, enfim<sup>724</sup>.

Apesar desta situação adversa, os operários demonstravam ter esperança de ver “surgir um novo mundo dos escombros crepitantes onde há de ficar sepultada a história da escravidão moderna”<sup>725</sup>. Nesta analogia entre o operário assalariado e o escravo, algumas questões tornam-se evidentes. O escravo é considerado juridicamente uma propriedade, um “bem semovente”, e, portanto, uma coisa sem direitos, a não ser o de ser explorado pelo seu senhor. Nesta configuração, a metáfora da “máquina de produção sem direitos” (res)surge inevitavelmente, sendo que o que diferiria o escravo do “operário-máquina” seria que o que obriga aquele a trabalhar é a coerção física ou jurídica, enquanto que o último é obrigado a vender a sua força de trabalho pela coerção econômica. Assim como Marx havia escrito que “os operários nada têm a perder fora suas correntes”<sup>726</sup>, fazendo uma clara alusão ao regime escravista, parte dos trabalhadores gaúchos tentava, por meio de seu jornal, mobilizar-se para enfrentar uma situação que era prejudicial a toda classe: a de ter sido transformada em uma máquina produtora de lucros ou em um escravo da era pós-imperial. Esta ideia de rebentar os grilhões da opressão capitalista aparece representada em uma imagem publicada n’*O Syndicalista*, na qual um operário se livra dos grilhões da exploração e vislumbra no horizonte o raiar do sol da liberdade. Ele está sobre as caveiras de seus inimigos mortais: o militarismo, a burguesia, a aristocracia, o capitalismo e o clero<sup>727</sup>.

---

<sup>724</sup> Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes. Aos Metalúrgicos e aos operários em geral. 16/08/1919. Anexo 6. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 17.

<sup>725</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 1.

<sup>726</sup> MARX e ENGELS, Op. Cit., 1996, p. 67.

<sup>727</sup> Esta imagem aparece, anteriormente, na edição de 1º de maio de 1913 no jornal *A Voz do Trabalhador*, órgão Da Confederação Operária Brasileira (COB). Ver: BILHÃO, Isabel. A versão anarquista do Primeiro de Maio: dia de luto e luta. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (Org.). *Imagens anarquistas: análises e debates*. Londrina: UEL, 2009, p. 55/56.





Figura 1 – Extraída d’*O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919. P. 1.

Nesta perspectiva, o trabalhador não se encontrava em igualdade de condições para usufruir de seus direitos em uma sociedade que lhe condenava a uma eterna coisificação. A modernidade pressupunha a igualdade, mas essa só seria possível se tal sociedade fosse transformada, revolucionada para que se pusesse fim “de uma vez para sempre [n]a usurpação do homem pelo homem”<sup>728</sup>; “Igualdade, humanidade, justiça para todos, é o nosso ideal”<sup>729</sup>. Tal esperança de transformação radical ancorava-se no otimismo, que representa outra característica da modernidade, a qual apostava no progresso e na evolução como certezas.

Além das metáforas analisadas acima, criadas para evidenciar a condição do trabalhador como, simultaneamente, vítima do capitalismo e artífice do novo mundo, e criar classificações mobilizadoras que induzisse o operário à ação e à adesão às greves, os militantes cobravam a gratidão da sociedade ao proletariado, ao afirmarem que esse formava a classe produtora, encarregada de manter a existência material de todos. Em um manifesto dirigido *Ao Povo, os Soldados e Operários* e distribuído durante a greve de 1919, a Federação Operária afirmava o seguinte: “Povo! Acham-se em greve várias classes operárias que são o teu sustentáculo; pois sem elas que terias tu

<sup>728</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 5.

<sup>729</sup> *Idem*.

para comer e para vestir? Onde morarias enfim?”<sup>730</sup>. O documento destacava que “essas classes pedem uma ninharia de melhora em sua precária condição de explorados; e mesmo assim os seus exploradores detendo tudo lhes negam de pés juntos, procuram por todas as formas aniquilar-lhe as ultrajustas aspirações o que é a maior das monstruosidades”<sup>731</sup>.

Assim, essas representações tinham por meta cativar a simpatia da população para a causa dos operários, buscando validar suas “ultrajustas” reivindicações, e colocá-la contra os “exploradores” que, como visto no primeiro capítulo, acordaram em não ceder a nenhuma das reivindicações dos grevistas. Em outro manifesto publicado pela FORGS, novamente se acentua o valor dos operários como “os únicos sustentáculos do mundo”<sup>732</sup>, ou seja, mais uma vez, procurava-se associar a imagem de laboriosidade aos trabalhadores grevistas, enquanto a grande imprensa e o Estado buscavam vinculá-los à figura do agitador estrangeiro e anarquista (como veremos logo a seguir). As proclamações das entidades operárias dirigidas “ao povo” sempre buscavam enfatizar que os trabalhadores eram o alicerce da sociedade, explorados pela ambição da burguesia, lembrando a justiça de suas aspirações e que a “ânsia de viver melhor e descansar mais os seus músculos exaustos” os levava à luta contra “o explorador capitalista que o[s] amordaça e o[s] oprime”<sup>733</sup>. Assim, na perspectiva desses discursos, “apesar de serem os produtores de toda a riqueza e fatores positivos de todo o progresso humano, veem-se na contingência de constatarem que seus lares estão desmantelados pela miséria e muitas vezes pela fome”<sup>734</sup>.

Esta acepção de laboriosidade vinculada à figura do operário, reforçada reiteradas vezes pela imprensa ligada ao movimento organizado dos trabalhadores, tinha por base a ideia de que “ninguém é mais útil à sociedade do que ele [operário] e ninguém tem mais triste sorte do que ele”<sup>735</sup>. Para tais militantes, enquanto “o capital é a massa morta, inerte, o trabalho é o elemento vivificador e fecundador, sem o qual não há valores, nem bens, nem gozos”<sup>736</sup>.

---

<sup>730</sup> *A Voz da Razão*. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. Anexo 1. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 11.

<sup>731</sup> *A Voz da Razão*. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. Anexo 1. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 11.

<sup>732</sup> FORGS. A postos operários. 04/09/1919. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>733</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>734</sup> *Idem*.

<sup>735</sup> *Ibidem*.

<sup>736</sup> *Ibidem*, p. 4.

### 3.3.3 A visão da imprensa diária sobre os “grevicultores” (e o contraponto da imprensa operária)

Se, de um lado, a imprensa operária tencionava desqualificar os trabalhadores que não aderiam às greves, acusando-os de abuso do álcool, classificando-os de sem-vergonhas, covardes e canalhas, de outro, a imprensa diária enaltecia a continuidade do trabalho e tecia comentários com vistas a deslegitimar as lideranças operárias e os operários grevistas. Bourdieu salienta que a classe dominante tende incessantemente a desacreditar as ações coletivas e a “produzir e impor modelos de percepção desmobilizadores”<sup>737</sup> a fim de enfraquecer o associativismo operário. Para o periódico *A Federação*, órgão do governo estadual, por exemplo, as greves eram o resultado da ação de “grevicultores”<sup>738</sup>, isto é, de elementos “que procuram levedar e implantar no proletariado nacional a sua ação subversiva e perigosa. Tratam-se [sic] de anarquistas estrangeiros professos e confessos”<sup>739</sup>. No ano seguinte, o mesmo jornal afirmava que a greve de 1918 era impulsionada por “falsos amigos e insidiosos conselheiros”<sup>740</sup> dos operários. Na mesma linha, para o *Gazeta do Povo*, as greves eram deflagradas por “indivíduos da pior espécie que infelicitam a vida ordeira e social de nossa urbe”<sup>741</sup>. Durante a greve de 1919, as autoridades estaduais trataram de depreciar o movimento, atribuindo a sua eclosão tão somente à “tácita e inconsciente submissão à influência de estrangeiros anarquistas”<sup>742</sup> ou a um “simples espírito de imitação”<sup>743</sup> em relação aos demais movimentos paredistas que se espalhavam pelo país e pelo mundo, sendo que a mobilização local era tida como consequência do “desvario criminoso de elementos anarquistas, explorando a boa-fé do verdadeiro operariado”<sup>744</sup>. Conforme o governo, portanto, o “verdadeiro” operariado mantinha distância de greves.

Coube ao periódico *O Independente* fazer, em 1918, um “apelo patriótico” aos operários para que esses não se deixassem influir “por espíritos anárquicos que talvez

---

<sup>737</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Greve e a Ação Política*, Op. Cit., 1983, p. 201.

<sup>738</sup> O Fim de Greve. *A Federação*, Porto Alegre, 10/03/1911, p. 1.

<sup>739</sup> Os Anarquistas e a Ação do Governo. *A Federação*, Porto Alegre: 26/03/1917, p. 3.

<sup>740</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>741</sup> *Gazeta do Povo*. Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

<sup>742</sup> RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920 / Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul, p. 355-357.

<sup>743</sup> RELATÓRIO apresentado Ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves em 30 de agosto de 1921.

<sup>744</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes, Porto Alegre, 1920, p. 16.

existam em seu seio”<sup>745</sup>, por elementos estrangeiros que defendiam “ideias balofas geradas por cérebros ocios, fora de senso, inimigos da estabilidade interna”<sup>746</sup>.

Nestes trechos, uma construção identitária aparece de modo incontestável: o “verdadeiro operariado” nacional não se metia em greves; quem delas participava eram estrangeiros, anarquistas que se prevaleciam da sinceridade e da ingenuidade do operário brasileiro com “intuítos francamente subversivos”<sup>747</sup>.

Esta interpretação não se restringia apenas à realidade gaúcha. Trata-se, segundo Pinheiro, de um fenômeno nacional: “até quando se pode retroceder na história republicana [...] se pode constatar uma insistência do Estado e das classes dominantes em pretenderem se livrar dos maus elementos das classes subalternas, em fazer desaparecer os elementos estranhos aos meios populares, [considerados] naturalmente sadios”<sup>748</sup>.

De acordo com Fausto, principalmente nas primeiras décadas da imigração, à população estrangeira era atribuída uma série de “características criminosas”, por ser essa constituída majoritariamente de homens jovens e solteiros<sup>749</sup>. Ademais, ocorreria no país, em especial por parte dos governantes e do patronato, uma “discriminação relativa aos organizadores do movimento operário, através da associação das figuras do ‘alienígena’ e do ‘agitador’”<sup>750</sup>. Nesse contexto, o próprio Poder Legislativo assumiu a responsabilidade de livrar o proletariado nacional do proselitismo revolucionário dos “provocadores” oriundos de fora do país. Em 7 de janeiro de 1907, foi aprovada a lei nº 1.641 – conhecida como Lei Adolpho Gordo – que regulamentava a expulsão de operários forâneos envolvidos em agitações sociais. Em seu artigo 1º, ela determinava que “o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional”<sup>751</sup>. Deste modo, a legislação disponibilizava ao governo os meios para se livrar de qualquer estrangeiro que fosse considerado pernicioso ou prejudicial à ordem local. Revista em 1912, a lei teve os artigos 3, 4 e 8, que impediam a expulsão de estrangeiros casados

---

<sup>745</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 01/07/1918, p. 3.

<sup>746</sup> *O Independente*, Porto Alegre, 03/07/1918, p. 4.

<sup>747</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09/09/1919, p. 3.

<sup>748</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piroetas de um chefe de polícia na Primeira República. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaios*. São Paulo: Brasiliense, nº 10, p. 61, 1979.

<sup>749</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 60.

<sup>750</sup> FAUSTO, 1984, Op. Cit., 1984, p. 68.

<sup>751</sup> GORDO, Adolpho. A Expulsão de Estrangeiros: Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de novembro e de 14 de dezembro de 1912. São Paulo: Espíndola & Comp., 1913, p. 74.

com brasileiras, residentes há mais de dois anos no país ou viúvos com filhos brasileiros, revogados de seu texto. Justificando tal proposta de alteração constitucional, em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 29 de novembro de 1912, Gordo afirmou que “são funções essenciais do Estado velar pela segurança das pessoas e da propriedade e manter a ordem pública e para que bem possa desempenhar a sua missão, é evidente que deve ter o direito de remover os embaraços que perturbem a sua ação”, realçando ainda que “o estrangeiro que recebe a hospitalidade tem também o dever de se conformar com as leis e instituições do país que o acolhe e de não se constituir um perigo para a ordem e tranquilidade públicas”<sup>752</sup>. Segundo essa visão, portanto, as garantias legais que permitiam a permanência dos imigrantes no país poderiam se tornar embaraços à ação do Estado no sentido de promover a ordem pública e garantir a segurança.

O autor dessa lei chegou a propor “fazer uma liga com as nações sul-americanas a fim de termos a mesma lei e termos o mesmo procedimento”. Tal legislação internacional teria a finalidade de “armar o governo com um instrumento de defesa contra agitadores estrangeiros profissionais que vêm ao nosso país com o intuito exclusivo de perturbar a ordem pública, provocando desordens, conflitos e crimes”<sup>753</sup>. Conforme Claudio Batalha, entre os anos de 1908 e 1921, ocorreram 556 expulsões com base nesta lei<sup>754</sup>. No ano de 1919, especificamente, 71 estrangeiros foram expulsos, sendo 31 portugueses, 19 italianos, 18 espanhóis, 1 polaco, 1 argentino e 1 sírio<sup>755</sup>. O próprio presidente da República, Epitácio Pessoa, solicitava que o Legislativo votasse leis que “resguardem [o operariado nacional] da influência maléfica dos ‘sem pátria’, dos que se insinuam em seu seio para explorar-lhe o espírito de classe”, aprovando um projeto que regulava a entrada de estrangeiros em nosso território, a fim de evitar que as portas da nação ficassem “escancaradas à invasão do rebotalho humano, que as outras nações rejeitam e expelem do seu seio”<sup>756</sup>.

Como foi visto, no Rio Grande do Sul, esta inclinação a criticar a atuação dos indivíduos estrangeiros no movimento sindical e de atribuir as greves à sua ação no meio operário também pode ser verificada. Petersen já salientara que “com respeito aos

---

<sup>752</sup> GORDO, Op. Cit., 1913. P. 74.

<sup>753</sup> Idem.

<sup>754</sup> BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 47.

<sup>755</sup> RELATÓRIO da Secretaria da Fazenda e das Relações Interiores. 1920.

<sup>756</sup> MENSAGEM apresentada ao Congresso Nacional na abertura da 3ª sessão da 10ª Legislatura pelo Presidente da República Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro, 1920, p. 101-103.



mecanismos repressores das greves, é também fácil identificar suas tendências xenófobas [...]. O grande contingente de operários estrangeiros e o papel ativo que desempenhavam nos sindicatos fez com que a classe dominante os considerasse potencialmente perigosos a seus interesses e alvos cuidadosamente visados para a aplicação das leis de expulsão<sup>757</sup>. Não se pode desconsiderar, contudo, que havia rivalidades e disputas étnicas no próprio meio operário porto-alegrense, as quais, segundo Bilhão, podem ser observadas claramente. A autora ressalta que, no processo de intensa urbanização da cidade, “a disputa por empregos fazia com que aparecessem reclamações em torno da preferência pelos trabalhadores ‘de fora’ em detrimento dos nacionais”<sup>758</sup>. Um exemplo desse fato: em artigo publicado na sessão proletária do jornal *A Gazetinha*, Norberto Jacques da Silva lamentava a vinda de colonos para “colonizar as cidades”, levando à ruína o proletariado nacional. Por sua vez, esse artigo instigou Xavier da Costa a escrever uma réplica no mesmo jornal conclamando os operários a “abolir esse ridículo preconceito de nacionalidade”<sup>759</sup>. Devemos lembrar, ainda, que o período aqui examinado era um momento propício à exacerbação de sentimentos patrióticos e nacionalistas em função da guerra mundial<sup>760</sup>.

Para os operários grevistas, porém, ao que tudo indica, a presença de estrangeiros no movimento era encarada como natural, uma vez que, no Brasil, os imigrantes das mais diversas nacionalidades integravam todos os setores da sociedade, inclusive o patronato. Mesmo que, por vezes, percebamos a rivalidade étnica e a disputa por postos no mercado de trabalho, a defesa da unidade entre os trabalhadores era defendida e propalada nos jornais e panfletos militantes. Para eles, “as manifestações operárias são deturpadas, mistificados os seus intuitos e não raro atribuídas a anarquistas estrangeiros e isso com o fim visível de torná-las antipáticas aos ignorantes e justificar as ferozes repressões a que sempre estão prontos a fazer os governos contra o trabalhador que reclama o seu direito e defende a sua vida”<sup>761</sup>. Ciente de que o discurso xenófobo da imprensa e do Estado era um instrumento de perseguição às lideranças operárias e de estigmatização dessas perante a opinião pública, a FORGS afirmava que “para justificar as suas infames perseguições, valem-se as autoridades do

---

<sup>757</sup> PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 325.

<sup>758</sup> BILHÃO, Op. Cit., 1999, p. 118.

<sup>759</sup> Idem, p. 120.

<sup>760</sup> Ver SILVA Jr., Op. Cit., 1994.

<sup>761</sup> Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 16. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919.

irrisório pretexto dos estrangeiros no meio operário. Como se o trabalhador nacional fosse incapaz de raciocinar, para saber o que quer”<sup>762</sup>. De acordo com os militantes operários, apesar de deturpado pelo governo e pela grande imprensa, o movimento era legítimo e justificado pela precária condição e pela exploração a que estavam submetidos os trabalhadores, pois, segundo eles, não se sabia de “nenhuma coletividade obreira [que] tenha declarado em algum tempo greve para luxo. Todos sabem que uma greve representa o grito de agonia em que se debate a classe operária”<sup>763</sup>. Tais ativistas cogitavam ainda que, ao atribuir aos estrangeiros a responsabilidade pelas agitações sociais, os governantes estariam utilizando um artifício retórico para justificar sua ação coercitiva. Para eles, tendo por base a ideia do internacionalismo proletário, o trabalhador “é estrangeiro em toda a parte; em toda a parte ele é o pária, sem direitos e sem liberdade, por que por toda a parte está ele escravizado pelas classes possuidoras das riquezas da terra”<sup>764</sup>.

Convém observar que, se, por um lado, pode-se identificar entre os repressores das greves fortes tendências xenófobas em função do grande contingente de operários estrangeiros no meio operário; por outro, nota-se também que algumas lideranças dos trabalhadores acabavam, em certas circunstâncias, reproduzindo o discurso xenófobo com relação aos proprietários e patrões de outras nacionalidades.

Por exemplo: em artigo intitulado *Para que Serve o Exército*<sup>765</sup>, que comenta uma greve dos operários dos frigoríficos de Livramento, verifica-se um inegável conteúdo nacionalista em oposição aos empregadores estrangeiros. O jornal comenta que os grevistas “ultrapacíficos” dirigiram um memorial com suas reclamações a seus patrões – “que por sinal são estrangeiros” – e estes “empresários estrangeiros, exploradores dos operários nacionais, responderam arrogante, ameaçadora e negativamente aos pedidos feitos pelos trabalhadores”<sup>766</sup>. Assim, nesse caso, o discurso xenófobo dos patrões para desqualificar os grevistas “agitadores” mudou de lado, e os estrangeiros aparecem como exploradores do operariado nacional, o que talvez evidencie uma atmosfera cultural mais ampla, marcada por xenofobias e rivalidades

---

<sup>762</sup> Aos Trabalhadores e ao Povo! In: *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>763</sup> A Voz da Razão – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919.

<sup>764</sup> Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919.

<sup>765</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 3. Os relatos e citações seguintes foram extraídos deste jornal.

<sup>766</sup> Idem.



nacionais, que perpassava toda a sociedade. O articulista do jornal parece ter esquecido que muitos operários também não eram “nacionais”, dada a grande participação de pessoas vindas de outros países no mundo do trabalho brasileiro. O periódico prossegue relatando os acontecimentos de Livramento e denunciando a ação em favor dos “exploradores estrangeiros”, com o uso das “forças do exército nacional destinado à defesa da pátria ... dos capitalistas”:

Declarada a greve, apesar do caráter declaradamente pacífico dos grevistas, moveu-se a engrenagem governamental, garantidora de todas as explorações burguesas, e lá mandaram soldados armados e municiados às ordens dos capitalistas estrangeiros para o que desse e viesse<sup>767</sup>.

Ao final do artigo, concluiu-se que “está bem claro para que serve o exército”: “serve para defender os capitalistas e burgueses exploradores”. E ainda, de modo sarcástico, convocava-se os “patrióticos operários” com as seguintes palavras: “Trabalhadores! Não deixeis de servir a pátria!”<sup>768</sup>.

Em outras ocasiões, os textos operários tornavam a estar impregnadas deste conteúdo xenófobo, com acusações aos proprietários estrangeiros. Por exemplo: um boletim publicado pela FORGS comentando a greve de maio de 1919, em Rio Grande, reclamava do fato de o governo do Estado valer-se de força pública e ainda mandar chamar “o auxílio do patriótico exército” contra “os operários que fazem uma greve contra dois sindicatos estrangeiros de exploração industrial”<sup>769</sup>.

A anedota *A Greve dos Carroceiros*<sup>770</sup>, publicada pela revista *Careta*, um periódico de variedades direcionado à elite, no ano de 1917, expressa de maneira significativa a situação tanto do movimento operário brasileiro quanto dos demais segmentos da sociedade, sobretudo dos proprietários, destacando as suas atitudes diante de uma mobilização de trabalhadores na qual os métodos de ação direta estavam sendo utilizados:

Declarára-se [sic] a greve geral dos carroceiros e classes anexas. O chefe de polícia dera ordens determinantes aos seus subalternos que prendessem todos os grevistas que estivessem em atitude agressiva contra os patrões.

No longínquo posto policial da Pampulha, entrou um guarda civil, acompanhado de um sujeito alto e membrudo, de aspecto apalermado.

- Está aqui um grevista, Sr. Comissário, disse o soldado.
- Onde estão seus camaradas? Perguntou a autoridade ao Hércules.
- Os meus camaradas sou eu! Respondeu o preso.

<sup>767</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/04/1919, p. 3. Os relatos e citações seguintes constam desta fonte.

<sup>768</sup> *Idem*.

<sup>769</sup> Aos Trabalhadores e ao Povo! *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

<sup>770</sup> *Revista Careta*, Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, Ano X, nº 458, 31/03/1917, p. 26.

- Que bruto! Como se chama seu patrão?
- Meu patrão sou eu, sim senhor.
- Não compreendo, animal! Explique-se melhor.
- O caso é este, senhor comissário. Eu tenho uma carroça em que levo verduras à cidade. Há dias, os meus camaradas me comunicaram que estava declarada a greve geral contra os patrões. Eu então fiquei em greve.
- E quando está disposto a voltar ao trabalho?
- Quando me fizerem concessões.
- Mas imbecil, se você é patrão de si próprio, porque não faz essas concessões?
- Isso nunca, Sr. comissário.
- E vai ficar prejudicado por muito tempo?
- Não sei. Como patrão, eu vou contratar um outro operário não grevista para me substituir; e como grevista eu esperarei amanhã na estrada para dar-lhe uma sova de pau e tomar-lhe a carroça<sup>771</sup>.

Nesta anedota, aparecem várias questões que foram trabalhadas ao longo do presente capítulo. A começar pela ótica segundo a qual o trabalhador nacional, de nome Hércules, foi retratado pela revista: um sujeito de aspecto apalermado, bruto, imbecil (portanto, pronto a ser explorado pelos “camaradas” estrangeiros). Este indivíduo, que era seu próprio patrão – pois proprietário de uma carroça – declarou-se em greve. Quando perguntado por que estava paralisado, afirmou que esperava que seu patrão – ele mesmo – lhe fizesse concessões. Como patrão, ele afirmou que não faria as referidas concessões e que contrataria um operário não grevista. Como grevista, ressaltou que aplicaria uma “sova de pau” no trabalhador que o substituísse. Todos estes aspectos foram abordados nas páginas precedentes. Dessa forma, a *Careta*, com o emprego da ironia e da jocosidade, conseguiu expressar, de forma muito precisa, as estratégias acionadas por trabalhadores e patrões durante as greves daqueles anos.

\* \* \*

Neste capítulo, foram examinadas as estratégias empregadas pelos operários grevistas ao longo dos movimentos paredistas de 1917-1919 em relação ao governo, aos patrões e aos trabalhadores não grevistas, no sentido de fortalecerem e legitimarem suas mobilizações reivindicatórias. A seguir, analisou-se a construção de determinadas identidades operárias pelos jornais operários e pela grande imprensa. No próximo capítulo, voltaremos a esses temas, mas centrando-nos no patronato.

---

<sup>771</sup> *Revista Careta*, Rio de Janeiro, Ed. Cosmos, Ano X, nº 458, 31/03/1917, p. 26.

## 4 O PATRONATO: o “fazer-se” da classe patronal em Porto Alegre

Ao longo do período estudado, como procuramos demonstrar nos capítulos anteriores, os confrontos entre o patronato e a classe operária organizada foram uma constante. As greves se sucediam com velocidade e dinâmica espantosas e, por mais que houvesse repressão da parte da força pública, parecia que esses movimentos nunca se extinguiriam. O patronato porto-alegrense (e aqui nos referimos, em especial, aos proprietários de estabelecimentos industriais e manufatureiros), por sua vez, passou a adotar estratégias coletivas diante da erupção dessas mobilizações paredistas que teimavam em estourar na capital. A fim de estudá-las, darei ênfase, no presente capítulo, à greve de 1919, visto que, como indicamos anteriormente, durante esse movimento paredista, ao contrário das greves de 1917 e 1918, a maioria das reivindicações dos sindicatos classistas foi dirigida à classe patronal, transformando-a na principal interlocutora dos grevistas. Em 1917 e 1918, talvez em virtude da influência da carestia provocada pelo cenário internacional conturbado, as reivindicações foram dirigidas prioritariamente ao governo do Estado.

Assim, a partir de agora, procuraremos analisar as estratégias adotadas pelo patronato da capital para enfrentar o movimento operário organizado e suas associações. Tratava-se de uma disputa entre interesses evidentemente incompatíveis, durante a qual os patrões foram, gradativamente, organizando-se como classe a fim de enfrentarem o repertório de ações coletivas do operariado, repertório esse informado por uma longa tradição militante. Serão examinadas, ainda, as representações identitárias construídas pela imprensa – tanto a operária quanto a burguesa – acerca dos patrões e sua relação com as greves. Antes, contudo, vamos procurar entender quem eram os patrões em Porto Alegre naquela conjuntura e em que ramos atuavam, considerando que “os empregadores são um ator central nos conflitos do trabalho”, sendo, juntamente com o Estado, “o adversário e o interlocutor privilegiado dos grevistas”<sup>772</sup>.

### 4.1 O patronato em Porto Alegre: breve caracterização

Nesta sessão, faremos uma breve caracterização da classe patronal de Porto Alegre no contexto das grandes greves da Primeira República com o objetivo de

---

<sup>772</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 201.

conhecer quem eram esses industriais ou empresários, destacando seus ramos de atuação e a mão de obra que empregavam. Não pretendemos, aqui, ressaltar-se, fazer uma história da industrialização em Porto Alegre uma vez que outros trabalhos já se debruçaram justamente sobre esse ponto<sup>773</sup>.

Inicialmente, cabe ressaltar que a industrialização em Porto Alegre, no início do século XX, possuía um caráter muito incipiente, com indústrias de baixa tecnologia, em geral manufaturas, empregando pouca mão de obra; eram os proprietários desses estabelecimentos, enfim, que faziam os embates com o proletariado durante as greves aqui estudadas, em um “panorama industrial [...] quantitativamente dominado pelos pequenos estabelecimentos”<sup>774</sup>. Apesar deste predomínio das unidades produtivas de pequeno porte, com baixa ou nenhuma utilização de maquinário, e escasso emprego de mão de obra, o desenvolvimento industrial no estado se deu “pela progressiva tecnificação [sic] de algumas empresas líderes, que se impuseram no mercado e se tornaram responsáveis pelo dinamismo do setor”<sup>775</sup>.

O patronato da capital, portanto, era composto por um considerável número de proprietários de pequenos estabelecimentos industriais e comerciais, e de um reduzido, mas significativo, número de empresas que apresentavam volumosa soma de capital investido; ampla utilização de maquinários, importados, sobretudo, da Europa; e considerável quantidade de mão de obra empregada. Em suma, de um lado, um grupo reduzido de empresas líderes, e, de outro, “um grande número de pequenas empresas, com reduzido capital, caracterizadas pela presença do trabalho artesanal predominante frente a um quase inexistente número de máquinas”<sup>776</sup>. Nesse sentido, Reichel salienta o fato de que

ao se comparar os números referentes às medidas do capital e mão-de-obra empregados por unidade, verifica-se que a indústria do Rio Grande do Sul se apresentava formada por pequenas empresas com baixo volume de capital investido, o que permite concluir pelo seu baixo nível tecnológico e pela sua estrutura quase artesanal<sup>777</sup>.

---

<sup>773</sup> Ver, por exemplo: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Burguesia Gaúcha: dominação e disciplina do trabalho*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*. 2ªed., São Paulo: Nacional, 1977.

<sup>774</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988. p. 20.

<sup>775</sup> Idem, p. 21.

<sup>776</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>777</sup> REICHEL, Heloísa Jochims. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 257.

Na mesma linha, a respeito da estrutura produtiva do estado naquele período, Aravanis atesta

a coexistência de dois “tipos” básicos de espaços de produção, bem como, conseqüentemente, de dois “tipos” de operários fabris, os artesãos “das oficinas” e os operários “das fábricas”. É relevante nesta perspectiva também mencionar que, em alguns casos, conjugavam-se, em um mesmo espaço, o trabalho de cunho artesanal e o trabalho fabril. A partir de dados obtidos na documentação observei que, mesmo aquelas unidades produtivas com significativo nível tecnológico para a época, como a Leal, Santos & Cia. (de Rio Grande), H. Ritter & Filhos e Neugebauer Irmãos (de Porto Alegre), vinham fazendo uso de oficinas, já que junto a estas funcionavam marcenarias, serralherias, funilarias, litografias, tipografias etc. Elas eram as responsáveis, na maior parte das vezes, por confeccionar os invólucros e caixas de armazenagem dos produtos fabricados. Observo ainda, nesta linha, que o operário “envergador” da fábrica de móveis de Walter Gerdau claramente conjugava sua atividade de feição artesanal com o maquinário, ou seja, realizava um trabalho de cunho artesanal diretamente vinculado a uma produção altamente mecanizada<sup>778</sup>.

A respeito da Fábrica de Pregos de João Gerdau e Filhos, Marcovitch confirma o caráter semiartesanal e o baixo grau de especialização da produção. Nesta fábrica, a “operação industrial em si era bastante simples. A matéria-prima limitava-se ao arame que chegava da Alemanha em rolos de oitenta quilos. Depois de limpos para a retirada da ferrugem acumulada durante o transporte, eram encaminhados para as máquinas de fabricação de pregos, seguindo-se o controle de qualidade e o empacotamento”<sup>779</sup>.

O caráter artesanal ou semiartesanal da maioria dos estabelecimentos da capital contrastava com a mecanização existente em algumas empresas que contavam com sofisticado maquinário importado da Europa. A Fábrica Berta, por exemplo, de propriedade de Alberto Bins<sup>780</sup>, possuía instalações que, sob a ótica de um visitante, estavam “repletas de máquinas dos tipos mais modernos e custosos”<sup>781</sup>. Uma descrição

---

<sup>778</sup> ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República. *Revista Mundos do Trabalho*, Porto Alegre: UFSC, v. 2, nº 3, 2010, p. 152.

<sup>779</sup> MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: EdUSP, v. 2, 2005, p. 274.

<sup>780</sup> Alberto Bins foi um dos industriais mais importantes de Porto Alegre. Era proprietário nos ramos da fundição (União de Ferros, Cofres Berta) e da estalagem (Estaleiro Bins). Foi o líder do Convênio dos Industrialistas, formado para negociar com os grevistas em 1906, tornando-se, depois, presidente da Associação Comercial de Porto Alegre. Tornou-se Intendente Municipal após a morte de Otávio Rocha, em 1928, ano em que foi indicado pelo PRR para concorrer a esse posto. Sobre Alberto Bins, ver: FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermond & Cia. Ltda., s.d.; BAKOS, Margareth. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1996; PESAVENTO, Sandra. O Imigrante na Política Rio-Grandense. In: DACANAL, José e GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

<sup>781</sup> LLOYD’S, Reginald (Edit.). *Impressões do Brasil no Século Vinte: sua história, seu povo, commercio, industrias e recursos*. Rio de Janeiro: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company Ltda, 1913, p. 814.

da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense<sup>782</sup> informava que a “fábrica tem 85 teares e 112 outras máquinas, aperfeiçoadíssimas. Seu motor é da força de 250 cavalos. Duas grandes caldeiras fornecem vapor para o motor e para todos os serviços da fábrica. Possui também a companhia, para consertos necessários nos seus maquinismos, oficinas de ajustadores e carpinteiros”<sup>783</sup>. Constituíam-se para a época retratada em um verdadeiro “jardim industrial”, com “vastas colmeias, onde os obreiros atuam febrilmente”<sup>784</sup>.

Esta progressiva mecanização da produção levava as empresas a produzirem cada vez “mais e em melhor tempo, o que permitia à indústria equiparar-se, em termos de mercado, a concorrentes melhor aparelhados”<sup>785</sup>. Tal desenvolvimento tecnológico era vigorosamente amparado em bases tayloristas, as quais pressupunham a valorização da otimização do tempo fabril, da aceleração da produção e da redução do número de operações<sup>786</sup>. Nesse sentido, por exemplo, a fábrica de Ernesto Neugebauer<sup>787</sup> era dividida em dez seções: “é a fábrica servida por 2 motores a vapor, que acionam 30 máquinas e 10 caldeiras próprias para a fabricação de confeitos. Além disso, há seções de cartonagem e funilaria, sendo esta última servida por um motor elétrico, que aciona 10 máquinas”<sup>788</sup>. A descrição da fábrica prosseguia mencionando que

no próprio estabelecimento à Avenida Germânia, 49, trabalham atualmente 150 operários, em sua grande maioria mulheres. Um depósito com venda a varejo, à Rua dos Andradas, 342, é dirigido por senhoras. O escritório da fábrica remontou-se à Praça 15 de Novembro, 30. A fábrica foi premiada com grandes prêmios, medalhas de ouro e prata em exposições do Estado do Rio Grande do Sul, dos Estados Unidos, de Milão e ultimamente na Exposição do Rio de Janeiro, com grande prêmio e diversas medalhas de ouro<sup>789</sup>.

---

<sup>782</sup> Inaugurada em 6 de agosto de 1891, com o capital de Rs. 1.600:000\$000, foram seus incorporadores os srs. Manoel Py, Antonio Chaves Barcellos, Nogueira de Carvalho & Cia., Antonio José Gonçalves Mostardeiro e o Banco da Província do Rio Grande do Sul. A empresa era administrada por três diretores, eleitos de dois em dois anos.

<sup>783</sup> LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 814.

<sup>784</sup> Revista *Máscara*, Porto Alegre, 1922. Apud PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 39.

<sup>785</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 21.

<sup>786</sup> Pesavento, analisando alguns textos publicados na imprensa gaúcha, mostra a nítida influência dos preceitos tayloristas sobre o empresariado local. PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 23. Sobre Taylor e sua doutrina, ver RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Edmundo E. P. *O que é Taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>787</sup> A firma de Ernesto Neugebauer foi fundada em 1891 pelos irmãos Neugebauer com o nome de Neugebauer Irmãos e Gerhardt. Após a saída de Fritz Gerhardt, passou a chamar-se Neugebauer & Irmãos e, por fim, Neugebauer & Cia., de propriedade de Ernesto. Possuía um estabelecimento na Avenida Germânia e um depósito com venda a varejo na Rua dos Andradas. Produzia “cerca de 2.000 tipos de *dragées*, caramelos, pastilhas, bombons finos, chocolate e biscoitos, diversamente coloridos e capazes de satisfazer aos mais finos paladares”. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 817.

<sup>788</sup> *Idem*, p. 817.

<sup>789</sup> *Ibidem*.

Outra fábrica que se sobressaía por seu maquinário era a F. C. Kessler & Cia.<sup>790</sup>, na qual eram manufaturadas todas as qualidades de chapéus. Esta empresa, que empregava de 150 a 160 trabalhadores, entre homens e mulheres, possuía de “40 a 50 máquinas de diferentes fabricantes ingleses, incluindo 8 máquinas de coser, movidas a vapor, uma de gravura em ouro para encadernações e uma para a fabricação de caixas de papelão. Todo o maquinismo é acionado por força elétrica, gerada por um motor a vapor de 55 hp, fabricada pela casa Steinmüller da Alemanha”<sup>791</sup>.

Devemos considerar, porém, que esta “[...] burguesia industrial corresponderia a uma fração não-hegemônica da classe dominante”<sup>792</sup> em um contexto marcada por um capitalismo tardio e dependente. Ao contrário dos demais estados da Federação, nos quais as iniciativas industrializantes surgiram a partir de uma estreita relação com o capital agrário, a industrialização da capital gaúcha teve como ponto de partida o desenvolvimento das atividades econômicas exercidas pelos imigrantes italianos e alemães que colonizaram a depressão central do Estado. A acumulação de capital proveniente do surgimento de um excedente originário, no início, de uma agricultura de subsistência que passaria a suprir, depois, as demandas dos grandes centros cafeeiros proporcionou o surgimento de um mercado interno significativo capaz de alavancar o desenvolvimento manufatureiro e industrial. Este excedente comercializável produzido às margens dos rios Jacuí, Pardo, Taquari, Sinos e Caí vinha até Porto Alegre, que se transformara em um escoadouro da produção daquelas regiões<sup>793</sup>. Tal posição foi reforçada por meio da fundação de ferrovias que acabavam por reproduzir rotas comerciais já estabelecidas anteriormente<sup>794</sup>.

Todavia, as primeiras cidades do estado a se industrializarem foram Rio Grande e Pelotas. Essa anterioridade se explica por uma maior participação do capital comercial no sul do Rio Grande do Sul antes de 1890 e pela “presença marcante do porto de Rio Grande na navegação de cabotagem, sendo um dos polos estratégicos do comércio

---

<sup>790</sup> A fábrica de Chapéus de Félix Christiano Kessler foi fundada em 1907 com o nome Mayer e Kessler. Em 1908, com a saída de Mayer, a fábrica passou a chamar-se F. C. Kessler & Cia. e a ter como sócio Frederico Dexheimer. A fábrica se localizava na Rua dos Voluntários da Pátria e, em 1913, era considerada “uma das mais importantes fábricas do Estado do Rio Grande do Sul” produzindo “todas as qualidades de chapéus”. LLOYD’S, Op. Cit. 1913, p. 817.

<sup>791</sup> Idem, p. 819.

<sup>792</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 13.

<sup>793</sup> SINGER, Op. Cit., 1977, p. 172.

<sup>794</sup> Sobre o desenvolvimento das ferrovias no Estado ver: DIAS, José Roberto Souza. *Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Rios, 1986.



colonial, em especial com a região Rio-São Paulo<sup>795</sup>. Mas, a despeito desta anterioridade, no início do século XX a capital já apresentava maior quantidade de estabelecimentos industriais em funcionamento. A própria estrutura industrial verificada em Porto Alegre e naquelas duas cidades diferia bastante:

Em Rio Grande, principalmente, ela se caracterizava por apresentar grandes estabelecimentos, com índices de capital e mão-de-obra empregada acima das médias e pouca diversificação dos ramos industriais (tecelagem, charutos, conservas alimentícias). Já em Porto Alegre, havia um núcleo muito maior de fábricas que, apesar de se constituírem, em média, de pequenos capitais, apresentavam uma maior diversificação industrial<sup>796</sup>.

Em um censo industrial realizado no ano de 1920, observa-se que Porto Alegre empregava 24,3% de todos os operários de indústrias do Estado, contando com 221 estabelecimentos contabilizados<sup>797</sup>. Destes, podemos mencionar, entre os segmentos mais expressivos, as indústrias têxteis (F. G. Bier, Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegre, A. J. Renner & Cia); as empresas relacionadas à fabricação de móveis (Walter Gerdau<sup>798</sup>, Caetano Fulginiti, José Sanguinetti, D. Collin, Arnt, Depperman & Cia); fábricas de chapéus (Kessler & Cia, Oscar Teichmann & Cia) e de pregos (João Gerdau<sup>799</sup>); perfumaria, sabão e velas (Victor Fischel, Campani & Cia., L. P. Barcellos & Cia); cervejas (cervejarias Becker, Bopp e Ritter & Filhos); doces (Ernesto Neugebauer); serrarias (Fortunato Travi, Hüber & Müller, Santo Meneghetti, Jacob

---

<sup>795</sup> HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p. 66.

<sup>796</sup> REICHEL, Op. Cit., 1978, p. 262.

<sup>797</sup> RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL 1920 (1925). Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística.

<sup>798</sup> Em fins de 1907, Walter Gerdau e seu pai, João Gerdau, compraram a Fábrica de Móveis Navegantes, massa falida da Cia. Fábrica de Móveis. Esta última havia sido criada em 1892 por um grupo de quarenta e dois investidores, encabeçados pelo empresário José Pedro Alves. No entanto, as restrições de demanda que comandaram a liquidação da Fábrica de Móveis Navegantes devem ter sido sentidas por Walter Gerdau, que, em 1911, iniciou exportações para o Nordeste do Brasil, atingindo os estados do Ceará e de Alagoas, e, até a década seguinte, a empresa conseguiu ampliar seu mercado corrente para o Sudeste, o restante do Nordeste, o Norte, chegando ao Centro Oeste, em Cuiabá e Corumbá. FLORES, Hilda. *As empresas de João Gerdau*, Porto Alegre: Gerdau, 1980, p. 106; e MARCOVITCH, Jacques, Op. Cit., p. 273.

<sup>799</sup> João Gerdau nasceu em 1849, em Altona, uma cidade próxima a Hamburgo. Chegando à Colônia Santo Ângelo em 1867, construiu uma casa comercial na Linha do Morro Pelado, onde eram vendidos artigos não produzidos localmente e, então, importados: tecidos, açúcar, azeite, sal, ferramentas e pregos. A partir desse estabelecimento, ele transacionava o escoamento da produção agrícola colonial, em especial de feijão e fumo. Em 1893, mudou-se para Porto Alegre, passando a diversificar suas atividades econômicas. Em 1901, adquiriu a Companhia Fábrica de Pregos Pontas de Paris por cerca de 100 contos de réis. Faleceu em 1917. Sobre João Gerdau, ver: FLORES, H, Op. Cit.; GERDAU. *Chama empreendedora: a história e a cultura do Grupo Gerdau*. São Paulo: Prêmio Editorial, 2001; e WERLANG, W. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau*. Agudo: Ed. Werlang, 2002.

Friedrich<sup>800</sup>, Otto Kuhn, Irmãos Elly, Serraria Garibaldi); balanças (Guilherme N. Filho); vidros (Cia de Vidros Sul Brasileira de propriedade de Martin Hogsdedt<sup>801</sup>); metalúrgicas (Mabilde<sup>802</sup> & Cia, Alberto Bins, Edgar Booth e Francisco Clausen, Alcaraz & Cia, Só Filhos, José Becker & Irmão, Jacques Maas, Cypriano Micheletto & Irmão, Otto Outeiral, Bromberg & Cia, Guilherme Knack e João R. Alves), entre outros.

Havia, ainda, uma quantidade considerável de carpintarias, que não são mencionadas nesse recenseamento industrial. Entre elas, podemos citar as seguintes: Carpintaria Domingos Vinhas, Carpintaria Sommer, Luiz Artioli & Filho, Ângelo Gianastacia, José Barbieri, Joaquim Dias Santiago, Arnaldo Krepski, Pedro Modesto Rampe, Antônio Amorim Magalhães e Henrique Kremer<sup>803</sup>. Por sua importância durante as greves aqui estudadas, menciono também algumas padarias como a Padaria Delgado, Padaria Brasil, Padaria Primor, Padaria Popular, Padaria Weidemann, Padaria Varsóvia, Padaria Oscar Ruscher, Padaria Juvenal Cruz, Padaria Feliz, Padaria Luso-Brasileira, Padaria Lealdade, Padaria Appolonia, Padaria Moinhos de Vento, Padaria Garibaldi, Padaria Três Estrelas, Padaria Piccini e Padaria Cruzeiro.

No referido recenseamento do município de Porto Alegre do ano de 1920<sup>804</sup>, notamos que a capital concentrava a maior parte das indústrias metalúrgicas (fogões, cofres, pregos, fechaduras, fundições...), das fábricas de roupas e chapéus, e de mármore do estado, totalizando 221 estabelecimentos industriais:

Discriminação	Número de estabelecimentos		Participação Percentual de Porto Alegre
	Porto Alegre	RS	
Indústrias têxteis	3,0	9,0	33,3
Vassouras, escovas etc.	3,0	9,0	33,3
Curtumes	2,0	77,0	2i5
Malas e artefatos de couro	6,0	9,0	66,6
Serrarias	7,0	334,0	2,0
Artefatos de madeira	9,0	28,0	32,1
Fundição e construção de máquinas	6,0	21,0	28,5
Fogões	2,0	3,0	66,6
Cofres	1,0	1,0	100,0
Pregos	1,0	1,0	100,0

<sup>800</sup> Jacob Friederichs possuía uma serraria, fundada em 1888, que funcionava à Rua Voluntários da Pátria.

<sup>801</sup> A fábrica da Companhia de Vidros Sul-Brasileira foi estabelecida em 1892. Martin Hogsdedt, diretor do estabelecimento, era de nacionalidade sueca e veio para o Brasil em 1885.

<sup>802</sup> O Estaleiro Mabilde foi fundado em 1898, na Rua Sete de Setembro, por Emílio Mabilde. Realizava concertos de máquinas, fogareiros, lampiões e destinava-se ao “comércio de estaleiros, fundição e construções de embarcações e tudo mais que se relacione (...)”. Sobre o Estaleiro Mabilde ver: MABILDE, Adriano Ballejos. *Estaleiro Mabilde: as relações com os funcionários e o estado (1896-1943)*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PUCRS, 2009.

<sup>803</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4.

<sup>804</sup> *Séries estatísticas retrospectivas*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, p. 4-8, 1986.

Fechaduras, dobradiças etc.	1,0	1,0	100,0
Enxadas, foices e outras ferramentas	0,0	30,0	0,0
Artefatos de folha de Flandres	13,0	25,0	52,0
Telas, fios e objetos de arame	1,0	4,0	25,0
Balanças	3,0	3,0	100,0
Facas e outros utensílios de metal	1,0	4,0	25,0
Vidros e cristais	4,0	5,0	80,0
Louças	4,0	14,0	28,5
Olarias	26,0	152,0	17,1
Ladrilhos e mosaicos	0,0	9,0	0,0
Produtos químicos e farmacêuticos	10,0	34,0	29,4
Perfumaria, sabões e velas	9,0	42,0	21,4
Papel e papelão	2,0	3,0	66,6
Águas minerais	3,0	41,0	7,3
Beneficiamento de arroz	4,0	23,0	17,3
Erva mate	0,0	9,0	0,0
Moagem de cereais	1,0	61,0	1,6
Massas alimentícias	4,0	19,0	21,0
Biscoitos	3,0	13,0	23,0
Torrefação e moagem de café	8,0	63,0	12,6
Refinação de açúcar	0,0	1,0	0,0
Balas, doces e conservas de frutas	4,0	13,0	30,7
Conservas de carne	2,0	41,0	4,8
Conservas de peixe	0,0	1,0	0,0
Charque	1,0	16,0	6,2
Produção e beneficiamento de banha	5,0	35,0	14,2
Frigorificação da carne	0,0	4,0	0,0
Leite, manteiga e queijos	1,0	48,0	2,0
Vinagre	0,0	6,0	0,0
Cerveja	3,0	52,0	5,7
Bebidas com e sem álcool	2,0	17,0	11,7
Vinhos e licores	2,0	70,0	2,8
Álcool e aguardente	0,0	7,0	0,0
Fumos, charutos e cigarros	8,0	47,0	17,0
Chapéus	11,0	22,0	50,0
Roupas	7,0	13,0	53,8
Calçados	7,0	96,0	7,2
Tamancos	1,0	11,0	9,0
Móveis e acolchoados	15,0	58,0	25,8
Cal	0,0	15,0	0,0
Mármore e artefatos de cimento e gesso	4,0	7,0	57,1
Esquadrias, escadas etc.	1,0	14,0	7,1
Carros e carroças	6,0	39,0	15,3
Arreios e artigos de selaria	1,0	88,0	1,1
Gelo	0,0	1,0	0,0
Instrumentos musicais	1,0	1,0	100,0
Discos para gramofone	1,0	1,0	100,0
Molduras	1,0	2,0	50,0
TOTAL	221,0	1 773,0	12,4

Em outro relatório do mesmo ano, relativo ao 4º Distrito<sup>805</sup>, percebemos a importância das indústrias de móveis e de tecidos naquela região, empregando, respectivamente, 251 e 1.047 trabalhadores. A fábrica de doces de Ernesto Neugebauer também se destaca no quesito mão de obra empregada, com 220 funcionários.

	Proprietário	Denominação	Ruas	Nº de	Horário
--	--------------	-------------	------	-------	---------

<sup>805</sup> Relatório da Subintendência do Quarto Distrito, apresentado ao intendente José Montauray de Aguiar Leitão em 1920. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Sobre o 4º Distrito, ver FORTES, Op. Cit., 2004.

				Operários	Dia	Noite
1	Walter Gerdau	Móveis	Vol. da Pátria	200	9h	
2	Caetano Fulginiti	Móveis	Ernesto Fontoura	15	9h	
3	José Sanguinetti	Móveis	S. Pedro	26	9h	
4	Damiani & Irmãos	Massas	Av. Veneza	15	9h	
5	C. F. P. Alegrense	Meias	Vol. da Pátria	450	9h	8h
6	F. G. Bier	Tecidos	Stock	115	9h	8h
7	Mendelski & Irmão	Calçados	Ernesto Fontoura	58	9h	3h
8	Fortunato Travi	Serraria	Vol. da Pátria	19	9h	
10	Hüber & Müller	Serraria	Vol. da Pátria	15	9h	
11	Santo Meneghetti	Serraria	Vol. da Pátria	15	9h	
12	Otto Kuhn	Serraria	Vol. da Pátria	6	9h	
13	H. Ritter & Filhos	Cervejaria	Vol. da Pátria	55	10h	
14	Alberto Bins	Fundição	Vol. da Pátria	42	9h	
15	C. F. Tecidos P. Alegre	Tecidos	Vol. da Pátria	300	9h	
16	Ernesto Neugebauer	Doces	Av. Germânia	220	8h 1/2	
17	L. P. Barcellos & Cia	Sabonetes	Sertório	10	9h	
18	Guilherme N. Filho	Balanças	Vol. da Pátria	20	9h	7h
19	Rubbo & Irmão	Moinho	Moura Azevedo	12	9h	
20	D. Collin	Móveis	Vol. da Pátria	10	9h 1/2	
21	Irmãos Elly	Serraria	Vol. da Pátria	8	9h	
22	Carlos Klaus	Fundição	Av. França	10	9h	
23	Albino Cunha	Moinho	Vol. da Pátria	90	12h	
24	C. S. Brazileira	Vidros	Vol. da Pátria	22	9h	8h
25	Luiz Monttin & Cia	Vime	New York	44	9h	
26	A.J. Renner	Tecidos	S. José	82	8h	8h
27	Campani & Cia	Saboaria	B. Constant	3	8h	

A influência do capital comercial proveniente da região da Depressão Central do estado no desenvolvimento econômico de Porto Alegre fez com que este patronato fosse composto por um significativo número de teuto-descendentes ou mesmo de imigrantes alemães. Em levantamento que realizei sobre a origem do patronato porto-alegrense, verifiquei que, entre os proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais da cidade, havia muitos alemães, como Guilherme Becker, Bernardo Sassen<sup>806</sup>, Ernesto Neugebauer, J. Aloys Friederichs<sup>807</sup>, Jacob Friederichs, Martin Bromberg, João Pabst<sup>808</sup>,

<sup>806</sup> Após a morte de Guilherme Becker, em 1889, Bernard Sassen casou-se com Elizabeth Ritter Becker, sobrinha-irmã de Henrique Ritter, e passou a administrar a Cervejaria Becker, importante fábrica de cerveja e gelo que, em 1924, passaria a integrar um consórcio juntamente com outras duas cervejarias – Bopp e Ritter – o qual daria origem à Cervejaria Continental. A cervejaria “que se acha superiormente instalada, pode fabricar até 3.000 hectolitros de diversas qualidades, como sejam Becker, Colombiana e Becker Bock, todas elas engarrafadas no estabelecimento”. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 819.

<sup>807</sup> A casa Aloys realizava renomados trabalhos de escultura e foi estabelecida em 1884, apenas com três ou quatro artífices. Entre as encomendas executadas pela firma, nota-se o pedestal, em granito pálido, do monumento a Julio de Castilhos, em Porto Alegre. O proprietário, J. Aloys Friederichs, nasceu na Alemanha e veio para Porto Alegre em 1885, quando tinha 17 anos de idade. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 819. Sobre J. Aloys Friedrichs ver: SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

<sup>808</sup> João Pabst nasceu na Alemanha e possuía uma fábrica de gravatas, espartilhos e varetas para espartilhos. No ano de 1911 introduziu um novo melhoramento para a indústria de espartilhos, de que tirou patente: a fabricação de varetas de aço inatacáveis pela ferrugem. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 825.

Victor Fischel<sup>809</sup> e Oscar Teichmann; alguns filhos de alemães, entre eles Alberto Bins, João e Hugo Gerdau<sup>810</sup>, e Henrique Waldemar Ritter<sup>811</sup>; e alguns netos de alemães, como Affonso Selbach<sup>812</sup>, Antônio Jacob Renner e Walter Gerdau. Havia, ainda, proprietários de outras nacionalidades, como os espanhóis Raphael Arbos e José Salvador<sup>813</sup> e o sueco Martin Hogsdedt. Na mesma linha, Pesavento afirma que Porto Alegre, no começo do século XX, “ostentava várias casas comerciais cujos proprietários eram alemães ou de origem: Menke, Wiedmann, Félix Kessler, Folzer, Pietzker, Gertum, Steenhage, Luchsinger, Muradt, Warncke e Doerken, Schmitt, Lüderitz eram os novos nomes que vieram somar-se aos tradicionais luso-brasileiros”<sup>814</sup>. Lagemann também salienta que o elemento imigrante foi pioneiro “na produção de tecidos, banha de porco, conservas, bebidas, doçaria, madeiras, couros, máquinas, tabaco, vidros,

---

<sup>809</sup> Fundada em 1897, pelo dr. Victor Fischel, a Perfumaria Flora produzia sabão, sabonetes e perfumarias, importando as matérias-primas, tais como essências, óleos etc., da Inglaterra, Alemanha e França. Produzia também a *Alsina*, bebida refrigerante e sem álcool, águas minerais e gasosas e o champanhe *Monopol*, confeccionado com uvas importadas da França. Victor Fischel nasceu em 1866, na Alemanha e, em 1897, veio para Porto Alegre. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 824.

<sup>810</sup> Filho mais velho de João Gerdau, Hugo Gerdau, juntamente com seu pai, comprou, conforme já foi referido, em 1901, a Cia. Fábrica de Pregos Ponta de Paris que se encontrava em processo de liquidação. Segundo Marcovitch, este foi um “negócio de pai para filho”, pois, “embora Hugo entrasse com menos de um décimo do capital – onze contos e setecentos mil réis contra 114 contos e setecentos mil réis adiantados por seu pai – o contrato previa a divisão em partes iguais dos lucros ou prejuízos. Ficou igualmente decidido que a gerência da firma caberia a Hugo Gerdau”. Logo depois da compra, a fábrica passou a se chamar João Gerdau & Filho. Em 1914, Hugo Gerdau criou a “Companhia Geral de Indústrias, cujo propósito era unificar a produção de três fábricas já existentes: Jung, Secco & Cia, a Fábrica de Manoel Valente da Costa Leite e a Fábrica de Fósforos de João Aydos. [...] Além de fósforos, a Companhia Geral de Indústrias produziu em épocas diversas outros artigos, sobretudo fogões e pregos”. MARCOVITCH, Op. Cit., 2005, p. 273.

<sup>811</sup> Filho de imigrantes, Henrique Ritter nasceu em uma colônia pertencente à época a São Leopoldo. Casado com Paulina Kessler, teve sociedade em uma casa de comércio com seu cunhado, Christian Trein, chamada Trein & Ritter, entre 1870 e 1910. Após a saída de H. Ritter da sociedade, a firma passaria a se chamar Christian J. Trein & Cia. e, depois, Frederico Mentz & Cia. Após ter administrado a Cervejaria Becker, de propriedade de seu cunhado, Guilherme Becker, H. Ritter decidiu inaugurar sua própria cervejaria em 1894, no bairro Moinhos de Vento. Sobre H. W. Ritter ver: BEISER, Ana Cristina Pires. *Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

<sup>812</sup> Filho de Jacob Selbach Júnior, Affonso Selbach passou a comandar a firma Selbach & Mayer em 1907, após o falecimento de seu pai. Em 1911, admitiu como sócio José Rodrigues da Silveira, constituindo a empresa Selbach & Cia. Contava com uma livraria, em que eram editados os principais livros escolares adotados nas aulas públicas do Estado e nos principais estabelecimentos de ensino dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Além de outros artigos concernentes à livraria, como objetos para escritório e utensílios escolares, a casa oferecia objetos para culto católico, miudezas, artigos de bazar, máquinas de costura e pertences para as mesmas. Possuía, ainda, uma fábrica de cartanagem, encadernação, pautação, livros em branco e sinetes de borracha. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 817.

<sup>813</sup> Raphael Arbos e José Salvador possuíam uma importante fábrica que manufaturava as “melhores mobílias no estado do Rio Grande do Sul”. A casa foi estabelecida em 1893 por Arbos e Salvador que vieram juntos para Porto Alegre em 1889. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 817.

<sup>814</sup> PESAVENTO, Sandra. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994, p. 201.

papel, fósforos e produtos químico-farmacêutico”<sup>815</sup>, apesar de “não pode[r] ser atribuída [ao imigrante] a exclusividade da implantação da indústria no RS, mas apenas sua afirmação e diversificação”<sup>816</sup>. Em relação a Porto Alegre, Pesavento sublinha a relevância do imigrante alemão igualmente no comércio da capital, enfatizando ainda, como já foi dito, a influência do capital comercial no desenvolvimento industrial da cidade, diferenciando-o do restante da industrialização nacional, mais vinculada ao capital agrário. Segundo a autora,

a importância do comércio alemão já se fez notar por ocasião da fundação da Praça do Comércio de Porto Alegre, em 1858 (Heizen e Ebert). Já em 1878, dos seus 146 membros, 37 eram de origem alemã (Heizen, Ebert, Haag, Wolkmann, Schilling, Haenzel, Ter Brügggen, Fraeb, Holtzweissig, Hirsch, Folzer, Becker, Bastian, Bins, Bier, Dauth, Christoffel, Daiken, Dexheimer, Issler, Pettersen Wallau etc.)<sup>817</sup>.

Em 1911, a lista de diretores da Praça do Comércio<sup>818</sup> contava com diversos nomes da comunidade germânica, entre eles: Arthur Bromberg (vice-presidente), Franz Reimer, Theobaldo Francisco Xavier Friederichs (tesoureiro), F. G. Bier, Theodor Jacobi, Leopoldo Dexheimer, Arthur Mundt e João Patzel. Completavam a lista Hemetério Mostardeiro (presidente), João Henrique Aydos (primeiro secretário), Frederico Gomes (segundo secretário), Herminio de Almeida, Augustin Fernandes, José Barbará, Mario Amaro da Silveira, Honório Brito e Antonio Chaves de Barcellos Filho<sup>819</sup>.

A presença significativa de teutos na economia porto-alegrense pode ser percebida nos mais variados setores. No ramo metal mecânico, nota-se a importância de empresas como Klüve e Müller, Alberto Bins, Joseph e Nicolau Becker, Emmerich Berta, Guilherme Knack, Guilherme Bostelmann, Germano Ullner, Francisco Klaus, Johan Gerdau, Pedro Wallig, Samuel Uhr, Waldomiro Schapke, Hans Lindau, Armando Martau, Scerneling e Hertzfeldt<sup>820</sup>. Na produção de bebidas, evidencia-se o mesmo: “Bopp, Sassen, Ritter, Christoffel, Bohrer, Volkmer, Voight e Hack, Luebb, Lippert,

---

<sup>815</sup> LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: imigração e Colonização*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 118.

<sup>816</sup> LAGEMANN, Op. Cit., 1992, p. 127.

<sup>817</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Org.). *RS: imigração e Colonização*. 2ª Ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 163.

<sup>818</sup> Fundada em 1857, a Praça do Comércio de Porto Alegre era uma sociedade civil, com personalidade jurídica, sendo o órgão autorizado do comércio da capital do Rio Grande do Sul.

<sup>819</sup> LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 819.

<sup>820</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1994, p. 201.



Lackmann e muitos outros dariam contorno absolutamente alemão para o setor cervejeiro da indústria porto-alegrense”<sup>821</sup>.

É interessante observar igualmente as relações existentes entre os membros do patronato porto-alegrense de origem germânica, que contribuíram para a sua constituição como classe, tanto do ponto de vista empresarial quanto no que se refere às ligações entre as famílias por intermédio do casamento. Referindo-se às associações étnicas formadas por alemães, Gertz esclarece que “as lideranças dessas instituições muitas vezes conclamavam a população a não casar com pessoas de outra etnia, a não abandonar sua língua, a não se ‘meter em política’, pois o envolvimento político era considerado um dos mais perigosos elementos para a perda da ‘germanidade’”<sup>822</sup>. Notadamente, essas associações tinham o objetivo de evitar que os emigrantes perdessem seus vínculos culturais e econômicos com seu país de origem. Além disso, acrescentamos, o fortalecimento de tais vínculos – especialmente na elite econômica do Estado – favorecia sua inserção econômica na região. Deste modo, destacamos alguns casamentos no seio desta elite alemã: Henrique Valdemar Renner casou-se com Paulina Kessler; sua sobrinha-irmã, Elizabeth Renner, casou-se com Guilherme Becker e, após a morte deste, com Bernard Oswald Sassen<sup>823</sup>; sua irmã, Elizabeth Ritter Trein, casou-se com Christian Jacob Trein; sua filha, Catarina Trein, casou-se com Frederico Mentz; Frederico Augusto Ritter casou-se com sua prima Olga Ritter; Hugo Gerdau, filho mais velho de João Gerdau, casou-se com Otília Bins, irmã de Alberto Bins; Helda Gerdau, filha de João Gerdau, casou-se, em 1930, com Curt Johanpeter; etc.

Tais casamentos podem ser interpretados como uma estratégia de sobrevivência e ascensão no sistema de relações sociais e econômicas vigente na cidade, como “arranjos” familiares que tinham também por finalidade acumular e preservar capital social dentro de uma rede de relações mais estrita. Capital esse que poderia ser convertido, posteriormente, em capital econômico. Bourdieu define capital social como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo

---

<sup>821</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1994, p. 201.

<sup>822</sup> GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994, p. 30.

<sup>823</sup> Elizabeth Ritter era filha de Friedrich Georg Ritter e Maria Margaretha Konrad Ritter. Após a morte de Friedrich, Maria Margaretha casou-se com seu cunhado, Georg Heinrich Ritter, de modo que Elizabeth foi criada como irmã de Henrique Valdemar Ritter.



observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis<sup>824</sup>.

O autor enfatiza, pois, a questão da utilidade prática dos relacionamentos e a possibilidade de que haja a conversibilidade desse capital social em outros tipos de capital, os quais possam significar, por exemplo, acesso direto a recursos econômicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios, mercados protegidos), contatos com especialistas ou com pessoas cultas, e filiação a instituições políticas e/ou sociais. Assim, os casamentos representam oportunidades de ascensão ou manutenção de posição social. Um exemplo para o caso específico aqui examinado: ao analisar as razões da indicação de Alberto Bins para o Legislativo Federal, um documento manuscrito de 1924, citado por Gertz, afirma que ele era “um bom militante do catolicismo” e seu nome satisfazia “tanto o elemento católico como o protestante germânico, tanto o comércio quanto a indústria e a lavoura”. Bins agradaria ao protestantismo germânico em virtude do fato de sua irmã, Otília Bins, ser casada com o luterano Hugo Gerdau<sup>825</sup>. Os relacionamentos pessoais, familiares e étnicos acabavam convertidos, enfim, para o campo econômico. Nesse sentido, Flores especula que João Gerdau, o qual havia possuído negócios de comercialização privada de terras para fins de colonização com Manoel Py<sup>826</sup> na Colônia de Santo Ângelo, obteve, por intermédio do último, informações privilegiadas a respeito das dificuldades da Cia. Fábrica de Móveis, que teve Py como um de seus liquidantes<sup>827</sup>.

Além das relações familiares, as empresas de propriedade de alemães e teuto-brasileiros também se associavam entre si, gerando diversas inversões de capital e uma

---

<sup>824</sup> BOURDIEU, Pierre (1980). O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 67.

<sup>825</sup> GERTZ, René. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002, p. 56.

<sup>826</sup> Manoel Py atuou na Praça Comercial de Porto Alegre no final do século XIX. Fundou, em 1891, a Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegrense, que contava com um capital inicial de 1:600:000\$000 réis. “O fundador da indústria Cel. Manoel Py era um próspero comerciante de Porto Alegre que iniciou seu trabalho na firma Chaves e Almeida e que se dedicara ao comércio de tecidos.” REICHEL, Op. Cit., 1978, p. 265. Foi um dos sócios, juntamente com Antonio Chaves Barcellos, Eduardo de Azevedo Souza Filho e José Luiz Moura de Azevedo, da Companhia Territorial Porto Alegrense, criada em 15 de setembro de 1892, e que tinha como objetivos: a compra de bens de raiz, especialmente de terrenos e prédios no município de Porto Alegre; a venda de terrenos e lotes; a abertura de ruas ou avenidas; a exploração e venda de materiais existentes em suas propriedades (madeira, pedra, saibro, aterro); a construção de prédios em suas propriedades. Em sua Dissertação de Mestrado, Vizzoto analisa as emancipações ocorridas na região de Faxinal do Soturno e o comércio de lotes de terra na região, do qual Py participava. VIZZOTTO, Assis Roque. *Poder Local, espaços para a cidadania: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2004. Ver também OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. *Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais*. Porto Alegre: FEE, 1989.

<sup>827</sup> FLORES, Hilda. *As empresas de João Gerdau*. Porto Alegre: Gerdau, 1980, p. 99; e MARCOVITCH, Op. Cit., 2005, p. 273.

diversificação das aplicações deste. Um bom exemplo desse fenômeno e das ligações propriamente econômicas estabelecidas entre os membros da comunidade germânica é a empresa Bromberg & Cia. Esta, de propriedade de Martin Bromberg, figurava entre as mais antigas e importantes do Rio Grande do Sul. Possuía casas comerciais em Rio Grande, Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana, Passo Fundo e Porto Alegre; e filiais no Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú. A empresa importava ferragens, ferro bruto, maquinismos para toda a sorte de indústrias, arame, máquinas para agricultores, cimento, tintas, cevada e lúpulo para cervejarias e outros materiais para uso de fábricas diversas. Realizava, ainda, investimentos em fábricas de tijolos, plantações de arroz e serrarias, instalações elétricas e outras de força e luz. Nosso interesse, contudo, consiste em suas associações com empresários de origem germânica como, por exemplo: Oscar Teichmann<sup>828</sup>, dono de uma fábrica de chapéus; as casas “João Day, Bromberg & Cia., importadores; Luiz Noelcher & Cia., negociantes a varejo, de ferragens, utensílios sanitários e caseiros; O Cilindro, importadores de máquinas de costura, utensílios para eletricidade, instalações elétricas, máquinas de escrever, espingardas e armas diversas, munições etc.; União de Ferros (Bromberg, Daudt & Cia.), importadores de ferro bruto, aço, cobre, bronze e outros materiais, ferramentas para ferraria e materiais para construção”<sup>829</sup>.

Sobre a mescla entre o familiar e o empresarial, Pesavento ressalta:

Christian Jacob Trein e seu cunhado Henrique Ritter Filho eram sócios não apenas numa casa comercial em Caí, mas também na cervejaria que fundaram em Porto Alegre, em 1894. Trein e seu genro, o comerciante Frederico Mentz, montaram, por sua vez, um estabelecimento para refinação de banha na capital do Estado. Anton Jacob Renner, filho de comerciante proprietário de refinaria de banha, de serraria e de empresas construtoras de moinhos do Caí, tornou-se sócio da firma comercial de seu sogro, Christian Jacob Trein. Em 1911, montou uma fábrica de capas impermeáveis em Caí, com Frederico Engel [...]. Em 1916, transferiu-se para Porto Alegre, estabelecendo-se com a empresa de fiação e tecelagem que daria surgimento ao conglomerado das Indústrias Renner. Adolpho Carlos Oderich, depois de trabalhar como caixeiro-viajante de uma casa comercial em Porto Alegre, abriu seu próprio negócio de importação de fazendas em Caí e, em 1908, juntamente com outros comerciantes, montou uma fábrica de banha no município de Canoas<sup>830</sup>.

---

<sup>828</sup> A fábrica de chapéus de Oscar Teichmann foi fundada em 1896, pelo próprio, tendo, em 1910, como sócia a firma Bromberg & Cia. Localizava-se na Rua Fernandes Vieira. Teichmann nasceu na Alemanha e veio para Porto Alegre em 1883. Produzia cerca de 20.000 dúzias de chapéus de feltro e lã. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 819-820.

<sup>829</sup> LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 819-820. Ver também: PESAVENTO, Op. Cit., 1994, p. 201.

<sup>830</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1994, p. 202.

Observa-se, assim, as interligações entre os laços econômicos e os laços de amizade e parentesco que se entrecruzavam e se complementavam. Por conseguinte, os mesmos nomes, os mesmos padrões são identificados em diversos espaços sociais: nos lares, nos clubes sociais e esportivos<sup>831</sup> e, é claro, nos investimentos econômicos. Para o que nos interessa nesta tese, eles também se encontram na constituição de uma efetiva classe patronal que, diante das reivindicações e mobilizações do operariado (o qual, é preciso lembrar, também contava com diversos elementos de origem teuta), precisou se organizar e unificar-se.

Deste modo, percebemos que, apesar do predomínio de pequenos estabelecimentos com baixíssima utilização de tecnologia e pouca quantidade de empregados, a cidade contava também com um significativo número de grandes empresas, com emprego de maquinário moderno para a época e aproveitamento de significativa mão de obra. Muitos dos sócios ou proprietários destes estabelecimentos eram de origem teuto-brasileira. A seguir, analisaremos as estratégias adotadas pelo patronato no enfrentamento com o operariado nos momentos de greve, as quais, dialeticamente, contribuíram para a constituição da classe patronal.

## 4.2 Estratégias patronais

Após esta concisa apresentação do patronato da capital do estado no início do século XX, vamos abordar as estratégias por ele adotadas durante os embates com os operários ao longo das greves aqui examinadas. Devemos ressaltar que as práticas utilizadas pela burguesia representam *estratégias de conservação/sucessão* e têm como finalidade a preservação do *status quo* e de suas posses materiais. Pretendo, neste âmbito, e ainda que de forma breve, tratar do processo de organização classista do patronato, do “fazer-se” da classe patronal. Como mencionei no início deste capítulo, darei especial ênfase à greve generalizada de 1919 visto que a pauta de reivindicações dos trabalhadores era direcionada preferencialmente aos patrões.

---

<sup>831</sup> SILVA, Carolina Fernandes da. *O Remo e a História de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: mosaico de identidades culturais no longo século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Tanto a greve de 1917 quanto a de 1918, conforme já ressaltado em outros momentos desta tese, foram greves gerais<sup>832</sup>, deflagradas por associações operárias que reuniam diferentes sindicatos classistas e que reivindicavam a legitimidade de representar seus interesses diante de determinados interlocutores (Estado e patrões). Foram, portanto, movimentos mais unificados e homogêneos que a greve de 1919, a qual, como também vimos anteriormente, pode ser considerada uma greve “eruptiva” – retomando a expressão de Perrot utilizada no Capítulo I –, na verdade uma sucessão de greves que se desencadeavam simultaneamente, sem uma coordenação conjunta.

Ou seja, as greves gerais dos anos anteriores irromperam a partir do chamamento de associações operárias que centralizavam e conduziam as ações coletivas de seus sindicatos associados. Na greve geral de 1917, foi criada a Liga de Defesa Popular (LDP), um comitê com a participação dos anarquistas e dos pedreiros sindicalistas, o qual, no decorrer do movimento paredista, converteu-se em uma espécie de centro diretor do movimento. Do mesmo modo, em 1918, a greve foi convocada por três associações operárias – FORGS, UGT e União Metalúrgica –, que representavam os interesses dos trabalhadores paredistas. Em 1919, como as exigências dos operários direcionavam-se diretamente ao patronato, sem a intermediação do Estado, o conflito de classes tornou-se mais agudo. A escalada dos movimentos ocorridos durante esse ano – em sua maioria, vitoriosos – fez com que as mobilizações de setembro se radicalizassem. Durante o movimento paredista, o subchefe da polícia da 1ª região, Dr. Eurico Lustoza, mandou organizar uma estatística dos operários paralisados<sup>833</sup>, a qual discriminava o número de grevistas em cada uma das empresas pesquisadas, oferecendo os seguintes dados:

Estabelecimentos	Proprietários	Nº de grevistas
Cia Força & Luz	Cia Força & Luz	778
Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	Cia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense	385
Companhia Têxtil Rio-Grandense	Companhia Têxtil Rio-Grandense	128
Companhia Fiação Porto Alegre	Companhia Fiação Porto Alegre	353

<sup>832</sup> Greves gerais e greves generalizadas são, em sua essência, fenômenos diferentes. Silva Jr. afirma que “a expressão ‘greve geral’ é usada com alguma licenciosidade, não só pelos militantes, como pela própria historiografia, assimilando não só um fenômeno diferente, a ‘greve generalizada’, como também as greves que abarcam toda uma categoria mas apenas ela”, SILVA Jr., Op. Cit., 1994, p. 268. No caso das greves de 1917 e 1918, podemos efetivamente falar de greves gerais, pois, além de serem o resultado de um chamamento organizado, feito por associações operárias, possuíam uma pauta comum de reivindicações, não constituindo, portanto, o resultado da generalização de diversos movimentos grevistas que ocorriam paralelamente sem terem uma relação mais formal entre si.

<sup>833</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 3.

Fábrica de Capas	A. J. Renner & Cia	110
Fábrica de Cerveja	Bopp Irmãos	73
Fábrica de Cerveja	Bernardo Sassen	70
Fábrica de Cerveja	Ritter & Filhos	55
Fábrica de Tecidos de Seda	Elmer & Cia	6
Moinho de Arroz	R. C. Treptow	28
Moinho de Arroz	A. Dexheimer & Cia	19
Moinho de Arroz	Albino Cunha	24
Fábrica de Cigarros	Tertuliano G. Borges	137
Companhia Telephônica	Companhia Telephônica	106
Centro Commercial	Centro Commercial	24
Fábrica de Cigarros	V. Martins & Cia	18
Padaria Delgado	Delgado & Irmãos	19
Padaria Brasil	Silva & Irmão	8
Padaria Primor	Monteiro Gomes & Cia	16
Padaria Popular	Bastos & Almeida	22
Padaria Weidemann	Carlos Weidmann	5
Padaria Varsóvia	Carlos Tropowski	20
Padaria Oscar Ruscher	Oscar Ruscher	9
Padaria Juvenal Cruz	Juvenal Cruz	3
Padaria Feliz	Flores & Pereira	28
Padaria Luso-Brasileira	Fonseca & Cia	8
Padaria Lealdade	Antônio Gonçalves Serqueira [sic]	9
Padaria Appolonia	Estanislau Praiss	4
Padaria Moinhos de Vento	Roberto Droescher	13
Padaria Garibaldi	Pedro Zoratto	10
Fábrica de Café	A. Maysonave & Cia	18
<b>Total de Operários em Greve</b>		<b>2.493</b>

No quadro, observamos a grande quantidade de padarias que aderiram à greve, 14 estabelecimentos, totalizando 174 trabalhadores paralisados. Percebemos que algumas padarias possuíam mais de 20 operários parados: a Padaria Feliz, com 28; a Padaria Popular, com 22; e a Padaria Varsóvia, com 20. Outro ramo com significativa participação foi o têxtil, com um total de 866 operários em greve. Se somarmos os empregados do setor têxtil com os da Cia Força & Luz, temos um total de 65,94% dos operários acima relacionados. Devemos observar, contudo, que o quadro omite importantes categorias em greve, como os carpinteiros, sapateiros, alfaiates e operários do ramo metalúrgico, por exemplo. Segundo o *Correio do Povo*, cerca de 600 metalúrgicos teriam aderido ao movimento<sup>834</sup>, o que elevaria o número de grevistas para acima de 3000, demonstrando a força daquele movimento.

<sup>834</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4.

#### 4.2.1 Vitórias operárias, demissões, participação política e *lockouts*

Como estudamos no Capítulo I, a partir de maio de 1919, movimentos grevistas rebentaram em muitos estabelecimentos da capital. Antes, em abril, eclodiu uma greve dos operários que trabalhavam nas obras do cais<sup>835</sup>. Esta durou até o início de julho, quando os patrões propuseram um aumento de 1\$000 para os operários da serralha e 5\$000 para os que trabalhavam no cais propriamente dito, e mais sete dias de salário a título de gratificação<sup>836</sup>. Em maio, trapicheiros e estivadores também aderiram à paralisação. Segundo *O Syndicalista*, em poucos dias, a categoria retornou vitoriosa ao trabalho<sup>837</sup>. No mesmo mês, o Sindicato de Resistência dos Alfaiates deflagrou uma greve geral da categoria<sup>838</sup>. A mobilização durou oito dias, até que os proprietários das alfaiatarias apreciassem uma nova tabela de preços elaborada pelo sindicato, que foi posteriormente atendido em suas reivindicações<sup>839</sup>.

Ainda no mês de maio, o Sindicato Padeiral declarou-se em greve, postulando que fossem postos em liberdade os padeiros presos na greve anterior e que uma comissão de higiene fiscalizasse as padarias mensalmente<sup>840</sup>. Também este sindicato foi bem-sucedido em suas reivindicações<sup>841</sup>. No final de julho, o Sindicato dos Operários em Calçados proclamou-se em greve, exigindo aumento de 25% nos ordenados e redução da jornada de trabalho<sup>842</sup>. De acordo *O Syndicalista*, vários proprietários já teriam cedido às intenções dos grevistas, entre eles: Fábrica Castor, Sapataria Pontual, Casa Condor, A Pontualidade, Bota de Ouro, Jacinto Pandolpho, Botinha de Ouro, Sapataria Roma, Pedro Mansur, Theobaldo Klein, João Martineli, J. Buanove, Maximílio Ouriques, Arthur Hultsch, E. Lima e Cia., Gustavo Hartz, Frederico Strassburger, Avelino Freitas, Alcides Ignácio Moreira e Francisco Brino<sup>843</sup>.

Uma estratégia desenvolvida pelos proprietários de certos estabelecimentos com o objetivo de desestimular os operários a aderirem aos movimentos paredistas e de

---

<sup>835</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

<sup>836</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3.

<sup>837</sup> *Idem*.

<sup>838</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 4.

<sup>839</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2. Neste número de *O Syndicalista* encontra-se a tabela apresentada pelos alfaiates e um boletim da categoria. A tabela foi transcrita no capítulo III. Ver também *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/05/1919, p. 2. Até o início de junho, apenas “os srs. João Meneghetti e Sassen não haviam dado a definitiva resposta que, entretanto, sabia-se satisfatória”. *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 03/06/1919, p. 3.

<sup>840</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 01/05/1919, p. 3. Esta greve foi abordada no capítulo III.

<sup>841</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 26/05/1919, p. 3.

<sup>842</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 4.

<sup>843</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.

garantir a continuidade da produção era substituir os trabalhadores em greve. Segundo Sirot, durante as greves, "a necessidade de manter a produção, reduzida ou suspensa pela greve, se impõe. A maneira mais elementar e a mais direta consiste na contratação de novos trabalhadores"<sup>844</sup>. E em 1919, esse foi um artifício bastante recorrente por parte do empresariado. A diretoria da Cia. Força e Luz, por exemplo, "havia conseguido contratar vários maquinistas e foguistas licenciados da armada que aqui se achavam e que deram começo ao trabalho de aquecimento das caldeiras da usina", contratando também em São Paulo "pessoal para trabalhar na sua usina, o qual [tinha] embarcado pela estrada de ferro com destino a essa capital"<sup>845</sup>. A mesma Companhia publicou uma série de anúncios nos quais oferecia empregos a maquinistas e foguistas interessados em substituir os grevistas<sup>846</sup>. A empresa, ainda, divulgou na imprensa e afixou o seguinte aviso nas suas portas:

Previne-se aos empregados desta companhia que, dentro do prazo suficiente para o conhecimento deste aviso, serão os mesmos considerados despedidos e substituídos caso não se apresentem para assumir os seus lugares. Os retardatários que alegarem moléstia ou força maior serão readmitidos, desde que suas alegações forem plenamente justificadas. Aqueles que se demonstrarem desafetos [sic] à companhia, perturbando o serviço e a disciplina serão em tempo demitidos<sup>847</sup>.

No ano anterior, como já vimos, quando ocorrera a interrupção do fornecimento de energia elétrica em virtude da paralisação dos operários que trabalhavam na usina da Companhia Força & Luz<sup>848</sup>, o presidente do Estado ordenou o restabelecimento do serviço, promovendo a ocupação militar do estabelecimento<sup>849</sup> e enviando alguns homens que estavam recolhidos nas prisões do 1º e 3º distritos para substituírem os grevistas<sup>850</sup>. Como também expomos no capítulo anterior, o socorro ao patronato por parte do Estado, ao convocar indivíduos reclusos para trabalharem no lugar de operários grevistas, foi recorrente em outros movimentos paredistas.

Outras empresas também vinham demitindo sistematicamente os empregados grevistas como, por exemplo, a Padaria Varsóvia, de propriedade de Carlos Tropowski, que já havia dispensado todos os seus funcionários – em número de 20, segundo o

---

<sup>844</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 207.

<sup>845</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5. Ver também: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

<sup>846</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 1.

<sup>847</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 06/09/1919, p. 5.

<sup>848</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.

<sup>849</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22/07/1918, p. 6.; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 6.

<sup>850</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/07/1918, p. 4.



*Correio do Povo*, e de 40, segundo manifesto da União Maximalista<sup>851</sup> – e a sapataria de Mendelski que, “no afã de sua cólera divina despediu todos os seus empregados 40 homens”<sup>852</sup>. A Companhia Telefônica (empresa Ganzo, Durruty & C) adotou a mesma postura e, no dia 4 de setembro, demitiu os 21 operários que se achavam parados, declarando encerrada a greve naquela empresa<sup>853</sup>. A mesma companhia já havia demitido, no final de agosto, dois operários “por pertencerem ao sindicato daquela empresa”<sup>854</sup>, e feito circular boletins informando que a empresa dispensaria mais quinze empregados “pelo mesmo motivo”<sup>855</sup>.

Em editorial escrito por Carlos Bonhomme e intitulado *Motivos justificados, resolução injusta*, o *Correio do Povo* criticou a decisão da Companhia de demitir os empregados, frisando a justiça de suas reclamações e os inconvenientes que tal atitude poderia provocar ao comércio e aos assinantes em geral<sup>856</sup>.

No movimento grevista de 1917, recorreu-se à idêntica estratégia. Mesmo que, nesta greve, o Estado tenha atuado no sentido de atender o que fora pleiteado pelos grevistas e propalado fazer a “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, os patrões não se mostraram propensos a repetir o “exemplo” fornecido pelo governo. Um exemplo disto é que, na fábrica de meias da Cia. Fabril Porto Alegre, mandou-se “prevenir aos grevistas em suas residências que haviam sido dispensados de seus serviços na fábrica”<sup>857</sup> e, logo em seguida, foram contratados outros funcionários. Observamos, no capítulo anterior, que esta estratégia patronal de troca de empregados grevistas por outros trabalhadores podia carregar consigo o ônus de promover uma radicalização dos embates com o operariado, uma vez que tal atitude era moralmente rechaçada por não coadunar, na opinião dos militantes, com o repertório de “armas” de uma “greve limpa”. Deste modo, vimos, por exemplo, que, em virtude do aviso veiculado pela Cia. Força e Luz, houve o atentado à bomba na sede da companhia<sup>858</sup>, enquanto que os operários admitidos para substituírem os grevistas na Cia. Fabril Porto Alegre eram “constantemente ameaçados pelos grevistas que pretendem até proibi-

---

<sup>851</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/07/1919, p. 1 e *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre, 1919, p. 20.

<sup>852</sup> *Ao Povo Sedento de Liberdade*. União Maximalista. Anexo 9. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre, 1919, p. 20.

<sup>853</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

<sup>854</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 29/08/1919, p. 3.

<sup>855</sup> *Idem*.

<sup>856</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 1.

<sup>857</sup> ESTADO do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 77.

<sup>858</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/09/1919, p. 10.

los de trabalhar”<sup>859</sup>. Apesar disso, diversas outras empresas dispensaram sem nenhuma relutância os operários que quiseram aderir à greve. Entre eles, as dos srs. J. Ayres Friedrich, F. C. Kessler, Oscar Teichmann e Cia., Kessler e Vasconcelos e Walter Gerdau<sup>860</sup>.

A estratégia de demissão e substituição de operários em greve não se limitava, é claro, apenas ao patronato porto-alegrense. Em outras cidades do estado, lançou-se mão com frequência do mesmo recurso. Por exemplo: durante a greve dos estivadores, ocorrida no ano de 1919, na cidade de Pelotas, as autoridades “obrigaram uns infelizes presos a trabalharem a bordo dos navios em substituição dos estivadores que se acham em greve, reclamando as justas oito horas de trabalho e aumento de salário”<sup>861</sup>. Isso também teria ocorrido em Rio Grande, na greve daquele ano, quando

os presos que se acham recolhidos no segundo posto fizeram o serviço de descarga de carvão para a Usina Elétrica. Os referidos reclusos foram conduzidos à Usina, escoltados por uma força da polícia administrativa. Exatamente como fazia a Alemanha com os prisioneiros de guerra, o que tantas vezes foi censurado pelas boas gentes. A polícia a serviço do burguês não escolhe os meios. Transforma os presos em escravos<sup>862</sup>.

Outra estratégia do patronato diante das ações coletivas dos operários era recorrer ao Estado a fim de buscar apoio e garantia para a “liberdade de trabalho”. Por essa razão, a identificação feita pelos trabalhadores entre Estado e burguesia se torna compreensível. O primeiro foi, inúmeras vezes, convocado para intermediar as divergências de interesse existentes entre as duas classes. No entanto, “esta mediação dos conflitos entre patrões e operários pelo Estado jamais é desinteressada: sua primeira preocupação é a contenção da agitação”<sup>863</sup>. Um exemplo do comportamento do patronato em solicitar auxílio do governo verifica-se no decorrer das greves de setembro de 1919, quando os proprietários e diretores de estabelecimentos cujos operários estavam paralisados dirigiram-se ao presidente do Estado a fim de mostrar-lhe a situação aflitiva pela qual passava a indústria local e solicitar-lhe providências.

---

<sup>859</sup> *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917, p. 21.

<sup>860</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>861</sup> Aos Trabalhadores. Anexo 23. *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016, Porto Alegre: 1919.

<sup>862</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 1.

<sup>863</sup> SIROT, Stéphane. *La Grève em France: une histoire social*. (XIX-XX siècle). Paris: Odile Jacob, 2002, p. 234.

Dirigiram-lhe, ainda, um relatório com o objetivo de “lhe provar a situação precária em que ficaria a indústria se concedesse as exigências dos grevistas”<sup>864</sup>.

A despeito de a burguesia industrial ser, naquele momento, uma fração não-hegemônica da classe dominante no Rio Grande do Sul, a tomada de algumas posições no campo político passou a ser uma alternativa para fortalecer suas posições no âmbito econômico e proteger seus interesses. Ou seja, parecia ser insuficiente a esta elite usufruir o poder econômico, ela precisava também alcançar posições político-institucionais a fim de obter “os meios principais do exercício do poder, de adquirir e conservar riqueza, e de configurar as principais vantagens do prestígio”<sup>865</sup>. Neste sentido, é necessário compreender os mecanismos que levaram esse privilegiado grupo econômico a fazer a passagem de um campo ao outro. Mills afirma que, normalmente, as mesmas pessoas que “[...] governam as grandes empresas, governam o aparelho do Estado e exigem as suas prerrogativas, [...] ocupam os postos de comando na estrutura social nos quais estão centrados agora os instrumentos efectivos do poder e a riqueza e a celebridade de que gozam”<sup>866</sup>.

No caso de Porto Alegre na conjuntura aqui examinada, podemos notar que, muitas vezes, membros da elite econômica foram recrutados pelo partido então hegemônico – o PRR – para suas fileiras e empresários como Alberto Bins começaram a exercer um papel efetivo em termos de participação nas políticas públicas. Bins foi eleito conselheiro municipal em 1908; representante na Assembleia Estadual em 1913, 1917, 1921 e 1926; vice-intendente em 1924 e intendente municipal em 1928<sup>867</sup>. Teria sido conduzido à esfera política por intermédio do próprio Júlio de Castilhos<sup>868</sup>. Em entrevista concedida a Erich Fausel, autor de uma biografia sua, Bins afirmava que a “firme convicção de ser um representante da classe produtora reg[ia] toda a sua atuação administrativa e política”<sup>869</sup>, o que corrobora o fato de que representantes da burguesia industrial passaram a aproximar-se – e participar – do Estado como forma de fazerem valer seus interesses econômicos. Outros exemplos dessa dinâmica: nas eleições

---

<sup>864</sup> A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: *ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre, 1919.; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 5.

<sup>865</sup> MILLS apud CORADINI, Odaci L. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, p. 195-217, 2007.

<sup>866</sup> MILLS, C. W. *La Elite del Poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957, p. 11-12.

<sup>867</sup> PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A Vaga Sombra do Poder: vida associativa e cultura política em Porto Alegre da década de 1920*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 125.

<sup>868</sup> Idem, p. 124.

<sup>869</sup> FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund & Cia. Ltda., s/d, p. 12.

municipais de 1920, José Sanguinetti, proprietário de uma fábrica de móveis, ficou entre os suplentes para o Conselho Municipal<sup>870</sup> e, no pleito de 1924, Victor Adalberto Kessler<sup>871</sup>, filho de Felix Christiano Kessler, sócio da fábrica de chapéus Kessler & Cia, elegeu-se conselheiro municipal com 7261 votos<sup>872</sup>.

Como analisei em minha dissertação de mestrado, o governo do Rio Grande do Sul colocava-se como representante de toda a sociedade, considerando-se o impulsionador do desenvolvimento harmônico do Estado por contar com “o apoio estimulante de todas as classes sociais”<sup>873</sup>. Também observamos no Capítulo II que o PRR era um partido qualitativamente diferente dos demais existentes no país por não ser composto pela elite tradicional do Estado, contando com uma oposição forte e organizada<sup>874</sup>. Em virtude disto, necessitou de um maior respaldo de outros setores sociais, abrangendo demandas diversas e promovendo uma expansão de sua base social, incluindo a burguesia industrial e comercial. Tais segmentos foram incorporados

na estruturação de um partido político, para o qual era vital a composição com os capitais emergentes. O PRR, apresentando-se como o condutor de uma vontade coletiva e formulando uma constelação de ideias adequada à conciliação de interesses díspares, buscou conservar a unidade e a coesão dos principais interesses da sociedade rio-grandense<sup>875</sup>.

Com isto, grupos sociais emergentes, como o patronato comercial e industrial, passaram a ser cooptados pela estrutura do partido e, “como integrantes do aparato de hegemonia que sustentava o PRR, alguns empresários ocuparam cargos políticos de destaque no decorrer da República Velha”<sup>876</sup>. Do mesmo modo, o próprio operariado também foi inserido nos quadros do PRR, bastando ver os casos de Francisco Xavier da Costa e Vigo Thompson Collin, que se tornaram conselheiros municipais. Segundo Pesavento, em Porto Alegre, maior centro industrial do estado, fazia-se notar nitidamente

a presença marcante dos empresários como conselheiros municipais: Alberto Bins e Victor Henrique Silva (fundição e metalúrgica), Antônio Chaves Barcellos Filho (lanifício e moinho), Simão Kappel, Edmundo Arnt e Francisco Herzog (móveis), Carlos Júlio Becker e H. de Barros Figueiredo Jr. (calçados), Frederico Linck e Ramiro Barcellos (charqueada), Frederico

<sup>870</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 29/09/1920, p. 4.

<sup>871</sup> Em 1918, Victor Adalberto Kessler havia sido eleito por unanimidade suplente da diretoria do Banco Nacional do Comércio em Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 21/03/1918, p. 4.

<sup>872</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 03/10/1924, p. 3.

<sup>873</sup> MENSAGEM do Presidente do Estado à Assembleia dos Representantes. 1903, p. 8.

<sup>874</sup> PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um Projeto Político Alternativo* (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 15.

<sup>875</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 238.

<sup>876</sup> Idem, p. 239.

Dexheimer e Victor Alberto Kessler (beneficiamento de arroz), Felipe Schmitt e Frederico Trein (banha), José Bertaso (indústria gráfica), Eurípedes Mostardeiro (arroz e fiação e tecidos), Antônio Mostadeiro Filho (interesses ligados à fabricação de papel e papelão) e os já citados Luís Englert e Domingos Martins Pereira de Souza<sup>877</sup>.

Na Assembleia dos Representantes do Estado, empresários de diferentes ramos, atuantes na capital, também ocuparam o cargo de deputado pelo PRR. Alguns exemplos: Possidônio Mâncio da Cunha Jr., ligado à Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense e com participação em várias empresas do estado, como, por exemplo, a Fiat Lux; o já referido Alberto Bins, da Metalúrgica Berta; Antônio Soares de Barcellos, proprietário de fábrica de acolchoados e um dos diretores da Fiat Lux; Antônio Chaves Barcellos Filho, do Lanifício São Pedro e da casa comercial Chaves & Almeida; Manoel Py, da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense; Eurípedes Mostardeiro<sup>878</sup>, cuja família era incorporadora da Fiateci, entre outros<sup>879</sup>. Observa-se, pois, a tentativa da burguesia porto-alegrense de se fazer representar politicamente por meio da participação nos assentos legislativos – tanto municipais quanto estaduais. Com isso, por estarem próximos ao Estado, esses empresários podiam dispor de forma mais “garantida” do apoio daquele quando seus empregados se declaravam em greve, como foi visto anteriormente.

Outras medidas empregadas pelo patronato diante das greves aqui examinadas foram a tomada conjunta de decisões e o *lockout*, conforme veremos a partir de agora.

---

<sup>877</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>878</sup> Eurípedes Mostardeiro nasceu em Rio Grande em 1867. Era proprietário de três plantações de arroz que ocupavam uma área total de 500 hectares e produziam anualmente 15.000 sacos. Em Cachoeira, possuía sociedade com a firma Aydos Neves & Cia., com moinhos para beneficiar arroz. Os sócios desta firma eram os srs. João Aydos, Frederico Descheimer e Isidoro Neves. Fundou a firma Pedro Pereira & Cia, em 1902, para comercializar armarinhos e modas. LLOYD’S, Op. Cit., 1913, p. 826.

<sup>879</sup> Pesavento complementa e precisa esta lista: “Na Assembleia dos Representantes, empresários de diferentes ramos ocuparam o cargo de deputados pelo PRR: Alberto Roberto Rosa, charqueador e um dos fundadores da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, foi deputado da 7ª à 9ª legislatura; o já referido Possidônio Mâncio da Cunha Jr. foi constituinte em 1891 e deputado na 1ª, 7ª, 8ª e 9ª legislaturas; Alberto Bins, da Metalúrgica Berta, foi deputado estadual da 7ª à 10ª legislaturas; Antônio Soares de Barcellos, proprietário da fábrica de acolchoados e um dos diretores da Fiat Lux, foi constituinte em 1891 e ocupou uma cadeira na assembleia na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 7ª legislaturas; Antônio Chaves Barcellos Filho, do Lanifício São Pedro e da casa comercial Chaves & Almeida, cumpriu mandato na 8ª legislatura; Frederico Linck, charqueador, foi representante do PRR na Assembleia da 7ª à 10ª legislatura; José Gonçalves Chaves, também charqueador, foi deputado na 5ª legislatura; Manoel Py, da Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, deputado da 2ª à 5ª legislatura; Emílio Guilayn, charqueador de Bagé, ocupou mandato legislativo da 5ª à 8ª legislatura; Baltazar de Bem, charqueador de Cachoeira, da 5ª à 16ª legislatura; Júlio Mendonça Moreira, da firma charqueadora Moreira & Filhos, de Pelotas, foi constituinte de 1891 e deputado na 1ª legislatura; Eurípedes Mostardeiro, cuja família era incorporadora da Fiateci e possuía engenho de arroz, foi deputado na 7ª legislatura; Luís Englert, constituinte de 1891 e deputado estadual da 1ª à 6ª legislatura; Domingos Martins Pereira de Souza, representante na Assembleia na 5ª e 6ª legislaturas e Euclides de Souza Aranha, na 5ª legislatura”. PESAVENTO, Op. Cit., 1988. p. 239-240.

No começo de agosto de 1919, foi a vez dos marceneiros, carpinteiros e classes anexas entrarem em greve. Este movimento – o primeiro da categoria em Porto Alegre – durou doze dias e resultou na vitória dos trabalhadores<sup>880</sup>, que conseguiram não só a redução da jornada de trabalho para oito horas bem como o aumento de 3\$000 em seus salários<sup>881</sup>. Contudo, durante a greve, já se observa a tentativa dos patrões de negociarem coletivamente com os empregados. No momento em que os operários da fábrica de móveis Arnt, Depperman & Cia.<sup>882</sup> solicitaram junto ao tenente-coronel Edmundo Arnt, sócio da empresa, a adoção da jornada de oito horas e o aumento de salário de 25%, este lhes declarou que “antes de dar uma resposta iria convocar uma reunião com os demais colegas a fim de que, em comum acordo, os proprietários de fábrica de móveis resolvessem sobre o assunto”<sup>883</sup>. Assim, em reunião da classe patronal ocorrida no salão nobre do clube Grêmio Náutico União, os proprietários de marcenarias enviaram a seguinte proposta aos operários:

Horário – o horário oficial será de oito horas por dia. Toda vez que em uma oficina houver trabalho fora do horário, ‘o operário por dia’ perceberá neste caso o correspondente por hora de trabalho, sobre sua diária.

Aumento – O aumento de salário para o ‘empregado por dia’ consiste na diminuição do horário e para os operários em peça aumentar-se-á o preço de todos os serviços na proporção de menos para os já bem pagos, e mais para os atualmente mal pagos, não podendo este aumento ser inferior nunca a 5% e mais do que 15%, a juízo dos patrões<sup>884</sup>.

As propostas foram rejeitadas pelo sindicato que, agradecendo a “esmola”, decidiu pela continuidade da greve, em função de que aquelas “não estavam de acordo com as resoluções tomadas pelos operários”<sup>885</sup>. Em suas Memórias, Friedrich Kniestedt, um dos principais dirigentes da FORGS no período e membro do Sindicato dos

---

<sup>880</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre. 03/09/1919, p. 3. Sobre este movimento, Friedrich Kniestedt – que era tesoureiro do referido Sindicato – menciona que os trabalhadores em madeira tinham entrado em greve em solidariedade aos trabalhadores da indústria metalúrgica que reclamavam por uma jornada de oito horas de trabalho. GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 127.

<sup>881</sup> RELATÓRIO do Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Lustosa, Porto Alegre, 1920, p. 355-357 (BPERS).

<sup>882</sup> Fundada por Simon Kappel e Edmundo Arnt em 1869, passou a chamar-se Arnt, Depperman & Cia. após a saída do sócio João Kappel Sobrinho, filho de Simon Kappel.

<sup>883</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06/08/1919, p. 4.

<sup>884</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4. Segundo Pesavento, “a remuneração por peça atuava como um estímulo para trabalhar mais e obter um maior salário, o que redundava, na prática, em dilatação da jornada de trabalho”. PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 52.

<sup>885</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4. O Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas distribuiu um boletim intitulado *Aos trabalhadores e ao Povo em geral* no qual justificava a recusa da oferta dos proprietários de fábricas e oficinas. *Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral*. Anexo 21. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1917.



Marceneiros, relata a respeito da greve: “depois de uma semana quase todas as marcenarias tinham concordado [com a redução da jornada de trabalho para oito horas], depois de duas semanas quase todas as serrarias, e mais uma semana depois também a grande fábrica de cadeiras e móveis de Gerdau concordou.”<sup>886</sup>. Entretanto, as exigências foram atendidas parcialmente e os marceneiros tiveram de se contentar com as propostas dos patrões. No caso dos carpinteiros, ocorreu uma situação semelhante: alguns proprietários reuniram-se na Carpintaria Sommer (de propriedade de Roberto Sommer e sita à Rua Ernesto Alves, 71) e “resolveram conceder aos operários 8 horas de trabalho, 10% sobre os salários e a garantia das ferramentas em caso de incêndio”<sup>887</sup>.

Apesar disto, o sindicato recusou a proposta dos patrões e optou pela continuidade da greve até que todas as exigências cabalmente fossem aceitas: “Em vista desta resposta, os proprietários uniram-se e resolveram sustentar suas decisões e acordaram abrir as oficinas a fim de serem admitidos ao serviço todos os operários que queiram retornar ao trabalho. Ficou resolvido, também, que no caso de não comparecimento dos operários, as carpintarias fechassem, por tempo indeterminado”<sup>888</sup>.

Esta decisão dos proprietários de carpintarias de Porto Alegre caracteriza um *lockout*, recurso de pressão com potencial de coagir os trabalhadores a voltarem ao serviço, sinalizando uma verdadeira “queda de braço” entre patrões e empregados: quem teria condições de resistir por mais tempo? Os patrões respondem à greve operária com uma greve patronal<sup>889</sup>. De forma semelhante aos boicotes organizados pelos operários e estudados no capítulo anterior, o *lockout* também se constitui em uma técnica de pressão, nesse caso exercida pelos patrões, que se baseia na abstenção do trabalho através do fechamento dos estabelecimentos. Esse recurso pode ser definido como a recusa por parte dos patrões em ceder aos trabalhadores os instrumentos de trabalho necessários para a sua atividade e “é usado, na maior parte das vezes, como reação por parte dos empresários contra indicativos de greve”<sup>890</sup>. Sirot o considera um “método de resistência radical”<sup>891</sup> empregado por “alguns patrões combativos ou bem organizados [...] como uma resposta, quase imediata, destinada a mostrar a sua vontade

---

<sup>886</sup> GERTZ, Op. Cit., 1989, p. 127.

<sup>887</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4.

<sup>888</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12/08/1919, p. 4.

<sup>889</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 210.

<sup>890</sup> TREU, Tiziano. Lock-Out. In: BÓBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 731.

<sup>891</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 210.



de resistir e, assim, colocar um fim rápido ao conflito”<sup>892</sup>. Segundo Treu, o *lockout* pode ser defensivo ou ofensivo, sendo que o objetivo comum a ambas as formas é “pôr o empresário numa posição mais vantajosa em relação aos trabalhadores envolvidos na disputa”<sup>893</sup>.

O emprego de tal estratégia também pode ser observado em outras ocasiões: na greve dos tecelões e chapeleiros do mesmo ano, por exemplo, os proprietários das fábricas Companhia Têxtil Rio-Grandense, Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia Fabril Porto-Alegrense, A. J. Renner & Cia, F. C. Kessler, Eduardo Sommer e Oscar Teichmann deliberaram “fazer cessar o funcionamento” das fábricas<sup>894</sup>. Todavia, no período aqui estudado, as ameaças de *lockout* foram mais comuns do que a sua aplicação.

Enfim, as principais estratégias usadas pelos patrões durante as greves estudadas nesta tese, em especial na de 1919 (quando as reivindicações operárias dirigiram-se, sobretudo, a eles), foram a substituição dos operários grevistas, a ameaça ou a efetivação de *lockouts*, o apelo à intervenção do Poder Público (fortalecida pela participação de empresários no campo político) e a negociação coletiva dos patrões. Tais métodos sinalizam que, no processo de enfrentamento com os trabalhadores, também o patronato estava constituindo-se como classe e organizando-se, como veremos a seguir.

#### **4.2.2 A organização patronal e suas ações conjuntas**

Em face de tamanha pressão derivada da ação organizada dos trabalhadores e suas associações classistas, tornou-se necessário, da parte do patronato, a adoção de um conjunto de estratégias coletivas. No início do século XX, os industriais ainda não estavam constituídos em uma entidade classista “como acontecia com os comerciantes, que desde 1858 já possuíam a Associação Comercial, ou os criadores, que haviam fundado em 1912 a União dos Criadores”<sup>895</sup>. Apesar de desprovidos de uma instituição própria, os industriais congregavam-se nas entidades associativas dos comerciantes, entre as quais se destacava a Praça de Comércio de Porto Alegre. Isso se justifica

---

<sup>892</sup> SIROT, Op. Cit., 2002, p. 211.

<sup>893</sup> Idem, p. 732

<sup>894</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08/09/1919, p. 3.

<sup>895</sup> MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 424, 1991.

quando se considera que os interesses de ambas as frações não agrárias da burguesia — ou seja, comerciantes e industriais — apresentavam, ao menos naquele momento, mais complementaridades do que divergências.

Durante a greve geral de 1906 – a “Greve dos 21 dias” –, a fim de defender os interesses da classe patronal frente à pressão dos operários, ocorreu uma tentativa de associação da classe com o intuito de formar uma entidade específica. A iniciativa capitaneada por Alberto Bins defendia a criação de uma organização dos empresários que os habilitasse a adotarem ações conjuntas no confronto com os trabalhadores paredistas. Para Bins, os industrialistas “precisavam ter um órgão legítimo e autorizado, que cuide de tudo quanto lhes diz respeito e que se entenda diretamente com os poderes públicos”<sup>896</sup>. É sintomático observar que esta primeira iniciativa do patronato de constituir uma entidade de classe coincidiu com a fundação da FORGS, evidenciando a dialética que preside a formação das duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Schmidt salienta que “assim como a classe operária porto-alegrense procurava cristalizar a sua identidade em uma associação – a FORGS –, a burguesia local também buscou institucionalizar a comunhão de seus interesses”<sup>897</sup>.

Em uma reunião dos proprietários de diversas fábricas de Porto Alegre ocorrida no Clube Caxeiral, esses concordaram com a iniciativa e acordaram em propor aos operários o estabelecimento da média de nove horas de trabalho, entre outras deliberações, como a de solicitar que as autoridades policiais garantissem a liberdade daqueles que desejassem trabalhar<sup>898</sup>.

A nova entidade se denominaria União Industrial e a comissão destinada a elaborar seus estatutos compôs-se de modo a contemplar os diferentes ramos da indústria: Alberto Bins (ferros), Victor Barreto (calçados), Francisco Herzog (madeiras), Otto Fenselau (tecidos) e Neugebauer (doces). Participariam da associação grandes e pequenos industriais, contribuindo cada um de acordo com o tamanho do seu estabelecimento. Poderiam participar, inclusive, as oficinas menores, que, na opinião dos industriais, só teriam a lucrar com seu ingresso na entidade<sup>899</sup>.

Em outra reunião do patronato, ainda durante a greve de 1906, desta vez no salão da Usina Elétrica, Alberto Bins apresentou a proposta de um representante dos

---

<sup>896</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 07/10/1906, p. 5.

<sup>897</sup> SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 53.

<sup>898</sup> Esta exposição está baseada, principalmente, nos números do periódico *O Independente* publicados entre os dias 4 e 21 de outubro de 1906.

<sup>899</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 245.

operários, que havia lhe sugerido que, se os proprietários reduzissem a jornada de trabalho para 8 ½ horas, os grevistas voltariam ao trabalho, advogando logo a seguir que a jornada fosse modificada para 8 ¾ horas<sup>900</sup>. Tal proposta, aparentemente pouco atrativa para o operariado, pode ser compreendida se observarmos que a greve significa muito mais do que uma disputa meramente econômica, por salários, pois representa a possibilidade de resgate da honra e da dignidade dos trabalhadores, fazendo com que esses se sintam importantes. Um exemplo, embora bastante posterior, parece corroborar essa interpretação: em depoimento colhido no decorrer de uma greve dos operários metalúrgicos em São Paulo, Frederico, um operário, afirmou que a greve é “[...] mais pela honra do cara do que pelo aumento”<sup>901</sup>. Voltando ao contexto aqui em estudo, esta diferença de quinze minutos sugerida pelo líder operário pode ser encarada, então, muito mais como uma tentativa de resguardar o orgulho dos trabalhadores, para que esses não tivessem que acatar a proposta dos patrões, ferindo a dignidade do grupo. A greve havia se tornado uma questão de princípios, colocando em xeque a posição de liderança tanto de Francisco Xavier da Costa quanto de Alberto Bins<sup>902</sup>.

Bins informou-lhe, então, que teria de apresentar a proposta a seus colegas, porém votaria contra. Encaminhada a proposta aos proprietários, essa foi rechaçada por ser vista como um aviltamento<sup>903</sup>. Os empresários acabaram acatando a sugestão de Bins e rejeitando “por unanimidade, a proposta, alegando que essa concessão seria humilhante aos industrialistas que argumentavam já terem sofrido inúmeras ofensas por grosserias ditas pelos grevistas em comícios e panfletos”<sup>904</sup>. Nesta reunião, ficou combinado também que a discussão acerca da criação da União Industrial só seria retomada após o término da greve, quando chegasse do Rio de Janeiro o modelo de um estatuto de uma associação similar.

A respeito da atitude dos patrões nesta “parede”, Bilhão ressalta que, apesar das evidências estampadas nos jornais, “o grupo dos industrialistas e construtores já não se

---

<sup>900</sup> O representante operário que trouxe esta proposta aos industrialistas foi, segundo Schmidt, Francisco Xavier da Costa, que “tentando garantir a sua posição de efetivo negociador – ainda apresentou a contraproposta de uma jornada de 8 horas e três quartos, a qual, segundo ele, caso fosse aprovada, seria aceita por todos os trabalhadores, que imediatamente voltariam às fábricas e oficinas”. SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 67.

<sup>901</sup> Trecho de depoimento colhido em uma das greves dos anos 1978-1980. ABRAMO, L. W. Greve metalúrgica em S. Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: CARDOSO, Ruth Correa *et al.* *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 214.

<sup>902</sup> SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 67.

<sup>903</sup> Esta exposição está baseada, principalmente, nos números do periódico *O Independente* publicados entre os dias 4 e 21 de outubro de 1906.

<sup>904</sup> BILHÃO, Isabel, Op. Cit., p. 53.

encontra[va] tão coeso”, pois, contrariando o convênio firmado em reuniões anteriores, alguns construtores acataram a reivindicação de oito horas diárias de trabalho<sup>905</sup>. Da mesma forma, outros industrialistas também estabeleceram acordos em separado com seus funcionários, o que evidencia tensões e divergências nas estratégias dos patrões. Nicolau Rocco, da Confeitaria Rocco, foi mais além: além de conceder as oito horas a seus funcionários, abriu uma subscrição para auxiliar os grevistas, tendo doado 100 mil réis!<sup>906</sup> Em 1906, a possibilidade de se fundar uma agremiação capaz de congregar os interesses do patronato porto-alegrense foi aventada como uma resposta à crescente organização dos operários. Em 1919, tornou-se necessário, novamente, apelar para a união da classe patronal com a finalidade precípua de enfrentar o ascenso mobilizatório dos trabalhadores da capital que, como vimos, vinham deflagrando ininterruptas greves, as quais proporcionavam ganhos aos operários.

No mês de julho, o Sindicato dos Metalúrgicos declarou-se em greve exigindo oito horas de trabalho e aumento de salário. As comissões de operários encarregadas de negociar com os patrões informaram que os srs. Mabilde & Cia., Edgar Booth<sup>907</sup> e Francisco Clausen haviam acedido em adotar o horário proposto. Quanto às demais oficinas, embora tivessem sido entregues ofícios aos seus proprietários, as respostas ainda estavam sendo aguardadas<sup>908</sup>. Ou seja, os patrões estavam sendo pressionados e muitos acabavam por ceder às exigências do operariado. Nesta direção, o jornal *Correio do Povo* noticiou:

Os srs. Alcaraz & Cia., Só Filhos, José Becker & Irmão, Jacques Maas, Cypriano Micheletto & Irmão, Otto Outeiral, Bromber & Cia, Guilherme Knack e João R. Alves resolveram adotar, em seus estabelecimentos, a jornada de 8 horas, conforme solicitavam os operários<sup>909</sup>.

Apesar de alguns empregadores terem atendido ao que fora pleiteado pelos metalúrgicos, em reunião dos proprietários de estabelecimentos desta natureza, ficou decidido, segundo proposição do major Alberto Bins (que parece ser, ao longo da Primeira República, o grande articulador da classe patronal porto-alegrense), que eles não iriam ceder às reivindicações, argumentando que tramitava no Congresso Nacional uma lei que regulamentava a jornada de trabalho em oito horas e, se eles adotassem a

---

<sup>905</sup> Idem, p. 54.

<sup>906</sup> SCHMIDT, Op. Cit., 2005, p. 62.

<sup>907</sup> Uma curiosidade: Edgar Booth foi o autor do primeiro gol em Grenais. Além disso, foi “o pivô da primeira briga em gre-nais”. BUENO, Eduardo. *Grêmio: nada pode ser maior*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 86.

<sup>908</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4.

<sup>909</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17/08/1919, p. 3.

redução de jornada, ficariam prejudicados pela concorrência, o que também prejudicaria os próprios operários em função da diminuição do movimento naqueles estabelecimentos<sup>910</sup>.

Durante esta reunião, os proprietários das metalúrgicas encontravam-se divididos e defendiam propostas opostas. Enquanto Joaquim Alcaraz sugeria que os patrões “acessem ao pedido dos operários, concedendo-lhes a jornada de trabalho de 8 horas”, Alberto Bins sustentava que se deveria aguardar a aprovação da referida lei que tramitava no Congresso. O último alegava que, caso se adotasse a redução da jornada de trabalho nas indústrias da cidade, tal medida “colocaria os estabelecimentos metalúrgicos desta capital em condição de inferioridade em relação a estabelecimentos de localidades próximas onde vigoram horários de 9, 10 e até mais horas de trabalho”<sup>911</sup>. *O Syndicalista*, ao comentar tal encontro, ironizou Alberto Bins, por esse ter reunido a “congregação abissínica” e falado “pesadamente, prussianamente”, contra os “malandros que fizeram o desaforo de se declarar em greve”<sup>912</sup>. Mesmo os patrões que concordaram em atender a reivindicação do sindicato foram criticados pelo jornal, uma vez que esses – chamados de “cérebros de lama” – “resolveram estabelecer as 8 horas mas não assinam nem reconhecem o Comitê nem a greve, como se fossem deuses ou homens de palavra”<sup>913</sup>. Provavelmente, esta crítica dos operários se devia ao fato de que, em anos anteriores, alguns proprietários também concordaram com a jornada de oito horas e, logo depois, retomaram as jornadas mais longas<sup>914</sup>.

Quando a greve se generalizou, no final de agosto, os patrões vinham atuando de modo atomizado, o que lhes colocava em uma situação de vulnerabilidade diante de seus funcionários, tornando-os “reféns” de suas exigências. Segundo Mertz, “o fato de os industriais não se encontrarem arregimentados em um órgão de classe [...] contribuiu para que optassem por uma atuação individual, ou seja, a [sic] nível de empresa”<sup>915</sup>. Como reportado, durante a greve dos metalúrgicos, Alberto Bins tentou sem sucesso

---

<sup>910</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/07/1919, p. 4 e 23/07/1919, p. 4.

<sup>911</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23/09/1919, p. 3.

<sup>912</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.

<sup>913</sup> *Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes*. Aos metalúrgicos e aos operários em geral, Porto Alegre, 16/08/1919. Anexo 17. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016, Porto Alegre: 1919.

<sup>914</sup> Bilhão, por exemplo, enfatiza que, durante a greve geral de 1906, alguns comerciantes que chegaram a “efetuar um acordo com os funcionários pelo qual as portas deveriam ser fechadas às 20 horas” romperam com seu compromisso e continuaram a fechar seus estabelecimentos no horário habitual, 21 horas. Em virtude disto, teriam recebido estrondosas vaias de trabalhadores. BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre, 1906-1911*, Porto Alegre: EdIPUCRS, 1999, p. 54.

<sup>915</sup> MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, p. 424, 1991.

unificar a posição dos proprietários a fim de que ninguém atendesse às demandas dos operários. Porém, no início de setembro, quando as greves estouravam de maneira bastante rápida, os patrões realizaram uma reunião no Clube do Comércio. A essa compareceram os proprietários e diretores dos seguintes estabelecimentos: “Força e Luz Porto-Alegrense, Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Têxteis Sul-Brasileira, Fabril Porto-Alegrense, Moinho Rio-Grandense, Eduardo Sommer, Oscar Teichmann, Moinho Rio-Grandense, Rodolpho Traptow, Serraria Garibaldi, Becker & Cia., Bopp & Irmãos, B. Sassen, Ritter & Cia., Tertuliano G. Borges e outros representantes”<sup>916</sup>.

Neste encontro, estabeleceu-se a resolução de que os empresários não fariam nenhuma concessão aos grevistas e foi deliberada, por unanimidade de votos, a atuação em comum acordo. Decidiu-se ainda realizar uma grande reunião da classe “a fim de serem tomadas as deliberações definitivas”<sup>917</sup>. Alguns dias depois, o jornal *A Federação* noticiou que “os industriais e comerciantes desta praça, proprietários de estabelecimentos cujo pessoal se acha em greve, resolveram não realizar nova reunião conforme tinham combinado, visto se acharem todos dispostos a não aceder às pretensões dos operários em greve”<sup>918</sup>. Tal postura dos patrões porto-alegrenses divergiu da adotada no mesmo ano por seus congêneres paulistanos durante a greve geral ocorrida no mês de maio naquela cidade, quando os proprietários negociaram diretamente com seus operários, não adotando uma posição conjunta como na capital gaúcha. Lá, alguns operários “saíram vencidos totalmente, outros parcialmente e alguns vencedores”<sup>919</sup>. Isto porque a simples posição de classe – propriedade dos meios de produção – não implica necessariamente determinada ação política classista. Como vimos, no caso de Porto Alegre, ao contrário da capital paulista, a ideia de se organizar a classe patronal já vinha de, pelo menos, 1906.

Percebe-se, também, no processo analisado, uma nítida influência da questão étnica na organização da classe patronal porto-alegrense. Como observamos na primeira parte deste capítulo – e já destacáramos no capítulo anterior – o patronato da capital era composto por significativo número de teuto-descendentes ou mesmo de imigrantes alemães, fazendo com que as identidades étnicas e de classe se mesclassem entre o empresariado porto-alegrense. Anteriormente, durante a greve de 1906, a conformação

---

<sup>916</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 6.

<sup>917</sup> *Idem*.

<sup>918</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 05/09/1919, p. 5.

<sup>919</sup> RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa histórica (1906/1937)*. Rio de Janeiro: Ed. Arte Moderna, 1975, p. 213.

étnica desse patronato já havia sido determinante para os rumos do movimento. Bak, ao tratar de tal aspecto, destaca que, em 1906, “a etnicidade compartilhada [dos proprietários] era algo em comum que inicialmente permitiu que os empresários de origem alemã se movimentassem com respostas individuais, dadas aos trabalhadores em um estabelecimento, para respostas coletivas de um empresariado unido, direcionadas a todo o movimento grevista”<sup>920</sup>. Conforme observamos antes, o mesmo ocorreu em 1919, quando o componente étnico reforçou a identidade de classe. A composição étnica do patronato local – com muitos teuto-descendentes – e os laços econômicos e pessoais estabelecidos entre eles reforçaram um sentimento de unidade, de coesão.

Ao longo deste período, observamos o que poderíamos chamar de “fazer-se” da classe patronal, que acabou por sair de uma situação de atomização, vulnerabilidade e fragilidade diante das agitações operárias para perfilhar uma postura coletiva e organizada, o que acarretava no seu fortalecimento nesse enfrentamento, resultando, muitas vezes, em um esvaziamento das greves. Segundo Pesavento, uma “ação coletiva implica um processo de maior amadurecimento da classe”<sup>921</sup>. Para a autora, “o processo de amadurecimento e de autoidentificação de uma classe é lento e complexo. No caso do empresariado industrial gaúcho, ele dependeu tanto da consolidação de condições objetivas que lhe deram nascimento – a emergência da fábrica no seio de uma sociedade agrária – quanto da conjuntura política que assistiu à sua estruturação enquanto fração de classe”<sup>922</sup>.

Para Thompson, é equivocado supor que a classe seja uma coisa, “tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente”<sup>923</sup>. Ela se constitui, se forma através da experiência. As classes

não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe<sup>924</sup>.

---

<sup>920</sup> BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003, p. 36.

<sup>921</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 15.

<sup>922</sup> Idem, p. 238.

<sup>923</sup> THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

<sup>924</sup> THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001, p. 274.



Deste modo, é crível supor que o patronato porto-alegrense, no processo de defesa de seus interesses e buscando manter sua dominação, passasse a se descobrir como classe, optando pela adoção de estratégias coletivas de enfrentamento. Para o autor, classe<sup>925</sup>

“é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento<sup>926</sup>.”

A experiência social compartilhada durante a onda de reivindicações operárias ocorrida, especialmente entre 1917 e 1919, pelo patronato porto-alegrense levou a uma tomada de consciência de que, para a conservação de seu *status quo*, seria necessária a adoção de medidas coletivistas. Assim, a despeito de Bourdieu afirmar que as estratégias de conservação/sucessão dos grupos dominantes partem do princípio de que não há a formação de um grupo constituído coletivamente, mas sim, práticas concorrenciais<sup>927</sup>, nesse momento, a burguesia da capital quebrou seu isolamento e buscou um enfrentamento coletivo, com tomadas de posições classistas (a despeito de alguns empregadores haverem descumprido as combinações).

No caso aqui analisado, a ação intransigente adotada de modo coletivo pelo patronato a fim de enfrentar os grevistas surtiu efeito, visto que, em 1919, a paralisação terminou sem que a maioria das categorias envolvidas no movimento tivesse sido bem-sucedida em suas reivindicações. A posição dos patrões, enrobustecida pela ação do governo do Estado – que, como vimos nos dois primeiros capítulos, repreendeu

---

<sup>925</sup> Bourdieu, analisando a formação das classes, compartilha da concepção de Thompson ao afirmar que “[...] o erro maior, o erro teoricista encontrado em Marx, consistiria em tratar as classes no papel como classes reais”. Para ele, “os grupos – as classes sociais, por exemplo – estão por fazer-se. Não estão dados na ‘realidade social’. Deve-se tomar ao pé da letra o título do famoso livro de E. P. Thompson, A formação da classe operária inglesa; a classe operária tal qual ela hoje pode aparecer para nós, através da palavra para designá-la – ‘classe operária’, ‘proletariado’, ‘trabalhadores’, ‘movimento operário’, etc. –, através das organizações que supostamente a exprimem – as siglas, os escritórios, os secretariados, as bandeiras, etc –, é um artefato histórico bem-fundado”. BOURDIEU, Op. Cit., 2001, p. 156.

<sup>926</sup> THOMPSON, E. P.. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Luigi Antonio, SILVA, Sergio (Orgs.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, p. 169.

<sup>927</sup> BOURDIEU, Op. Cit., 1983, p. 201.

severamente o movimento –, foi vitoriosa e conseguiu debilitar a organização operária. 1919 foi, enfim, o crepúsculo das grandes greves da Primeira República.

No dia 15 de setembro, a *Gazeta do Povo* dava como “conjurada” a greve e questionava: “qual foi o proveito advindo para as classes trabalhadoras resultante desse movimento?”<sup>928</sup>. Como vimos, o periódico atribuía a culpa pela greve aos conselhos dos “espíritos obcecados com a leitura de panfletos rubros”<sup>929</sup>. Ainda houve uma tentativa de realizar um novo *meeting* na praça Conde de Porto Alegre que, contudo, acabou sendo proibido pela polícia<sup>930</sup>. Era o final melancólico de um movimento que se iniciara vigoroso.

Apenas a partir da segunda metade da década de 1920, novamente com a liderança de Alberto Bins, os industriais, reunidos na Associação Comercial de Porto Alegre, passaram a (re)discutir a formação de uma entidade própria. A fundação de uma associação representativa dos industriais gaúchos efetivou-se somente em novembro de 1930, com a criação do Centro de Indústrias Fabris do Rio Grande do Sul (Cinfa), uma consequência direta dos eventos relacionados à chamada Revolução de 30 e ao isolamento ao qual o Estado foi submetido naquele contexto, e da necessidade da classe de organizar-se, mais uma vez, para enfrentar e controlar a chamada “questão social”<sup>931</sup>.

A greve aqui examinada acabara. A união dos patrões, apoiados pelo governo, dobrou a resistência dos sindicatos operários, e suas lideranças – denominadas pela grande imprensa como “aves de arrição” – sofreram um abalo em sua credibilidade. Os “traços infernais”, bem como seus “ideais macabros”, haviam sido derrotados – ao menos naquele momento...

### 4.3 Identidades patronais em disputa

Os embates entre patronato e operariado ultrapassaram as fronteiras das ações coletivas concretas e adentraram, como não poderia deixar de ser, no terreno das disputas simbólicas. Várias representações eram instrumentalizadas no sentido de caracterizar os patrões como exploradores insensíveis e, em consequência, mobilizar os trabalhadores e a população em geral a favor das paredes; ou, ao contrário, com a finalidade de cultuar os proprietários como representantes do progresso, como

---

<sup>928</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

<sup>929</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 15/09/1919, p. 1.

<sup>930</sup> *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16/09/1919, p. 5.

<sup>931</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1988, p. 252.

vencedores na luta pela vida. Nesta seção, analisaremos algumas dessas representações veiculadas pela imprensa operária e pela chamada “grande imprensa”.

#### 4.3.1 Os padrões sob a ótica da imprensa operária

Ao formular a pergunta “como os operários viam seus padrões?”<sup>932</sup>, Perrot mostrou-se surpresa com a escassez de pesquisas que se debruçassem sobre tal questão fundamental, afirmando que essa lacuna dever-se-ia “aos métodos da história social, há longo tempo voltada mais para a descrição estrutural de categorias isoladas do que para as relações entre elas”<sup>933</sup>. Segundo a autora, “toda ação se inscreve num modo de representação; não existe consciência de classe sem visão do mundo ou cultura sem elaboração de uma simbologia”<sup>934</sup>. A imprensa operária, bem como os folhetos distribuídos pelas diferentes associações sindicais, se utilizavam de uma variada gama de representações identitárias que eram instrumentalizadas na luta simbólica contra o patronato. Se, durante os períodos em que vigorava a “normalidade” laboral, a relação entre padrões e empregados poderia ser mais amena e harmoniosa, durante as greves o patrão se tornava o inimigo do operariado, simbolizando a miséria e as dificuldades da vida cotidiana. “Rumor persistente, mas calmo e contido em tempos normais, essa hostilidade explode em tempo de greve no gesto e na palavra”, ressalta Perrot <sup>935</sup>.

A fim de desqualificar seu oponente e evidenciar a exploração capitalista, estes jornais e panfletos caracterizavam o patronato como o grande explorador da classe operária, o parasita, o vampiro. O discurso operário militante estava impregnado de uma constante dualidade: o patrão aparece sempre em oposição ao trabalhador, evidenciando uma visão dicotômica que apresenta, em geral, estereótipos do patrão e do empregado.

Uma das imagens mais comumente veiculadas pela imprensa operária era a do “patrão-vampiro”. Nela, a figura dos proprietários aparece associada a esta “criatura paradoxal” que “prolonga sua vida tomando a das outras criaturas”<sup>936</sup>. Nos boletins operários e jornais impressos pelas diferentes associações de trabalhadores, a ideia de

---

<sup>932</sup> PERROT, Michelle. O olhar do Outro: os padrões franceses vistos pelos operários (1880-1914). *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed., São Paulo: Paz & Terra, 1992, p. 81.

<sup>933</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, p. 81.

<sup>934</sup> Idem, p. 81.

<sup>935</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, p. 84.

<sup>936</sup> LECOUREX, Claude. *História dos Vampiros: a autópsia de um mito*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 33.

que os patrões eram “vampiros burgueses sedentos de sangue”<sup>937</sup> comparecia frequentemente. Por exemplo: em um manifesto anarquista recolhido pela polícia da capital e intitulado *Aos Filhos do Povo*, os patrões são acusados de “sugar” a saúde dos trabalhadores em suas oficinas em benefício do próprio enriquecimento. Este manifesto, distribuído em 1918, pretendia expor a situação do operário que, ao invés de ir à escola, ia para as oficinas a fim de enriquecer seus patrões, afirmando ser o Brasil a pátria de “apenas meia dúzia de vampiros”<sup>938</sup>. Tal manifesto afirmava também que a guerra era apenas mais “uma oportunidade de enriquecer aos vampiros do dinheiro, que não têm escrúpulo de nadar em rios de sangue inocente, subir montanhas de cadáveres mutilados, desde que seus cofres abarrotam-se de ouro”<sup>939</sup>. Devemos lembrar que as representações associadas à figura do vampiro se relacionam tradicionalmente ao mal, ao diabo; afinal, se trata de um ser que, para sobreviver, suga o sangue de outras pessoas. Entretanto, paradoxalmente, para Assunção, “a figura do vampiro constitui uma crise, uma cisão: quase sempre associada ao demônio, é ele quem oferece ao homem outro modo de existência”<sup>940</sup>. Segundo o filósofo iluminista Voltaire,

esses vampiros eram mortos que saíam à noite de seus cemitérios, para vir sugar o sangue dos vivos, seja na garganta, seja no ventre, e depois disso voltavam para suas sepulturas. Os vivos sugados emagreciam, empalideciam, caíam em consumpção; os mortos sugadores de sangue engordavam, ganhavam tonalidades avermelhadas<sup>941</sup>.

De acordo com esta descrição, os vampiros engordavam, progrediam, enquanto que suas vítimas empalideciam e emagreciam, isto é, se trata de uma visão semelhante à que os operários pretendiam transmitir a respeito de seus patrões, os quais prosperariam à custa da miséria dos trabalhadores. Tal concepção, de que os patrões agiam como vampiros, já era evocada pelo próprio Karl Marx. Em *O Capital*, o autor dizia que “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de

---

<sup>937</sup> A Voz da Razão. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. Anexo 1. *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 11.

<sup>938</sup> *Aos Filhos do Povo*. Manifesto Anarquista. AHRS. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151. Cx 76. 1918.

<sup>939</sup> *Idem*.

<sup>940</sup> ASSUNÇÃO, Diego Paleólogo. A produção de um vampiro contemporâneo: identidade, diferença e alteridade nas representações do vampiro. *Revista Entre Meios*, Revista do Departamento de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, v. 8, n.º 8, p. 35, 2011.

<sup>941</sup> VOLTAIRE. Dicionário Filosófico. Apud LECOUTEX, Op. Cit., 2005, p. 36.

trabalho que comprou”<sup>942</sup>. Marx se referia igualmente à burguesia como um vampiro que suga o sangue dos pequenos proprietários, declarando que a “ordem burguesa, que no princípio do século pôs o Estado para montar guarda sobre a recém-criada pequena propriedade e premiou-a com lauréis, tornou-se um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital”<sup>943</sup>. Do mesmo modo, no manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), de 1864, quando da aprovação da lei inglesa do trabalho, que limitava a jornada laboral a dez horas, Marx comparava a indústria daquele país a “um vampiro, [que] só podia viver sugando sangue, inclusive o sangue das crianças”<sup>944</sup>. Ou seja, tratava-se de uma imagem com longa tradição no seio do movimento socialista internacional e que parecia se adequar a diversas situações onde se procurava denunciar os males do capitalismo. Provavelmente isso se devia ao fato da figura do vampiro existir em diversas tradições culturais populares, o que potencializava a representação do “patrão-vampiro” disseminada pela imprensa operária.

Os operários franceses compartilhavam das mesmas alegorias, referindo-se, também, aos patrões como parasitas, exploradores e vampiros. Perrot sintetiza essa representação: “como um ‘vampiro’ (sombrias criaturas esboçam uma espécie de Nosferatu ...), o patronato suga o sangue do povo até a medula, até a morte”<sup>945</sup>.

No que tange aos comerciantes, a imprensa operária (e até mesmo a grande imprensa) também se valia de imagens com longa tradição na cultura ocidental. Analisando a Europa durante a Idade Média, Le Goff apontou que algumas atividades econômicas associadas ao lucro e à usura eram condenadas pela Igreja. Aliás, uma gama muito variada de atividades entrava nessa definição<sup>946</sup>. O que elas tinham em comum? Uma ideia de justiça, vinculada ao “preço justo”. A atividade econômica do mercador,

---

<sup>942</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, (Os economistas), v. 1, l. 1, t. 1, p. 189, 1983.

<sup>943</sup> MARX, Karl. *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986, p. 56.

<sup>944</sup> MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d., v. 1, p. 197.

<sup>945</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, p. 89.

<sup>946</sup> Le Goff afirma: “Falamos de usura e, algumas vezes, os textos e os homens da Idade Média também utilizam essa palavra no singular, usura. Mas a usura tem muitas faces. Quase sempre, os documentos do século XIII empregam o termo no plural: *usurae*. A usura é um monstro de várias cabeças, uma hidra. [...] A usura designa uma multiplicidade de práticas, o que dificultará o estabelecimento de uma fronteira entre o lícito e o ilícito nas operações que admitem juros. [...] Mas há também Usura, a usura em si, denominador comum de um conjunto de práticas financeiras proibidas. A usura é a arrecadação de juros por um empregador nas operações que não devem dar lugar ao juro. Não é portanto a cobrança de qualquer juro. Usura e juro não são sinônimos, nem usura e lucro: a usura intervém onde não há produção ou transformação material de bens concretos”. LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida: economia e religião na Idade Média*. 3ª reimpressão da 2ª ed. de 1989. São Paulo, Editora Brasiliense, 2004, p. 17-18.

do comerciante, estava, por natureza, associada ao lucro. Ele era alguém comprometido em amealhar capitais e crescer profissionalmente. Todavia, os comerciantes acusados de praticar preços injustos, com lucros excessivos, eram encarados como passíveis de sofrer punições<sup>947</sup>. Do mesmo modo, na Porto Alegre do início do século XX, a figura dos açambarcadores era desprezada tanto pelos jornais operários quanto pela imprensa diária, uma vez que esses comerciantes se utilizavam de práticas consideradas injustas com o objetivo de aumentar sua margem de lucro às custas da escassez de alimentos, sobretudo se considerarmos a conjuntura da Primeira Guerra que já provocara uma redução na oferta dos gêneros de primeira necessidade.

Os empresários eram, enfim, exibidos pela imprensa operária como “antropófagos da civilização”<sup>948</sup>, os quais garantidos “[...] pela força procura[m] carneiros que façam fracassar a greve”<sup>949</sup>. Neste momento, compunha-se imagetivamente uma “tríplice aliança” malévola: o Estado garantia os interesses da burguesia e essa se valia de outros trabalhadores para substituir os grevistas. Em suma: Estado, burguesia e “carneiros” apareciam unidos contra a greve.

Outra imagem corriqueira nos escritos operários era a que relacionava o patrão a um parasita, a um mero explorador. Nesta perspectiva, como no caso dos vampiros (também eles, de certa forma, parasitas da vitalidade alheia), aos empregadores eram imputadas expressões como “inomináveis exploradores”<sup>950</sup>, “exploradores insaciáveis”<sup>951</sup>, os quais sugariam o trabalho do operariado em seu próprio benefício. Eles eram considerados, enfim, “monstros inconscientes” que exploram “o suor honrado desses ganhadores de pão”<sup>952</sup>. A alusão aos patrões como parasitas dos trabalhadores é bastante recorrente na literatura operária. Para Rivera, “la iconografía obrerista es pro-trabajo: el obrero esforzado crea la riqueza mientras el burgués se enriquece desde su holganza. El parásito, el vampiro, son sus representaciones más reiteradas”<sup>953</sup>.

---

<sup>947</sup> Idem, p. 27-29.

<sup>948</sup> A Voz da Razão. Ao povo, aos soldados e operários. FORGS. 07/09/1919. Anexo 1. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 11.

<sup>949</sup> Sindicato dos operários da Força & Luz. Anexo 2. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 12.

<sup>950</sup> Anexo 1 do Processo-Crime n.º 1.016, p. 11.

<sup>951</sup> Sindicato de Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas. Aos Trabalhadores e ao Povo em geral. Anexo 10. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 21.

<sup>952</sup> Aos Trabalhadores. União Geral dos Trabalhadores. Bagé, 27 de julho de 1919. Anexo 11. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919.

<sup>953</sup> RIVERA, Antonio. El Tiempo es Oro. Reflexiones desde la historia acerca de la reducción de la jornada y el control del tiempo de trabajo. *Revista de Relaciones Laborales*, n.º 1, p. 8, 1999.

Segundo Paula,

a questão do papel do empresário, a busca de sua valorização e reconhecimento social são temas importantes do pensamento econômico do final do século XIX e início do XX. Autores como Marshall, Sombart, Veblen, Schumpeter e mesmo Keynes farão do empresário sujeito decisivo da vida econômica moderna. Na verdade é possível dizer que toda esta geração de pensadores da economia será marcada por uma tensão no referente ao entendimento do papel do empresário, tensão que talvez possa ser posta assim: herói ou parasita?<sup>954</sup>.

Já o operário deveria tomar consciência do papel que representava na sociedade, que seria o de “roubado, de espoliado, e não de parasita, de ladrão do suor do povo como o de todos os indivíduos que aparentando uma cultura superior e uma caridade que quase sempre é produto de remorso do muito que roubam do povo e não filha de altruísticos sentimentos humanos”<sup>955</sup>.

Outro boletim, distribuído pela União Geral dos Trabalhadores de Bagé (U.G.T.) e apreendido pela polícia durante o *meeting* realizado no dia 7 de setembro de 1919, em Porto Alegre, também atribuía à burguesia a condição de “classe parasita”, afirmando que “uma maioria não deve se sujeitar a uma minoria de indivíduos exploradores e parasitas”<sup>956</sup>. Em informativo publicado pelo Sindicato dos Cervejeiros, os patrões receberam o tratamento de “cáfila de canalhas parasitárias”<sup>957</sup>.

Segundo Perrot, a “constituição dos operários numa classe supõe a ruptura desses laços tingidos de feudalismo, a identificação dos patrões como inimigos. Eles, tornam-se os ‘eles’ exteriores, estranhos, adversários”<sup>958</sup>. O rompimento dos laços paternalistas e servis com o patronato seria um requisito fundamental à consolidação de uma identidade de classe. A construção imagética dos patrões como vampiros, exploradores e sem escrúpulos fazia parte desse processo de rompimento. A elaboração de imagens representativas dessa identidade de classe permitiria estabelecer elementos distintivos e delimitar as características constitutivas de “nós e de eles”. Afinal, como vimos, a identidade do outro se faz “em oposição a”, de modo que

repetições e estereótipos escandem esse discurso estruturado por uma visão dicotômica: as duplas senhor/escravo, exploradores, explorados, produtores, fruidores, desperdício dos ricos/miséria dos pobres formam sua trama,

---

<sup>954</sup> PAULA, João Antônio de. *Teoria econômica, empresários e metamorfoses na empresa industrial*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000, 23 p. (Texto para discussão; 133).

<sup>955</sup> *O Syndicalista*, Porto Alegre, 03/09/1919, p. 1.

<sup>956</sup> Aos Trabalhadores. União Geral dos Trabalhadores. Bagé. 27/07/1919. Anexo 11. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919.

<sup>957</sup> Boletim publicado pelo Sindicato dos Cervejeiros. Publicado em *O Syndicalista*, Porto Alegre, 02/08/1919, p. 3.

<sup>958</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, 84.



simples e eficaz. Como a pedagogia escolar, a pedagogia operária também funciona por um jogo de oposições: as longas jornadas de trabalho tornam as famílias infelizes/as curtas jornadas tornam as famílias felizes<sup>959</sup>.

A imprensa operária e os boletins distribuídos pelos sindicatos buscavam reforçar a noção de que o operário era vítima da exploração do patronato, o qual só sobreviveria às expensas de seu trabalho. Um informe do sindicato dos operários da Força e Luz, por exemplo, trazia a conclamação: “Trabalhadores! Compenetrai-vos do vosso papel de vítimas de toda a dureza da vida”<sup>960</sup>. Segundo tal concepção, o operário seria um mártir nas mãos da exploração parasitária dos patrões porque “eles vivem do nosso trabalho e nos privam de tudo; apavorando-se ao ver o movimento grevista que é o movimento despertador daqueles que são os únicos sustentáculos do mundo – os operários”<sup>961</sup>. Esta “classe dirigente e parasitária”<sup>962</sup> era tida como “inútil para tudo, pois que nada produz e é improdutivo [sic]”. Os militantes operários ainda escarneciam “a triste classe burguesa”<sup>963</sup> que “lastimamos [por não produzirem nada] mas a culpa não é nossa: suicidem-se e bom vento os leve”<sup>964</sup>.

A visão dicotômica da sociedade proposta pela imprensa operária era clara e esquemática: uma classe produtiva e outra parasitária. Em tal divisão, evidencia-se a valorização do trabalho produtivo em detrimento da (in)atividade patronal. Nesse sentido, no Manifesto da União Maximalista, lê-se a seguinte convocação:

Operários! Basta de indolência, saibas de uma vez para sempre que o mundo só deve ser daqueles que produzem; e todo aquele que não produzir é parasita e como tal não lhe deixareis consumir vosso produto – fora com ele, pois<sup>965</sup>.

O trabalho digno era contraposto à exploração do trabalho, vista como um roubo, tornando-se necessário por fim ao “triste e criminoso ofício de roubalheira a par

---

<sup>959</sup> Idem, p. 85.

<sup>960</sup> Sindicato dos Operários da Força e Luz. Anexo 3. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 13.

<sup>961</sup> FORGS. A postos, operários! Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>962</sup> Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 16.

<sup>963</sup> FORGS. A postos, operários! Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>964</sup> FORGS. A postos operários. 04/09/1919. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>965</sup> Manifesto da União Maximalista aos Operários. Do canhão à peste. 117 de novembro de 1918. Anexo 28 do Processo-Crime n.º 1.016, p. 40. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919

de crimes inumeráveis”<sup>966</sup>. Para tanto, “o operário em greve pode, pelo menos matá-los de fome”<sup>967</sup>. Os patrões eram, ainda, apresentados como “canalhas”<sup>968</sup> e “sanguessugas”<sup>969</sup>, inúteis à sociedade. A aceção da inutilidade do patronato pode ser também percebida na passagem a seguir:

se uma peste qualquer matasse todos os industriais e todos os demais parasitas, a humanidade, a ciência, a civilização e a sociedade enfim, não perderiam coisa alguma, pelo contrário, ganhariam muito, isto é ficariam isso sim, livres do cancro que lhes afeta o organismo embrutecendo-lhe, portanto a inteligência<sup>970</sup>.

Tais metáforas organicistas (cancro, sanguessugas, organismo...), instrumentalizadas na luta política por intermédio dos jornais operários e boletins sindicais, contribuía para enaltecer, aos olhos dos leitores, a figura do trabalhador, tido como o sustentáculo do mundo. O apelo tencionava, indubitavelmente, conquistar, por meio do acionamento de uma série de figuras de linguagem e de uma retórica agressiva, a simpatia da população para a causa dos grevistas: “Povo! Acham-se [sic] em greve várias classes operárias que são teu verdadeiro sustentáculo; pois, sem elas, que terias tu para comer e para vestir? Onde morarias enfim?”<sup>971</sup>. A imprensa operária, ao construir tais identidades, edificava uma perfeita distinção entre o “eu” e o “outro”, entre “nós” e “eles”. As identificações negativas atribuídas aos patrões estavam sempre correlacionadas aos operários: os vampiros e as vítimas, os exploradores e os explorados, os parasitas e aqueles que, com seu trabalho, sustentam o mundo.

Como salienta Perrot, o imaginário social da classe operária, assim como muitos outros, “está povoado de fantasmas. Mas fantasmas também fazem história”<sup>972</sup>.

#### 4.3.2 Os patrões na ótica da grande imprensa

---

<sup>966</sup> FORGS. A postos operários. 04/09/1919. Anexo 5. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 15.

<sup>967</sup> Idem.

<sup>968</sup> *Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral*. Anexo 21. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919.

<sup>969</sup> Idem.

<sup>970</sup> Grevistas Invencíveis, Aos metalúrgicos. 16/08/1919. Anexo 6. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 17.

<sup>971</sup> A VOZ DA RAZÃO – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11. In: *ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1016. Porto Alegre: 1919, p. 11.

<sup>972</sup> PERROT, Op. Cit., 1992, p. 82.

Mesmo alguns jornais diários, como a *Gazeta do Povo*<sup>973</sup>, por vezes, divulgavam uma visão pejorativa a respeito da burguesia da capital. Em um artigo, assinado com o pseudônimo Carlos Bonhomme, denunciava-se que “o grito do proletariado não comove a burguesia”; burguesia, essa, que viveria embalada “pela gargalhada satânica do ouro”<sup>974</sup>. Mais uma vez, nota-se uma condenação moral da classe dominante, que seria insensível ao sofrimento da classe operária e que só se importaria com suas vantagens e ganhos materiais.

Este periódico, em outras ocasiões, também se manifestou contrário às práticas dos patrões. Por exemplo: durante a greve dos padeiros, em maio de 1919, o governo do Estado ofereceu garantias para que as padarias – as quais vinham sofrendo intensa coerção por parte dos grevistas que queriam “a adesão completa de seus colegas”<sup>975</sup> – mantivessem o fornecimento de pão. A *Gazeta do Povo*, então, criticou “os lucros espantosos, quase fantásticos”<sup>976</sup> dos proprietários que aumentaram o preço do pão de “500 réis para 2\$000 o kilo!”<sup>977</sup>. O jornal qualificou essa prática de “furto”, sugerindo que o governo retirasse a Brigada das portas das padarias para que “o povo não seja saqueado”<sup>978</sup>, cogitando ainda que “foi para garantir a liberdade do trabalho e a propriedade alheia que o governo mandou proteger esses estabelecimentos e não é justo que, à frente da polícia, seja o povo roubado”<sup>979</sup>.

Todavia, percebe-se, na maioria dos veículos da grande imprensa, como era de se esperar, uma perspectiva francamente favorável ao patronato porto-alegrense. O Jornal *A Federação*, veículo de divulgação dos ideais políticos do PRR, manifestava-se claramente contrário às greves e a favor dos patrões<sup>980</sup>. Como vimos anteriormente, o periódico afirmava que, no estado, haveria um ambiente de harmonia social e as greves

---

<sup>973</sup> Segundo Steyer, a *Gazeta do Povo* fora fundada no ano de 1908 e “era um jornal de periodicidade, circulação e formato irregulares, o que pode ser percebido claramente nas poucas edições que resistiram ao tempo. Isso talvez seja uma explicação para o seu fracasso editorial, acrescentando-se o fato de mudar com frequência de proprietários. Em 1915, era dirigido por Antônio Heidt e Francisco Xavier da Costa, do recém-extinto *Echo do Povo*”. STEYER, Fábio Augusto. Reflexões sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Sul: uma experiência de pesquisa. In: *1º Encontro PR/SC de História da Mídia*, 2010, Guarapuava. *1º Encontro PR/SC de História da Mídia*, 2010, p. 315. Ver também STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2001.

<sup>974</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 11/09/1919, p. 3.

<sup>975</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 19/05/1919, p. 4.

<sup>976</sup> *Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 19/05/1919, p. 4.

<sup>977</sup> Idem.

<sup>978</sup> Ibidem.

<sup>979</sup> Ibidem.

<sup>980</sup> Exceção feita à greve dos ferroviários, ocorrida em 1917, quando havia uma clara intenção de encampação daquela companhia. Ver: KLIEMANN, Luíza. 1917: convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, n.º 2, 1980.

não teriam argumentos justificáveis. Defendia, deste modo, um clima de cooperação econômica entre as classes uma vez que

O capital está ainda sendo formado pelo trabalho coletivo da nação e as diferenças entre pobres e ricos não somente se apresentam muito menos acentuadamente do que nos países de mais adiantada evolução econômica como são tão fluidas que não é por enquanto possível estabelecer sobre elas uma rígida divisão da coletividade em classes sociais, nitidamente representadas por um antagonismo econômico<sup>981</sup>

O jornal *A Federação* defendia a inexistência de conflitos sociais no estado e a harmonia social entre as classes. Para o periódico, “se o operariado constitui uma grande força econômica, e ninguém o nega, o seu trabalho, para ser produtivo, não dispensa a cooperação do capital, que, por sua vez, não poderia fomentar a riqueza sem o trabalho”<sup>982</sup>. A defesa de uma cooperação social entre as classes e de uma harmonia social era, todavia, negada pela prática do partido que estava no poder, que posicionava-se claramente em favor do capital, especialmente nos movimentos grevistas de 1918 e 1919. A ideia de uma terra de oportunidades para o homem trabalhador e da inexistência de separação entre patrões e empregados é evocada frequentemente nas páginas da *Federação*:

Nós vivemos em uma terra nova, cheia de seiva, onde há lugar para todos; onde há dezenas de operários com propriedades feitas pelo seu espírito de economia: onde não existe absolutamente proletariado, porque não ganha a vida, salvo os aleijados, quem não quer procurar meios para isso. Não há aqui, nem nunca houve, distinções de castas, de raças, separação odiosa de patrões e empregados<sup>983</sup>.

A revista *O Progresso*, por outro lado, apresentava a luta pelo mercado como lei universal e aquela classe que se dedicava a essa luta – a burguesia – era associada aos vencedores, aos mais habilitados, em conformidade com as teorias evolucionistas muito em voga naquele contexto:

As nações são grandes pelo trabalho, como o são os indivíduos. A luta, como lei natural universal, verifica-se no mundo orgânico, no reino vegetal e até na vida dos cristais. [...]. O aperfeiçoamento da mecânica produziu a superprodução; a terra cultivada racionalmente dá um rendimento superior às necessidades. Daí a luta para a conquista dos mercados [...]. A vitória é dos que lutam, dos mais fortes, dos mais aptos [...]. A luta no campo econômico é das mais evidentes formas, por ser mais acentuada<sup>984</sup>.

---

<sup>981</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 4.

<sup>982</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19/07/1918, p. 4.

<sup>983</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 12/09/1919, p. 3.

<sup>984</sup> *O Progresso*, Porto Alegre, 06/09/1918. Apud PESAVENTO, Op. Cit., 1986, p. 18.

Neste mesmo artigo, os industriais são considerados vencedores, os mais aptos para essa luta “natural” e “universal”, ou seja, em última análise, o periódico defende um “discurso de supremacia do capital sobre o trabalho”<sup>985</sup>, ao contrário das publicações operárias. Se as identidades são construídas em oposição a “outros”, pode-se perguntar: do mesmo modo que os patrões eram vistos como os mais competentes, os vitoriosos, os mais fortes; os operários, em contrapartida, seriam os mais fracos? A mesma revista oferece, ainda que indiretamente, indícios de “respostas” a essa questão:

Hoje, os governos são governados pelo industrialismo, pois suas atenções, seus maiores esforços tendem e convergem para dar-lhe todo o desenvolvimento possível, pelo simples fato de que a grandeza das nações está na razão direta da potencialidade do seu industrialismo. (...) São os mesmos países de grandioso surto industrial os mais ricos, os que estão na vanguarda da atual civilização<sup>986</sup>.

Para Vicente Blancato<sup>987</sup>, redator da revista *O Progresso*, “o industrial é um alto expoente dos tempos presentes, um cidadão cheio de responsabilidades de toda ordem: técnica, econômica, social, política. Mais do que tudo, é o grande artífice da democracia, e da economia do país”<sup>988</sup>. Ele defendia o “(...) respeito sagrado pelos homens que do nada, através de peripécias e de áspero *struggle for life*, conseguem sair vitoriosos. Geralmente ficam ignorados estes obscuros pioneiros de todo o progresso, esses verdadeiros artífices da civilização”<sup>989</sup>. Este discurso glorificava e enaltecia a figura dos proprietários e os colocava como protagonistas do progresso, responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social do país e do estado. A idealização romântica do homem que vence na luta pela vida elevava os patrões à categoria de heróis dos tempos modernos, de artífices da civilização – como também o faziam, só que em sentido contrário, as publicações operárias, que consideravam o trabalhador o “artífice da civilização”.

Conforme Pesavento, a *Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul*, a *Revista do Centro Econômico do Rio Grande do Sul*, o *Almanaque do Comércio*, a *Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre*, entre outros periódicos que também

---

<sup>985</sup> PESAVENTO, Op. Cit., 1986, p. 18.

<sup>986</sup> *O Progresso*, Porto Alegre, 06/004/1919. Apud PESAVENTO, Op. Cit., 1986, p. 19.

<sup>987</sup> Redator da revista *O Progresso*, voltada aos interesses da agricultura, indústria e comércio, Blancato foi o organizador da obra *As forças econômicas do estado do Rio Grande do Sul no 19º centenário da independência do Brasil – 1822-1922* (Porto Alegre, Globo, 1923), livro dedicado “às beneméritas classes conservadoras do Rio Grande do Sul”, em face do apoio que havia recebido para a edição da obra, destacando “a nobreza e a superioridade” destas classes. PESAVENTO, Op. Cit., 1986, p. 15.

<sup>988</sup> BLANCATO, Vicente. *As forças econômicas do estado do Rio Grande do Sul no 19º centenário da independência do Brasil – 1822-1922*. Apud PESAVENTO, Op. Cit., 1986, p. 21.

<sup>989</sup> Idem.

abordavam questões de interesse relativas à situação manufatureira do estado, como o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, o *Almanaque Rio-Grandense*, o *Almanaque Laemmert*, e as revistas *Kodack*, *Kosmos* e *Máscara*, além da citada revista *O Progresso*, eram “veículos preferenciais da visão empresarial” que se dedicavam “aos interesses do comércio, da indústria, da agricultura, das finanças”<sup>990</sup>.

Assim, do mesmo modo que *O Progresso*, a *Máscara* também apoiava os interesses do capital e criticava as greves operárias, afirmando que “na luta pela vida só triunfa o mais forte – pela inteligência, pelo saber, pelas aptidões, pela energia” reiterando, ainda, que “o nível social absoluto é coisa impossível”<sup>991</sup>. Deste modo, justificava as diferenças sociais e a concentração de riquezas ao alegar que os proprietários possuíam mais aptidões ou mais inteligência do que os operários que, “ao que parece, querem apenas uma inversão de valores; isto é, querem [...] ser os chefes e que os patrões passem à condição de proletários”<sup>992</sup>. Em outro artigo publicado nesta mesma revista, declarava-se que seria “impossível negar que o capital não seja a base em que a potência operária repousa. Retrai-se o capital, que restará ao trabalhador? O desespero?”<sup>993</sup>. Esta visão contrapunha-se vigorosamente à argumentação dos operários, analisada anteriormente, que infligia à burguesia a imagem de classe parasitária e “inútil para tudo”. Na interpretação dos operários, os patrões nada produziam e a humanidade nada perderia caso uma peste qualquer os dizimasse. De modo totalmente inverso, a revista acima citada apresentava o capital como a base da potência do trabalhador e, esse, por sua vez, em uma relação de dependência com os proprietários. Sem o capital, o que seria do trabalhador? Segundo o referido texto, só lhe restaria o desespero.

No repertório de estratégias do patronato porto-alegrense acionado ao longo dos movimentos paredistas estudados nesta tese, observamos a insistência na demissão de operários grevistas e em recorrer ao Estado para proteger seus interesses contra a ação organizada dos trabalhadores. A postura do patronato foi marcada pela tentativa de responder às ações dos operários, que protagonizavam, de forma coletiva e associativa, protestos e reivindicações, os quais ameaçavam a tranquilidade da ordem burguesa. Assim, a reação patronal era marcada pela repressão, pela coerção e pela “sedução” para

---

<sup>990</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia da indústria (com a palavra o empresário e o governo). *Revista Análise Econômica - Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS*, Porto Alegre: UFRGS, Ano 4, nº 7, 1986, p. 12.

<sup>991</sup> *Máscara*, Porto Alegre, 17/05/1919, p. 5.

<sup>992</sup> *Máscara*, Porto Alegre, 17/05/1919, p. 5.

<sup>993</sup> *Máscara*, Porto Alegre, 22/03/1919, p. 6.

que os grevistas retomassem o trabalho (e para que outros empregados não aderissem a tais mobilizações). Demissões e *lockouts* eram comuns no sentido de procurar fazer as greves fracassarem. Todavia, apesar disso, a ação coletiva dos trabalhadores obteve êxito em certas ocasiões, levando os patrões a buscarem uma postura associativa, coletiva. Ou seja, a mobilização dos trabalhadores da capital engendrou um “fazer-se” da classe patronal, uma tentativa de organização dessa classe para defender seus interesses perante as organizações operárias. Nesse processo, ao adotarem ações coletivas e unificadas contra as paredes, os patrões, embora não tenham criado uma associação formal, constituíram-se e se fortaleceram enquanto classe. Tal união, por mais que só tenha se efetivado de forma mais acabada em termos institucionais na década seguinte, foi decisiva para que as greves generalizadas de 1919 acabassem em fracasso para o operariado.

No plano simbólico, verificamos que, se em determinados discursos, os patrões eram vistos como vampiros ou parasitas, em outros, eram exaltados como os grandes artífices da civilização, pioneiros de todo o progresso. Tal disputa de representações era ostensivamente travada através de diferentes veículos de imprensa que, de acordo com suas concepções de mundo, veiculavam imagens opostas acerca do patronato porto-alegrense.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, procurei, como objetivo principal, analisar as relações entre os principais agentes sociais envolvidos nos grandes movimentos grevistas ocorridos entre os anos de 1917 e 1919 em Porto Alegre. Portanto, dei ênfase ao governo do Estado – representado pelo Partido Republicano Rio-Grandense –, ao operariado da capital (grevistas e não grevistas) e a suas associações representativas, e ao patronato. Busquei compreender as estratégias adotadas por esses diferentes agentes nos momentos de greve a fim de fazer valer seus interesses. Neste verdadeiro “cabo de guerra”, em que cada grupo puxava para o seu lado e utilizava-se dos instrumentos de que dispunha, pretendi também observar a luta simbólica que se desenhava, as identidades construídas, as concepções de mundo, as diferentes visões sobre a sociedade então expressas.

A delimitação cronológica proposta foi o período entre os anos de 1917 e 1919, momento de intensa agitação social não só em Porto Alegre, como também no resto do país e no mundo; período de revoluções e de uma guerra mundial. Neste contexto, a capital do Rio Grande do Sul concorreu com seguidas paralisações de trabalhadores que, organizados em suas associações e sindicatos, levaram ao patronato, aos governantes e à população em geral o receio de uma revolução social. Em tal ambiente, os fantasmas da “quebra da ordem” assombraram a cidade e desorganizaram a normalidade estabelecida.

Para realizar a análise proposta, optei por reconstituir os cenários dos eventos em questão. Realizei assim, no primeiro capítulo, uma descrição minuciosa dos principais movimentos grevistas do período. As greves gerais de 1917 e 1918 e a greve generalizada de 1919 foram narradas detalhadamente para situar o leitor quanto aos fatos, atores e processos integrantes desses movimentos, e reforçar a relevância e a magnitude de tais eventos. Enfatizei as duas últimas em virtude de terem sido menos trabalhadas pela historiografia. Procurei sublinhar algumas diferenças entre essas greves. Por exemplo: enquanto as de 1917 e 1918 foram movimentos que se iniciaram a partir de um chamamento geral feito por associações que almejaram representar a classe operária, a de 1919 foi uma “erupção”, resultado da deflagração de diversas mobilizações classistas, sem uma pauta de reivindicações conjunta e tendo como interlocutores apenas os patrões. Além disso, as greves de 1918 e 1919 apresentaram uma maior radicalização do discurso operário devido, especialmente, à tomada dos

cargos de liderança das principais associações operárias por anarquistas. Enfim, cada movimento grevista estudado possuía suas peculiaridades.

No tocante às estratégias dos agentes sociais, analisei as diferentes posturas adotadas pelo governo do Estado ao longo das referidas greves. Durante a greve de 1917, esse reconheceu a legitimidade das associações operárias bem como a justeza de suas reivindicações. Acabou por atender as exigências da *Proclamação ao Povo de Porto Alegre*, onde essas se encontravam expressas; e a aconselhar os patrões a adotarem procedimento idêntico, afirmando assim estar realizando a “incorporação do proletariado à sociedade moderna”, máxima positivista inspiradora do PRR. Na greve seguinte, contudo, o governo adotou um comportamento fortemente coercitivo, acionando o aparelho da Brigada Militar a fim de garantir a continuidade do trabalho, efetuando a prisão de grevistas e o fechamento de entidades operárias. Tal posição se justificava pelo fato de que o governo considerava aquele movimento como uma sublevação da ordem, dada a radicalização do discurso operário em virtude do já citado predomínio das lideranças anarquistas naquele momento. Como a greve de 1919 teve como interlocutor preferencial o patronato, uma vez que não havia uma pauta única de reivindicações, a atuação do Estado ocorreu de modo indireto. Todavia, a repressão, a prisão de grevistas e o fechamento de entidades operárias fizeram novamente parte de seu repertório de ações. A coibição do Estado ao movimento grevista atingiu seu ápice em um *meeting* realizado no Dia da Independência, quando a tentativa de dispersar a reunião dos operários resultou em um confronto da Brigada com os grevistas e na morte de um trabalhador. A intolerância do governo do Estado com os grevistas deixou vítimas fatais.

O repertório de ações coletivas dos operários também se modificou em conformidade com cada movimento. Durante a greve de 1917, por exemplo, o reconhecimento não apenas da legitimidade da LDP bem como da justeza de suas demandas proporcionou um canal de comunicação entre Estado e movimento operário, que impediu a radicalização da “parede” naquela ocasião. Diferentemente, nos anos seguintes, a intransigência do patronato e do Estado em negociar com os operários levou a um extremismo das ações dos militantes e, por extensão, à ocorrência de um maior número de práticas violentas não só contra os patrões como, também e principalmente, contra os operários que foram refratários às greves. Como o pleno êxito das greves estava diretamente atrelado ao número de operários que delas participavam, percebemos, em diversas vezes, violências contra os “fura-greves”, as quais consistiam

em estratégias – deliberadas ou não – para fazê-los aderir às paralisações. Além disso, os grevistas incorporaram ao repertório de suas ações os *meetings* e os boicotes, cuja finalidade era propiciar visibilidade aos interesses das associações operárias e servir como técnica de pressão baseada na abstenção.

Os patrões, por sua vez, viram-se acuados pela combatividade, pelo associativismo e pela organização operária do período. A inexistência de uma entidade organizada que representasse os interesses dos industrialistas revelou-se como fundamental para que algumas greves obtivessem sucesso. Durante os movimentos grevistas de 1917 e 1918, o principal interlocutor das associações operárias foi o Estado. A burguesia contou com a capacidade de negociação, com a força e com a liderança do governo para pôr termo àquelas paralisações. Contudo, em 1919, a situação foi diferente, visto que as reivindicações destinavam-se diretamente aos patrões. Além disso, as greves iam se sucedendo uma após a outra. Uma das alternativas do patronato da capital foi solicitar a intervenção do governo que, como vimos, acionou seu aparelho para refrear as mobilizações operárias. No entanto, como os patrões negociavam isoladamente com as associações sindicais, isso os enfraquecia. A constatação dessa fragilidade levou os proprietários a tomarem a decisão conjunta de não negociarem com os operários, mas essa intransigência desembocou em uma maior radicalização do movimento. Observamos, contudo, que alguns patrões desrespeitaram o acordo coletivo, pois muitos acabaram negociando com seus empregados e, por conseguinte, enfraquecendo a união patronal. Todavia, a inflexibilidade dos patrões e a repressão do governo foram suficientes para levar a greve a seu final sem uma solução favorável aos trabalhadores.

Sustentei que o repertório de ações de cada um destes agentes era constituído de um conjunto de estratégias, e que essas estavam associadas ao domínio prático da “regra do jogo”, adquirido por meio da experiência. Sem cair no objetivismo extremo, na visão de que as estratégias derivam apenas de cálculos racionais que se destinam à busca de um fim orientado, procurei enfatizar o caráter por vezes ocasional e inconsciente de tais práticas.

No plano simbólico, observamos, da parte destes agentes, uma disputa pela construção de identidades que eram instrumentalizadas na prática social, construindo imagens de si, para si e para os outros. Assim, por meio da imprensa e de boletins e panfletos, travava-se uma luta de representações a respeito do real. Cada um dos agentes sociais em questão era moldado de forma diferente de acordo com o veículo de

comunicação e tais construções eram sempre produzidas em referência a “outros” – sejam eles o Estado, o patrão, o trabalhador grevista e o operário não grevista. Eram, portanto, elaboradas a partir do confronto com os diferentes, com os “eles”, através do ruído social. Não que essas construções identitárias fossem peculiares a esses momentos de acirramento da luta de classes, mas, neles, ganhavam força e efetividade.

Neste sentido, a imprensa operária construía representações estereotipadas e dicotômicas sobre os seus antagonistas. O governo era representado como um Estado czaresco, autoritário, que servia somente como anjo protetor da burguesia. Esta, por sua vez, aparecia como uma classe parasitária, que nada produzia; composta de vampiros que se alimentavam do sangue do trabalhador (esse sim, o verdadeiro sustentáculo do mundo). Já os operários que não perfilharam o princípio das greves, os “carneiros”, eram atacados em sua honra, chamados de canalhas, covardes, traidores e cachaceiros. Por outro lado, a imprensa diária – na maioria das vezes, e de maneira igualmente estereotipada – costumava condenar as greves e identificar os grevistas como insidiosos maus conselheiros dos verdadeiros trabalhadores. As greves, de acordo com essa ótica, seriam obra de estrangeiros anarquistas, inspirados em panfletos rubros, que influenciavam negativamente o trabalhador nacional. Aliás, o “verdadeiro trabalhador” não se deixaria levar pelas greves, pois seria ordeiro e pacífico. A forte repressão do governo do estado sobre os movimentos grevistas era, inclusive, tida como “necessária” pelos órgãos da imprensa comercial da capital, os quais argumentavam que tais violências serviriam para que “a vida pacata da cidade não tivesse de manter-se muito tempo sob uma atmosfera de excessos e desassossegos verdadeiramente alarmantes”. Os patrões, por seu turno, nesses últimos veículos, tinham sua imagem associada ao progresso e à vitória pessoal, na perspectiva de um “darwinismo social”, segundo o qual os mais aptos estariam destinados a vencer a luta pela vida.

Enfim, procurei, ao longo do presente estudo, ressaltar que estas duas variáveis – estratégias e identidades – estiveram intimamente inter-relacionadas, sendo, simultaneamente, estruturadas e estruturantes: ao mesmo tempo em que a construção de identidades no plano simbólico é estruturada pelos conflitos sociais existentes, também estrutura a visão de mundo dos agentes, sendo um importante elemento conformador de decisões e escolhas individuais e coletivas. Do mesmo modo, as estratégias adotadas no plano concreto são orientadas por tais representações estruturadas sobre a sociedade e os indivíduos, de forma que a construção de identidades é, mesmo que inconscientemente, uma estratégia de luta social. As estratégias do Estado, do patronato e dos operários

estiveram, pois, diretamente relacionadas às concepções de mundo, às identidades construídas, às posições tomadas por cada um destes agentes.

Obviamente que o assunto abordado não se esgota aqui e que, em consequência, outras análises poderão ser suscitadas a partir das questões levantadas nesta tese. De qualquer forma, penso ter avançado na discussão em torno das relações entre Estado, patronato e operariado durante as greves da Primeira República.

## FONTES CONSULTADAS

### Periódicos:

Correio do Povo, Porto Alegre, 1917-1919.

*A Federação*, Porto Alegre, 1917-1919.

*Gazeta do Povo*, Porto Alegre, 1917-1919.

*O Syndicalista*, Porto Alegre, 1919.

*A Gazetinha*, Porto Alegre, 1917-1919.

*O Independente*, Porto Alegre, 1917-1919.

*Notícia*, Porto Alegre, 1918.

*Revista Careta*, Rio de Janeiro, 1917-1919.

*Revista Máscara*, Porto Alegre, 1919.

### Processos:

*ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 833. Porto Alegre: 1917.

*ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 856. Porto Alegre: 1917.

*ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre: 1919.

*ESTADO* do Rio Grande do Sul. Arquivo Público do Estado. Processo-Crime n.º 1.029. Porto Alegre: 1919.

### Boletins Operários:

FORGS – Ao Povo – Aos Trabalhadores!. *O Syndicalista*. Porto Alegre, 27/05/1919, p. 3.

A Postos Operários – Manifesto da FORGS. 04/09/1919. Anexo 15. In: *ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre, 1919.

A VOZ DA RAZÃO – ao povo, aos soldados e operários. Manifesto da FORGS. 07/09/1919. Anexo 11 do Processo-Crime n.º 1.016.

Ao Povo Sedento de Liberdade. União Maximalista. Anexo 9. In: *ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL*. Processo-Crime n.º 1.016. Porto Alegre, 1919.

Ao Povo. União Geral dos Trabalhadores. Anexo do Processo Crime 1016.

Aos Filhos do Povo. Manifesto Anarquista. AHRs. Secretaria de Polícia. Diversos. Maço 151. Cx 76. 1918.

Aos Pedreiros e Ajudantes. Anexo 5 do Processo-Crime n.º 1.016.

Aos Trabalhadores e ao Povo em Geral. Anexo 21 do Processo-Crime n.º 1.016.

Aos Trabalhadores e ao Povo! *O Syndicalista*. Porto Alegre, Anno I, nº 3, 27/05/1919.

Aos Trabalhadores. Anexo 18. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Porto Alegre, 1919.

Aos Trabalhadores. Anexo 23 ao Processo-Crime nº 1.016.

Aos Trabalhadores. União Geral dos Trabalhadores. Bagé, 27 de julho de 1919.

Boletim da Liga de Defesa Popular. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 05/08/1917.

ESTATUTOS do Sindicato dos Canteiros e Classes Anexas. Porto Alegre: 27/04/1916.

Grevistas invencíveis cada vez mais conscientes. Aos metalúrgicos e aos operários em geral. Porto Alegre, 16/08/1919. Anexo 17. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Porto Alegre: 1919.

Manifesto da União Maximalista aos Operários. Do canhão à peste. 117 de novembro de 1918. Anexo 28.

POVO!!. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Anexo 25 do Processo-Crime nº 1.016. Porto Alegre: 1919.

Proclamação da Liga de Defesa Popular ao Povo de Porto Alegre. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 31/07/1917.

Sindicato dos Canteiros. Aos Trabalhadores a nossa atitude. Anexo 7 do Processo-Crime nº 1.016.

Sindicato dos Operários da Força e Luz. Anexo 3 do Processo-Crime nº 1.016.

Sindicato dos Trapicheiros e Estivadores. Ao Povo e aos Trabalhadores. *O Syndicalista*, Porto Alegre, 27/05/1919, p. 2.

Sindicato de Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas. Aos Trabalhadores e ao Povo em geral. Anexo 10 do Processo-Crime nº 1.016.

Sindicato dos Operários da Força & Luz. Anexo 2. In: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime nº 1.016. Porto Alegre, 1919.

U.G.T. Aos Trabalhadores. 27/07/1919. Anexo ao Processo-Crime n.º 1016.

### **Mensagens, ofícios e relatórios**

MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO NACIONAL NA ABERTURA DA 3ª SESSÃO DA 10ª LEGISLATURA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA EPITÁCIO PESSOA. Rio de Janeiro, 1920.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO ESTADO À ASSEMBLEIA DOS REPRESENTANTES EM 1920. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1898-1920.

Fundo Polícia de Porto Alegre. Livro de Registro de Ocorrência Policial. Códice 3. (AHRGS).

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

Ato 137 de 4 de Agosto de 1917. Biblioteca da CMVPA.

Ato 138 de 25 de agosto de 1917. Biblioteca da CMVPA.



Ato 145 de 6 de novembro de 1918. Biblioteca da CMVPA.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas Históricas do Brasil*. Séries Econômicas, Demográficas e Sociais. 1550 a 1988. 2ª ed., Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Chefatura de Polícia. Correspondência Recebida. 1919. Maço 113. (AHRs).

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2ª ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

MEDEIROS, Borges de. Discurso Pronunciado a 19 de maio de 1916.

Ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Comandante da guarnição desta cidade. *O Syndicalista*. Porto Alegre, 27/05/1919.

RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL 1920 (1925). Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística.

Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros – Presidente do Estado – pelo Dr. Protásio Alves – Secretário do Estado dos Negócios do Interior e do Exterior – em 30 de agosto de 1920. (AHRGS)

RELATÓRIO apresentado Ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros pelo Dr. Protásio Alves em 30 de agosto de 1921. (AHRGS)

RELATÓRIO apresentado ao Ilmo. Sr. Dr. José Montauray de Aguiar Leitão pela Subintendência do 4º Distrito. (AHMV).

RELATÓRIO apresentado pelo Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Leão Lustosa ao Presidente do Estado Borges de Medeiros. 1920. (BPE).

Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Apud PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS-Tchê, 1992.

RELATÓRIO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 1919. (AHRGS).

Relatório da Secretaria da Fazenda e das Relações Interiores. 1920. (AHRGS).

Relatório da Subintendência do Quarto Distrito, apresentado ao intendente José Montauray de Aguiar Leitão em 1920. (AHMV).

Relatório das Investigações Policiais procedidas acerca da agressão de João Fantinel ocorrida em 4 de janeiro de 1917 enviado em 8 do corrente ao Dr. Juiz Distrital de Polícia. Documentação Avulsa. Transcrição dos Relatórios do 3º Distrito. 1914-1917. Cód. 48. (AHRGS).

Relatório do Chefe de Polícia Interino Eurico de Souza Lustosa. Porto Alegre, 1920. (BPERS).

Relatório do Subchefe de Polícia Eurico Lustoza. Porto Alegre, 1920 (AHMV).

Relatório do Subintendente do 4º Distrito ao Intendente Municipal. 1919. (AHMV)

*Séries estatísticas retrospectivas*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, p. 4-8, 1986.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, L. W. Greve metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho, In: CARDOSO, Ruth Correa et al. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

ABSE, Tobias. The Rise of Fascism in an Industrial City. In: FORGACS, D. (Org.), *Rethinking Italian Fascism: capitalism, populism and culture*. London: Lawrence and Wishart, p. 52-81, 1986.

ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, nº 44, 2000.

ALVES, Francisco das Neves. A formação da República no Rio Grande do Sul na versão de um federalista. *Biblos*, Rio Grande, FURG, v. 10, 1998.

ANSART, Pierre. As Humilhações Políticas. In: MARSON, Isabel; NAXARA, Márcia (Org.). *Sobre a Humilhação*. Uberlândia: EdUFU, 2005.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as Oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República. *Revista Mundos do Trabalho*, UFSC, v. 2, nº 3, 2010.

ARAVANIS, Evangelia. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2005

ASSUNÇÃO, Diego Paleólogo. A produção de um vampiro contemporâneo: identidade, diferença e alteridade nas representações do vampiro. *Revista Entre-Meios*. Revista do Departamento de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, v. 8, nº 8, 2011.

BAK, Joan. Classe, Etnicidade e Gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis: História e Cultura*. Caxias do Sul: EdUCS, v. 2, nº 4, 2004.

BAK, Joan. Labor, community and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American History Review*, p. 179-227, May 1998.

BAKOS, Margareth. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 1996.

BANDEIRA, Moniz; MELLO, Clóvis; ANDRADE, A. T. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

BARBOSA, Rui. Ruínas de um Governo. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. VI, 1913.

BARTZ, Frederico Duarte. *O Horizonte Vermelho: o impacto da revolução russa no movimento operário do Rio Grande do Sul (1917-1920)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BARTZ, Frederico. “Operários, soldados e Camponeses: o seu dia se aproxima!”: A Revolução Russa no jornal *A Luta* de Porto Alegre em 1918. In: *IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho – RS. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil*. Pelotas, 2007.

BARTZ, Frederico. Abílio de Nequete: os múltiplos caminhos de uma militância operária. *História Social*. Campinas, nº 14/15, p. 157-173, 2008.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. “Nós, filhos da Revolução Francesa”, a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX”. *Revista Brasileira de História*, v. 10, nº 20, 1990.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária do Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos C. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BATALHA, Cláudio. Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BEISER, Ana Cristina Pires. *Frederico Augusto Ritter: de cervejeiro a doceiro*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese de Doutorado.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina: UEL, 2008.

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre, 1906-1911*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1999.

BÓBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BODEA, Miguel. *A Greve de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: Pro-Arte-L&PM, s/d.

BOSI, Alfredo. O Positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Fase VII, abril-maio-junho 2005, Ano XI, Nº 43, 157-170.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Pierre Bourdieu: escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Codificação. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A Greve e a ação política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Da Regra às Estratégias. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O Interesse do Sociólogo. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1997.

- CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Redes: o poder da identidade*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- CASTRO, Pedro. *Greve: fatos e significados*. São Paulo: Ática, 1986.
- CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Cultura Popular. In: *Cultura e Democracia*. 3ª ed., São Paulo: Moderna, Coleção Contemporânea, 1982.
- COMTE, Auguste. O Catecismo Positivista. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, v. 33, 1973.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAVIS, Natalie Zemon. Ritos de Violência. In: *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, Oficinas da História, 1990.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- DIAS, José Roberto Souza. *Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Editora Rios, 1986.
- DUARTE, Luís Fernando Dias. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). *Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, s/d.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar/CNPq, 1988.
- ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, p. 19-29, dez. 1995.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 Anos de Ditadura Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Canton e Beyer, 1922.
- ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXIV, nº 2, p. 269-289, dez. 1998.
- FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermond, 1942.
- FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP/FDE, 1996.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.
- FLORES, Hilda. *Chama empreendedora: a história e a cultura do Grupo Gerdau*. São Paulo: Prêmio Editorial, 2001.
- FLORES, Hilda. *As empresas de João Gerdau*. Porto Alegre: Gerdau, 1980.
- FONTOURA, João Neves da. *Borges de Medeiros e Seu Tempo*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- FORTES, Alexandre. *Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson*. São Paulo: Tempo Social, v. 18, nº 1, 2006b.
- FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul/Rio de Janeiro: EduCS/Garamond, 2004.
- FORTES, Alexandre. O Direito, a Lei e a Ordem: greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da Primeira República. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Nunes (Org.). *Direitos e justiça no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006a.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: Globo, 1967.
- GERTZ, René. A construção de uma nova cidadania. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994.
- GERTZ, René. *Memórias de um Imigrante Anarquista*. Porto Alegre: EST, 1989.
- GERTZ, René. *O Aviador e o Carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.
- GINZBURG, Carlo. O Inquisidor como Antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, Coleção Memória e Sociedade, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed., Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GORZ, André. *Metamorfozes do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GUARESCHI, Neuza et al. As relações raciais na construção das identidades. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, nº 2, jul.-dez. 2002.
- HABERMAS, Jurgen. *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Alargando a história da classe operária: organizações, lutas e controle. In: PRADO, A. *Libertários e Militantes*. Campinas: Unicamp, Coleção Remate dos males, nº 5, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.



- HOBSBAWM, Eric. Os Destruidores de Máquinas. In: *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOGGART, Richard. *As Utilizações da Cultura*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892 - 1923)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História PUCRS, 1990.
- KLIEMANN, Luíza H. S. *A ferrovia gaúcha e as diretrizes de ordem e progresso: 1905-1920*. Dissertação de Mestrado, PUCRS, 1977.
- KLIEMANN, Luíza H. S. A ferrovia gaúcha e as diretrizes de “ordem e progresso” (1905-1920). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. III, n° 2, p. 159-249, 1977.
- KLIEMANN, Luíza H. S. 1917: convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, n.º 2, 1980.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992.
- LAGEMANN, Eugênio. Imigração e Industrialização. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: imigração e Colonização*. 2ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- LECOUTEX, Claude. *História dos Vampiros: a autópsia de um mito*. São Paulo: Unesp, 2005.
- LENIN, Vladimir. Sobre as Greves. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- LEQUIN, Yves. Huelga. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Diccionario Akal de Ciências Históricas*. Madrid: Akal, 1991.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2ªed., São Paulo: Nacional, 1967.
- LLOYD’S, Reginald (Edit.). *Impressões do Brazil no Século Vinte: sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Rio de Janeiro: Lloyd’s Greater Britain Publishing Company Ltda, 1913.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Sociologia. UFRGS, 1999.
- LONER, Beatriz Ana. Operários e participação no início da República: o caso de Pelotas e Rio Grande. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXII, n.º 2, p. 71-89, dez. 1996.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: UFPel/UniTrabalho, 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- LOPREATO, Cristina. *O Espírito da Revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LOWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5ªed, São Paulo: Cortez, 1994.
- LUZ, Thaíze Ferreira da. Direito e Constitucionalismo no Rio Grande do Sul durante a República Velha: percepções de um advogado e político. *Biblos*, Rio Grande, FURG, v. 20, 2008.

MABILDE, Adriano Ballejos. *Estaleiro Mabilde: as relações com os funcionários e o Estado (1896-1943)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2009.

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARÇAL, João Batista. *As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1985.

MARÇAL, João Batista. *Os Anarquistas no Rio Grande do Sul: anotações bibliográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp, v. 2, 2005.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, (Os economistas) v. 1, l. 1, t. 1, 1983.

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d., v. 1.

MENDES, José Manuel Oliveira. O Desafio das Identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 12, nº 2, 1991.

MILLS, C. W. *La Elite del Poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 1957.

MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 1995.

NOSELLA, Paollo. *A escola de Gramsci*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

OFFE, Claus. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, nº 10, 1989.

OLIVEIRA, N.; BARCELLOS, T. *Vazios urbanos em Porto Alegre: uso capitalista do solo e implicações sociais*. Porto Alegre: FEE, 1989.

OLIVEIRA, Vitor. Greves marítimas no Prata e no Paraguai: solidariedade de classe no início do século XX. *Revista Esboços*, Florianópolis, UFSC, nº 14, 2005.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: Período Republicano*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul: Comentário*. Brasília: UNB, 1981.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A Vaga Sombra do Poder: vida associativa e cultura política em Porto Alegre da década de 1920*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PAULA, João Antônio de. Teoria econômica, empresários e metamorfoses na empresa industrial. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000, 23 p. (Texto para discussão; 133).



PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, nº 6, 1984.

PERROT, Michelle. *Jeunesse de la Grève*. Paris: Seuil, 1984.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed., São Paulo: Paz & Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalhadores e Máquinas: Representações do Progresso. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em história da UFRGS, nº 2, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS, 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Borges de Medeiros*. 2ª ed., Porto Alegre: IEL, Rio Grande Político, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imigrante na Política Rio-Grandense. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Rio Grande do Sul, 1890-1930: a ideia da indústria (com a palavra o empresário e o governo). *Revista Análise Econômica - Revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS*, ano 4, nº 7, 1986.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS-Tchê, 1992.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a União Operária seja nossa Pátria*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: GONZAGA, Sérgio; DACANAL, José H. (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PETERSEN, Sílvia Regina. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. *Revista de História da UFRGS*, v. 1, p. 83-110, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina. A produção historiográfica brasileira sobre o movimento operário fora do eixo Rio-São Paulo. In: *XXIII Simpósio Nacional da ANPUH*. Anais eletrônicos do XXIII Simpósio Nacional da Anpuh. Londrina: Anpuh, p. 36-47, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. A gandaia e a repressão: piruetas de um chefe de polícia na Primeira República. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio*, São Paulo: Brasiliense, nº 10, 1979.

PINTO, Céli Regina. A Política Rio-Grandense na República Velha – a Percepção das Oposições. *Análise Econômica*, ano 5, nº 8, mar. 1987.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um Projeto político Alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A.; McPHERSON, M.; O’DONNELL, G. (Org.). *Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert Hirschman*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1988.

POLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Cpdoc/FGV, nº 10, 1992/1.

QUEIRÓS, César Augusto B. *O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)*. Porto Alegre: UFRGS, 2000 (dissertação de mestrado).

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O Posivismo e a Questão Social na Primeira República (1895-1919)*. Guarapari: Ex Libris, 2007.

QUEIRÓS, César Augusto. Masculinidade(s) Operária(s): conflitos e representações sobre o “eu” operário. *Revista Litteris*, ano I, nº 1, 2008.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Edmundo E. P. *O que é Taylorismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

REICHEL, Heloísa Jochims. A Industrialização do Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio (Orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RIVERA, Antonio. El Tiempo es Oro. Reflexiones desde la historia acerca de la reducción de la jornada y el control del tiempo de trabajo. *Revista de Relaciones Laborales*, nº 1, p. 8, 1999.

RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito: pesquisa histórica (1906/1937)*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1975.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da república*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

RUDÉ, George. *A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTANA, Marco Aurélio. Visões da Dominação. *LPH. Revista de História*, Mariana, UFOP, p. 219-230, 1997.

SANTO, Miguel Frederico Espírito. O PRR e a Captura do Poder. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Nova Dimensão, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. *História em Revista*, Pelotas, UFPel, nº 6, dez/2000.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. Coleção Síntese Rio-Grandense.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/Fumproarte, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. As biografias na historiografia do movimento operário brasileiro. *Anos 90*, Porto Alegre: UFRGS, nº 8, p. 79-90, dez. 1997.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História/UFRGS, 1994.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, nº 2, 1996.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. “Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário. In: ÁVILA, Maria de Fátima (org.). *Porto Alegre: Dissertações e Teses*. Porto Alegre: Unidade Editorial, Cadernos Ponto & Vírgula 13, 1996.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A greve geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, nº 5, jul. 1996.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre PUCRS, v. XXI, nº 1, jul. 1995.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Os sindicatos na idade da pedra. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, jan./jun. 2002.

SILVA, Carolina Fernandes da. *O Remo e a História de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: mosaico de identidades culturais no longo século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas: Unicamp, 2003.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e a ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. Rompendo o Silêncio: a participação feminina no movimento operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, nº 2, p. 157-177, 1996.

SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, Nauber Gavski da. Meio Século de Projetos Municipais para a Habitação Operária em Porto Alegre: a institucionalização da periferia. *Aedos*, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós Graduação e História da UFRGS, nº 4, v. 2, p. 35-47, novembro 2009.

SILVER, Beverly J. *Forças do Trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus, 1966.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana (análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife)*. 2ªed., São Paulo: Nacional, 1977.

SIROT, Stéphane. *La Grève em France: une histoire social. (XIX-XX siècle)*. Paris: Odile Jacob, 2002.

SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. 2ªed., Rio Grande Político. Porto Alegre: IEL, 1996.

STEYER, Fábio Augusto. Reflexões sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Sul: uma experiência de pesquisa. In: *1º Encontro PR/SC de História da Mídia*, 2010, Guarapuava. 1º Encontro PR/SC de História da Mídia, 2010.

STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001.

TAFT, Philip. American labor violence: its causes, character, and outcome. In: GRAHAM, Hugh. (org.) *Violence in America: historical and comparative perspectives*. New York: Bantam Books, 1969.

TERTULIAN, Nicolas. *Uma Apresentação à Ontologia do Ser Social*. Crítica Marxista. São Paulo: Brasiliense, v. I, nº 3, 1996.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. Economia Moral. In: *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

THOMPSON, Edward P. La economia moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. III, 1987.

THOMPSON, Edward P. Lucha de clases sin clases? In: *Tradicón, Revuelta Y conciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1979.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus, 1890-1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain (1758-1834). In: TRAUGOTT, Mark (Org.). *Repertoire and Cycles of Collective Action*. London: Duke University Press, 1995.

TILLY, Charles. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, nº 20, nov. 2006.

TILLY, Charles. *Social Movements (1768-2004)*. London: Paradigm Publishers, 2004.

TODESCHINI, Cláudio (Org.). *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978.

TREU, Tiziano. Lock-Out. In: BÓBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

VARGAS, João Tristan. *O Trabalho na Ordem Liberal: o movimento operário e a construção do Estado na primeira república*. Campinas: Unicamp, 2004.

VELLINHO, Moysés. Castilhos e o Castilhismo. In: TODESCHINI, Cláudio (Org.). *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: EMMA/SEC, DAC, IEL, 1978.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 49, n.79, p.1-380, jan.-jun. 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4ª ed., Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VILLELA, Aníbal. *Surto Industrial durante a Guerra de 1914-1918*. Rio de Janeiro: APEC, s/d.

VIZZOTTO, Assis Roque. *Poder Local, espaços para a cidadania: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2004.

WEBER, Max. Os Três Tipos de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). *Weber*. 5ªed., São Paulo: Ática, 1991.

WERLANG, W. *A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau*. Agudo: Ed. Werlang, 2002.

XERRI, Eliane. Uma incursão às fontes sobre o movimento operário de Rio Grande no início do século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XXII, nº 2, dez. 1996.

XERRI, Eliane. *Uma incursão ao movimento operário de Rio Grande no início do século XX*. Porto Alegre, 1996. Dissertação de Mestrado, PUCRS.

ZOLBERG, Aristide. Response: Working Class Dissolution. *International Labor and Working Class History*, v. 47, p. 28-38, 1995.